



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 522

Sexta-feira - 02 de Julho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | |
|-----------------------------|-----|
| Água Doce..... | 1 |
| Antônio Carlos | 2 |
| Arroio Trinta..... | 3 |
| Biguaçu | 5 |
| Braço do Trombudo | 5 |
| Caçador..... | 6 |
| Campo Alegre | 7 |
| Campos Novos | 13 |
| Canoinhas..... | 15 |
| Capinzal | 17 |
| Catanduvas..... | 27 |
| Chapadão do Lageado | 71 |
| Concórdia | 71 |
| Coronel Martins..... | 72 |
| Curitibanos | 72 |
| Ermo | 73 |
| Forquilha..... | 75 |
| Fraiburgo..... | 75 |
| Garopaba..... | 79 |
| Garuva | 83 |
| Gaspar | 131 |
| Imbituba | 132 |
| Monte Carlo | 135 |
| Novo Horizonte | 137 |
| Paulo Lopes | 138 |
| Pinheiro Preto | 145 |
| Porto Belo..... | 149 |
| Rio do Sul..... | 149 |
| Salto Veloso | 150 |
| São Lourenço do Oeste..... | 153 |
| São Pedro de Alcântara..... | 155 |
| Schroeder | 158 |
| Tunápolis..... | 162 |
| Turvo | 162 |
| Videira..... | 162 |

Consórcios Públicos

| | |
|------------|-----|
| CIMVI..... | 172 |
|------------|-----|

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 057/2010

DECRETO Nº 057/2010 - DE 22 DE JUNHO DE 2010

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.904/2010, de 22 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
02 DEPTO. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
22.661.0054.2.049 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
4.4.90.00.0.1.0000/136 Aplicações Diretas.....R\$ 40.000,00
TOTAL.....R\$ 40.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.
4.4.90.00.0.1.0000/16 Aplicações Diretas.....R\$ 40.000,00
TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de junho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto nº 058/2010

DECRETO Nº 058/2010 - DE 22 DE JUNHO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL, ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.905/2010, de 22 de junho de 2010,

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para execução do Convênio com o Estado destinado a rede de abastecimento de água na Comunidade de Linha Nova Concórdia.

Art. 2º. Ficam anulados total ou parcialmente os seguintes elementos de despesa do orçamento municipal vigente:

02 GABINETE DO PREFEITO**01 GABINETE DO PREFEITO E VICE****04.122.0004.2.005 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA ENTIDADES PRIVADAS**

3.3.50.00.0.1.0000/8 Transferências a Entidades Privadas Fins Lucrativos.....R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**03 DEPARTAMENTO DE TURISMO****23.695.0038.1.015 CONSTRUÇÃO DO PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO**

4.4.90.00.0.1.0024/88 Aplicações Diretas.....R\$ 20.000,00
TOTAL.....R\$ 30.000,00

Art. 3º. O valor anulado conforme artigo 2º deste Decreto, será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesa:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA**01 DEPTO. DE AGRICULTURA****20.606.0020.1.005 CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**

4.4.90.00.0.1.0000/28 Aplicações Diretas.....R\$ 10.000,00
4.4.90.00.0.1.0024/29 Aplicações Diretas.....R\$ 20.000,00
TOTAL.....R\$ 30.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de junho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto nº 059/2010

DECRETO Nº 059/2010 - DE 22 DE JUNHO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.710,00 (vinte mil e setecentos e dez reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão utilizados na construção da cozinha do Centro Educacional Municipal Frei Silvano.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa

4.4.90.00.01.0192/173 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**01 DEPTO. DE ENSINO****12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS**

4.4.90.00.0.1.0192/173 Aplicações Diretas.....R\$ 20.710,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado superávit do exercício 2009 - Alienação de Bens.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de junho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto nº 060/2010

DECRETO Nº 060/2010 - DE 25 DE JUNHO DE 2010

"FIXA HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE DURANTE OS JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO DE 2010 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso "VIII" da Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente das repartições públicas do Município de Água Doce, nos dias programados para os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2010, será:

- De 7h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 15h00min, nos dias que os jogos iniciem às 15h30min.

- De 7h30min. às 10h30min. e das 13h30min. às 17h30min, nos dias que os jogos iniciem às 11h00min.

Parágrafo Único - Não estão sujeitas ao cumprimento desse horário as atividades consideradas essenciais ou que tiverem regras específicas de expediente.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de Junho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 75/2010

DECRETO Nº. 75/2010 de 30 de Junho de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de



suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 80.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.15.452.0007.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 80.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 30 de junho de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de junho de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 122, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 122, de 01/07/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, IRIO SERIGHELLI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2009 à 01/07/2010, e gozo das mesmas no período de 01/07/2010 a 30/07/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 123, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 123, de 01/07/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, GERALDO PEDRO PERAZZOLI, brasileiro, casado, ocupante do cargo Efetivo MÉDICO VETERINÁRIO, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2009 à 02/05/2010, e gozo das mesmas no período de 01/07/2010 a 30/07/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 124, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 124, de 01/07/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, ABILIO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado, ocupante do cargo Efetivo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2009 à 01/07/2010, e gozo das mesmas no período de 01/07/2010 a 30/07/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 125, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 125, de 01/07/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, IDE PAULO BOZA, brasileiro, casado, ocupante do cargo Efetivo MOTORISTA,



relativas ao período aquisitivo de 03/04/2009 à 03/04/2010, e gozo das mesmas no período de 01/07/2010 a 30/07/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 126, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 126, de 01/07/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARILENE SILVA DA SILVA, brasileira, casada, ocupante do cargo Efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2009 à 01/03/2010, e gozo das mesmas no período de 01/07/2010 a 30/07/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 127, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 127, de 01/07/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARIA INES NESI FAVARIM, brasileira, viúva, ocupante do cargo Efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO II, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2009 à 01/07/2010, e gozo das mesmas no período de 01/07/2010 a 30/07/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 128, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 128, de 01/07/2010.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1102/2005 e suas alterações posteriores, Lei nº 1043/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001 de 07/01/2008, prorrogado através do Decreto nº 1229/2010,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, JULIANA NESI BIAVA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felix Antonio Spricigo, no Município de Arroio Trinta - SC, inscrita no CPF sob nº 021.609.899-83 e Identidade nº 2.630.249, classificada em 6º lugar no concurso público, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, Nível CE-01, Lotado na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 horas as 12:00 horas e 13:30 horas as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 01 de julho de 2010.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 129, de 01/07/2010.

PORTARIA Nº 129, de 01/07/2010.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1102/2005 e suas alterações posteriores, Lei nº 1043/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001 de 07/01/2008, prorrogado através do Decreto nº 1229/2010,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, ROSENEI TURMINA CABRAL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Anibal Manenti, no Município de Arroio Trinta - SC, inscrita no CPF sob nº 467.455.999-53 e Identidade nº 1.684.075-5, classificada em 5º lugar no concurso público, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, Nível CE-01, Lotado na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 horas as 12:00 horas e 13:30 horas as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 01 de julho de 2010.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal



Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 165 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 165/2010-PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de banheiros químicos ecológicos para o desfile em Homenagem à Independência do Brasil. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 14/07/2010 às 17:30 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 30 de Junho de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 023 FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 023/2010-FAMABI

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a limpeza do local onde foi demolida uma construção edificada irregularmente em APP, localizada no morro do Tiburcio, conforme relatório de vistoria ambiental - RVA nº 113/2010. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 14/07/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 30 de Junho de 2010.
HENRIQUE AZEVEDO
Superintendente Da Famabi

Publicação de Licitação PP 163 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 163/2010-PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização da Rua de Lazer com torneio esportivo e festival de talentos, que será realizada na área de intervenção do Projeto Beira-Rio/HBB. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 14/07/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 30 de Junho de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 166 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 166/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Finanças, Desenvolvimento Econômico, Pesca e Maricultura, e Setor de Compras. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 15/07/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 30 de Junho de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 087/2010

PORTARIA 087/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.1999, art. 62, inciso i, parágrafo 2, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da Portaria 022/2010, que concedeu licença para tratamento de saúde, a servidora, Iolanda do Nascimento, ocupante do cargo de Auxiliar de Serv. Gerais Mer/Servente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período 06.05.2010 a 07.12.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 06.05.2010.

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2010.
VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 088/2010

PORTARIA 088/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença para repouso à gestante, a servidora, Rubia Krueger Sardo, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 17.06.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,



condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 17.06.2010.

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 089/2010

PORTARIA 089/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora Suzirlene Aparecida Zoboli Will, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 038/2010 de 17.02.2010, a partir de 22.06.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 22.06.2010.

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 090/2010

PORTARIA 090/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Nilton Lucht, ocupante do cargo de Pedreiro/Carpinteiro, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 22.06.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 22.06.2010.

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 4.537/10

DECRETO nº 4.537, de 29 de junho de 2010.
Estabelece horário especial de expediente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido horário especial de expediente da Prefeitura Municipal de Caçador, a ser cumprido pelos Servidores Públicos Municipais, nos dias de jogos do Brasil, em decorrência de sua classificação para participação nas fases que venham a ser disputadas na Copa do Mundo de Futebol, conforme segue:

I - nos jogos a serem realizados às 11h00 o expediente será das 13h30 às 19h30m; e

II - nos jogos a serem realizados às 15h30m, o expediente será das 08h00 às 14h00.

Art. 2º - Ficam excluídos do horário especial estabelecido neste artigo, todos os serviços de natureza essencial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de junho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Aviso Licitação PR 13-2010 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 13/2010

TIPO: Menor Preço Por Lote

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRISCOS, MATERIAIS PARA MOTOSERAS, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÕES NA ESTRUTURA DO HORTO FLORESTAL PARA PRODUÇÃO DE MUDAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 10:00 Horas do Dia 16/07/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 10:05 Horas do Dia 16/07/2010.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sítio Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 30 de junho de 2010.

ANDRÉ FRANCISCO CANALLE
Presidente

Resumo Ata de Habilitação CV 19/2010 - PREFEITURA

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 19/2010 - PREFEITURA

Empresas que apresentaram proposta:

TORMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, sem representante presente,
OD BRITADORES E TÉCNICA LTDA, sem representante presente,
MAW MÁQUINAS WIGGERS LTDA, sem representante presente,
Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências do Edital, estando habilitadas a participarem do presente processo, desta forma, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não encontram-se presentes, no entanto, solicita-se que, caso não haja interesse



de apresentação de recursos as empresas manifestem-se por escrito visando agilizar o presente processo.

Resumo Ata de Habilitação TP 06/2010 PREFEITURA

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO TP 06/2010 PREFEITURA

Empresas que protocolaram proposta:

SOLO ENGENHARIA LTDA, sem representante presente, Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que a única empresa que protocolou proposta apresentou somente o Atestado de Visita e as negativas no INSS, Municipal e da União, faltando dos demais documentos constantes no item 2.1 do Edital, desta forma, como a única empresa participante apresentou a documentação em desacordo com o Edital abre-se o prazo legal de 08 (oito) dias úteis para apresentação dos documentos faltantes nos termos do Art. 48, Parágrafo 3º da Lei 8.666/93.

Editais do Resultado da Avaliação dos Candidatos Inscritos em Reserva de Vaga Para Pessoas com Deficiência

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010

EDITAL DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS EM RESERVA DE VAGA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, nomeada pelo Decreto nº 4.421, de 29 de janeiro de 2010, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado da avaliação prevista no item 3 do Edital 01/2010, referentes ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador em atendimento ao Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

1. Da convocação

1.1. As avaliações seguiram o rito estabelecido no item 3 do Edital 01/2010, e foram realizadas no dia 29 de junho de 2010 – terça-feira – às 10:00h (dez horas).

1.2. Os candidatos abaixo relacionados, foram convocados para se apresentar às 10:00h (dez horas) no Hospital Jonas Ramos - Materno Infantil, Rua Pinheiro Machado, n. 184, Bairro Vila Paraíso - Caçador - SC, munidos de documento original de identidade e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID.

| CARGO 020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO | |
|-------------------------------------|-----------|
| NOME | INSCRIÇÃO |
| Elice Juliana Dos Santos | 1751 |
| Josiele de Lima | 3263 |
| Lana Ribeiro Da Silva | 2098 |
| Rubens Ribeiro | 3799 |
| Saule Pedro Pereira | 0964 |
| Vanessa Zanatta | 1685 |
| Willibaldo Carlos Zir | 1263 |

2. Do resultado

| CARGO 020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO | | | |
|-------------------------------------|-----------|------------|--------------------------------------|
| NOME | INSCRIÇÃO | RESULTADO | MOTIVO |
| Elice Juliana Dos Santos | 1751 | INDEFERIDO | Não apresentou documentação completa |
| Josiele de Lima | 3263 | INDEFERIDO | Não apresentou documentação completa |
| Lana Ribeiro Da Silva | 2098 | INDEFERIDO | Não compareceu |
| Rubens Ribeiro | 3799 | INDEFERIDO | Não apresentou documentação completa |
| Saule Pedro Pereira | 0964 | INDEFERIDO | Não apresentou documentação completa |
| Vanessa Zanatta | 1685 | INDEFERIDO | Não compareceu |
| Willibaldo Carlos Zir | 1263 | INDEFERIDO | Não apresentou documentação completa |

Caçador, 01 de julho de 2010.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Presidente da Comissão de Concurso

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.617

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.617 DE 29 DE JUNHO DE 2010

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O

"CLUBE MÃES DO CAMPO - CMC".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública o "CLUBE DE MÃES DO CAMPO - CMC", com sede na Estrada Geral, snº Localidade de Ribeirão do Meio, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, registrado no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de São Bento do Sul/SC, sob nº 1.088 à fls. 68 á 75, do Livro A nº. 14, do Registro de Pessoas Jurídicas e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob nº 10.625.156/0001-11.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito



Lei Nº 3.618

LEI Nº 3.618 DE 29 DE JUNHO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura

400000.00.148 - Despesas de Capital

440000.00.148 - Investimentos

449000.00.148 - Aplicações Diretas

449052.00.148 - Equipamentos e Material Permanente

R\$ 3.100,00

TOTAL R\$ 3.100,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.150

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.150 DE 30 DE JUNHO DE 2010

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO

MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de nº 05 de 30 de junho de 2010, anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 30 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete de Gabinete

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 30 DE JUNHO DE 2010.

APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO ANO 2010.

Maria Emília Duvoisin, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Plano de Ação do Ano 2010.

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de junho de 2010.

MARIA EMÍLIA DUVOISIN

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

GRAZIELA FABÍOLA LLANO CABRERA

1ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Decreto Nº 6.144

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.144 DE 25 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO TERMO DE

COMPROMISSO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Rescindir o Termo de Compromisso do Conselheiro Tutelar a pedido, Sr. CARLOS ALBERTO MABA, a partir de 25 de junho de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 25 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito



Decreto Nº 6.146

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.146 DE 28 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.548 de 20 de setembro de 2001; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ZULMIRA TEREZINHA RADOLL, para ocupar a função de Conselheira Tutelar, com a remuneração de R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais) mensais, conforme Lei Municipal nº 3.213 de 14 de março de 2007, a partir de 28 de junho de 2010 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.147

DECRETO Nº 6.147 DE 29 DE JUNHO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em atenção a Lei Municipal nº 3.617 de 29 de junho de 2010; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura

400000.00.148 - Despesas de Capital

440000.00.148 - Investimentos

449000.00.148 - Aplicações Diretas

449052.00.148 - Equipamentos e Material Permanente

R\$ 3.100,00

TOTAL R\$ 3.100,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.148

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.148 DE 29 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com à Srª. JUCELI SCHUTZLER NENEVE, Agente Operacional I, matrícula nº 954840, a partir de 29 de junho de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.149

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.149 DE 30 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA E DEMAIS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, NO DIA DE JOGO DO BRASIL NA COPA DO MUNDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) No dia 02 (sexta-feira) do mês de julho de 2010, jogo do Brasil na Copa do Mundo, a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e demais repartições públicas municipais, terão o seu horário de expediente no período da manhã até às 10:00 horas, reiniciando no período da tarde a partir das 13 horas e 30 minutos.

Parágrafo único - Caso haja prorrogação da partida Brasil X Holanda, o reinício do expediente no período da tarde será a partir das 14:00 horas.

Art.2º) Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de ju-



nho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.370

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.370 DE 25 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando a redação dada ao Artigo 13 da Instrução Normativa n. TC-08/2010, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que diz que os atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para reserva e pensão expedidos antes da publicação da referida Instrução Normativa, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2010;

Considerando o disposto do Anexo I da referida Instrução Normativa, que trata dos documentos que devem instruir o processo de concessão de aposentadoria de servidor público, que em seu item 16 prevê o envio da certidão original expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente ao tempo de serviço/contribuição prestado a iniciativa privada, com o respectivo processo de averbação;

Considerando que a Servidora Pública Municipal, Srª. ANA CORREIA foi aposentada em 14 de dezembro de 2000, através da Portaria Municipal n.º 1.484 (anexo); e

Considerando que a época da aposentação não foi efetuada à averbação da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 20024050.1.00040/10-8 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS (cópia anexa), cuja original está nos autos do processo de aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa n. TC-07/2008 reformada pela Instrução Normativa n. TC-08/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição, que tem 01 (uma) página, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em data de 25 de junho de 2010, sob Protocolo nº 20024050.1.00040/10-8, em favor da Servidora Pública Municipal, Srª. ANA CORREIA, matrícula nº 324.

Art.2º) A averbação de que trata o caput do artigo anterior, é equivalente aos períodos de contribuição constantes na tabela abaixo, que ao final perfazem 6.877 (seis mil, oitocentos e setenta e sete) dias, correspondendo a 18 anos, 10 meses e 07 dias de Tempo de Contribuição certificada pelo INSS:

| Empregador | Função | Período de Contribuição | Tempo de Contribuição |
|-------------------------|----------|-------------------------|--------------------------|
| Campo Alegre Prefeitura | Zeladora | 01/04/1982 a 12/04/1998 | 16 anos 00 meses 12 dias |

| | | | |
|--|----------|----------------------------|-----------------------------|
| H Walter S.A. Fábrica de Cadaroço. | Servente | 26/02/1963 a 20/12/1965 | 02 anos 09 meses 25 dias |
|--|----------|----------------------------|-----------------------------|

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/06/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.371

PORTARIA Nº 7.371 DE 25 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando a redação dada ao Artigo 13 da Instrução Normativa n. TC-08/2010, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que diz que os atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para reserva e pensão expedidos antes da publicação da referida Instrução Normativa, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2010;

Considerando o disposto do Anexo I da referida Instrução Normativa, que trata dos documentos que devem instruir o processo de concessão de aposentadoria de servidor público, que em seu item 16 prevê o envio da certidão original expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente ao tempo de serviço/contribuição prestado a iniciativa privada, com o respectivo processo de averbação;

Considerando que a Servidora Pública Municipal, SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ foi aposentada em 30 de abril de 1993, através do Decreto Municipal nº 1.440/93 (anexo); e

Considerando que a época da aposentação não foi efetuada à averbação da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 20024050.1.00035/10-4 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS (cópia anexa), cuja original está nos autos do processo de aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa n. TC-07/2008 reformada pela Instrução Normativa n. TC-08/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição, que tem 02 (duas) página, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em data de 31 de maio de 2010, sob Protocolo nº 20024050.1.00035/10-4, em favor da Servidora Pública Municipal, Sra. SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ.

Art.2º) A averbação de que trata o caput do artigo anterior, é equivalente aos períodos de contribuição constantes na tabela abaixo, que ao final perfazem 2.311 (dois mil, trezentos e onze)



dias, correspondendo a 06 anos, 04 meses e 01 dia de Tempo de Contribuição certificada pelo INSS:

| Empregador | Função | Período de Contribuição | Tempo de Contribuição |
|--------------------------------------|--------------|-------------------------|--------------------------|
| Sindicato Rural de Campo Alegre | Escriturária | 19/08/1970 a 19/04/1973 | 02 anos 08 meses 01 dia |
| Prefeitura Municipal de Campo Alegre | Escriturária | 01/02/1977 a 31/05/1980 | 03 anos 04 meses 00 dias |
| Prefeitura Municipal de Campo Alegre | Escriturária | 01/04/1982 a 30/07/1982 | 00 anos 04 meses 00 dias |

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/06/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.372

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.372 DE 25 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando a Instrução Normativa n. TC-08/2010, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que estabelece normas para envio de documentos e informações necessários à apreciação e registro de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão;

Considerando a redação dada ao Artigo 13 da Instrução Normativa supra citada que diz que os atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para reserva e pensão expedidos antes da publicação da referida Instrução Normativa, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2010;

Considerando o disposto do Anexo I da referida Instrução Normativa, que trata dos documentos que devem instruir o processo de concessão de aposentadoria de servidor público, que em seu item 16 prevê o envio da certidão original expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente ao tempo de serviço/contribuição prestado a iniciativa privada, com o respectivo processo de averbação;

Considerando que o Servidor Público Municipal, DAVI FARI foi aposentado em 30 de junho de 1995, através do Decreto nº 1.903/95 (anexo);

Considerando que a época da aposentação não foi efetuada à averbação da Certidão de Tempo de Serviço expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS (cópia anexa), cuja original está nos autos do processo de aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa n. TC-07/2008 reformada pela Instrução Normativa n. TC-08/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Serviço, que tem 03 (três) páginas, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em data de 06 de junho de 1995, em favor do Servidor Público Municipal, Sr. DAVI FARI.

Art.2º) A averbação de que trata o caput do artigo anterior, é equivalente aos períodos de contribuição constantes na tabela abaixo, que ao final perfazem 30 anos, 01 mês e 11 dias de Tempo de Serviço certificada pelo INSS:

| Empregador | Função | Período de Contribuição | Tempo Líquido |
|---|---------------------|-------------------------|--------------------------|
| Centrais Elétricas de Santa Catarina SA | Servente - fls. 01 | 20/06/1967 a 20/09/1967 | 00 anos 03 meses 01 dia |
| Centrais Elétricas de Santa Catarina SA | Servente - fls. 01 | 06/05/1968 a 01/07/1968 | 00 anos 01 mês 26 dias |
| Indústrias Artefama SA | Servente - fls. 01 | 16/07/1968 a 23/08/1968 | 00 anos 01 mês 08 dias |
| Centrais Elétricas de Santa Catarina SA | Servente - fls. 01 | 07/10/1968 a 14/12/1968 | 00 anos 02 meses 08 dias |
| Cooperativa de Produtores de Mate Ltda | Servente - fls. 02 | 26/06/1975 a 07/10/1975 | 00 anos 03 meses 12 dias |
| Bebidas Campo Alegre Ltda | Servente - fls. 02 | 01/12/1975 a 13/02/1976 | 00 anos 03 meses 12 dias |
| Prefeitura Municipal de Campo Alegre | Servente - fls. 02 | 01/03/1976 a 30/04/1977 | Não há informação na CTS |
| Prefeitura Municipal de Campo Alegre | Motorista - fls. 02 | 01/05/1977 a 03/11/1983 | Não há informação na CTS |
| Período Rural | Lavrador - fls. 03 | 01/01/1961 a 31/12/1966 | 06 anos 00 meses 00 dias |
| Período Rural | Lavrador - fls. 03 | 01/01/1970 a 31/12/1972 | 03 anos 00 meses 00 dias |
| Prefeitura Municipal de Campo Alegre | Motorista - fls. 03 | 02/01/1984 a 01/11/1990 | 09 anos 06 meses 24 dias |

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/06/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.373

PORTARIA Nº 7.373 DE 28 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.



Considerando a redação dada ao Artigo 13 da Instrução Normativa n. TC-08/2010, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que diz que os atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para reserva e pensão expedidos antes da publicação da referida Instrução Normativa, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2010;

Considerando o disposto do Anexo I da referida Instrução Normativa, que trata dos documentos que devem instruir o processo de concessão de aposentadoria de servidor público, que em seu item 16 prevê o envio da certidão original expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente ao tempo de serviço/contribuição prestado a iniciativa privada, com o respectivo processo de averbação;

Considerando que a Servidora Pública Municipal, RAQUEL BENTA PEREIRA foi aposentada em 16 de março de 2000, através da Portaria Municipal n.º 1.186 (anexo); e

Considerando que a época da aposentação não foi efetuada à averbação da Certidão de Tempo de Contribuição n.º 20722003.1.00036/99-3 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (cópia anexa), cuja original está nos autos do processo de aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa n. TC-07/2008 reformada pela Instrução Normativa n. TC-08/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição, que tem 02 (duas) página, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em data de 14/09/1999, sob Protocolo nº 20722003.1.00036/99-3, em favor da Servidora Pública Municipal, Sra. RAQUEL BENTA PEREIRA, matriculada sob n.º 000064.

Art.2º) A averbação de que trata o caput do artigo anterior, é equivalente aos períodos de contribuição constantes na tabela abaixo, que ao final perfazem 5.495 (cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco) dias, correspondendo a 15 anos, 00 meses e 20 dias de Tempo de Contribuição certificada pelo INSS:

| Empregador | Função | Período de Contribuição | Tempo de Contribuição |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|
| Prefeitura Municipal de Campo Alegre | Escriturário | 02/01/1975 a 17/03/1983 | 08 anos 02 meses 16 dias |
| Prefeitura Municipal de Campo Alegre | Sup. Mun. De Ensino | 01/06/1983 a 04/04/1990 | 06 anos 10 meses 04 dias |

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/06/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.374

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.374 DE 28 DE JUNHO DE 2010

DESIGNA ASSESSOR DE GABINETE

PARA RESPONDER INTERINAMENTE

PELO CARGO DE CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71 e Parágrafo 4º, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete, Sr. JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, para assumir interinamente o Cargo de Chefe de Gabinete, a partir de 25 de junho de 2010 à 28 de junho de 2010, por motivo de necessidade e força maior, a bem do serviço público.

Art.2º) O Assessor de Gabinete não fará jus à percepção pecuniária, a qualquer título ao cargo acumulado.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25 de junho de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/06/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Julgamento Convite Nº 74/2010 - PREF

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 74/2010)

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Lucilaine Mokfa Schwarz e Lílian Terezinha Bartsch, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 74/2010, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA EXECUÇÃO DO ANEXO I DA PREFEITURA MUNICIPAL (LAGE DA GARAGEM MUNICIPAL). Empresas convidadas: WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP, Munhoz Material de Construção Ltda Me, Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda, Material de Construção Campo Alegre, Comércio e Indústria Breithaupt S/A, ACM Ind. Com. Beneficiamento de Madeira Ltda. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes (somente os membros da Comissão já nominados, pois não houve representante das licitantes na sessão). Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) das empresas proponentes: WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP e Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação das empresas proponentes. A Comissão julgou as empresas licitantes devidamente HABILITADAS. A empresa WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP apresentou Certidão Simplificada comprovando o enquadramento como empresa de pequeno porte para valer-se da lei complementar 123/2006 (direito de preferência). Conforme desistência de recurso por



parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE. PARA O LOTE 01: A empresa Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda apresentou proposta com o valor de R\$ 1.765,00 e a empresa WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP apresentou proposta com o valor de R\$ 1.890,42. A Presidente da Comissão entrou em contato via telefone com a Sra. Enedir Jusviacki Schwalbe, representante legal da empresa WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP para verificar o interesse da empresa em cobrir a proposta apresentada pela empresa Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda, considerando o direito de preferência amparado pela Lei Complementar nº 123/2006. A Sra. Enedir NÃO teve interesse em cobrir a proposta (conforme documento recebido via fax). Sendo assim, a Comissão julgou a empresa Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda vencedora do LOTE 01. PARA O LOTE 02: A empresa WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP apresentou proposta com o valor de R\$ 3.079,00 e a empresa Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda apresentou proposta com o valor de R\$ 3.929,00, sendo assim, a Comissão julgou a empresa WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP vencedora do Lote 02. PARA O LOTE 03: A empresa Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda apresentou proposta com o valor de R\$ 8.233,40 e a empresa WS Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP apresentou proposta com o valor de R\$ 10.606,29, sendo assim, a Comissão julgou a empresa Lanal Comércio de Materiais para Construção Ltda vencedora do Lote 03. Está aberto prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria nº 10/2010 Contratação Temporária

PORTARIA Nº 10 DE 28 DE JUNHO DE 2010
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
PARA SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORA
EM LICENÇA MATERNIDADE.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; em seus Artigos 299 e 300 e Inciso IX; e suas alterações;
Resolve:

Art.1º) Contratar a Sr. RICARDO DE OLIVEIRA SEROQUE, para exercer o cargo de Agente Administrativo II Secretaria Geral, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Câmara Municipal de Campo Alegre, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vencimentos Nível 2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 831,52 (oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos) mensais, pelo período de 28 de junho de 2010 a 20 de setembro de 2010.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2010, em 3º lugar.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 28 de Junho de 2010.
FRANCISCO KOHLER
Presidente da Mesa

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato de Processo Licitação 13/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 13/2010
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 13/2010
CV Nº 05/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ECO ENDO MEDICINA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NA AREA DE GASTROENTEROLOGIA NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL DURANTE O EXERCICIO DE 2010.

VALOR: R\$ 1.999,80 (Hum mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

DATA: 01/07/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

Contrato nº 43/2010

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto nº 10

DECRETO Nº 10/2010

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS NO DIA 28/06/2010 - JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2010.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2010, que é um Torneio de Integração Mundial, especialmente de integração do Povo Brasileiro, o qual faz de cada jogo um momento de lazer;

Considerando que o Município de Campos Novos não pode furtar-se de conceder aos seus munícipes, como brasileiros que também o são, a possibilidade de assistir aos jogos da Seleção Brasileira,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário de expediente externo e interno, da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos em virtude da participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2010, conforme segue:

Dia 28/06/2010:

3:00 hs. às 15:00 hs.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 25 de junho de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

Decreto nº 11

DECRETO Nº 11/2010

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS NOS DIAS DE JO-



GOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2010.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2010, que é um Torneio de Integração Mundial, especialmente de integração do Povo Brasileiro, o qual faz de cada jogo um momento de lazer;

Considerando que o Município de Campos Novos não pode furtar-se de conceder aos seus munícipes, como brasileiros que também o são, a possibilidade de assistir aos jogos da Seleção Brasileira,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário de expediente externo e interno, da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos em virtude da participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2010, na seguinte forma:

- a) Nos dias em que houver jogo do Brasil as 11:00 horas, o expediente será das 14:00 às 19:00 horas;
- b) Nos dias em que houver jogo do Brasil as 15:30 horas, o expediente será das 8:30 às 14:30 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 29 de junho de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)
Presidente da Mesa

SAMAE

Portaria 0532010

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 053/2010, DE 22 DE JUNHO DE 2010

Joel Francisco Fagundes, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Constituir Comissão Permanente, para que façam a revisão do Regulamento do SAMAE, integrada pelos servidores:

- Giovane Luiz de Alvarenga - Presidente
- Vilma Aparecida Camargo Susin - Vice- Presidente
- Luis José Borella - Vogal
- Eduardo Bello Rodrigues - Vogal
- Edgar Gonçalves de Carvalho - Vogal

O mandato dos membros da Comissão terá início a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 0542010

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 054/2010, DE 29 DE JUNHO DE 2010

Joel Francisco Fagundes, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Constituir Comissão para levantar o Patrimônio do SAMAE, integrada pelos servidores:

- Auri Sérgio Liston - Presidente
- Jurandir Vieira Sarmento - Vice- Presidente
- Eduardo Bello Rodrigues - Vogal
- Alexandre José Biolchi - Vogal
- Michel Celso Gonçalves Moreira - Vogal
- Rodrigo Carpes de Oliveira - Vogal

O mandato dos membros da Comissão terá início a partir desta data, devendo o trabalho ser concluído até 29/08/2010.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Extrato de Contrato 12/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO CNO-12/2010- PROCESSO - 0215/2009
DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2010.

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto

CONTRATADA: Caixa Economica Federal

VALOR: R\$ R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através das caixas nas agências bancárias e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros)

PRAZO: 01.07.2010 a 30.06.2011.

Campos Novos - SC., 30 de Junho de 2010.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Extrato de Contrato 13/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO CNO-13/2010- PROCESSO - 0215/2009
DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2010.

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto

CONTRATADA: Banco do Brasil S/A

VALOR: R\$ R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através das caixas nas agências bancárias e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com Outros bancos (lotéricos e outros)



PRAZO: 01.07.2010 a 30.06.2011.

Campos Novos - SC.,30 de Junho de 2010.
JOEL FRANSCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Extrato de Contrato 14/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO CNO-14/2010- PROCESSO - 0215/2009
DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2010.

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto
CONTRATADA: Cooperativa de Credito Rural de Campos Novos
VALOR: R\$ R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através doas caixas nas agências bancárias e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com Outros bancos (lotéricos e outros)
PRAZO: 01.07.2010 a 30.06.2011.

Campos Novos - SC.,30 de Junho de 2010.
JOEL FRANSCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Extrato de Contrato 15/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
TERMO DE CONTRATO CNO Nº 15/2010
PROCESSO Nº. 219/2009
DATA DE ASSINATURA: 30 junho de 2.010.

OBJETO: Locação, Manutenção e atualização do Software de Contabilidade Publica e Folha de Pagamento.
CONTRATADA: Betha Sistema Ltda
VALOR: R\$ 466,52 (quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)
Pela locação do software de Contabilidade Publica e:
R\$ 260,11 (duzentos e sessenta reais e onze centavos)
pela locação do software de Folha de Pagamento.
PRAZO: 01.07 a 30.06.2011

Campos Novos - SC., 30 de Junho de 2010.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Extrato de Contrato 16/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO N. 16/2010.
PROCESSO N. 0205/2009
DATA DE ASSINATURA: 30 de Junho de 2010.

OBJETO: Administração e fornecimento de ticket's alimentação.
CONTRATADA: Banrisul Serviços Ltda
VALOR taxa de administração: R\$ 0% (zero por cento) .
PRAZO - 01.07 A 30.06.2011

Campos Novos - SC., 30 de Junho de 2010.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Extrato de Contrato 17/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO CNO-17/2010- PROCESSO - 0215/2009
DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2010.

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto
CONTRATADA: Banco Cooperativo SICREDI S.A
VALOR: R\$ R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através doas caixas nas agências bancárias e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com Outros bancos (lotéricos e outros)
PRAZO: 01.07.2010 a 30.06.2011.

Campos Novos - SC.,30 de Junho de 2010.
JOEL FRANSCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Extrato de Contrato 18/2010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO CNO-18/2010- PROCESSO - 0215/2009
DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2010.

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto
CONTRATADA: Banco Bradesco S/A
VALOR: R\$ R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através doas caixas nas agências bancárias e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com Outros bancos (lotéricos e outros)
PRAZO: 01.07.2010 a 30.06.2011.

Campos Novos - SC.,30 de Junho de 2010.
JOEL FRANSCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão eletrônico n.º 12/2010

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO N.º 59/2010
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2010

O Município de Canoinhas-SC, fará realizar no dia 15/07/2010, às 10:00 horas, pregão eletrônico para aquisição parcelada de diversos materiais de higiene e limpeza, destinados para distribuição nos Centros de Educação Infantil do Município, tipo menor preço por lote. Cadastro de propostas no site, até às 09:00 horas do dia 15/07/2010. Informações (047) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): <http://www.licitacoes-e.com.br>.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito



Edital de Pregão eletrônico n.º FMS 05/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 21/2010

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 05/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10 realizará no dia 16/07/2010, às 10:00 horas, pregão eletrônico para aquisição de uma motocicleta nova, zero quilometro, ano e modelo igual ou superior a 2010, destinada ao Ambulatório Municipal de Epidemiologia. Cadastro de propostas no site até às 09:00 horas do dia 16/07/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Resultado do julgamento do edital de Pregão eletrônico n.º 10/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 42/2010

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2010

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, através de seu pregoeiro e equipe de apoio, torna público o RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, relativamente ao Processo acima. Lote 01: Empresa vencedora: Randon S/A Implementos e participações (CNPJ 89.086.144/0004-69), com o preço global de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais). Lote 02: Mallon & Cia (CNPJ 83.189.605/0001-08), com o preço global de R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais). A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Edital Nº 27/2010 Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007

EDITAL Nº 27/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para

a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.



Canoinhas/SC, 23 de junho de 2010.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 27/2010
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

057 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
ELIZETE APARECIDA RIBEIRO

Edital Nº 28/2010 Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007

EDITAL Nº 28/2010
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco

Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 28/2010
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

009 - ASSISTENTE SOCIAL
MOZARA CARVALHO SCHADEK

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar 135/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 30 DE JUNHO DE 2010
Reinstitui o Sistema Municipal de Ensino.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:



TÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º A presente Lei Complementar estabelece o Sistema Municipal de Ensino do Município de Capinzal, que compreende todas as ações político-administrativas, as relações pedagógicas, a legislação, os alunos e os profissionais da educação, os processos, os currículos, os órgãos normativo e executivo, as instituições públicas, privadas e comunitárias e que visem garantir uma educação de qualidade em todos os níveis.

Parágrafo único. Esta Lei Complementar disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Sistema Municipal de Ensino, inspirado no princípio da democracia, no respeito à liberdade, na solidariedade humana e no respeito à natureza, tem por objetivo proporcionar ao Município e à sociedade civil os meios legais e institucionais capazes de garantir ao educando o acesso e a permanência numa escola de qualidade, assegurando a formação integral de sua personalidade, de sua cidadania e do conhecimento.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 3º O Sistema Municipal de Ensino compreende:

- I - a Secretaria Municipal da Educação;
- II - o Conselho Municipal de Educação;
- III - as instituições de educação infantil e ensino fundamental, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal; e
- IV - as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 4º O Sistema Municipal de Ensino, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação e do Conselho Municipal de Educação, incumbir-se-á de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de ensino da rede municipal;
- II - definir com o Estado e a União, formas de colaboração na oferta da educação infantil e ensino fundamental, que assegurem a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma das esferas de governo;
- III - elaborar e executar os planos educacionais em consonância com as diretrizes nacionais;
- IV - autorizar, credenciar, supervisionar e avaliar os estabelecimentos do seu Sistema de Ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental; e
- VI - elaborar e assegurar a valorização dos profissionais da educação através do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira dos Docentes da rede municipal.

TÍTULO II DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E FINS

Art. 5º A educação, direito de todos, dever da família e do Estado, desenvolve-se na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organi-

zações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas.

Art. 6º A educação no Município de Capinzal promovida e inspirada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade humana, bem-estar social e de democracia, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e convivência social, sua qualificação para o trabalho e, atenderá à formação humanística cultural, ética, política religiosa, técnica, científica, artística e democrática da população do Município.

Art. 7º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola da rede municipal;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas;
- VI - gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação;
- VIII - gestão democrática do ensino público;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII - promoção da integração escola-comunidade;
- XIII - escolarização obrigatória de toda a população em idade escolar;
- XIV - atendimento especializado aos portadores de necessidades educativas especiais; e
- XV - valorização da cultura local.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 8º O acesso ao ensino obrigatório é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete ao Município e ao Estado em regime de colaboração e com assistência da União:

- I - recensear, anualmente, a população em idade escolar para o ensino obrigatório;
- II - fazer a chamada pública ao ensino e providenciar a matrícula; e
- III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará, em primeiro lugar, o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º A comprovada negligência da autoridade competente na garantia do oferecimento do ensino obrigatório, resultará em crime de responsabilidade.

§ 4º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o Poder Público oferecerá formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente de escolarização anterior, na forma estabelecida pelo órgão normativo do sistema.

Art. 9º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental, completos no ato da matrícula ou a completar até a data de corte de trinta e um de março.

Art. 10. O dever do Município com a educação escolar pública será



efetivado mediante a garantia de:

I - oferta da educação infantil gratuita a crianças de zero a cinco anos;

Parágrafo único. As crianças que completarem seis anos após a data de corte de trinta e um de março permanecerão na educação infantil.

II - ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos portadores de necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

V - oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às necessidades e responsabilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores, as condições de acesso e permanência na escola;

VI - atendimento ao educando da educação infantil e ensino fundamental público por meio de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VII - padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e qualidade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

VIII - membros do magistério em número e qualificação suficientes para atender a demanda escolar; e

IX - ampliação progressiva, no ensino fundamental, do período de permanência na escola além das quatro horas de efetivo trabalho em sala de aula prevista no art. 34 da LDB.

§ 1º A ampliação a que se refere o inciso IX dar-se-á de forma progressiva, a partir da vigência desta Lei Complementar, visando alcançar o regime de tempo integral, prioritariamente, nas escolas situadas nas áreas em que as condições econômicas, sociais e pedagógicas o recomendarem.

§ 2º A ampliação referida no inciso IX deste artigo dar-se-á também através da oferta de aulas como complemento das atividades curriculares diárias, dentre as quais apoio pedagógico, recuperação paralela, atividades extracurriculares e outros que tiverem demanda e professores para atender dentro de sua carga horária.

Art. 11. O ensino é livre à iniciativa privada atendidas as seguintes condições:

I - observância das normas gerais da educação nacional e dos Sistemas Estadual e Municipal de Ensino;

II - autorização de funcionamento e reconhecimento pelo Poder Público do respectivo sistema de ensino;

III - condições físicas adequadas para o funcionamento; e

IV - capacidade de autofinanciamento, exceto o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As normas e exigências complementares para o cumprimento das condições estabelecidas neste artigo serão expedidas pelos órgãos normativo e executivo do respectivo sistema.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA

Art.12. A administração geral do Sistema Municipal de Ensino será exercida:

I - pela Secretaria Municipal da Educação, órgão executivo, com atribuições de planejamento, coordenação, execução, administração, supervisão, avaliação e as demais definidas em lei própria; e

II - pelo Conselho Municipal de Educação, órgão normativo, deliberativo, consultivo, propositivo, fiscalizador e mobilizador com atribuições previstas em lei e no seu regimento.

Seção I

Das Atribuições dos Estabelecimentos de Ensino

Art. 13. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas dos respectivos sistemas, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica estabelecida no projeto político-pedagógico (PPP);

II - administrar seu pessoal e recursos materiais, bem como os recursos financeiros determinados pela Secretaria Municipal da Educação;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e especialista;

V - prover os meios para recuperação dos alunos de aproveitamento insuficiente;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento escolar dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; e

VIII - constituir os conselhos escolares ou equivalentes e divulgar a ampliação e a prestação de contas dos recursos e serviços.

Seção II

Das Atribuições dos Profissionais da Educação

Art. 14. Os profissionais da educação, docentes e especialistas, incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e ou do órgão executivo do sistema;

III - zelar pela aprendizagem e qualidade de ensino dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento escolar previstas no PPP;

V - cumprir os dias letivos e ministrar as horas de efetivo trabalho escolar estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional; e

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e comunidade.

Seção III

Da Gestão do Ensino Público

Art. 15. Fica assegurada a gestão democrática do ensino público na Educação Básica com base nos seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação da comunidade escolar e local nos conselhos escolares ou equivalentes e na elaboração do projeto pedagógico da escola; e

III - progressivo grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro.

TÍTULO IV

DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES

Art. 16. A educação escolar municipal compõe-se de:

I - educação básica formada pela educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino; e

II - educação infantil das instituições privadas.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Art. 17. A educação e o ensino serão ministrados na forma de:

I - ensino regular geral;



II - educação especial para os portadores de necessidades educacionais especiais, podendo ser em parceria com outras entidades especializadas; e

III - Educação de Jovens e Adultos (EJA).

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 18. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 19. A educação básica poderá ser organizada em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência ou outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A Secretaria Municipal da Educação ou a escola poderá classificar os alunos, inclusive os transferidos, tendo por base as normas curriculares gerais obedecidas às normas emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerados os fatores climáticos e econômicos que envolvam seu modo de vida, sem reduzir o número mínimo de horas letivas dos educandos, previsto nesta Lei Complementar com aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 20. A educação básica fica organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - carga horária mínima anual para o ensino fundamental e educação infantil de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série, exceto a primeira do ensino fundamental, poderá ser feita:

a) por promoção, para os alunos que cursaram, com aproveitamento, a série anterior na própria escola;

b) por transferência, para alunos procedentes de outras escolas; e

c) independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela Secretaria Municipal da Educação, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do aluno e permita sua inscrição na série adequada, conforme regulamentação do Conselho Municipal de Educação.

III - poderão organizar-se classes ou turmas com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento de matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes ou outros componentes curriculares;

IV - a avaliação do rendimento escolar, entendida como resultado de reflexão sobre todos os componentes do processo ensino-aprendizagem, como forma de superar dificuldades, deverá ser desenvolvida observando os seguintes critérios:

a) ser investigadora, diagnóstica e emancipadora concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

b) ser processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, respeitando as características individuais e sócio-culturais dos sujeitos envolvidos;

c) possibilitar aceleração de estudos para os alunos com atraso escolar, podendo para tanto ser firmada parceria com outras ins-

tuições de ensino;

d) considerar a possibilidade de avanço nas séries mediante verificação do aprendizado;

e) considerar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

f) considerar como obrigatoriedade estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus projetos políticos pedagógicos e regimentos; e

g) incluir conselhos de classe participativos, envolvendo todos os sujeitos do processo ou comissões específicas, cabendo-lhes definir encaminhamentos e alternativas.

V - o controle de frequência fica sob responsabilidade da escola, conforme disposições do seu regimento e nas normas do Conselho de Educação, exigido a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VI - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declaração de conclusão de série e certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis; e

VII - o número de educandos por sala de aula será definido de acordo com critérios técnicos, pedagógicos e físicos, de tal forma que possibilite adequada comunicação do aluno com o professor e aproveitamento eficiente e suficiente.

Art. 21. O currículo do ensino fundamental observará a base nacional comum e será complementado por uma parte diversificada a ser definida pelo Conselho Municipal de Educação em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação, levando-se em consideração as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º A parte diversificada do currículo e conteúdos prevista neste artigo levará em consideração:

I - a promoção dos valores culturais nacionais e regionais;

II - programas visando a análise e a reflexão crítica sobre a comunicação social;

III - adaptação a realidade do meio urbano e rural, programação de orientação técnica e científica sobre a prevenção e o uso de drogas, a proteção do meio ambiente, técnicas agrícolas, trânsito, educação sexual, cultura afro descendente, ECA e música;

IV - conteúdos programáticos voltados para a formação associativa, cooperativa e sindical; e

V - inclusão a partir do primeiro ano do ensino fundamental, facultativa na educação infantil, do ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, através de escolha da Secretaria da Educação mediante aprovação do Conselho Municipal de Educação, dentro das possibilidades da instituição escolar.

§ 2º O ensino da disciplina de arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos, devendo ser inserido em tal contexto o conteúdo de música.

§ 3º A educação física, integrada a proposta pedagógica da unidade escolar, é componente curricular da educação básica, ajustando-se as faixas etárias e as condições da população escolar, distribuídos conforme previsão do projeto político-pedagógico de cada escola.

§ 4º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º A base nacional comum será definida pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 22. Os conteúdos curriculares da educação infantil e do ensino fundamental observarão ainda as seguintes diretrizes:

I - difusão dos valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;

II - consideração às condições de escolaridade e peculiaridades dos alunos em cada estabelecimento de ensino;

III - orientação para o trabalho; e

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas des-

portivas não formais.

Art. 23. Na oferta da educação infantil e ensino fundamental para a população rural, nos estabelecimentos situados no interior do Município, serão permitidas as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades locais, mediante regulamentação e autorização do Conselho Municipal de Educação considerando:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesse dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 24. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade:

- I - o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, emocional, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade;
- II - proporcionar à criança o desenvolvimento de sua auto-imagem e o convívio no seu processo de socialização, com a percepção das diferenças e contradições sociais.

Art. 25. Na educação infantil, as disciplinas de arte e educação física são componentes curriculares obrigatórios, ajustando-se às faixas etárias e às condições das crianças.

Art. 26. A educação infantil será ministrada em:

- I - creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para crianças de três a cinco anos de idade, ficando organizada da seguinte forma:
 - a) Pré-Escolar I: para crianças que completarão três anos de idade até trinta e um de março e quatro anos de idade durante o ano letivo;
 - b) Pré-Escolar II: para crianças que completarão quatro anos de idade até trinta e um de março e cinco anos de idade durante o ano letivo; e
 - c) Pré-Escolar III: para crianças que completarão cinco anos de idade até trinta e um de março e seis anos de idade durante o ano letivo.

Art. 27. Nos estabelecimentos de educação infantil, o processo de desenvolvimento da criança deverá estimular, prioritariamente, os aspectos sócio-afetivos, psicomotores e cognitivos, sem a preocupação com alfabetização formal e regular.

Art. 28. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Art. 29. A autorização para funcionamento de estabelecimentos de educação infantil, públicos ou privados vinculados ao Sistema Municipal de Educação, será concedida mediante parecer do Conselho Municipal de Educação.

Seção III

Do Ensino Fundamental

Art. 30. O ensino fundamental compreende nove anos ou séries, atendendo a idade e o desenvolvimento de educandos, como um todo orgânico, proporcionando, de maneira sistemática, os conhecimentos básicos do saber para o exercício consciente da cidadania e a fundamentação intelectual para o prosseguimento dos estudos em nível médio.

Art. 31. O ensino fundamental, como formação obrigatória mínima do cidadão brasileiro, será garantido pelo Poder Público à

totalidade de clientela dentro da faixa etária escolar obrigatória, observando o seguinte:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 32. O ensino fundamental regular do sistema municipal será oferecido em nove séries contínuas e articuladas abrangendo nove anos de estudos, sendo admitido o desdobramento em ciclos, compreendendo:

- I - séries iniciais: da primeira (1ª) a quinta (5ª) série; e
- II - séries finais: da sexta (6ª) a nona (9ª) série.

§ 1º A rede municipal de ensino proporcionará às crianças que completarem seis anos de idade até trinta e um de março a matrícula no primeiro ano do ensino fundamental.

§ 2º Os três primeiros anos do ensino fundamental serão considerados um ciclo de alfabetização, devendo primar-se pela não reprovação, exceto nos casos devidamente justificados.

Art. 33. O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem, devendo ser ministrado na Língua Portuguesa.

Art. 34. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas da rede pública de ensino fundamental, com ônus para os cofres públicos.

Art. 35. A jornada escolar será de quatro horas, com obrigatoriedade de permanência do aluno na escola, com possibilidade de progressão da jornada.

Seção IV

Da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Art. 36. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) terá caráter de formação geral e será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental em idade própria.

§ 1º Compete ao Conselho Municipal de Educação regulamentar o funcionamento desta modalidade de ensino e formação, ficando a autorização de funcionamento a cargo da Secretaria Municipal da Educação.

§ 2º As entidades mantenedoras, observadas as disposições da legislação vigente, expedirão os correspondentes certificados que serão reconhecidos pelo Sistema Municipal de Ensino.

Art. 37. A Educação de Jovens e Adultos poderá ser oferecida mediante cursos, obedecidas às características especiais dos alunos, considerando idade mínima para o ensino fundamental quinze (15) anos e para o ensino médio dezoito (18) anos.

Parágrafo único. Os cursos a que se refere este artigo realizar-se-ão em nível de conclusão do ensino fundamental e compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando, neste caso, para prosseguimento de estudos em nível de ensino médio.

Art. 38. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência da clientela da Educação de Jovens e Adultos na escola e demais instituições próprias, mediante ações integradas e complementares à educação regular e formal do Sistema Municipal de Ensino.



Seção V**Da Educação Especial**

Art. 39. A educação especial, entendida como um processo integrativo de educação escolar, visa a prevenção, o ensino, a reabilitação e a integração de educandos portadores de necessidades especiais, mediante a utilização de recursos pedagógicos, tecnológicos e educacionais específicos.

§ 1º A educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil, prolongando-se pelo ensino fundamental, sendo oferecida, preferencialmente, na rede regular do ensino.

§ 2º Ao educando com necessidades especiais integrado na rede regular de ensino será garantido o atendimento especializado em sala de recursos e serviço de apoio pedagógico, em período não coincidente com o de frequência na série regular, podendo ser firmado parcerias para este atendimento.

§ 3º Ao educando portador de deficiência mental severamente prejudicado e ao portador de deficiências múltiplas associadas a graves comprometimentos, será garantido o atendimento especializado em escolas especiais.

Art. 40. O Sistema Municipal de Ensino deverá assegurar aos educandos com necessidades especiais:

I - espaços adequados e facilitados, currículos, métodos, técnicas, recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados, para atender às necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menos tempo o programa escolar para os educandos com altas habilidades;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive para os que não revelarem condições de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora; e

V - acesso igualitário aos benefícios de programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular.

Art. 41. O Conselho Municipal de Educação estabelecerá critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Art. 42. Compete à Secretaria Municipal da Educação, através do Conselho Municipal de Educação, supervisionar o atendimento aos portadores de deficiências físicas, sensoriais e mentais, bem como aos superdotados, através de planejamento ordenado e articulado, com órgãos públicos e privados, sem fins lucrativos.

TÍTULO V**DAS INSTITUIÇÕES E DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 43. O ensino, nos diversos níveis e modalidades, será ministrado em instituições e estabelecimentos autorizados, existentes no Município, sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, locais e regionais.

Art. 44. Os estabelecimentos de ensino, incluídos aqueles de educação e ensino não formal, serão mantidos no Sistema Municipal de Educação:

I - pelo Poder Público Municipal;

II - por associações, fundações e entidades de diversas naturezas,

da iniciativa privada; e

III - por pessoas físicas, obedecendo os ditames legais e normas do Sistema.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino, assim criados e instituídos obedecerão, quanto à sua vinculação administrativa, ao disposto nos artigos 16 a 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Art. 45. No Sistema Municipal de Educação considerar-se-á cada um dos estabelecimentos escolares, para efeito de relacionamento funcional, como unidade autônoma, ainda que legalmente subordinada a uma rede ou entidade mantenedora.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exime de responsabilidade legal, a respectiva entidade mantenedora.

CAPÍTULO II**DA INTEGRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DENOMINAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

Art. 46. Para que haja a efetiva integração dos estabelecimentos de ensino no Sistema Municipal, é indispensável a existência dos seguintes atos:

I - ato de criação;

II - ato de autorização de funcionamento;

III - ato de credenciamento; e

IV - ato de reconhecimento.

Art. 47. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - ato de criação: o documento expresso e específico pelo qual o interessado cria o estabelecimento de ensino e manifesta a intenção de mantê-lo, sujeitando o seu funcionamento às disposições legais e normativas do Sistema Municipal de Educação.

Parágrafo único. A criação de estabelecimentos de ensino obedece às seguintes normas:

a) quando mantidos pelo Município, são criados por ato do Chefe do Poder Executivo;

b) quando mantidos por fundações ou associações educacionais, são criados por ato dos órgãos superiores dessas instituições, na forma de seus estatutos ou o que dispuser, quanto à matéria, lei própria; e

c) quando mantidos por pessoas físicas, são criados na obediência de legislação específica, no âmbito do Direito Civil e Comercial.

II - ato de autorização de funcionamento: o documento de autorização expedido pelo Conselho Municipal de Educação, pelo qual o interessado é autorizado a pôr em funcionamento, por tempo determinado ou indeterminado, o respectivo estabelecimento de ensino, independentemente de sua natureza, se de ensino ou de educação formal ou não;

III - por ato de credenciamento: o documento concedido pelo Conselho Municipal de Educação, aos estabelecimentos de ensino com o direito de funcionamento pleno de suas atividades educacionais, no Sistema Municipal de Ensino, porém, em caráter temporário.

Parágrafo único. O credenciamento é requisito mínimo, após a autorização oficial de funcionamento, para a válida expedição de certificados.

IV - por ato de reconhecimento: o documento concedido pelo Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal da Educação, aos estabelecimentos de ensino, dando o direito pleno e por prazo indeterminado de suas atividades educacionais, integrando-se de forma estável no Sistema Municipal de Ensino e em gozo completo das prerrogativas legais, mediante avaliação do Poder Público competente.

Parágrafo único. No ato de implantação desta Lei Complementar serão consideradas automaticamente credenciadas e reconhecidas como integrantes do Sistema Municipal de Ensino todas as instituições educacionais mantidas pelo poder público municipal.

Art. 48. O encerramento de atividades de estabelecimento de en-



sino, no seu todo ou em parte, pode ocorrer:

I - por decisão expressa da entidade mantenedora; e
II - por cassação da autorização de funcionamento, em ato expresso da autoridade competente, a qualquer tempo, ainda que de estabelecimento já credenciado e, mesmo reconhecido.

§ 1º Em qualquer dos casos referidos neste artigo deverão ser resguardados, rigorosamente, os direitos adquiridos dos alunos que, em hipótese alguma, poderão ser prejudicados em seus estudos, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa à entidade mantenedora.

§ 2º Os procedimentos de cassação, ouvido o Conselho Municipal de Educação, serão de competência da Secretaria Municipal da Educação.

§ 3º Os recursos a que terá direito a entidade mantenedora deverão ser encaminhados, em primeira instância, ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 49. As unidades educacionais integradas ao Sistema Municipal de Ensino denominar-se-ão:

I - Creche: para instituições cuja clientela tem idade entre zero e três anos;

II - Pré-Escola: para instituições cuja clientela tem idade entre três e cinco anos;

III - Centro de Educação Infantil: para instituições que atendem a ambos os níveis referidos nos incisos I e II;

IV - Escola: para estabelecimento de ensino que atenda educação infantil e/ou ensino fundamental;

V - Escola Especial: para o estabelecimento voltado ao atendimento específico dos portadores de deficiências múltiplas e deficientes mentais severamente prejudicados; e

VI - Centro de Educação de Adultos: para os estabelecimentos voltados ao atendimento da Educação de Jovens e Adultos.

CAPÍTULO III

DOS PRÉDIOS ESCOLARES

Art. 50. Os prédios escolares deverão oferecer condições técnico-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento integral do processo educativo instrucional.

Parágrafo único. A adequação técnica-pedagógica abrangerá todas as dependências escolares necessárias ao atendimento do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da participação comunitária.

Art. 51. Nos prédios escolares são obrigatórias as instalações adequadas aos portadores de deficiências físicas.

TÍTULO VI

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DA ADMISSÃO

Art. 52. Nas instituições da rede pública municipal a admissão de pessoal técnico-administrativo, docentes e especialistas, será feita por concurso público de provas e títulos.

Parágrafo único. Em situação comprovada de falta de profissionais para desenvolvimento das atividades voltadas ao ensino, a administração pública poderá compor quadro de pessoal, para os seus estabelecimentos, em caráter temporário, com profissionais com ou em formação de nível superior, com prioridade para os matriculados em cursos para a formação específica de professores.

Art. 53. Nas instituições da rede privada de ensino, em qualquer nível ou modalidade, a admissão obedecerá às disposições do seu regimento e/ou estatuto, ressalvado o que sobre a matéria dispõem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CAPÍTULO II

DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 54. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teoria e prática, inclusive mediante capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em situações de ensino e em outras atividades; e

III - aperfeiçoamento específico ao profissional alfabetizador.

Art. 55. A formação de docentes para atuar na educação infantil e ensino fundamental far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena.

Parágrafo único. É admitida, excepcionalmente, como formação mínima para o exercício do magistério, na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a obtida em nível médio na modalidade normal.

Art. 56. A formação de profissionais da educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional na educação infantil e ensino fundamental, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Parágrafo único. A efetiva experiência docente de, no mínimo três anos, é pré-requisito para o exercício de quaisquer outras funções de magistério ou atividades técnicas, administrativas ou pedagógicas em estabelecimento de ensino ou órgãos administrativos do Sistema.

CAPÍTULO III

DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 57. O Sistema Municipal de Ensino, no que se refere à valorização dos profissionais da educação, baseia-se nos seguintes princípios:

I - um terço da carga horária do professor será reservada a estudos, planejamento, avaliação e auxílio nos trabalhos administrativos no próprio local de trabalho;

II - acesso ao aperfeiçoamento profissional continuado;

III - valorização decorrente da titulação e/ou habilitação e da avaliação de seu desempenho efetuada pela chefia imediata;

IV - liberdade de opinião, de idéias, de cultura religiosa e de convicção política e ideológica;

V - condições adequadas de trabalho; e

VI - remuneração condigna e justa para o seu bom desempenho como educador.

Art. 58. Aos profissionais integrantes da rede pública municipal, além dos princípios gerais de admissão, formação e valorização, ficam acrescidas as seguintes garantias:

I - estatuto e plano de carreira definidos em lei própria;

II - ingresso, exclusivamente, por concurso público;

III - progressão profissional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho; e

IV - piso salarial profissional.

Art. 59. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 60. A formação continuada, entendida como aperfeiçoamento e atualização profissional, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, faz parte da valorização dos profissionais da educação e deverá ser assegurada nos termos do estatuto e plano de carreira do magistério público municipal.



Art. 61. A formação continuada, direito e dever dos profissionais da educação pública, terá a definição, o apoio, o planejamento e a coordenação geral do órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino, podendo ser efetivada mediante programação própria ou através de parceria com universidades e outras instituições de educação superior que possuam cursos em atividades reconhecidas e credenciados nas áreas demandadas.

§ 1º Na rede pública, a oferta e a chamada dos que irão frequentar os cursos de formação continuada, com dispêndio de recursos públicos, ficarão a critério do órgão executivo do Sistema.

§ 2º O Poder Público proporcionará o acesso à formação continuada a todos os integrantes do seu quadro de profissionais em atividades na educação de forma rotativa, priorizando as áreas mais necessitadas.

§ 3º Os profissionais da educação da rede pública municipal que frequentarem programas de formação continuada fora dos programas oficiais ou conveniados, deverão ter seus títulos avaliados por comissão especial, se utilizados para progressão na carreira.

§ 4º Cabe às instituições executoras a expedição dos títulos.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS DE APOIO E CONTROLE

Art. 62. Os serviços de apoio e controle escolar e do acompanhamento da ação educativa e didático-pedagógica dos estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Municipal de Educação, em nível de educação infantil e ensino fundamental, será feito harmonicamente como complementação da ação pedagógica do processo de ensino-aprendizagem.

TÍTULO VII

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 63. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios do Município e do Estado;

II - receita de transferências constitucionais e de outras transferências;

III - receita do salário educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - produto das aplicações financeiras, das disponibilidades, dos recursos públicos destinados à educação; e

VI - outros recursos previstos em lei.

Art. 64. O Município de Capinzal aplicará anualmente nunca menos de vinte e cinco por cento (25%) da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino público na educação básica.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pelo Estado ao Município será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, como receita do Governo Municipal.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionados neste artigo as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para a fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos neste artigo, será considerada a receita estimada na Lei do Orçamento Anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo ocorrerá, no que couber, ao órgão responsável pela Educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia; e

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de

cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 65. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino, as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais em todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando o aprimoramento da qualidade e a expansão do ensino;

V - realização de atividade-meio necessárias ao funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

VI - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender no disposto nos incisos deste artigo; e

VII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programa de transporte escolar.

Art. 66. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino ou quando efetivada fora do sistema de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública sejam militares ou civis;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social; e

V - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 67. As receitas e as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal e as normas estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 68. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros na educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades; e

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudos para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública no domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir, prioritariamente, na expansão da sua rede local.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. A Secretaria Municipal da Educação organizará serviço onde inscreverá, obrigatoriamente, para registro, todos os estabelecimentos de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de

Ensino.

Art. 70. Não haverá distinção entre os estudos realizados em estabelecimentos públicos e privados e/ou credenciados e reconhecidos.

Art. 71. As deliberações do Conselho Municipal de Educação dependerão de homologação em ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal e terão vigência imediata após a publicação.

Art. 72. A cooperação entre o Município de Capinzal e o Estado será definida em legislação própria.

Art. 73. O Poder Público Municipal estimulará a criação e institucionalização de estabelecimentos de ensino na zona rural.

Art. 74. A qualidade do ensino e da educação, a atualização dos professores e do pessoal técnico-administrativo do Sistema Municipal de Educação, são objetos do interesse maior do Município de Capinzal, cabendo às respectivas instâncias administrativas e normativas editar sua regulamentação e normatização.

Art. 75. A falta de material escolar e de uniforme, quando este for exigido, não se constituirão em impedimento para que o aluno possa participar das atividades escolares.

Art. 76. A equivalência e a revalidação de estudos realizados em estabelecimentos de ensino estrangeiro obedecerão à regulamentação e normatização editadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 77. As atividades e programas educacionais referentes à educação física, ao desporto, à recreação, às artes, à orientação educacional e vocacional e, ainda, outras formas de educação, poderão ser ministradas de acordo com a idade, a procedência, interesses e os objetivos da clientela e independem da vinculação com os estabelecimentos de ensino e de educação em que os alunos se encontram matriculados.

§ 1º Nas atividades previstas neste artigo poderão ser acrescentadas as atividades rurais e de trabalho próprias para o seu exercício e profissionalização.

§ 2º A realização do previsto neste artigo poderá ocorrer mediante convênios e parcerias entre estabelecimentos de educação e de ensino, entre si, bem como com outras instituições e/ou fundações e empresas de qualquer ordem ou natureza.

§ 3º Os estudos e atividades assim realizados poderão ser aproveitados integral ou parcialmente pelos estabelecimentos de ensino e de educação nos currículos escolares.

Art. 78. Os estabelecimentos de ensino deverão elaborar seu Regimento Escolar que será aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e homologado pela Secretaria Municipal da Educação.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 79. O Plano Municipal de Ensino, elaborado com a participação da sociedade, aprovado por lei, ouvido os órgãos colegiados de gestão democrática do ensino, articulado com o plano nacional e estadual, terá como objetivos básicos:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento ao ensino obrigatório;

III - melhoria das condições e da qualidade de ensino;

IV - formação humanística, científica e tecnológica;

V - progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno de ensino fundamental;

VI - a gestão democrática da educação de forma evolutiva e abrangente; e

VII - número de alunos por sala de aula que possibilite adequada comunicação e aproveitamento, obedecendo a critérios pedagógi-

cos e níveis de ensino.

Art. 80. Os estabelecimentos de educação e de ensino terão o prazo de um ano, após a publicação desta Lei Complementar, para adaptarem seus regimentos.

Art. 81. Caberá aos pais e/ou responsáveis legais de crianças e adolescentes providenciar sua matrícula e zelar pela frequência escolar.

Art. 82. Os cursos isolados tipo "ensino livre" serão regulados por legislação própria do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 83. Cabe à Secretaria Municipal da Educação, ouvido o Conselho Municipal de Educação, fixar os critérios de aproveitamento de estudos realizados em regimes diversos aos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 84. Ficam automaticamente ajustados, quanto à nomenclatura, as disposições da legislação anterior à vigência da presente Lei Complementar.

Art. 85. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei Complementar serão analisadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 86. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei Complementar.

Art. 87. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 88. Revoga a Lei Complementar nº 43, de 2 de dezembro de 1999.

Capinzal, em 30 de junho de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Contrato 123/2010 PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0123/2010

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia 0082/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para execução do CENTRO DE EVENTOS, localizado anexo a Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, RECURSOS DO GOVERNO - MINISTÉRIO DO TURISMO.

VALOR R\$: 301.957,52

VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 31/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0031/2010

Pregão Eletrônico 0007/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: DARLI LUIZ BELOTTO & CIA LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setem-



bro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 32/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0032/2010
Pregão Eletrônico 0007/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setembro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 33/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0033/2010
Pregão Eletrônico 0007/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setembro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 34/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0034/2010
Pregão Eletrônico 0007/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setembro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 35/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 0001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0035/2010
Pregão Eletrônico 0007/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setembro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 36/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0036/2010
Pregão Eletrônico 0007/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setembro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 37/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0037/2010
Pregão Eletrônico 0007/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setembro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 39/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0039/2010
Pregão Eletrônico 0007/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 30 de setembro de 2010.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 30/09/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 47/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0047/2010
Pregão Presencial 0014/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades em 25% (vinte e cinco pontos percentuais) , acrescendo o valor do contrato original em R\$ 608,75 (seiscientos e oito reais, setenta e cinco centavos) .
VALOR R\$: 608,75
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 55/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0055/2010
Pregão Eletrônico 0021/2010
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades em 25% (vinte e cinco pontos percentuais) , acrescendo o valor do contrato original em R\$ 250,35 (duzentos e cinquenta reais, trinta e cinco centavos) .
VALOR R\$: 250,35
VIGÊNCIA: 30/06/2010 A 31/12/2010

Edital 016/2010

EDITAL Nº 016, DE 30 DE JUNHO DE 2010.
Notifica recursos recebidos do Governo Federal - Orçamento Geral da União.



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros no valor de cento e sessenta e oito mil e trezentos reais (R\$ 168.300,00), proveniente do Governo Federal, no âmbito do Programa - PRONAT, sob a gestão do Ministério de Desenvolvimento Agrário ao Contrato de repasse nº 0306215-62/2009, representada pela Caixa Econômica Federal, objetivando aquisição de caminhão e tanque isotérmico.

Capinzal - SC, 30 de junho de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Edital 017.2010

EDITAL Nº 017, DE 30 DE JUNHO DE 2010.

Notifica recursos recebidos do Governo do Estado, através da SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba - SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros no valor de oitenta e dois mil e quinhentos reais (R\$ 82.500,00), proveniente do Governo do Estado de Santa Catarina, sob a gestão da SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba - SC, ao Contrato de repasse nº 6749/2010, objetivando a construção da Unidade de Saúde do Loteamento Parizotto.

Capinzal - SC, 30 de junho de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria P/ 5021/10

PORTARIA P/ 5021/10, de 28.06.2010.

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, ILOI MORAES DE SOUZA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

R E S O L V E:

DEMITIR, Iloi Moraes de Souza, ocupante do Cargo Agente de Copa e higienização, com 25 horas semanais, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal

de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/ 5020/10.

Catanduvás, 28 de junho de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5020/10.

Extrato de Contrato FMS Nº 047/2010

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde do Município de Catanduvás

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 047/2010

Processo Licitatório nº 0058/2010 - Tomada de Preços nº 0002/2010.

Objeto: Execução de projeto para construção de unidade básica de saúde, conforme Projeto de engenharia, memorial descritivo e orçamento básico, anexo ao edital deste processo, em regime de empreitada global visando o atendimento do convênio celebrado com o Governo Federal, através do Ministério da Saúde e o município de Catanduvás.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): IRANI CONSTRUTORA E PRÉ MOLDADOS LTDA.

Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias.

Valor global R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais).

Data e assinatura do contrato: 28 de maio de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 048/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVÁS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 048/2010

Processo Licitatório nº 0070/2010 - Pregão Presencial nº 0024/2010.

Objeto: aquisição de uma (01) ambulância, zero quilômetro, destinada ao Fundo Municipal de Saúde de Catanduvás.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): RUDIGER CAMINHOES E ONIBUS LTDA.

Prazo de vigência: 04 (quatro) meses.

Valor global R\$ 99.490,00 (noventa e nove mil quatrocentos e noventa reais).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 049/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVÁS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 049/2010

Processo Licitatório nº 0076/2010 - Pregão Presencial nº 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com



o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvas.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): PRHODENT COMERCIO E REPRESENTAÇÃO HOSPITALAR E DENT. LTDA.

CNPJ nº 93.327.161/0001-75

Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 4.664,80 (quatro mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 050/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 050/2010

Processo Licitatório nº 0076/2010 - Pregão Presencial nº 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvas.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): CENTROSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 7.046,60 (sete mil e quarenta e seis reais e sessenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 050/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 050/2010

Processo Licitatório nº 0076/2010 - Pregão Presencial nº 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvas.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): CENTROSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 7.046,60 (sete mil e quarenta e seis reais e sessenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 051/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 051/2010

Processo Licitatório nº 0076/2010 - Pregão Presencial nº 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvas.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME.

Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 1.316,00 (um mil trezentos e dezesseis reais).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 052/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 052/2010

Processo Licitatório nº 0076/2010 - Pregão Presencial nº 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvas.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): COMAPE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA.

Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 4.418,50 (quatro mil quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 053/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 053/2010

Processo Licitatório nº 0076/2010 - Pregão Presencial nº 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvas.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): SANTA CRUZ COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES ODONTOLOGICOS LTDA.



Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 5.835,00 (cinco mil oitocentos e trinta e cinco reais).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS N° 054/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS N° 054/2010

Processo Licitatório n° 0076/2010 - Pregão Presencial n° 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvás.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): Comercial Brasileira de Medicamentos CBM LTDA.

Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 8.230,00 (oito mil duzentos e trinta reais).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS N° 056/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS N° 056/2010

Processo Licitatório n° 0076/2010 - Pregão Presencial n° 0028/2010.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos e materiais permanentes para mobiliar os locais de atendimento junto aos PSF's dos bairros Sebaldo Kunz, Sayonara e Unidade Central, deste município, visando cumprir com convênio a ser celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR de Joaçaba e o município de Catanduvás.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde da - Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): GUERRA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA.

Prazo de vigência: de 30 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 5.540,00 (cinco mil quinhentos e quarenta reais).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato N° 097/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvás

EXTRATO DE CONTRATO N° 097/2010

Processo Licitatório n° 0085/2010 - Carta Convite n° 0044/2010.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia e construção civil para execução do projeto de britagem, drenagem pluvial, e meios

fios no Distrito Industrial, em empreitada global, visando atender convênio a ser celebrado com o Governo do Estado e o município de Catanduvás.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Contratado (a): EMOPLAN Construções Cíveis LTDA.

Prazo de vigência: 60 (sessenta) dias.

Valor global R\$ 66.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais).

Data e assinatura do contrato: 30 de junho de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Balancete Financeiro FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 05/2010

Emissão: 31/05/2010

| > TÍTULOS | V A L O R | > TÍTULOS | V A L O R |
|---|-----------|---|-----------|
| RECEITA ORÇAMENTARIA | 12,31 | DESPESA ORÇAMENTARIA | 1.558,07 |
| RECEITAS CORRENTES | 12,31 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.558,07 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 12,31 | | |
| > RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | > DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00 |
| > DESPESA EMPENHADA | 1.558,07 | > DESPESA PAGA | 1.603,07 |
| CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES | 1.558,07 | CREDITO LIQUIDADO | 1.603,07 |
| | | CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE | 1.603,07 |
| > SALDOS ANTERIORES | 4.379,14 | > SALDOS ATUAIS | 2.788,38 |
| BANCO DO BRASIL | 1.401,00 | BANCO DO BRASIL | 1.358,74 |
| BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 2.978,14 | BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 1.429,64 |
| > TOTAL | 5.949,52 | > TOTAL | 5.949,52 |

RESPONSÁVEL P/ SEC ADMINISTRAÇ
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Balancete Financeiro FMAS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 05/2010

Emissão: 31/05/2010

| > TÍTULOS | V A L O R | > TÍTULOS | V A L O R |
|---|-------------------|---|-------------------|
| RECEITA ORÇAMENTARIA | 15.390,08 | DESPESA ORÇAMENTARIA | 41.643,77 |
| RECEITAS CORRENTES | 15.390,08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 41.643,77 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 9,82 | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 15.380,26 | | |
| > RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 20.253,00 | > DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 126,50 |
| PREVIDENCIA SOCIAL | 126,50 | PREVIDENCIA SOCIAL | 126,50 |
| INSS | 126,50 | INSS | 126,50 |
| REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS | 20.126,50 | | |
| REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA | 20.126,50 | | |
| > DESPESA EMPENHADA | 41.643,77 | > DESPESA PAGA | 43.174,97 |
| CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES | 41.643,77 | CREDITO LIQUIDADO | 43.174,97 |
| | | CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE | 43.174,97 |
| > SALDOS ANTERIORES | 41.442,09 | > SALDOS ATUAIS | 33.783,70 |
| BANCO DO BRASIL | 31.671,68 | BANCO DO BRASIL | 24.408,92 |
| BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 9.770,41 | BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 9.374,78 |
| > TOTAL | 118.728,94 | > TOTAL | 118.728,94 |

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Balancete Financeiro FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 05/2010

Emissão: 31/05/2010

| > TÍTULOS | V A L O R | > TÍTULOS | V A L O R |
|--|-------------------|--|-------------------|
| RECEITA ORÇAMENTARIA | 83.777,09 | DESPESA ORÇAMENTARIA | 308.374,29 |
| RECEITAS CORRENTES | 83.777,09 | SAÚDE | 308.374,29 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 5,09 | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 8.207,18 | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 75.243,72 | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 321,10 | | |
| > RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 324.276,95 | > DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 28.784,30 |
| PREVIDENCIA SOCIAL | 13.131,34 | PREVIDENCIA SOCIAL | 11.577,18 |
| INSS | 13.131,34 | INSS | 11.577,18 |
| INSS | 13.131,34 | INSS | 11.577,18 |
| PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU | 351,90 | PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU | 351,90 |
| TESOURO NACIONAL | 11.477,08 | PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI | 1.612,57 |
| IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - | 11.477,08 | Assistência Médica UNIMED | 1.612,57 |
| IRRF / EMPRESAS | 382,56 | EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF, | 2.643,52 |
| IRRF S/ RENDIMENTOS DO TRABALHO | 11.094,52 | Empréstimo CEF | 1.296,51 |
| PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI | 1.475,79 | Empréstimo B. Brasil | 1.347,01 |
| Assistência Médica UNIMED | 1.475,79 | DIVERSOS CONSIGNATARIOS | 12.599,13 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF, | 2.976,36 | ASSERV | 1.125,47 |
| Empréstimo CEF | 1.629,35 | Taxa de Manutenção das Carteirinhas | 275,20 |
| Empréstimo B. Brasil | 1.347,01 | Desconto Sindicato | 317,53 |
| DIVERSOS CONSIGNATARIOS | 12.649,36 | Emprest Consig BV Financeira | 9.890,43 |
| ASSERV | 1.138,28 | Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb | 990,50 |
| Taxa de Manutenção das Carteirinhas | 265,60 | | |
| Desconto Sindicato | 364,55 | | |
| Emprest Consig BV Financeira | 9.890,43 | | |
| Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb | 990,50 | | |
| REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS | 282.215,12 | | |
| REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA | 282.215,12 | | |
| > DESPESA EMPENHADA | 308.374,29 | > DESPESA PAGA | 383.140,44 |
| CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES | 308.374,29 | CREDITO LIQUIDADO | 383.140,44 |
| | | CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE | 383.140,44 |
| > SALDOS ANTERIORES | 189.341,15 | > SALDOS ATUAIS | 185.470,45 |
| BANCO DO BRASIL | 136.532,04 | BANCO DO BRASIL | 128.734,39 |
| BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 28.585,00 | BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 30.320,42 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 24.224,11 | CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 26.415,64 |
| > TOTAL | 905.769,48 | > TOTAL | 905.769,48 |

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Balancete Financeiro FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 05/2010

Emissão: 31/05/2010

| > TÍTULOS | V A L O R | > TÍTULOS | V A L O R |
|---|------------|---|------------|
| RECEITA ORÇAMENTARIA | 8.088,29 | DESPESA ORÇAMENTARIA | 5.637,08 |
| RECEITAS CORRENTES | 8.088,29 | SEGURANÇA PÚBLICA | 5.637,08 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 5.865,16 | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 710,62 | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 1.500,00 | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 12,51 | | |
| | | | |
| > RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | > DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 0,00 |
| | | | |
| > DESPESA EMPENHADA | 5.637,08 | > DESPESA PAGA | 8.138,67 |
| CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES | 5.637,08 | CREDITO LIQUIDADO | 8.138,67 |
| | | CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE | 8.138,67 |
| | | | |
| > SALDOS ANTERIORES | 160.644,37 | > SALDOS ATUAIS | 160.593,99 |
| BANCO DO BRASIL | 100.000,00 | BANCO DO BRASIL | 100.392,59 |
| BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 60.644,37 | BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 60.201,40 |
| | | | |
| > TOTAL | 174.369,74 | > TOTAL | 174.369,74 |

RESPONSÁVEL P/ S. ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Balancete Financeiro PMC

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 05/2010

Emissão: 31/05/2010

| > TÍTULOS | V A L O R | > TÍTULOS | V A L O R |
|--|---------------------|--|---------------------|
| RECEITA ORÇAMENTARIA | 1.178.335,38 | DESPESA ORÇAMENTARIA | 1.020.838,07 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.163.253,16 | ADMINISTRAÇÃO | 239.286,47 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 102.127,52 | SEGURANÇA PÚBLICA | 167,47 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 39.692,14 | EDUCAÇÃO | 372.378,23 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 4.725,58 | CULTURA | 4.243,37 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 993.261,58 | URBANISMO | 77.486,37 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 23.446,34 | HABITAÇÃO | 11.625,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 15.082,22 | AGRICULTURA | 60.514,52 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 15.082,22 | COMUNICAÇÕES | 600,00 |
| | | TRANSPORTE | 209.569,23 |
| | | DESPORTO E LAZER | 4.688,18 |
| | | ENCARGOS ESPECIAIS | 40.279,23 |
| > RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 73.682,54 | > DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 442.976,13 |
| PREVIDENCIA SOCIAL | 28.875,78 | PREVIDENCIA SOCIAL | 27.048,28 |
| INSS | 28.875,78 | INSS | 27.048,28 |
| INSS | 25.774,37 | INSS | 23.946,87 |
| INSS/EMPRESA | 3.101,41 | INSS/EMPRESA | 3.101,41 |
| PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU | 714,00 | PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU | 586,50 |
| PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI | 8.086,35 | PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI | 4.485,27 |
| ASSISTENCIA MEDICA UNIMED | 8.086,35 | ASSISTENCIA MEDICA UNIMED | 4.485,27 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF, | 13.973,77 | EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF, | 13.519,35 |
| EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL | 7.900,57 | EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL | 7.900,57 |
| EMPRESTIMO CEF | 6.073,20 | EMPRESTIMO CEF | 5.618,78 |
| DIVERSOS CONSIGNATARIOS | 20.032,64 | DIVERSOS CONSIGNATARIOS | 19.912,89 |
| ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999 | 4.478,73 | ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999 | 4.341,00 |
| ASSERV | 4.478,73 | ASSERV | 4.341,00 |
| OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG | 15.553,91 | OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG | 15.571,89 |
| TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS | 825,60 | TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS | 828,16 |
| DESCONTO MASTERFARMA | 124,58 | DESCONTO MASTERFARMA | 124,58 |
| DESCONTO SINDICATO | 773,45 | DESCONTO SINDICATO | 788,87 |
| Emprest Consignacao BV Financeira | 13.266,46 | Emprest Consignacao BV Financeira | 13.266,46 |
| Emprestimo Carlos F. Rodrigues | 563,82 | Emprestimo Carlos F. Rodrigues | 563,82 |
| REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS | 2.000,00 | DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG, | 15.082,22 |
| | | Fornecedores do exercício de 2009 proce | 15.082,22 |
| | | REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS | 362.341,62 |
| | | REPASSE REF TRANSF FINANC FM ASSIST SOC | 20.126,50 |
| | | REPASSE REF TRANSF FINANC FM SAUDE | 282.215,12 |
| | | REPASSE REF TRANSF FINANC CM VEREADORES | 60.000,00 |
| > DESPESA EMPENHADA | 1.020.838,07 | > DESPESA PAGA | 956.986,60 |
| CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES | 1.020.838,07 | CREDITO LIQUIDADO | 956.986,60 |
| | | CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE | 956.986,60 |
| > SALDOS ANTERIORES | 1.456.095,83 | > SALDOS ATUAIS | 1.308.151,02 |
| BANCO DO BRASIL | 536.269,42 | BANCO DO BRASIL | 552.805,98 |
| BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 320.162,63 | BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 357.054,47 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 599.663,78 | CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 398.290,57 |
| > TOTAL | 3.728.951,82 | > TOTAL | 3.728.951,82 |

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Despesa FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada Exercício: 2010
ESTADO DE SANTA CATARINA Mes de maio, Saldos até 31/05/2010 Anexo TC-08

| Código Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|--|-----------|--------------|----------------|----------|-----------|----------------|----------------|----------------|-----------|-------------|---------------|
| 20 FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 2001 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 0027 ADOLESCENTE ASSISTIDO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO DA I | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 33000000 DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 3.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 33900000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 3.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 3.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 33903007 * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 352,07 | 352,07 | 0,00 | 0,00 | 397,07 | -45,00 |
| 33903980 * 00 000000 hospedagens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 516,00 | 516,00 | 0,00 | 0,00 | 516,00 | 0,00 |
| 33903999 * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 | 690,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 | 0,00 |
| 40000000 DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada Exercício: 2010
ESTADO DE SANTA CATARINA Mes de maio, Saldos até 31/05/2010 Anexo TC-08

| Código Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|---|-----------|--------------|----------------|----------|-----------|--------------------|----------------|----------------|-----------------|-------------|---------------|
| 33000000 DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 3.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 3.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 3.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| 33903007 * * 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 352,07 | 352,07 | 0,00 | 0,00 | 397,07 | -45,00 |
| 33903980 * * 000000 hospedagens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 516,00 | 516,00 | 0,00 | 0,00 | 516,00 | 0,00 |
| 33903999 * * 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 | 690,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 | 0,00 |
| 40000000 DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.558,07 | 1.558,07 | 0,00 | 13.441,93 | 1.603,07 | -45,00 |
| | | | | | | Estornos até o Mes | 0,00 | | Pagos até o Mes | 1.603,07 | |

RESPONSÁVEL P/ SEC ADMINISTRAÇ
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Despesa FMAS

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de maio, Saldos até 31/05/2010Pág. 001
Exercício: 2010
Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 30 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 356.500,00 | 32.281,25 | 0,00 | 0,00 | 388.781,25 | 41.643,77 | 41.643,77 | 0,00 | 347.137,48 | 43.174,97 | -1.531,20 |
| 3001 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 356.500,00 | 32.281,25 | 0,00 | 0,00 | 388.781,25 | 41.643,77 | 41.643,77 | 0,00 | 347.137,48 | 43.174,97 | -1.531,20 |
| 08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 356.500,00 | 32.281,25 | 0,00 | 0,00 | 388.781,25 | 41.643,77 | 41.643,77 | 0,00 | 347.137,48 | 43.174,97 | -1.531,20 |
| 244 | ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | 356.500,00 | 32.281,25 | 0,00 | 0,00 | 388.781,25 | 41.643,77 | 41.643,77 | 0,00 | 347.137,48 | 43.174,97 | -1.531,20 |
| 0028 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 356.500,00 | 32.281,25 | 0,00 | 0,00 | 388.781,25 | 41.643,77 | 41.643,77 | 0,00 | 347.137,48 | 43.174,97 | -1.531,20 |
| 2076 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNIC | 104.500,00 | 22.281,25 | 0,00 | 0,00 | 126.781,25 | 17.853,75 | 17.853,75 | 0,00 | 108.927,50 | 19.857,03 | -2.003,28 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 97.500,00 | 22.281,25 | 0,00 | 0,00 | 119.781,25 | 17.463,75 | 17.463,75 | 0,00 | 102.317,50 | 17.879,03 | -415,28 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 97.500,00 | 22.281,25 | 0,00 | 0,00 | 119.781,25 | 17.463,75 | 17.463,75 | 0,00 | 102.317,50 | 17.879,03 | -415,28 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 97.500,00 | 22.281,25 | 0,00 | 0,00 | 119.781,25 | 17.463,75 | 17.463,75 | 0,00 | 102.317,50 | 17.879,03 | -415,28 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 47,84 | 47,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 47,84 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.733,54 | 1.733,54 | 0,00 | 0,00 | 2.346,46 | -612,92 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 251,30 | 251,30 | 0,00 | 0,00 | 513,06 | -261,76 |
| 33903014 | * 48 000004 material educativo e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903014 | * 48 000004 material educativo e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.250,00 |
| 33903014 | * 48 000004 material educativo e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | -1.000,00 |
| 33903014 | * 48 000004 material educativo e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903016 | * 52 000067 material de expedient | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 51,00 | -51,00 |
| 33903016 | * 52 000067 material de expedient | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 117,00 | 117,00 | 0,00 | 0,00 | 1.702,74 | -1.585,74 |
| 33903017 | * 52 000067 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 600,00 | 600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 600,00 |
| 33903017 | * 52 000067 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91,00 | 91,00 | 0,00 | 0,00 | 91,00 | 0,00 |
| 33903019 | * 00 000000 material de acondicio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903019 | * 00 000000 material de acondicio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903019 | * 00 000000 material de acondicio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 98,00 | 98,00 | 0,00 | 0,00 | 98,00 | 0,00 |
| 33903020 | * 52 000061 material de cama, mes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 79,90 | -79,90 |
| 33903020 | * 52 000061 material de cama, mes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903021 | * 63 000056 material de copa e co | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.472,58 | 1.472,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.472,58 |
| 33903022 | * 50 000006 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 189,07 | -189,07 |
| 33903022 | * 50 000006 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.163,81 | -1.163,81 |
| 33903022 | * 50 000006 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903023 | * 48 000004 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41,89 | -41,89 |
| 33903023 | * 48 000004 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903023 | * 48 000004 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 720,00 | 720,00 | 0,00 | 0,00 | 435,21 | 284,79 |
| 33903026 | * 63 000056 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903028 | * 48 000004 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903029 | * 63 000056 material para áudio, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 | -210,00 |
| 33903030 | * 00 000000 material para comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903030 | * 00 000000 material para comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903044 | * 52 000067 material de sinalizaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903046 | * 52 000067 material bibliográfic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 146,85 | -146,85 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.372,19 | 1.372,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.372,19 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.122,35 | 2.122,35 | 0,00 | 0,00 | 1.431,74 | 690,61 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.458,00 | -1.458,00 |

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de maio, Saldos até 31/05/2010Pág. 002
Exercício: 2010
Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * 50 000006 outros materiais de d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * 50 000006 outros materiais de d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * 50 000006 outros materiais de d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * 50 000006 outros materiais de d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 843,50 | 843,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 843,50 |
| 33903606 | * 50 000006 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 750,00 | 750,00 | 0,00 | 0,00 | 667,50 | 82,50 |
| 33903606 | * 50 000006 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 700,00 | 700,00 | 0,00 | 0,00 | 623,00 | 77,00 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.730,45 | 1.730,45 | 0,00 | 0,00 | 1.666,61 | 63,84 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903917 | * 52 000061 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903917 | * 52 000061 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903920 | * 52 000061 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903920 | * 52 000061 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 524,00 | 524,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 524,00 |
| 33903947 | * 63 000056 serviços de comunicac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903949 | * 63 000056 produções jornalístic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 0,00 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 592,69 | -592,69 |
| 33903959 | * 00 000000 serviços de áudio, ví | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903980 | * 50 000006 hospedagens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 554,50 | -554,50 |
| 33903988 | * 50 000006 serviços de publicida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903988 | * 50 000006 serviços de publicida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * 48 000004 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 501,00 | -501,00 |
| 33903999 | * 48 000004 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.840,00 | 1.840,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.840,00 |
| 33903999 | * 48 000004 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * 48 000004 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33904710 | * 50 000006 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.115,00 | -1.115,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 6.610,00 | 1.978,00 | -1.588,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 6.610,00 | 1.978,00 | -1.588,00 |
| 44000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 6.610,00 | 1.978,00 | -1.588,00 |
| 44905206 | * 00 000000 aparelhos e equipamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905212 | * 00 000000 aparelhos e utensílio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905212 | * 00 000000 aparelhos e utensílio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905233 | * 52 000067 equipamentos para áud | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905234 | * 52 000067 máquinas, utensílios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * 52 000067 equipamentos de proce | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 0,00 | 390,00 | 0,00 |
| 44905242 | * 00 000000 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.150,00 | -1.150,00 |
| 44905242 | * 00 000000 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905242 | * 00 000000 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 438,00 | -438,00 |
| 2077 | MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERA | 120.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 130.000,00 | 18.140,02 | 18.140,02 | 0,00 | 111.859,98 | 19.667,94 | -1.527,92 |
| 300000000 | DESPESAS CORRENTES | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 115.000,00 | 18.140,02 | 18.140,02 | 0,00 | 96.859,98 | 19.667,94 | -1.527,92 |
| 300000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 105.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 115.000,00 | 18.140,02 | 18.140,02 | 0,00 | 96.859,98 | 19.667,94 | -1.527,92 |
| 339000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 105.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 115.000,00 | 18.140,02 | 18.140,02 | 0,00 | 96.859,98 | 19.667,94 | -1.527,92 |
| 33903004 | * 00 000000 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 340,00 | 340,00 | 0,00 | 0,00 | 208,00 | 132,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaçã | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 758,09 | 758,09 | 0,00 | 0,00 | 561,38 | 196,71 |
| 33903017 | * 00 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 152,00 | 152,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 152,00 |
| 33903019 | * 00 000000 material de acondicio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25,00 | 25,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25,00 |
| 33903020 | * 00 000000 material de cama, mes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903021 | * 00 000000 material de copa e co | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 469,00 | 531,00 |

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|-----------|--------------|----------------|----------|-----------|----------------|----------------|----------------|-----------|-------------|---------------|
| 33903022 | * 00 000000 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122,05 | 122,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122,05 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.593,78 | -1.593,78 |
| 33903026 | * 00 000000 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 261,07 | 261,07 | 0,00 | 0,00 | 31,20 | 229,87 |
| 33903029 | * 00 000000 material para áudio, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | -100,00 |
| 33903030 | * 00 000000 material para comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903031 | * 00 000000 sementes, mudas de pl | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 578,50 | 578,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 578,50 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.127,00 | -1.127,00 |
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.967,92 | 2.967,92 | 0,00 | 0,00 | 2.695,84 | 272,08 |
| 33903299 | * 00 000000 outros materiais de d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.926,64 | 3.926,64 | 0,00 | 0,00 | 3.479,00 | 447,64 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903916 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180,00 | 180,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180,00 |
| 33903917 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 560,00 | 560,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 560,00 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903967 | * 00 000000 serviços funerários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.060,00 | 3.060,00 | 0,00 | 0,00 | 2.550,00 | 510,00 |
| 33903978 | * 00 000000 limpeza e conservação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400,00 | 400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400,00 |
| 33903988 | * 00 000000 serviços de publicida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 600,00 | -600,00 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.808,75 | 3.808,75 | 0,00 | 0,00 | 6.252,74 | -2.443,99 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2078 | CONSERVAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE CO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2083 | ESTUDOS SOCIO ECONOMICOS E AUXILIO C | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2084 | TRANSFERENCIAS A CLUBE DE IDOSOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33500000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2085 | TRANSFERENCIAS A CLUBES DE MARES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33500000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2086 | TRANSFERENCIAS A APAE | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 3.000,00 | 2.000,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 3.000,00 | 2.000,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 3.000,00 | 2.000,00 |
| 33500000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 3.000,00 | 2.000,00 |
| 33504199 | * 00 000000 outras contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 2.000,00 |
| 2087 | TRANSFERENCIAS AO PATRONATO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 650,00 | 650,00 | 0,00 | 9.350,00 | 650,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 650,00 | 650,00 | 0,00 | 9.350,00 | 650,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 650,00 | 650,00 | 0,00 | 9.350,00 | 650,00 | 0,00 |
| 33500000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 650,00 | 650,00 | 0,00 | 9.350,00 | 650,00 | 0,00 |
| 33504199 | * 00 000000 outras contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 650,00 | 650,00 | 0,00 | 0,00 | 650,00 | 0,00 |
| 2088 | TRANSFERENCIAS A COMUNIDADE CASA ESPE | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |

CPL Informática.

Pág. 004

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-------------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33500000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1079 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CENTROS DE | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1080 | IMPLANTACAO DE ACADEMIAS DE GINASTICA | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | | 356.500,00 | 32.281,25 | 0,00 | 0,00 | 388.781,25 | 41.643,77 | 41.643,77 | 0,00 | 347.137,48 | 43.174,97 | -1.531,20 |

Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010
Anexo TC-08

| Código Especificações | | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-----------------------|-----|------------------------------|--------------|----------------|----------|-----------|----------------|----------------|----------------|-----------|-------------|---------------|
| 33903099 | * * | 000056 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.122,35 | 2.122,35 | 0,00 | 0,00 | 1.431,74 | 690,61 |
| 33903099 | * * | 000061 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903203 | * | 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.967,92 | 2.967,92 | 0,00 | 0,00 | 2.695,84 | 272,08 |
| 33903203 | * | 000005 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903203 | ** | 000006 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.458,00 | -1.458,00 |
| 33903203 | ** | 000056 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * | 000000 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.926,64 | 3.926,64 | 0,00 | 0,00 | 3.479,00 | 447,64 |
| 33903299 | * | 000006 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | ** | 000056 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * | 000061 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | ** | 000067 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 843,50 | 843,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 843,50 |
| 33903606 | * | 000006 serviços técnicos pr | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 750,00 | 750,00 | 0,00 | 0,00 | 667,50 | 82,50 |
| 33903606 | * | 000067 serviços técnicos pr | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903699 | * | 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903699 | * | 000006 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 700,00 | 700,00 | 0,00 | 0,00 | 623,00 | 77,00 |
| 33903699 | ** | 000056 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.730,45 | 1.730,45 | 0,00 | 0,00 | 1.666,61 | 63,84 |
| 33903699 | * | 000067 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903916 | * | 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180,00 | 180,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180,00 |
| 33903917 | * | 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 560,00 | 560,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 560,00 |
| 33903917 | * | 000061 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903917 | * | 000067 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903920 | * | 000061 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903920 | * | 000067 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 524,00 | 524,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 524,00 |
| 33903947 | * | 000056 serviços de comunicac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903949 | * | 000056 produções jornalístic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 0,00 |
| 33903958 | * | 000000 serviços de telecomu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 592,69 | -592,69 |
| 33903959 | * | 000000 serviços de áudio, v | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903967 | * | 000000 serviços funerários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.060,00 | 3.060,00 | 0,00 | 0,00 | 2.550,00 | 510,00 |
| 33903978 | * | 000000 limpeza e conservaçã | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400,00 | 400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400,00 |
| 33903980 | * | 000006 hospedagens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 554,50 | -554,50 |
| 33903988 | * | 000000 serviços de publicid | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 600,00 | -600,00 |
| 33903988 | * | 000006 serviços de publicid | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903988 | * | 000056 serviços de publicid | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * | 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.808,75 | 3.808,75 | 0,00 | 0,00 | 6.252,74 | -2.443,99 |
| 33903999 | * | 000004 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 501,00 | -501,00 |
| 33903999 | * | 000006 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.840,00 | 1.840,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.840,00 |
| 33903999 | * | 000056 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * | 000061 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 339040716 | * | 000006 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.115,00 | -1.115,00 |
| 44000000 | | DESPESAS DE CAPITAL | 62.000,00 | 0,00 | 0,00 | 62.000,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 61.610,00 | 1.978,00 | -1.588,00 |
| 44000000 | | INVESTIMENTOS | 62.000,00 | 0,00 | 0,00 | 62.000,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 61.610,00 | 1.978,00 | -1.588,00 |
| 44000000 | | APLICAÇÕES DIRETAS | 62.000,00 | 0,00 | 0,00 | 62.000,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 61.610,00 | 1.978,00 | -1.588,00 |
| 44905206 | * * | 000000 aparelhos e equipame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905212 | * * | 000000 aparelhos e utensíli | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905212 | * * | 000061 aparelhos e utensíli | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905233 | * * | 000067 equipamentos para fu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905234 | * * | 000067 máquinas, utensílios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * * | 000067 equipamentos de proc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 390,00 | 390,00 | 0,00 | 0,00 | 390,00 | 0,00 |
| 44905242 | * * | 000000 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.150,00 | -1.150,00 |

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-------------|--------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|--------------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-------------|---------------|
| 44905242 | * " 000061 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905242 | * " 000067 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 438,00 | -438,00 |
| TOTAL GERAL | | 356.500,00 | 32.281,25 | 0,00 | 0,00 | 388.781,25 | 41.643,77 | 41.643,77 | 0,00 | 347.137,48 | 43.174,97 | -1.531,20 |
| | | | | | | Estornos até o Mes | 0,00 | | | Pagos até o Mes | 43.174,97 | |

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PRICINATO CRC/SC 13.325

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|--------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 33903969 | * 00 000000 seguros em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903978 | * 02 000000 limpeza e conservação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 383,60 | 383,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 383,60 |
| 33903981 | * 00 000000 serviços bancários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903983 | * 02 000000 serviços de cópias e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 411,65 | 88,35 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| 33904710 | * 00 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2090 | CONSERVACAO E MANUTENCAO DO HOSPITAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | INVESTIMENTOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905234 | * 00 000000 máquinas, utensílios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * 00 000000 equipamentos de proce | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2091 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE | 1.352.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.352.300,00 | 120.039,23 | 120.039,23 | 0,00 | 1.232.260,77 | 156.508,68 | -66.469,45 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 1.342.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.342.300,00 | 119.579,23 | 119.579,23 | 0,00 | 1.222.720,77 | 152.885,49 | -33.306,22 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.067.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.067.300,00 | 83.512,66 | 83.512,66 | 0,00 | 983.787,34 | 86.216,55 | -2.703,89 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.067.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.067.300,00 | 83.512,66 | 83.512,66 | 0,00 | 983.787,34 | 86.216,55 | -2.703,89 |
| 31900901 | * 02 000000 salário família ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 261,99 | 261,99 | 0,00 | 0,00 | 261,99 | 0,00 |
| 31901101 | * 02 000000 vencimentos e salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 54.696,35 | 54.696,35 | 0,00 | 0,00 | 56.561,79 | -1.865,44 |
| 31901131 | * 02 000000 gratificação por exer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.526,27 | 1.526,27 | 0,00 | 0,00 | 1.526,27 | 0,00 |
| 31901137 | * 02 000000 gratificação por temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.959,27 | 2.959,27 | 0,00 | 0,00 | 2.963,54 | -4,27 |
| 31901142 | * 02 000000 férias indenizadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901143 | * 02 000000 13º salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 359,56 | -359,56 |
| 31901145 | * 02 000000 férias abono constitu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 496,60 | 496,60 | 0,00 | 0,00 | 971,22 | -474,62 |
| 31901199 | * 02 000000 outras despesas fixas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.965,54 | 9.965,54 | 0,00 | 0,00 | 9.965,54 | 0,00 |
| 31901302 | * 00 000000 contribuições previde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.606,64 | 13.606,64 | 0,00 | 0,00 | 13.606,64 | 0,00 |
| 31000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 275.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 | 36.066,57 | 36.066,57 | 0,00 | 238.933,43 | 66.668,94 | -30.602,37 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 275.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 | 3 | | | | | |

Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUOVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mês de maio, Saldos até 31/05/2010

Pág. 000

Exercício: 2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-------------|---------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 4.769,00 | 4.769,00 | 0,00 | 25.231,00 | 0,00 | 4.769,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 4.769,00 | 4.769,00 | 0,00 | 25.231,00 | 0,00 | 4.769,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 4.769,00 | 4.769,00 | 0,00 | 25.231,00 | 0,00 | 4.769,00 |
| 44905208 | * 00 000000 aparelhos, equipment | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.769,00 | 4.769,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.769,00 |
| 304 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 7.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.200,00 | 478,00 | 478,00 | 0,00 | 6.722,00 | 1.340,00 | -862,00 |
| 0025 | SAÚDE PARA TODOS | 7.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.200,00 | 478,00 | 478,00 | 0,00 | 6.722,00 | 1.340,00 | -862,00 |
| 2095 | MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA | 7.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.200,00 | 478,00 | 478,00 | 0,00 | 6.722,00 | 1.340,00 | -862,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 3.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.600,00 | 238,00 | 238,00 | 0,00 | 3.362,00 | 0,00 | 238,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 3.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.600,00 | 238,00 | 238,00 | 0,00 | 3.362,00 | 0,00 | 238,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.600,00 | 238,00 | 238,00 | 0,00 | 3.362,00 | 0,00 | 238,00 |
| 33903001 | * 12 000015 combustíveis e lubrif | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903017 | * 12 000015 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 238,00 | 238,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 238,00 |
| 33903028 | * 12 000015 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * 12 000015 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903019 | * 12 000015 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * 12 000015 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33904710 | * 12 000015 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 3.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.600,00 | 240,00 | 240,00 | 0,00 | 3.360,00 | 1.340,00 | -1.100,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 3.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.600,00 | 240,00 | 240,00 | 0,00 | 3.360,00 | 1.340,00 | -1.100,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.600,00 | 240,00 | 240,00 | 0,00 | 3.360,00 | 1.340,00 | -1.100,00 |
| 44905204 | * 12 000015 aparelhos de medição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.340,00 | -1.340,00 |
| 44905230 | * 12 000015 máquinas e equipment | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | 240,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 |
| 305 | VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | 17.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.100,00 | 1.395,46 | 1.395,46 | 0,00 | 15.704,54 | 581,42 | 814,04 |
| 0025 | SAÚDE PARA TODOS | 17.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.100,00 | 1.395,46 | 1.395,46 | 0,00 | 15.704,54 | 581,42 | 814,04 |
| 2096 | MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGI | 17.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.100,00 | 1.395,46 | 1.395,46 | 0,00 | 15.704,54 | 581,42 | 814,04 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 8.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.550,00 | 475,46 | 475,46 | 0,00 | 8.074,54 | 581,42 | -105,96 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 8.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.550,00 | 475,46 | 475,46 | 0,00 | 8.074,54 | 581,42 | -105,96 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 8.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.550,00 | 475,46 | 475,46 | 0,00 | 8.074,54 | 581,42 | -105,96 |
| 33903007 | * 12 000016 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97,04 | 97,04 | 0,00 | 0,00 | 203,00 | -105,96 |
| 33903016 | * 12 000016 material de expedient | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903017 | * 12 000016 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903026 | * 12 000016 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 103,42 | 103,42 | 0,00 | 0,00 | 103,42 | 0,00 |
| 33903028 | * 12 000016 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903030 | * 12 000016 material para comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * 12 000016 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903044 | * 12 000016 material de sinalizaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 12 000016 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903916 | * 12 000016 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45,00 | 45,00 | 0,00 | 0,00 | 45,00 | 0,00 |
| 33903917 | * 12 000016 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 230,00 | 230,00 | 0,00 | 0,00 | 230,00 | 0,00 |
| 33903919 | * 12 000016 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903947 | * 12 000016 serviços de comunicac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903957 | * 12 000016 serviços de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903959 | * 12 000016 serviços de áudio, ví | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903980 | * 12 000016 hospedagens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 8.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.550,00 | 920,00 | 920,00 | 0,00 | 7.630,00 | 0,00 | 920,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 8.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.550,00 | 920,00 | 920,00 | 0,00 | 7.630,00 | 0,00 | 920,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 8.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.550,00 | 920,00 | 920,00 | 0,00 | 7.630,00 | 0,00 | 920,00 |
| 44905212 | * 12 000016 aparelhos e utensílio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905242 | * 12 000016 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 920,00 | 920,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 920,00 |
| TOTAL GERAL | | 3.037.605,00 | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.147.605,00 | 308.374,29 | 308.374,29 | 0,00 | 2.839.230,71 | 381.140,44 | -74.766,15 |

CPL Informática.

Pág. 005

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Amulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 2.870.455,00 | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.935.455,00 | 301.985,29 | 301.985,29 | 0,00 | 2.633.469,71 | 378.177,25 | -76.191,96 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.172.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.172.300,00 | 201.634,99 | 201.634,99 | 0,00 | 1.970.665,01 | 212.795,41 | -11.160,42 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 2.172.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.172.300,00 | 201.634,99 | 201.634,99 | 0,00 | 1.970.665,01 | 212.795,41 | -11.160,42 |
| 31900499 | * " 000000 outros serviços temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 71.469,59 | 71.469,59 | 0,00 | 0,00 | 79.926,12 | -8.456,53 |
| 31900901 | * " 000000 salário família ativ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 596,27 | 596,27 | 0,00 | 0,00 | 596,27 | 0,00 |
| 31901101 | * " 000000 vencimentos e salari | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.201,65 | 73.201,65 | 0,00 | 0,00 | 75.067,09 | -1.865,44 |
| 31901131 | * " 000000 gratificação por exe | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.245,23 | 2.245,23 | 0,00 | 0,00 | 2.245,23 | 0,00 |
| 31901137 | * " 000000 gratificação por tem | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.324,06 | 4.324,06 | 0,00 | 0,00 | 4.328,33 | -4,27 |
| 31901142 | * " 000000 férias indenizadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901143 | * " 000000 13º salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 359,56 | -359,56 |
| 31901145 | * " 000000 férias abono constit | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 970,66 | 970,66 | 0,00 | 0,00 | 1.445,28 | -474,62 |
| 31901199 | * " 000000 outras despesas fixa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.189,56 | 16.189,56 | 0,00 | 0,00 | 16.189,56 | 0,00 |
| 31901302 | * " 000000 contribuições previd | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.637,97 | 32.637,97 | 0,00 | 0,00 | 32.637,97 | 0,00 |
| 30000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 698.155,00 | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 763.155,00 | 100.350,30 | 100.350,30 | 0,00 | 662.804,70 | 165.381,84 | -65.031,54 |
| 30000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 698.155,00 | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 763.155,00 | 100.350,30 | 100.350,30 | 0,00 | 662.804,70 | 165.381,84 | -65.031,54 |
| 33901414 | * " 000000 diárias no país civ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.762,83 | 3.762,83 | 0,00 | 0,00 | 3.762,83 | 0,00 |
| 33901414 | * " 000008 diárias no país civ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33901414 | * " 000055 diárias no país civ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903001 | * " 000000 combustíveis e lubri | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.915,51 | 6.915,51 | 0,00 | 0,00 | 4.848,19 | 2.067,32 |
| 33903001 | * " 000015 combustíveis e lubri | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903004 | * " 000000 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | 240,00 | 0,00 | 0,00 | 67,00 | 173,00 |
| 33903004 | * " 000008 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,80 | -500,80 |
| 33903007 | * " 000000 gêneros de alimentaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.894,69 | 2.894,69 | 0,00 | 0,00 | 1.735,49 | 1.159,20 |
| 33903007 | * " 000016 gêneros de alimentaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97,04 | 97,04 | 0,00 | 0,00 | 203,00 | -105,96 |
| 33903009 | * " 000000 material farmacológi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903010 | * " 000000 material odontológic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903016 | * " 000000 material de expedien | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 121,00 | -121,00 |
| 33903016 | * " 000008 material de expedien | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.371,70 | 9.371,70 | 0,00 | 0,00 | 1.174,95 | 8.196,75 |
| 33903016 | * " 000016 material de expedien | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903017 | * " 000000 material de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903017 | * " 000008 material de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.023,20 | -1.023,20 |
| 33903017 | * " 000015 material de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 238,00 | 238,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 238,00 |
| 33903017 | * " 000016 material de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903019 | * " 000008 material de acondici | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 457,50 | -457,50 |
| 33903020 | * " 000000 material de cama, me | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903021 | * " 000000 material de copa e c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903022 | * " 000000 material de limpeza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 646,61 | 646,61 | 0,00 | 0,00 | 2.961,99 | -2.315,38 |
| 33903024 | * " 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.880,00 | -2.880,00 |
| 33903025 | * " 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 399,00 | -399,00 |
| 33903025 | * " 000008 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 771,00 | -771,00 |
| 33903026 | * " 000000 material elétrico e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 283,14 | 283,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 283,14 |
| 33903026 | * " 000016 material elétrico e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 103,42 | 103,42 | 0,00 | 0,00 | 103,42 | 0,00 |
| 33903028 | * " 000015 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903028 | * " 000016 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903030 | * " 000000 material para comuni | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903030 | * " 000016 material para comuni | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903036 | * " 000000 material hospitalar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.114,24 | -4.114,24 |
| 33903036 | * " 000008 material hospitalar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 906,00 | 906,00 | 0,00 | 0,00 | 34.169,20 | -33.263,20 |
| 33903036 | * " 000060 material hospitalar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27,74 | -27,74 |

CPL Informática.

Pág. 006

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------|--------|--------------|----------------|----------|-------|----------------|----------------|----------------|--------|-------------|---------------|
| 33903039 | * " 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 621,32 | 621,32 | 0,00 | 0,00 | 1.558,00 | -936,68 |
| 33903039 | * " 000008 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.674,40 | 4.674,40 | 0,00 | 0,00 | 2.394,00 | 2.280,40 |
| 33903039 | * " 000015 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * " 000016 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903044 | * " 000000 material de sinaliza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150,00 | -150,00 |
| 33903044 | * " 000016 material de sinaliza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903046 | * " 000000 material bibliográfi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * " 000000 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 394,29 | 394,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 394,29 |
| 33903099 | * " 000016 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903202 | * " 000000 medicamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.216,66 | 8.216,66 | 0,00 | 0,00 | 36.588,42 | -28.371,76 |
| 33903202 | * " 000008 medicamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.659,70 | 11.659,70 | 0,00 | 0,00 | 10.161,46 | 1.498,24 |
| 33903202 | * " 000013 medicamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.816,31 | 6.816,31 | 0,00 | 0,00 | 4.477,00 | 2.339,31 |
| 33903202 | * " 000055 medicamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903202 | * " 000060 medicamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.465,96 | 2.465,96 | 0,00 | 0,00 | 7.274,09 | -4.808,13 |
| 33903203 | * " 000008 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903630 | * " 000000 serviços médicos e o | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 315,00 | 315,00 | 0,00 | 0,00 | 520,00 | -205,00 |
| 33903905 | * " 000000 serviços técnicos pr | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.950,00 | -8.950,00 |
| 33903911 | * " 000000 locação de softwares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 545,50 | -545,50 |
| 33903916 | * " 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 270,00 | 270,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 270,00 |
| 33903916 | * " 000016 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45,00 | 45,00 | 0,00 | 0,00 | 45,00 | 0,00 |
| 33903917 | * " 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65,00 | 65,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65,00 |
| 33903917 | * " 000016 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 230,00 | 230,00 | 0,00 | 0,00 | 230,00 | 0,00 |
| 33903919 | * " 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 916,00 | 916,00 | 0,00 | 0,00 | 1.590,00 | -674,00 |
| 33903919 | * " 000008 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903919 | * " 000015 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903919 | * " 000016 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903920 | * " 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 161,00 | -161,00 |
| 33903943 | * " 000000 serviços de energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.577,21 | -1.577,21 |
| 33903943 | * " 000008 serviços de energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.069,04 | -1.069,04 |
| 33903944 | * " 000000 serviços de água e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 600,94 | -600,94 |
| 33903944 | * " 000008 serviços de água e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 336,58 | -336,58 |
| 33903947 | * " 000000 serviços de comunica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903947 | * " 000016 serviços de comunica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903950 | * " 000000 serviços médico hosp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.108,12 | 37.108,12 | 0,00 | 0,00 | 25.754,89 | 11.353,23 |
| 33903950 | * " 000008 serviços médico hosp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903950 | * " 000055 serviços médico hosp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903957 | * " 000000 serviços de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170,00 | -170,00 |
| 33903957 | * " 000016 serviços de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903958 | * " 000000 serviços de telecomu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 817,43 | -817,43 |
| 33903958 | * " 000008 serviços de telecomu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 679,08 | -679,08 |
| 33903959 | * " 000016 serviços de áudio, v | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903969 | * " 000000 seguros em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903978 | * " 000000 limpeza e conservaçã | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 383,60 | 383,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 383,60 |
| 33903980 | * " 000016 hospedagens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903981 | * " 000000 serviços bancários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903983 | * " 000000 serviços de cópias e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 411,65 | 88,35 |
| 33903995 | * " 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * " 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| 33903999 | * " 000015 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

CPL Informática.

Pág. 007

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-------------|---------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|--------------------|----------------|----------------|-----------------|-------------|---------------|
| 33904710 | * " 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33904710 | * " 000015 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 167.150,00 | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 212.150,00 | 6.389,00 | 6.389,00 | 0,00 | 205.761,00 | 4.963,19 | 1.425,81 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 167.150,00 | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 212.150,00 | 6.389,00 | 6.389,00 | 0,00 | 205.761,00 | 4.963,19 | 1.425,81 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 167.150,00 | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 212.150,00 | 6.389,00 | 6.389,00 | 0,00 | 205.761,00 | 4.963,19 | 1.425,81 |
| 44905191 | * " 000000 obras em andamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905191 | * " 000055 obras em andamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905198 | * " 000000 obras contratadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905199 | * " 000000 outras obras e insta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905204 | * " 000015 aparelhos de medição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.340,00 | -1.340,00 |
| 44905208 | * " 000000 aparelhos, equipamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.229,00 | 5.229,00 | 0,00 | 0,00 | 3.623,19 | 1.605,81 |
| 44905212 | * " 000016 aparelhos e utensíli | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905230 | * " 000015 máquinas e equipamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | 240,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 |
| 44905233 | * " 000000 equipamentos para fu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905234 | * " 000000 máquinas, utensílios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * " 000000 equipamentos de proc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905242 | * " 000000 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905242 | * " 000016 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 920,00 | 920,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 920,00 |
| TOTAL GERAL | | 3.037.605,00 | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.147.605,00 | 308.374,29 | 308.374,29 | 0,00 | 2.839.230,71 | 383.140,44 | -74.766,15 |
| | | | | | | | Estornos até o Mes | 0,00 | | Pagos até o Mes | 383.140,44 | |

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVATÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa FUNREBOM

CPL Informática.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de maio, Saldos até 31/05/2010Pág. 001
Exercício: 2010
Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-------------|---|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 40 | FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM | 184.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.400,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 278.762,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |
| 4001 | FUNREBOM | 184.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.400,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 278.762,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |
| 06 | SEGURANÇA PÚBLICA | 184.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.400,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 278.762,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |
| 182 | DEFESA CIVIL | 184.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.400,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 278.762,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |
| 0070 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 184.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.400,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 278.762,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |
| 2097 | MANUTENÇÃO DO FUNREBOM | 135.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 135.000,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 129.362,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 64.362,92 | 7.971,67 | -2.334,59 |
| 30000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 64.362,92 | 7.971,67 | -2.334,59 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 64.362,92 | 7.971,67 | -2.334,59 |
| 33903001 | * 00 000000 combustíveis e lubrif | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903004 | * 00 000000 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122,00 | -122,00 |
| 33903016 | * 00 000000 material de expedient | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29,00 | 29,00 | 0,00 | 0,00 | 87,00 | -58,00 |
| 33903017 | * 00 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 0,00 |
| 33903020 | * 00 000000 material de cama, mes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903021 | * 00 000000 material de copa e co | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 370,00 | 370,00 | 0,00 | 0,00 | 370,00 | 0,00 |
| 33903022 | * 00 000000 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903023 | * 00 000000 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 285,73 | -285,73 |
| 33903025 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903030 | * 00 000000 material para comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903036 | * 00 000000 material hospitalar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.853,98 | 2.853,98 | 0,00 | 0,00 | 3.844,26 | -990,28 |
| 33903044 | * 00 000000 material de sinalizaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150,00 | -150,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903615 | * 00 000000 locação de imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.041,10 | 1.041,10 | 0,00 | 0,00 | 520,55 | 520,55 |
| 33903911 | * 00 000000 locação de softwares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 419,00 | -419,00 |
| 33903912 | * 00 000000 locação de máquinas e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 565,00 | 565,00 | 0,00 | 0,00 | 885,00 | -320,00 |
| 33903943 | * 00 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 327,88 | -327,88 |
| 33903944 | * 00 000000 serviços de água e es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 395,88 | -395,88 |
| 33903947 | * 00 000000 serviços de comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 298,00 | 298,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 298,00 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 84,37 | -84,37 |
| 33903974 | * 00 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903981 | * 00 000000 serviços bancários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 360,00 | 360,00 | 0,00 | 0,00 | 360,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.000,00 | 167,00 | -167,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.000,00 | 167,00 | -167,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.000,00 | 167,00 | -167,00 |
| 44905224 | * 00 000000 equipamentos de prote | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * 00 000000 equipamentos de proce | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905299 | * 00 000000 outros equipamentos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 167,00 | -167,00 |
| 2098 | TRANSFERÊNCIAS AO FUNREBOM | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1100 | CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DA SEDE | 33.200,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 33.200,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 33.200,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 33.200,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 133.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | | 184.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.400,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 278.762,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |

CPL Informática.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de maio, Saldos até 31/05/2010Pág. 002
Exercício: 2010
Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. até o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|-------------|---------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|--------------------|----------------|-----------------|------------|-------------|---------------|
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 64.362,92 | 7.971,67 | -2.334,59 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 64.362,92 | 7.971,67 | -2.334,59 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 64.362,92 | 7.971,67 | -2.334,59 |
| 33903001 | * * 000000 combustíveis e lubri | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903004 | * * 000000 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122,00 | -122,00 |
| 33903016 | * * 000000 material de expedien | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29,00 | 29,00 | 0,00 | 0,00 | 87,00 | -58,00 |
| 33903017 | * * 000000 material de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 0,00 |
| 33903020 | * * 000000 material de cama, me | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903021 | * * 000000 material de copa e c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 370,00 | 370,00 | 0,00 | 0,00 | 370,00 | 0,00 |
| 33903022 | * * 000000 material de limpeza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903023 | * * 000000 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903024 | * * 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 285,73 | -285,73 |
| 33903025 | * * 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903030 | * * 000000 material para comuni | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903036 | * * 000000 material hospitalar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * * 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.853,98 | 2.853,98 | 0,00 | 0,00 | 3.844,26 | -990,28 |
| 33903044 | * * 000000 material de sinaliza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150,00 | -150,00 |
| 33903099 | * * 000000 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903615 | * * 000000 locação de imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.041,10 | 1.041,10 | 0,00 | 0,00 | 520,55 | 520,55 |
| 33903911 | * * 000000 locação de softwares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 419,00 | -419,00 |
| 33903912 | * * 000000 locação de máquinas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903919 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 565,00 | 565,00 | 0,00 | 0,00 | 885,00 | -320,00 |
| 33903943 | * * 000000 serviços de energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 327,88 | -327,88 |
| 33903944 | * * 000000 serviços de água e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 395,88 | -395,88 |
| 33903947 | * * 000000 serviços de comunica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 298,00 | 298,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 298,00 |
| 33903958 | * * 000000 serviços de telecomu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 84,37 | -84,37 |
| 33903974 | * * 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903981 | * * 000000 serviços bancários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 360,00 | 360,00 | 0,00 | 0,00 | 360,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 114.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 214.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 214.400,00 | 167,00 | -167,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 114.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 214.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 214.400,00 | 167,00 | -167,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 114.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 214.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 214.400,00 | 167,00 | -167,00 |
| 44905224 | * * 000000 equipamentos de prot | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * * 000000 equipamentos de proc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905299 | * * 000000 outros equipamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 167,00 | -167,00 |
| TOTAL GERAL | | 184.400,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.400,00 | 5.637,08 | 5.637,08 | 0,00 | 278.762,92 | 8.138,67 | -2.501,59 |
| | | | | | | | Estornos até o Mes | 0,00 | Pagos até o Mes | | | |

Comparativo da Despesa PMC

| | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|--|---|--|--|--|--|--|--|--|-----------------|
| CPL Informática. | | Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada | | | | | | | | Pág. 001 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS | | Mes de maio, Saldos até 31/05/2010 | | | | | | | | Exercício: 2010 |
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | | | | Anexo TC-08 |

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 02 | GABINETE PREFEITO E VICE | 307.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.000,00 | 25.309,56 | 25.309,56 | 0,00 | 281.690,44 | 25.372,05 | -62,49 |
| 0201 | GABINETE DO PREFEITO | 307.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.000,00 | 25.309,56 | 25.309,56 | 0,00 | 281.690,44 | 25.372,05 | -62,49 |
| 02 | ADMINISTRAÇÃO | 307.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.000,00 | 25.309,56 | 25.309,56 | 0,00 | 281.690,44 | 25.372,05 | -62,49 |
| 122 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 307.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.000,00 | 25.309,56 | 25.309,56 | 0,00 | 281.690,44 | 25.372,05 | -62,49 |
| 0006 | GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR | 307.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.000,00 | 25.309,56 | 25.309,56 | 0,00 | 281.690,44 | 25.372,05 | -62,49 |
| 2004 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE | 307.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.000,00 | 25.309,56 | 25.309,56 | 0,00 | 281.690,44 | 25.372,05 | -62,49 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 307.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.000,00 | 25.309,56 | 25.309,56 | 0,00 | 281.690,44 | 25.372,05 | -62,49 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 280.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 280.000,00 | 22.762,96 | 22.762,96 | 0,00 | 257.237,04 | 22.762,96 | 0,00 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 280.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 280.000,00 | 22.762,96 | 22.762,96 | 0,00 | 257.237,04 | 22.762,96 | 0,00 |
| 31900901 | * 00 000000 salário família ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901101 | * 00 000000 vencimentos e salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.409,67 | 18.409,67 | 0,00 | 0,00 | 18.409,67 | 0,00 |
| 31901137 | * 00 000000 gratificação por temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 441,80 | 441,80 | 0,00 | 0,00 | 441,80 | 0,00 |
| 31901145 | * 00 000000 férias abono constitu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901302 | * 00 000000 contribuições prevede | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.911,49 | 3.911,49 | 0,00 | 0,00 | 3.911,49 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 2.546,60 | 2.546,60 | 0,00 | 24.453,40 | 2.609,09 | -62,49 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 2.546,60 | 2.546,60 | 0,00 | 24.453,40 | 2.609,09 | -62,49 |
| 33901414 | * 00 000000 diárias no país civi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.546,60 | 2.546,60 | 0,00 | 0,00 | 2.546,60 | 0,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903947 | * 00 000000 serviços de comunicac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 62,49 | -62,49 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.281.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.281.000,00 | 213.976,91 | 213.976,91 | 0,00 | 1.067.023,09 | 211.348,18 | 2.628,73 |
| 0301 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GE | 1.281.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.281.000,00 | 213.976,91 | 213.976,91 | 0,00 | 1.067.023,09 | 211.348,18 | 2.628,73 |
| 04 | ADMINISTRAÇÃO | 1.281.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.281.000,00 | 213.976,91 | 213.976,91 | 0,00 | 1.067.023,09 | 211.348,18 | 2.628,73 |
| 122 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.281.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.281.000,00 | 213.976,91 | 213.976,91 | 0,00 | 1.067.023,09 | 211.348,18 | 2.628,73 |
| 0009 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.281.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.281.000,00 | 213.976,91 | 213.976,91 | 0,00 | 1.067.023,09 | 211.348,18 | 2.628,73 |
| 2005 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETAR | 1.068.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.068.000,00 | 120.267,01 | 120.267,01 | 0,00 | 947.732,99 | 109.707,50 | 10.559,51 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 1.043.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.043.000,00 | 112.279,01 | 112.279,01 | 0,00 | 930.720,99 | 104.257,50 | 8.021,51 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 503.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 503.000,00 | 48.491,53 | 48.491,53 | 0,00 | 454.508,47 | 48.491,53 | 0,00 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 503.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 503.000,00 | 48.491,53 | 48.491,53 | 0,00 | 454.508,47 | 48.491,53 | 0,00 |
| 31900499 | * 00 000000 outros serviços tempo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.754,47 | 11.754,47 | 0,00 | 0,00 | 11.754,47 | 0,00 |
| 31901101 | * 00 000000 vencimentos e salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.998,09 | 17.998,09 | 0,00 | 0,00 | 17.998,09 | 0,00 |
| 31901131 | * 00 000000 gratificação por exer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.710,68 | 5.710,68 | 0,00 | 0,00 | 5.710,68 | 0,00 |
| 31901137 | * 00 000000 gratificação por temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.143,99 | 2.143,99 | 0,00 | 0,00 | 2.143,99 | 0,00 |
| 31901142 | * 00 000000 férias indenizadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901143 | * 00 000000 13° salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901145 | * 00 000000 férias abono constitu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901199 | * 00 000000 outras despesas fixas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.464,03 | 1.464,03 | 0,00 | 0,00 | 1.464,03 | 0,00 |
| 31901302 | * 00 000000 contribuições prevede | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.420,27 | 9.420,27 | 0,00 | 0,00 | 9.420,27 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 540.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 540.000,00 | 63.787,48 | 63.787,48 | 0,00 | 476.212,52 | 55.765,97 | 8.021,51 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 540.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 540.000,00 | 63.787,48 | 63.787,48 | 0,00 | 476.212,52 | 55.765,97 | 8.021,51 |
| 33901414 | * 00 000000 diárias no país civi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.700,21 | 1.700,21 | 0,00 | 0,00 | 1.700,21 | 0,00 |
| 33903001 | * 00 000000 combustíveis e lubrif | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903004 | * 00 000000 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76,00 | -76,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 168,74 | 168,74 | 0,00 | 0,00 | 88,90 | 79,84 |
| 33903016 | * 00 000000 material de expedient | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.272,90 | 5.272,90 | 0,00 | 0,00 | 1.580,00 | 3.692,90 |
| 33903017 | * 00 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30,00 | 30,00 | 0,00 | 0,00 | 2.983,70 | -2.983,70 |
| 33903019 | * 00 000000 material de acondicio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|--|---|--|--|--|--|--|--|--|-----------------|
| CPL Informática. | | Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada | | | | | | | | Pág. 002 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS | | Mes de maio, Saldos até 31/05/2010 | | | | | | | | Exercício: 2010 |
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | | | | Anexo TC-08 |

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|-----------------------------------|-----------|--------------|----------------|----------|-----------|----------------|----------------|----------------|-----------|-------------|---------------|
| 33903022 | * 00 000000 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.468,84 | 1.468,84 | 0,00 | 0,00 | 520,77 | 948,07 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.070,00 | 7.070,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.070,00 |
| 33903025 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80,00 | -80,00 |
| 33903026 | * 00 000000 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903030 | * 00 000000 material para comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903031 | * 00 000000 sementes, mudas de pl | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.384,00 | -11.384,00 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 255,00 | 255,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 255,00 |
| 33903044 | * 00 000000 material de sinalizaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170,00 | 170,00 | 0,00 | 0,00 | 497,00 | -327,00 |
| 33903096 | * 00 000000 materiais de consumo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 960,00 | -960,00 |
| 33903606 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903615 | * 00 000000 locação de imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903639 | * 00 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 77,52 | -77,52 |
| 33903645 | * 00 000000 jetons a conselheiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.817,00 | 3.817,00 | 0,00 | 0,00 | 3.601,35 | 215,65 |
| 33903696 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903901 | * 00 000000 assinatura de períodi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 468,00 | 468,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 468,00 |
| 33903905 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.960,00 | 18.960,00 | 0,00 | 0,00 | 75,00 | 18.885,00 |
| 33903910 | * 00 000000 locação de imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903911 | * 00 000000 locação de softwares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.900,18 | -1.900,18 |
| 33903916 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.320,00 | -1.320,00 |
| 33903917 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.370,00 | 1.370,00 | 0,00 | 0,00 | 525,00 | 845,00 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112,00 | 112,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112,00 |
| 33903920 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903936 | * 00 000000 multas indedutíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.951,27 | 1.951,27 | 0,00 | 0,00 | 1.951,27 | 0,00 |
| 33903943 | * 00 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.423,34 | -1.423,34 |
| 33903944 | * 00 000000 serviços de água e es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 144,48 | -144,48 |
| 33903947 | * 00 000000 serviços de comunicac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.751,00 | 6.751,00 | 0,00 | 0,00 | 3.619,61 | 3.131,39 |
| 33903949 | * 00 000000 produções jornalístic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| 33903950 | * 00 000000 serviços médico hospi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.830,00 | 1.830,00 | 0,00 | 0,00 | 840,00 | 990,00 |
| 33903957 | * 00 000000 serviços de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0,00 | 0,00 | 50,00 | 1.250,00 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.434,17 | -5.434,17 |
| 33903959 | * 00 000000 serviços de áudio, ví | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903963 | * 00 000000 serviços gráficos e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903969 | * 00 000000 seguros em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903978 | * 00 000000 limpeza e conservação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903979 | * 00 000000 serviços de apoio adm | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.800,00 | -3.800,00 |
| 33903981 | * 00 000000 serviços bancários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.737,91 | 2.737,91 | 0,00 | 0,00 | 2.737,91 | 0,00 |
| 33903983 | * 00 000000 serviços de cópias e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,70 | 1.000,70 | 0,00 | 0,00 | 726,65 | 274,05 |
| 33903988 | * 00 000000 serviços de publicida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.936,17 | 2.936,17 | 0,00 | 0,00 | 3.251,17 | -315,00 |
| 33904710 | * 00 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 317,74 | 317,74 | 0,00 | 0,00 | 317,74 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 7.988,00 | 7.988,00 | 0,00 | 17.012,00 | 5.450,00 | 2.538,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 7.988,00 | 7.988,00 | 0,00 | 17.012,00 | 5.450,00 | 2.538,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 7.988,00 | 7.988,00 | 0,00 | 17.012,00 | 5.450,00 | 2.538,00 |
| 44905206 | * 00 000000 aparelhos e equipamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905230 | * 00 000000 máquinas e equipament | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * 00 000000 equipamentos de proce | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.988,00 | 7.988,00 | 0,00 | 0,00 | 5.278,00 | 2.710,00 |
| 44905242 | * 00 000000 mobilizário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 172,00 | -172,00 |

CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|--------------|--------------|----------------|-----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 2006 | CONSERVACAO DO PREDIO DA PREFEITURA | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2007 | CONTRIBUICOES A ENTIDADES MUNICIPAIS | 93.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.000,00 | 88.000,00 | 88.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 95.930,78 | -7.930,78 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 93.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.000,00 | 88.000,00 | 88.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 95.930,78 | -7.930,78 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 93.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.000,00 | 88.000,00 | 88.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 95.930,78 | -7.930,78 |
| 33500000 | TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 93.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.000,00 | 88.000,00 | 88.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 95.930,78 | -7.930,78 |
| 33503999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88.000,00 | 88.000,00 | 0,00 | 0,00 | 88.000,00 | 0,00 |
| 33504199 | * 00 000000 outras contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.930,78 | -7.930,78 |
| 2008 | CONTRIBUICOES A ENTIDADES E ASSOCIACO | 57.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.600,00 | 5.509,90 | 5.509,90 | 0,00 | 52.090,10 | 5.509,90 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 57.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.600,00 | 5.509,90 | 5.509,90 | 0,00 | 52.090,10 | 5.509,90 | 0,00 |
| 30000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 57.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.600,00 | 5.509,90 | 5.509,90 | 0,00 | 52.090,10 | 5.509,90 | 0,00 |
| 33500000 | TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 57.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.600,00 | 5.509,90 | 5.509,90 | 0,00 | 52.090,10 | 5.509,90 | 0,00 |
| 33504199 | * 00 000000 outras contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.509,90 | 5.509,90 | 0,00 | 0,00 | 5.509,90 | 0,00 |
| 2010 | TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE BAIRRO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33500000 | TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2011 | TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE FUNCIO | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33500000 | TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2013 | DESPESAS COM PESSOAL (CIGA) | 1.368,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.368,00 | 114,00 | 114,00 | 0,00 | 1.254,00 | 114,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 1.368,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.368,00 | 114,00 | 114,00 | 0,00 | 1.254,00 | 114,00 | 0,00 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.368,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.368,00 | 114,00 | 114,00 | 0,00 | 1.254,00 | 114,00 | 0,00 |
| 31710000 | TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS | 1.368,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.368,00 | 114,00 | 114,00 | 0,00 | 1.254,00 | 114,00 | 0,00 |
| 31711199 | * 00 000000 outras despesas fixas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88,00 | 88,00 | 0,00 | 0,00 | 88,00 | 0,00 |
| 31711399 | * 00 000000 outras obrigações pat | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 26,00 | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 0,00 |
| 2014 | DESPESA CORRENTE (CIGA) | 912,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 912,00 | 76,00 | 76,00 | 0,00 | 836,00 | 76,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 912,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 912,00 | 76,00 | 76,00 | 0,00 | 836,00 | 76,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 912,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 912,00 | 76,00 | 76,00 | 0,00 | 836,00 | 76,00 | 0,00 |
| 33710000 | TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS | 912,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 912,00 | 76,00 | 76,00 | 0,00 | 836,00 | 76,00 | 0,00 |
| 33713999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76,00 | 76,00 | 0,00 | 0,00 | 76,00 | 0,00 |
| 2015 | CAPITAL (CIGA) | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 110,00 | 10,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 110,00 | 10,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 110,00 | 10,00 | 0,00 |
| 44710000 | TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 110,00 | 10,00 | 0,00 |
| 44715299 | * 00 000000 outros equipamentos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 0,00 | 10,00 | 0,00 |
| 1012 | REFORMA E AMPLIACAO DO PREDIO DA PREF | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO | 4.305.425,00 | 132.533,22 | 0,00 | 45.000,00 | 4.392.958,22 | 381.909,78 | 381.909,78 | 0,00 | 4.011.048,44 | 366.146,82 | 15.762,96 |
| 0401 | EDUCAÇÃO | 3.922.425,00 | 87.533,22 | 0,00 | 0,00 | 4.009.958,22 | 359.802,40 | 359.802,40 | 0,00 | 3.650.155,82 | 330.271,17 | 29.531,23 |
| 12 | EDUCAÇÃO | 3.922.425,00 | 87.533,22 | 0,00 | 0,00 | 4.009.958,22 | 359.802,40 | 359.802,40 | 0,00 | 3.650.155,82 | 330.271,17 | 29.531,23 |
| 306 | ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | 101.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.000,00 | 8.378,15 | 8.378,15 | 0,00 | 92.621,85 | 10.839,82 | -2.461,67 |
| 0018 | EDUCAÇÃO E QUALIDADE | 101.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.000,00 | 8.378,15 | 8.378,15 | 0,00 | 92.621,85 | 10.839,82 | -2.461,67 |
| 2016 | MERENDA ESCOLAR | 101.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.000,00 | 8.378,15 | 8.378,15 | 0,00 | 92.621,85 | 10.839,82 | -2.461,67 |

CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 101.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.000,00 | 8.378,15 | 8.378,15 | 0,00 | 92.621,85 | 10.839,82 | -2.461,67 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 101.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.000,00 | 8.378,15 | 8.378,15 | 0,00 | 92.621,85 | 10.839,82 | -2.461,67 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 101.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.000,00 | 8.378,15 | 8.378,15 | 0,00 | 92.621,85 | 10.839,82 | -2.461,67 |
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.988,20 | 3.988,20 | 0,00 | 0,00 | 6.449,87 | -2.461,67 |
| 33903203 | * 00 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.389,95 | 4.389,95 | 0,00 | 0,00 | 4.389,95 | 0,00 |
| 361 | ENSINO FUNDAMENTAL | 3.696.425,00 | 87.533,22 | 0,00 | 0,00 | 3.783.958,22 | 351.424,25 | 351.424,25 | 0,00 | 3.432.533,97 | 319.431,35 | 31.992,90 |
| 0018 | EDUCAÇÃO E QUALIDADE | 3.696.425,00 | 87.533,22 | 0,00 | 0,00 | 3.783.958,22 | 351.424,25 | 351.424,25 | 0,00 | 3.432.533,97 | 319.431,35 | 31.992,90 |
| 2017 | MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUND | 2.928.225,00 | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.973.225,00 | 301.492,75 | 301.492,75 | 0,00 | 2.671.732,25 | 272.743,85 | 28.748,90 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 2.893.225,00 | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.938.225,00 | 301.492,75 | 301.492,75 | 0,00 | 2.636.732,25 | 272.283,85 | 29.208,90 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.391.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.391.750,00 | 217.799,47 | 217.799,47 | 0,00 | 2.173.950,53 | 197.518,08 | 20.281,39 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 2.391.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.391.750,00 | 217.799,47 | 217.799,47 | 0,00 | 2.173.950,53 | 197.518,08 | 20.281,39 |
| 31900499 | * 01 000000 outros serviços tempo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.378,97 | 14.378,97 | 0,00 | 0,00 | 14.378,97 | 0,00 |
| 31900901 | * 01 000000 salário família ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.878,20 | 1.878,20 | 0,00 | 0,00 | 1.878,20 | 0,00 |
| 31901101 | * 01 000000 vencimentos e salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.012,00 | 93.012,00 | 0,00 | 0,00 | 92.317,70 | 694,30 |
| 31901131 | * 01 000000 gratificação por exer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29.094,09 | 29.094,09 | 0,00 | 0,00 | 29.094,09 | 0,00 |
| 31901137 | * 01 000000 gratificação por temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.186,44 | 31.186,44 | 0,00 | 0,00 | 11.138,13 | 20.048,31 |
| 31901142 | * 01 000000 férias indenizadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 485,14 | 485,14 | 0,00 | 0,00 | 1.005,69 | -520,55 |
| 31901143 | * 18 000000 13º salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70,27 | 70,27 | 0,00 | 0,00 | 70,27 | 0,00 |
| 31901145 | * 01 000000 férias abono constitu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 800,60 | 800,60 | 0,00 | 0,00 | 741,27 | 59,33 |
| 31901199 | * 01 000000 outras despesas fixas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.595,93 | 15.595,93 | 0,00 | 0,00 | 15.595,93 | 0,00 |
| 31901302 | * 01 000000 contribuições prevede | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.297,83 | 31.297,83 | 0,00 | 0,00 | 31.297,83 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 501.475,00 | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 546.475,00 | 83.693,28 | 83.693,28 | 0,00 | 462.781,72 | 74.765,77 | 8.927,51 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 501.475,00 | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 546.475,00 | 83.693,28 | 83.693,28 | 0,00 | 462.781,72 | 74.765,77 | 8.927,51 |
| 33901414 | * 00 000000 diárias no país civi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903001 | * 00 000000 combustíveis e lubrif | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.747,24 | 7.747,24 | 0,00 | 0,00 | 12.878,19 | -5.130,95 |
| 33903004 | * 00 000000 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 510,00 | 510,00 | 0,00 | 0,00 | 756,00 | -246,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaçã | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 127,20 | -127,20 |
| 33903016 | * 00 000000 material de expedient | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.885,74 | 12.885,74 | 0,00 | 0,00 | 21.658,24 | -8.772,50 |
| 33903017 | * 00 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 801,00 | 801,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 801,00 |
| 33903022 | * 00 000000 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.515,62 | 9.515,62 | 0,00 | 0,00 | 11.156,33 | -1.640,71 |
| 33903025 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903026 | * 00 000000 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.193,94 | 1.193,94 | 0,00 | 0,00 | 52,80 | 1.141,14 |
| 33903028 | * 01 000000 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903029 | * 00 000000 material para áudio, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 580,00 | 580,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 580,00 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.165,61 | 7.165,61 | 0,00 | 0,00 | 2.155,23 | 5.010,38 |
| 33903044 | * 01 000000 material de sinalizac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.439,20 | 1.439,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.439,20 |
| 33903046 | * 00 000000 material bibliográfic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.318,00 | 1.318,00 | 0,00 | 0,00 | 2.392,00 | -1.074,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82,00 | 82,00 | 0,00 | 0,00 | 132,00 | -38,00 |
| 33903201 | * 01 000000 livros didáticos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.532,00 | 13.532,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.532,00 |
| 33903299 | * 01 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.900,00 | 6.900,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.900,00 |
| 33903607 | * 00 000000 estagiários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.887,00 | 4.887,00 | 0,00 | 0,00 | 4.887,00 | 0,00 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.200,00 | 4.200,00 | 0,00 | 0,00 | 4.200,00 | 0,00 |
| 33903901 | * 00 000000 assinatura de períodi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903905 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903916 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.207,03 | 2.207,03 | 0,00 | 0,00 | 2.110,36 | 96,67 |
| 33903917 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 158,00 | 158,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 38,00 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.269,30 | 5.269,30 | 0,00 | 0,00 | 1.409,00 | 3.860,30 |
| 33903920 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 420,00 | 420,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 | -270,00 |

CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio. Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 33903926 | * 01 000000 serviços de transport | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.444,00 | 1.444,00 | 0,00 | 0,00 | 1.444,00 | 0,00 |
| 33903943 | * 19 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.423,33 | -4.423,33 |
| 33903944 | * 19 000000 serviços de água e es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.198,49 | -2.198,49 |
| 33903949 | * 00 000000 produções jornalístic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 110,00 | 110,00 | 0,00 | 0,00 | 270,00 | -160,00 |
| 33903957 | * 00 000000 serviços de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 190,00 | -190,00 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903959 | * 00 000000 serviços de áudio, vi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | -200,00 |
| 33903969 | * 01 000000 seguros em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903974 | * 19 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903983 | * 00 000000 serviços de cópias e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 639,60 | 639,60 | 0,00 | 0,00 | 639,60 | 0,00 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33904710 | * 00 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300,00 | 300,00 | 0,00 | 0,00 | 300,00 | 0,00 |
| 33909247 | * 00 000000 obrigações tributária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 388,00 | 388,00 | 0,00 | 0,00 | 388,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 460,00 | -460,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 460,00 | -460,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 460,00 | -460,00 |
| 44905233 | * 00 000000 equipamentos para aud | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905240 | * 00 000000 máquinas e equipament | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905242 | * 00 000000 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 460,00 | -460,00 |
| 44905257 | * 00 000000 acessórios para autom | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2019 | MATERIAL ESCOLAR | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * 00 000000 outros materiais de d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | TRANSPORTE ESCOLAR/MANUTENÇÃO EDUCAÇ | 428.200,00 | 42.533,22 | 0,00 | 0,00 | 470.733,22 | 49.931,50 | 49.931,50 | 0,00 | 420.801,72 | 46.687,50 | 3.244,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 428.200,00 | 42.533,22 | 0,00 | 0,00 | 470.733,22 | 49.931,50 | 49.931,50 | 0,00 | 420.801,72 | 46.687,50 | 3.244,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 428.200,00 | 42.533,22 | 0,00 | 0,00 | 470.733,22 | 49.931,50 | 49.931,50 | 0,00 | 420.801,72 | 46.687,50 | 3.244,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 428.200,00 | 42.533,22 | 0,00 | 0,00 | 470.733,22 | 49.931,50 | 49.931,50 | 0,00 | 420.801,72 | 46.687,50 | 3.244,00 |
| 33903024 | * 22 000049 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.964,00 | 3.964,00 | 0,00 | 0,00 | 720,00 | 3.244,00 |
| 33903916 | * 22 000049 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903920 | * 22 000049 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903926 | * 22 000049 serviços de transport | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.257,12 | 23.257,12 | 0,00 | 0,00 | 23.257,12 | 0,00 |
| 33903926 | * 22 000049 serviços de transport | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.815,36 | 4.815,36 | 0,00 | 0,00 | 4.815,36 | 0,00 |
| 33903926 | * 22 000049 serviços de transport | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.895,02 | 17.895,02 | 0,00 | 0,00 | 17.895,02 | 0,00 |
| 2022 | CONSERVACAO, AQUISICAO DE MAQUINAS E | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | CONSERVACAO E REFORMA DE ESPACOS EDUC | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1021 | AQUISICAO DE VEICULOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1025 | CONSTRUCAO E REFORMA DE ABRIGOS PARA | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |

CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio. Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Restorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|-----------|------------|----------------|----------------|-----------------|------------|-------------|---------------|
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1027 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS EDU | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1028 | CENTROS DE INCLUSAO DIGITAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 365 | EDUCAÇÃO INFANTIL | 125.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0018 | EDUCAÇÃO E QUALIDADE | 125.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2018 | MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903017 | * 01 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903020 | * 01 000000 material de cama, mes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1029 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CRECHES | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0402 | DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 12 | EDUCAÇÃO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 366 | EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 0018 | EDUCAÇÃO E QUALIDADE | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 2023 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO M | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.093,95 | 3.093,95 | 0,00 | 6.906,05 | 1.794,30 | 1.299,65 |
| 33903926 | * 00 000000 serviços de transport | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.344,00 | 1.344,00 | 0,00 | 0,00 | 44,35 | 1.299,65 |
| 33903936 | * 00 000000 multas indedutíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.769,95 | 1.769,95 | 0,00 | 1.769,95 | 0,00 | 0,00 |
| 0403 | DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 9.481,88 | 9.481,88 | 0,00 | 50.518,12 | 10.121,88 | -640,00 |
| 12 | EDUCAÇÃO | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 9.481,88 | 9.481,88 | 0,00 | 50.518,12 | 10.121,88 | -640,00 |
| 364 | ENSINO SUPERIOR | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 9.481,88 | 9.481,88 | 0,00 | 50.518,12 | 10.121,88 | -640,00 |
| 0018 | EDUCAÇÃO E QUALIDADE | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 9.481,88 | 9.481,88 | 0,00 | 50.518,12 | 10.121,88 | -640,00 |
| 2024 | APOIO AO ENSINO SUPERIOR | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 9.481,88 | 9.481,88 | 0,00 | 50.518,12 | 10.121,88 | -640,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 9.481,88 | 9.481,88 | 0,00 | 50.518,12 | 10.121,88 | -640,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 9.481,88 | 9.481,88 | 0,00 | 50.518,12 | 10.121,88 | -640,00 |
| 33500000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 160,00 | 160,00 | 0,00 | 9.840,00 | 800,00 | -640,00 |
| 33504199 | * 00 000000 outras contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 160,00 | 160,00 | 0,00 | 0,00 | 800,00 | -640,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 9.321,88 | 9.321,88 | 0,00 | 40.678,12 | 9.321,88 | 0,00 |
| 33903926 | * 00 000000 serviços de transport | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.321,88 | 9.321,88 | 0,00 | 0,00 | 9.321,88 | 0,00 |
| 0404 | DIVISÃO DE ESPORTES | 223.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 213.000,00 | 4.688,18 | 4.688,18 | 0,00 | 208.311,82 | 17.222,01 | -12.533,33 |

CPL Informática.

Pág. 007

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|-----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 27 | DESPORTO E LAZER | 223.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 213.000,00 | 4.688,18 | 4.688,18 | 0,00 | 208.311,82 | 17.222,01 | -12.533,83 |
| 812 | DESPORTO COMUNITÁRIO | 223.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 213.000,00 | 4.688,18 | 4.688,18 | 0,00 | 208.311,82 | 17.222,01 | -12.533,83 |
| 0021 | ESPORTE É VIDA | 223.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 213.000,00 | 4.688,18 | 4.688,18 | 0,00 | 208.311,82 | 17.222,01 | -12.533,83 |
| 2035 | APOIO AO ESPORTE AMADOR | 178.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 168.000,00 | 4.688,18 | 4.688,18 | 0,00 | 163.311,82 | 17.222,01 | -12.533,83 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 178.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 45.000,00 | 168.000,00 | 4.688,18 | 4.688,18 | 0,00 | 163.311,82 | 17.222,01 | -12.533,83 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 98.000,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 | 53.000,00 | 1.486,29 | 1.486,29 | 0,00 | 51.513,71 | 1.486,29 | 0,00 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 98.000,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 | 53.000,00 | 1.486,29 | 1.486,29 | 0,00 | 51.513,71 | 1.486,29 | 0,00 |
| 31901101 | * 00 000000 vencimentos e salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.415,51 | 1.415,51 | 0,00 | 0,00 | 1.415,51 | 0,00 |
| 31901137 | * 00 000000 gratificação por temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70,78 | 70,78 | 0,00 | 0,00 | 70,78 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 80.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 115.000,00 | 3.201,89 | 3.201,89 | 0,00 | 111.798,11 | 15.735,72 | -12.533,83 |
| 33000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 80.000,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 115.000,00 | 3.201,89 | 3.201,89 | 0,00 | 111.798,11 | 15.735,72 | -12.533,83 |
| 33901414 | * 00 000000 diárias no país civi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 721,89 | 721,89 | 0,00 | 0,00 | 721,89 | 0,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903014 | * 00 000000 material educativ e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 980,00 | 980,00 | 0,00 | 0,00 | 8.441,00 | -7.461,00 |
| 33903023 | * 00 000000 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 582,70 | -582,70 |
| 33903029 | * 00 000000 material para áudio, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903299 | * 00 000000 outros materiais de d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903622 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | 1.335,00 | 165,00 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903943 | * 00 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.083,24 | -2.083,24 |
| 33903944 | * 00 000000 serviços de água e es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 367,03 | -367,03 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162,76 | -162,76 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.042,10 | -2.042,10 |
| 2036 | CONSERVACAO DE ESPACOS DE ESPORTES E | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * 00 000000 equipamentos de proce | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1034 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS ESP | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0405 | DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO | 90.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 4.843,37 | 4.843,37 | 0,00 | 95.156,63 | 6.737,46 | -1.894,09 |
| 13 | CULTURA | 50.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 4.243,37 | 4.243,37 | 0,00 | 55.756,63 | 5.559,28 | -1.315,91 |
| 392 | DIFUSÃO CULTURAL | 50.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 4.243,37 | 4.243,37 | 0,00 | 55.756,63 | 5.559,28 | -1.315,91 |
| 0049 | CATANDUVAS E NOSSA HISTÓRIA | 50.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 4.243,37 | 4.243,37 | 0,00 | 55.756,63 | 5.559,28 | -1.315,91 |
| 2030 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS E | 45.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 | 4.243,37 | 4.243,37 | 0,00 | 50.756,63 | 5.559,28 | -1.315,91 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 40.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 4.243,37 | 4.243,37 | 0,00 | 45.756,63 | 5.559,28 | -1.315,91 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 40.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 4.243,37 | 4.243,37 | 0,00 | 45.756,63 | 5.559,28 | -1.315,91 |
| 33000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 40.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 4.243,37 | 4.243,37 | 0,00 | 45.756,63 | 5.559,28 | -1.315,91 |
| 33901414 | * 00 000000 diárias no país civi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 818,37 | 818,37 | 0,00 | 0,00 | 818,37 | 0,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 345,00 | 345,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 345,00 |
| 33903016 | * 00 000000 material de expedient | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38,00 | -38,00 |
| 33903017 | * 00 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903023 | * 00 000000 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903028 | * 00 000000 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903029 | * 00 000000 material para áudio, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 110,00 | 110,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 110,00 |

CPL Informática.

Pág. 008

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|-----------|--------------|----------------|----------|-----------|----------------|----------------|----------------|-----------|-------------|---------------|
| 33903030 | * 00 000000 material para comunic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903044 | * 00 000000 material de sinalizaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903616 | * 00 000000 locação de bens móvei | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 840,00 | 840,00 | 0,00 | 0,00 | 840,00 | 0,00 |
| 33903904 | * 00 000000 direitos autorais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903912 | * 00 000000 locação de máquinas e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903914 | * 00 000000 locação de bens móvei | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.200,00 | -2.200,00 |
| 33903917 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903943 | * 00 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 190,04 | -190,04 |
| 33903944 | * 00 000000 serviços de água e es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 72,24 | -72,24 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 190,63 | -190,63 |
| 33903959 | * 00 000000 serviços de áudio, ví | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 920,00 | 920,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 920,00 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.210,00 | 1.210,00 | 0,00 | 0,00 | 1.210,00 | 0,00 |
| 33909231 | * 00 000000 premiações culturais, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905230 | * 00 000000 máquinas e equipament | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2032 | CONSERVACAO DE ESPACOS CULTURAIS E AR | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | COMUNICAÇÕES | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 | 600,00 | 600,00 | 0,00 | 39.400,00 | 1.178,18 | -578,18 |
| 722 | TELECOMUNICAÇÕES | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 | 600,00 | 600,00 | 0,00 | 39.400,00 | 1.178,18 | -578,18 |
| 0016 | RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 | 600,00 | 600,00 | 0,00 | 39.400,00 | 1.178,18 | -578,18 |
| 2031 | MANUTENCAO DE REPELIDORAS DE SINAIS D | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 | 600,00 | 600,00 | 0,00 | 39.400,00 | 1.178,18 | -578,18 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 600,00 | 600,00 | 0,00 | 19.400,00 | 1.178,18 | - |

CPL Informática.

Pág. 009

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1037 | PAVIMENTACAO DE RUAS ESTRADAS E PASSE | 96.000,00 | 172.785,25 | 0,00 | 0,00 | 268.785,25 | 22.935,77 | 22.935,77 | 0,00 | 245.849,48 | 5.849,82 | 17.085,95 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 96.000,00 | 172.785,25 | 0,00 | 0,00 | 268.785,25 | 22.935,77 | 22.935,77 | 0,00 | 245.849,48 | 5.849,82 | 17.085,95 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 96.000,00 | 172.785,25 | 0,00 | 0,00 | 268.785,25 | 22.935,77 | 22.935,77 | 0,00 | 245.849,48 | 5.849,82 | 17.085,95 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 96.000,00 | 172.785,25 | 0,00 | 0,00 | 268.785,25 | 22.935,77 | 22.935,77 | 0,00 | 245.849,48 | 5.849,82 | 17.085,95 |
| 44905198 | * 24 000054 obras contratadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905199 | * 00 000000 outras obras e instal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.935,77 | 22.935,77 | 0,00 | 0,00 | 5.849,82 | 17.085,95 |
| 1042 | CONSTRUCAO DA PASSARELA/VIADUTO SOBRE | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 76.533,00 | -76.533,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 76.533,00 | -76.533,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 76.533,00 | -76.533,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 | 76.533,00 | -76.533,00 |
| 44905180 | * 00 000000 estudos e projetos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76.533,00 | -76.533,00 |
| 1043 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PASETOS, P | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1046 | CONSTRUCAO DE SANITARIOS PUBLICOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1047 | CONSTRUCAO E REFORMA ABRIGOS DE PASSA | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1049 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE GALERIAS PL | 141.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 141.500,00 | 2.380,17 | 2.380,17 | 0,00 | 139.119,83 | 4.739,79 | -2.359,62 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 141.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 141.500,00 | 2.380,17 | 2.380,17 | 0,00 | 139.119,83 | 4.739,79 | -2.359,62 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 141.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 141.500,00 | 2.380,17 | 2.380,17 | 0,00 | 139.119,83 | 4.739,79 | -2.359,62 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 141.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 141.500,00 | 2.380,17 | 2.380,17 | 0,00 | 139.119,83 | 4.739,79 | -2.359,62 |
| 44905199 | * 00 000000 outras obras e instal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.380,17 | 2.380,17 | 0,00 | 0,00 | 4.739,79 | -2.359,62 |
| 1050 | CONSTRUCAO DE CENTROS DE CONVIVENCIA | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 452 | SERVICOS URBANOS | 492.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 492.500,00 | 52.037,13 | 52.037,13 | 0,00 | 440.462,87 | 25.844,08 | 26.093,05 |
| 0031 | SERVICOS DE UTILIDADE PÚBLICA | 492.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 492.500,00 | 52.037,13 | 52.037,13 | 0,00 | 440.462,87 | 25.844,08 | 26.093,05 |
| 2038 | LIMPEZA E ILUMINACAO PUBLICA | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 450.000,00 | 51.733,13 | 51.733,13 | 0,00 | 398.266,87 | 24.386,08 | 27.347,05 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 450.000,00 | 51.733,13 | 51.733,13 | 0,00 | 398.266,87 | 24.386,08 | 27.347,05 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 450.000,00 | 51.733,13 | 51.733,13 | 0,00 | 398.266,87 | 24.386,08 | 27.347,05 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 450.000,00 | 51.733,13 | 51.733,13 | 0,00 | 398.266,87 | 24.386,08 | 27.347,05 |
| 33903022 | * 00 000000 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903026 | * 00 000000 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.360,00 | 9.360,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.360,00 |
| 33903625 | * 00 000000 serviços de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903905 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903916 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 550,00 | 550,00 | 0,00 | 0,00 | 60,50 | 489,50 |
| 33903943 | * 00 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.463,13 | 23.463,13 | 0,00 | 0,00 | 23.463,13 | 0,00 |
| 33903978 | * 00 000000 limpeza e conservação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.360,00 | 18.360,00 | 0,00 | 0,00 | 862,45 | 17.497,55 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2045 | CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 304,00 | 304,00 | 0,00 | 24.696,00 | 1.558,00 | -1.254,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 304,00 | 304,00 | 0,00 | 24.696,00 | 1.558,00 | -1.254,00 |

CPL Informática.

Pág. 010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|--------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 304,00 | 304,00 | 0,00 | 24.696,00 | 1.558,00 | -1.254,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 304,00 | 304,00 | 0,00 | 24.696,00 | 1.558,00 | -1.254,00 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 172,00 | 172,00 | 0,00 | 0,00 | 1.123,00 | -951,00 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 132,00 | 132,00 | 0,00 | 0,00 | 435,00 | -303,00 |
| 1041 | CONSTRUCAO DA GARAGEM DAS MAQUINAS E | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | HABITAÇÃO | 103.450,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 | 106.650,00 | 11.625,00 | 11.625,00 | 0,00 | 95.025,00 | 2.128,00 | 9.497,00 |
| 182 | HABITAÇÃO URBANA | 103.450,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 | 106.650,00 | 11.625,00 | 11.625,00 | 0,00 | 95.025,00 | 2.128,00 | 9.497,00 |
| 0061 | MORAR MELHOR | 103.450,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 | 106.650,00 | 11.625,00 | 11.625,00 | 0,00 | 95.025,00 | 2.128,00 | 9.497,00 |
| 1040 | AQUISICAO DE TERRENO E CONSTRUCAO DE | 103.450,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 | 106.650,00 | 11.625,00 | 11.625,00 | 0,00 | 95.025,00 | 2.128,00 | 9.497,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 103.450,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 | 106.650,00 | 11.625,00 | 11.625,00 | 0,00 | 95.025,00 | 2.128,00 | 9.497,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 103.450,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 | 106.650,00 | 11.625,00 | 11.625,00 | 0,00 | 95.025,00 | 2.128,00 | 9.497,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 103.450,00 | 3.200,00 | 0,00 | 0,00 | 106.650,00 | 11.625,00 | 11.625,00 | 0,00 | 95.025,00 | 2.128,00 | 9.497,00 |
| 44905193 | * 00 000000 melhorias em propr | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.776,00 | 1.776,00 | 0,00 | 0,00 | 1.776,00 | 0,00 |
| 44905199 | * 00 000000 outras obras e instal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.849,00 | 9.849,00 | 0,00 | 0,00 | 352,00 | 9.497,00 |
| 0602 | DIVISÃO DOS TRANSPORTES | 1.349.120,00 | 215.279,75 | 0,00 | 0,00 | 1.564.399,75 | 209.569,23 | 209.569,23 | 0,00 | 1.354.830,52 | 147.305,50 | 62.263,73 |
| 26 | TRANSPORTE | 1.349.120,00 | 215.279,75 | 0,00 | 0,00 | 1.564.399,75 | 209.569,23 | 209.569,23 | 0,00 | 1.354.830,52 | 147.305,50 | 62.263,73 |
| 782 | TRANSPORTE RODUVIÁRIO | 1.349.120,00 | 215.279,75 | 0,00 | 0,00 | 1.564.399,75 | 209.569,23 | 209.569,23 | 0,00 | 1.354.830,52 | 147.305,50 | 62.263,73 |
| 0019 | ESTRADAS VICINAIS | 1.349.120,00 | 215.279,75 | 0,00 | 0,00 | 1.564.399,75 | 209.569,23 | 209.569,23 | 0,00 | 1.354.830,52 | 147.305,50 | 62.263,73 |
| 2051 | MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS | 1.289.120,00 | 143.490,74 | 0,00 | 0,00 | 1.432.610,74 | 145.726,17 | 145.726,17 | 0,00 | 1.286.884,57 | 140.011,02 | 5.715,15 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 1.289.120,00 | 143.490,74 | 0,00 | 0,00 | 1.432.610,74 | 145.726,17 | 145.726,17 | 0,00 | 1.286.884,57 | 140.011,02 | 5.715,15 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 680.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 680.000,00 | 67.417,69 | 67.417,69 | 0,00 | 612.582,31 | 67.417,69 | 0,00 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 680.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 680.000,00 | 67.417,69 | 67.417,69 | 0,00 | 612.582,31 | 67.417,69 | 0,00 |
| 31900499 | * 00 000000 outros serviços tempo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.961,23 | 15.961,23 | 0,00 | 0,00 | 15.961,23 | 0,00 |
| 31900901 | * 00 000000 salário família ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 249,47 | 0,00 | 0,00 | 249,47 | 0,00 |
| 31901101 | * 00 000000 vencimentos e salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.643,47 | 27.643,47 | 0,00 | 0,00 | 27.643,47 | 0,00 |
| 31901137 | * 00 000000 gratificação por temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.116,22 | 3.116,22 | 0,00 | 0,00 | 3.116,22 | 0,00 |
| 31901142 | * 00 000000 férias indenizadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901143 | * 00 000000 13º salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901145 | * 00 000000 férias abono constitui | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.325,86 | 1.325,86 | 0,00 | 0,00 | 1.325,86 | 0,00 |
| 31901199 | * 00 000000 outras despesas fixas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.672,44 | 7.672,44 | 0,00 | 0,00 | 7.672,44 | 0,00 |
| 31901301 | * 00 000000 FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83,84 | 83,84 | 0,00 | 0,00 | 83,84 | 0,00 |
| 31901302 | * 00 000000 contribuições previde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.365,16 | 11.365,16 | 0,00 | 0,00 | 11.365,16 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 609.120,00 | 143.490,74 | 0,00 | 0,00 | 752.610,74 | 78.308,48 | 78.308,48 | 0,00 | 674.302,26 | 72.593,33 | 5.715,15 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 609.120,00 | 143.490,74 | 0,00 | 0,00 | 752.610,74 | 78.308,48 | 78.308,48 | 0,00 | 674.302,26 | 72.593,33 | 5.715,15 |
| 33901414 | * 00 000000 diárias no país civi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 84,93 | 84,93 | 0,00 | 0,00 | 84,93 | 0,00 |
| 33903001 | * 00 000000 combustíveis e lubrif | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.646,28 | 13.646,28 | 0,00 | 0,00 | 38.521,86 | -24.875,58 |
| 33903001 | * 00 000000 combustíveis e lubrif | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.579,64 | 9.579,64 | 0,00 | 0,00 | 9.579,64 | 0,00 |
| 33903004 | * 00 000000 gases engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaçã | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.463,39 | 2.463,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.463,39 |
| 33903017 | * 00 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 197,80 | 197,80 | 0,00 | 0,00 | 197,80 | 0,00 |
| 33903019 | * 00 000000 material de acondicio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903021 | * 16 000000 material de copa e co | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 79,20 | -79,20 |
| 33903022 | * 00 000000 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.612,67 | 4.612,67 | 0,00 | 0,00 | 291,80 | 4.320,87 |
| 33903025 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 367,16 | 367,16 | 0,00 | 0,00 | 110,40 | 256,76 |
| 33903026 | * 00 000000 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93,64 | 93,64 | 0,00 | 0,00 | 34,00 | 59,64 |

CPL Informática.

Pág. 011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 33903028 | * 00 000000 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 649,50 | 649,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 649,50 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.992,20 | 4.992,20 | 0,00 | 0,00 | 9.621,00 | -4.628,80 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.480,50 | 21.480,50 | 0,00 | 0,00 | 12.624,50 | 8.856,00 |
| 33903042 | * 00 000000 ferramentas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903044 | * 00 000000 material de sinalizaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.020,00 | 1.020,00 | 0,00 | 0,00 | 1.740,00 | -720,00 |
| 33903606 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903620 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903905 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903916 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 145,00 | 145,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 145,00 |
| 33903917 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | 240,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | 0,00 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.171,30 | 3.171,30 | 0,00 | 0,00 | 763,00 | 2.408,30 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.622,50 | 5.622,50 | 0,00 | 0,00 | 3.759,00 | 1.863,50 |
| 33903921 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.934,77 | 1.934,77 | 0,00 | 0,00 | 1.721,95 | 212,82 |
| 33903936 | * 00 000000 multas inadimplíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903943 | * 00 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.433,97 | -1.433,97 |
| 33903944 | * 00 000000 serviços de água e es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.103,32 | -1.103,32 |
| 33903969 | * 00 000000 seguros em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903974 | * 00 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.972,80 | 7.972,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.972,80 |
| 33904710 | * 00 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34,40 | 34,40 | 0,00 | 0,00 | 464,40 | -430,00 |
| 2053 | CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1052 | CONSTRUCAO DE PONTES E BOEIROS | 35.000,00 | 71.789,01 | 0,00 | 0,00 | 106.789,01 | 63.843,06 | 63.843,06 | 0,00 | 42.945,95 | 7.294,48 | 56.548,58 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 35.000,00 | 71.789,01 | 0,00 | 0,00 | 106.789,01 | 63.843,06 | 63.843,06 | 0,00 | 42.945,95 | 7.294,48 | 56.548,58 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 35.000,00 | 71.789,01 | 0,00 | 0,00 | 106.789,01 | 63.843,06 | 63.843,06 | 0,00 | 42.945,95 | 7.294,48 | 56.548,58 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 35.000,00 | 71.789,01 | 0,00 | 0,00 | 106.789,01 | 63.843,06 | 63.843,06 | 0,00 | 42.945,95 | 7.294,48 | 56.548,58 |
| 44905199 | * 00 000000 outras obras e instal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.694,84 | 18.694,84 | 0,00 | 0,00 | 2.933,60 | 15.761,24 |
| 44905199 | * 00 000000 outras obras e instal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.148,22 | 45.148,22 | 0,00 | 0,00 | 4.360,88 | 40.787,34 |
| 0603 | DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | TRABALHO | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 334 | FOMENTO AO TRABALHO | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0660 | GERACÃO DE EMPREGO E RENDA | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2054 | INCENTIVO CRIACAO DE COOPERATIVAS COM | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2055 | APOIO A EMPRESAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33600000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1056 | GALPAO DESTINADO A INCUBADORA DE EMPR | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |

CPL Informática.

Pág. 012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|----------|------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1057 | TERRENO PARA DISTRITO INDUSTRIAL | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1058 | INFRAESTRUTURA EM AREAS DE TERRA DIST | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1060 | URBANIZACAO DA CHACARA FRITZ | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1062 | REMODELACAO E REFORMA TERMINAL RODOVI | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0605 | PROMOCÃO E EXTENSÃO RURAL | 552.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 562.000,00 | 60.514,52 | 60.514,52 | 0,00 | 501.485,48 | 40.552,09 | 19.962,43 |
| 20 | AGRICULTURA | 552.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 562.000,00 | 60.514,52 | 60.514,52 | 0,00 | 501.485,48 | 40.552,09 | 19.962,43 |
| 606 | EXTENSÃO RURAL | 552.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 562.000,00 | 60.514,52 | 60.514,52 | 0,00 | 501.485,48 | 40.552,09 | 19.962,43 |
| 0048 | PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO | 552.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 562.000,00 | 60.514,52 | 60.514,52 | 0,00 | 501.485,48 | 40.552,09 | 19.962,43 |
| 2063 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARI | 245.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 245.000,00 | 15.114,52 | 15.114,52 | 0,00 | 229.885,48 | 40.552,09 | -25.437,57 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 245.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 245.000,00 | 15.114,52 | 15.114,52 | 0,00 | 229.885,48 | 40.552,09 | -25.437,57 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 2.940,36 | 2.940,36 | 0,00 | 47.059,64 | 2.940,36 | 0,00 |
| 31900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 2.940,36 | 2.940,36 | 0,00 | 47.059,64 | 2.940,36 | 0,00 |
| 31901101 | * 00 000000 vencimentos e salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.051,83 | 2.051,83 | 0,00 | 0,00 | 2.051,83 | 0,00 |
| 31901137 | * 00 000000 gratificação por temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 102,59 | 102,59 | 0,00 | 0,00 | 102,59 | 0,00 |
| 31901145 | * 00 000000 férias abono constitu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31901199 | * 00 000000 outras despesas fixas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 785,94 | 785,94 | 0,00 | 0,00 | 785,94 | 0,00 |
| 31903025 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 195.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 195.000,00 | 12.174,16 | 12.174,16 | 0,00 | 182.825,84 | 37.611,73 | -25.437,57 |
| 31500000 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 185.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 185.000,00 | 12.174,16 | 12.174,16 | 0,00 | 172.825,84 | 37.611,73 | -25.437,57 |
| 33903001 | * 00 000000 combustíveis e lubrif | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.085,00 | -1.085,00 |
| 33903018 | * 00 000000 materiais e medicamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 269,35 | -269,35 |
| 33903025 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 270,00 | -270,00 |
| 33903026 | * 00 000000 material elétrico e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53,00 | -53,00 |
| 33903028 | * 00 000000 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 557,70 | -557,70 |
| 33903031 | * 00 000000 sementes, mudas de pl | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.195,20 | 6.195,20 | 0,00 | 0,00 | 6.124,80 | 70,40 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.240,96 | 1.240,96 | 0,00 | 0,00 | 17.194,75 | -15.953,79 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903025 | * 00 000000 serviços de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903639 | * 00 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 364,90 | -364,90 |
| 33903699 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 361,25 | -361,25 |
| 33903905 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.200,00 | 4.200,00 | 0,00 | 0,00 | 4.200,00 | 0,00 |
| 33903912 | * 00 000000 locação de máquinas e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903917 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7,00 | 0,00 |

CPL Informática.

Pág. 013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|--------------|--------------|----------------|-----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 538,00 | 538,00 | 0,00 | 0,00 | 8.785,00 | -8.247,00 |
| 33903943 | * 00 000000 serviços de energia e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.292,65 | -2.292,65 |
| 33903944 | * 00 000000 serviços de água e es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 253,33 | -253,33 |
| 33903999 | * 00 000000 outros serviços de te | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33904710 | * 00 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1064 | AQUISICAO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQU | 291.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 45.400,00 | 45.400,00 | 0,00 | 255.600,00 | 0,00 | 45.400,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 291.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 45.400,00 | 45.400,00 | 0,00 | 255.600,00 | 0,00 | 45.400,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 291.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 45.400,00 | 45.400,00 | 0,00 | 255.600,00 | 0,00 | 45.400,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 291.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 301.000,00 | 45.400,00 | 45.400,00 | 0,00 | 255.600,00 | 0,00 | 45.400,00 |
| 44905224 | * 00 000000 equipamentos de prote | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.500,00 |
| 44905224 | * 00 000000 equipamentos de prote | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 44905240 | * 00 000000 máquinas e equipament | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.675,00 | 28.675,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.675,00 |
| 44905240 | * 00 000000 máquinas e equipament | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 225,00 | 225,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 225,00 |
| 44905248 | * 00 000000 veículos diversos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905248 | * 00 000000 veículos diversos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905252 | * 00 000000 veículos de tração me | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905252 | * 00 000000 veículos de tração me | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1065 | IMP. POCOS ARTESIANOS/ACUDES/AGRO IND | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905199 | * 00 000000 outras obras e instal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1066 | GARAGENS E SEDES DESTINADAS AO ABRIGO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1067 | DEPOSITOS DE ADUBO ORGANICO NA AREA A | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 1.105.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 1.105.000,00 | 40.446,70 | 40.446,70 | 0,00 | 1.064.553,30 | 42.606,33 | -2.159,63 |
| 0701 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 1.105.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 1.105.000,00 | 40.446,70 | 40.446,70 | 0,00 | 1.064.553,30 | 42.606,33 | -2.159,63 |
| 06 | SEGURANÇA PÚBLICA | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 167,47 | 167,47 | 0,00 | 69.832,53 | 396,77 | -229,30 |
| 181 | POLICAMENTO | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 167,47 | 167,47 | 0,00 | 69.832,53 | 396,77 | -229,30 |
| 0032 | SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 167,47 | 167,47 | 0,00 | 69.832,53 | 396,77 | -229,30 |
| 2069 | MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 122,47 | 122,47 | 0,00 | 29.877,53 | 193,81 | -71,34 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 122,47 | 122,47 | 0,00 | 19.877,53 | 193,81 | -71,34 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 122,47 | 122,47 | 0,00 | 19.877,53 | 193,81 | -71,34 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 122,47 | 122,47 | 0,00 | 19.877,53 | 193,81 | -71,34 |
| 33903017 | * 00 000000 material de processam | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90,00 | 90,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90,00 |
| 33903022 | * 00 000000 material de limpeza e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32,47 | 32,47 | 0,00 | 0,00 | 32,47 | 0,00 |
| 33903024 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 161,34 | -161,34 |
| 33903905 | * 00 000000 serviços técnicos pro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2070 | MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 | 45,00 | 45,00 | 0,00 | 39.955,00 | 202,96 | -157,96 |

CPL Informática.

Pág. 014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------------|--------------|--------------|----------------|-----------|--------------|----------------|----------------|----------------|------------|-------------|---------------|
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 45,00 | 45,00 | 0,00 | 29.955,00 | 202,96 | -157,96 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 45,00 | 45,00 | 0,00 | 29.955,00 | 202,96 | -157,96 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 45,00 | 45,00 | 0,00 | 29.955,00 | 202,96 | -157,96 |
| 33903007 | * 00 000000 gêneros de alimentaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 74,25 | -74,25 |
| 33903027 | * 00 000000 material de manobra e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903039 | * 00 000000 material para manuten | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903099 | * 00 000000 outros materiais de c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903919 | * 00 000000 manutenção e conserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45,00 | 45,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45,00 |
| 33903958 | * 00 000000 serviços de telecomun | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 128,71 | -128,71 |
| 33904710 | * 00 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | ENCARGOS ESPECIAIS | 1.035.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 1.035.000,00 | 40.279,23 | 40.279,23 | 0,00 | 994.720,77 | 42.209,56 | -1.930,33 |
| 122 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 635.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 635.000,00 | 32.731,77 | 32.731,77 | 0,00 | 602.268,23 | 34.662,10 | -1.930,33 |
| 0069 | ENCARGOS ESPECIAIS | 635.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 635.000,00 | 32.731,77 | 32.731,77 | 0,00 | 602.268,23 | 34.662,10 | -1.930,33 |
| 0071 | PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 17.027,84 | 17.027,84 | 0,00 | 202.972,16 | 18.958,17 | -1.930,33 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 17.027,84 | 17.027,84 | 0,00 | 202.972,16 | 18.958,17 | -1.930,33 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 17.027,84 | 17.027,84 | 0,00 | 202.972,16 | 18.958,17 | -1.930,33 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 17.027,84 | 17.027,84 | 0,00 | 202.972,16 | 18.958,17 | -1.930,33 |
| 31900101 | * 00 000000 proventos pessoal civ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.320,74 | 15.320,74 | 0,00 | 0,00 | 16.768,49 | -1.447,75 |
| 31900106 | * 00 000000 13º salário pessoal c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 482,58 | -482,58 |
| 31900301 | * 00 000000 civis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.707,10 | 1.707,10 | 0,00 | 0,00 | 1.707,10 | 0,00 |
| 0073 | CONTRIBUICAO AO PASEP | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.000,00 | 15.703,93 | 15.703,93 | 0,00 | 149.296,07 | 15.703,93 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.000,00 | 15.703,93 | 15.703,93 | 0,00 | 149.296,07 | 15.703,93 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.000,00 | 15.703,93 | 15.703,93 | 0,00 | 149.296,07 | 15.703,93 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.000,00 | 15.703,93 | 15.703,93 | 0,00 | 149.296,07 | 15.703,93 | 0,00 |
| 33904710 | * 00 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33904712 | * 00 000000 contribuição para o P | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.703,93 | 15.703,93 | 0,00 | 0,00 | 15.703,93 | 0,00 |
| 0074 | SENTENÇAS JUDICIAIS | 250.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 250.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31000000 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 | 186.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 186.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 | 186.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 186.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31909103 | * 00 000000 precatórios inativo c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31909115 | * 00 000000 sentenças judiciais d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 843 | SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 7.547,46 | 7.547,46 | 0,00 | 392.452,54 | 7.547,46 | 0,00 |
| 0069 | ENCARGOS ESPECIAIS | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 7.547,46 | 7.547,46 | 0,00 | 392.452,54 | 7.547,46 | 0,00 |
| 0072 | AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUND | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 7.547,46 | 7.547,46 | 0,00 | 392.452,54 | 7.547,46 | 0,00 |
| 30000000 | DESPESAS CORRENTES | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 486,54 | 486,54 | 0,00 | 199.513,46 | 486,54 | 0,00 |
| 32000000 | JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 486,54 | 486,54 | 0,00 | 199.513,46 | 486,54 | 0,00 |
| 33900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 486,54 | 486,54 | 0,00 | 199.513,46 | 486,54 | 0,00 |
| 32902102 | * 00 000000 juros da dívida contr | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 486,54 | 486,54 | 0,00 | 0,00 | 486,54 | 0,00 |
| 32902202 | * 00 000000 outros encargos da dí | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 7.060,92 | 7.060,92 | 0,00 | 192.939,08 | 7.060,92 | 0,00 |
| 46000000 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 7.060,92 | 7.060,92 | 0,00 | 192.939,08 | 7.060,92 | 0,00 |
| 46900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 7.060,92 | 7.060,92 | 0,00 | 192.939,08 | 7.060,92 | 0,00 |
| 46907102 | * 00 000000 amortização da dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.060,92 | 7.060,92 | 0,00 | 0,00 | 7.060,92 | 0,00 |

CPL Informática.

Pág. 015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|---|---------------|--------------|----------------|------------|---------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 08 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE CA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0801 SANEAMENTO BASICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 SANEAMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0070 SANEAMENTO BASICO URBANO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2099 MANUT DA LIMP URBANA E MANEJO DE RESI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2100 MANUT DO ABASTEC DE AGUA POTAVEL E ES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30000000 DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1081 EXEC E AMP DE REDES E GALERIAS P DREN | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40000000 DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44000000 INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 999 RESERVA DE CONTINGENCIA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2999 Reserva de Contigência | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 90000000 Reserva de Contingencia | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99000000 Reserva de Contingencia | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99990000 Reserva de Contingencia | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 10.386.495,00 | 590.298,22 | 64.000,00 | 109.000,00 | 10.931.793,22 | 1.020.838,07 | 1.020.838,07 | 0,00 | 9.910.955,15 | 956.986,60 | 63.851,47 |

CPL Informática.

Pág. 016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|---|--------------|--------------|----------------|------------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 30000000 DESPESAS CORRENTES | 8.212.425,00 | 276.023,96 | 64.000,00 | 109.000,00 | 8.443.448,96 | 859.461,85 | 859.461,85 | 0,00 | 7.583.987,11 | 838.999,65 | 20.462,20 |
| 31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.489.118,00 | 0,00 | 0,00 | 109.000,00 | 4.380.118,00 | 378.040,14 | 378.040,14 | 0,00 | 4.002.077,86 | 359.689,08 | 18.351,06 |
| 31710000 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS | 1.368,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.368,00 | 114,00 | 114,00 | 0,00 | 1.254,00 | 114,00 | 0,00 |
| 31711199 * * 000000 outras despesas fixa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88,00 | 88,00 | 0,00 | 0,00 | 88,00 | 0,00 |
| 31711399 * * 000000 outras obrigações pa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 26,00 | 0,00 | 0,00 | 26,00 | 0,00 |
| 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 4.487.750,00 | 0,00 | 0,00 | 109.000,00 | 4.378.750,00 | 377.926,14 | 377.926,14 | 0,00 | 4.000.823,86 | 359.575,08 | 18.351,06 |
| 31900101 * * 000000 proventos pessoal ci | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.320,74 | 15.320,74 | 0,00 | 0,00 | 16.769,49 | -1.447,75 |
| 31900106 * * 000000 13º salário pessoal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 482,58 | -482,58 |
| 31900301 * * 000000 civis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.707,10 | 1.707,10 | 0,00 | 0,00 | 1.707,10 | 0,00 |
| 31900499 * * 000000 outros servicos temp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.094,67 | 42.094,67 | 0,00 | 0,00 | 42.094,67 | 0,00 |
| 31900901 * * 000000 salário família ativ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.127,67 | 2.127,67 | 0,00 | 0,00 | 2.127,67 | 0,00 |
| 31901101 * * 000000 vencimentos e salari | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 160.530,57 | 160.530,57 | 0,00 | 0,00 | 159.836,27 | 694,30 |
| 31901131 * * 000000 gratificação por exe | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.804,77 | 34.804,77 | 0,00 | 0,00 | 34.804,77 | 0,00 |
| 31901137 * * 000000 gratificação por tem | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.061,82 | 37.061,82 | 0,00 | 0,00 | 17.013,51 | 20.048,31 |
| 31901142 * * 000000 férias indenizadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 485,14 | 485,14 | 0,00 | 0,00 | 1.005,69 | -520,55 |
| 31901143 * * 000000 13º salário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70,27 | 70,27 | 0,00 | 0,00 | 70,27 | 0,00 |
| 31901145 * * 000000 férias abono constit | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.126,46 | 2.126,46 | 0,00 | 0,00 | 2.067,13 | 59,33 |
| 31901199 * * 000000 outras despesas fixa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.518,34 | 25.518,34 | 0,00 | 0,00 | 25.518,34 | 0,00 |
| 31901301 * * 000000 FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83,84 | 83,84 | 0,00 | 0,00 | 83,84 | 0,00 |
| 31901302 * * 000000 contribuições previd | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.994,75 | 55.994,75 | 0,00 | 0,00 | 55.994,75 | 0,00 |
| 31909103 * * 000000 precatórios inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31909115 * * 000000 sentenças judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32000000 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 486,54 | 486,54 | 0,00 | 199.513,46 | 486,54 | 0,00 |
| 32900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 486,54 | 486,54 | 0,00 | 199.513,46 | 486,54 | 0,00 |
| 32902102 * * 000000 juros da dívida cont | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 486,54 | 486,54 | 0,00 | 0,00 | 486,54 | 0,00 |
| 32902202 * * 000000 outros encargos da d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 3.523.307,00 | 276.023,96 | 64.000,00 | 0,00 | 3.863.330,96 | 480.935,17 | 480.935,17 | 0,00 | 3.382.395,79 | 478.824,03 | 2.111,14 |
| 33500000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 190.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 190.600,00 | 93.669,90 | 93.669,90 | 0,00 | 96.930,10 | 102.240,68 | -8.570,78 |
| 33503999 * * 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88.000,00 | 88.000,00 | 0,00 | 0,00 | 88.000,00 | 0,00 |
| 33504199 * * 000000 outras contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.669,90 | 5.669,90 | 0,00 | 0,00 | 14.240,68 | -8.570,78 |
| 33600000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33710000 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS | 912,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 912,00 | 76,00 | 76,00 | 0,00 | 836,00 | 76,00 | 0,00 |
| 33713999 * * 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76,00 | 76,00 | 0,00 | 0,00 | 76,00 | 0,00 |
| 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS | 3.326.795,00 | 276.023,96 | 64.000,00 | 0,00 | 3.666.818,96 | 387.189,27 | 387.189,27 | 0,00 | 3.279.629,69 | 376.507,35 | 10.681,92 |
| 33901434 * * 000000 diárias no país civ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.872,00 | 5.872,00 | 0,00 | 0,00 | 5.872,00 | 0,00 |
| 33903001 * * 000000 combustíveis e lubri | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.393,52 | 21.393,52 | 0,00 | 0,00 | 51.400,05 | -30.006,53 |
| 33903001 * * 000055 combustíveis e lubri | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.579,64 | 9.579,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.579,64 |
| 33903004 * * 000000 gás engarrafado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 510,00 | 510,00 | 0,00 | 0,00 | 832,00 | -322,00 |
| 33903007 * * 000000 gêneros de alimentaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.977,13 | 2.977,13 | 0,00 | 0,00 | 1.375,35 | 1.601,78 |
| 33903014 * * 000000 material educativo e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 980,00 | 980,00 | 0,00 | 0,00 | 8.441,00 | -7.461,00 |
| 33903016 * * 000000 material de expedien | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.158,64 | 18.158,64 | 0,00 | 0,00 | 23.276,24 | -5.117,60 |
| 33903017 * * 000000 material de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.118,80 | 1.118,80 | 0,00 | 0,00 | 2.983,70 | -1.864,90 |
| 33903018 * * 000000 materiais e medicame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903019 * * 000000 material de acondici | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903020 * * 000000 material de cama, me | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903021 * * 000000 material de copa e c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 79,20 | -79,20 |
| 33903022 * * 000000 material de limpeza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.501,31 | 1.501,31 | 0,00 | 0,00 | 553,24 | 948,07 |
| 33903023 * * 000000 uniformes, tecidos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903024 * * 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.198,29 | 21.198,29 | 0,00 | 0,00 | 12.300,18 | 8.898,11 |

CPL Informática.

Pág. 017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|---------------------------------|--------|--------------|----------------|----------|-------|----------------|----------------|----------------|--------|-------------|---------------|
| 33903024 | * * 000049 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.964,00 | 3.964,00 | 0,00 | 0,00 | 720,00 | 3.244,00 |
| 33903025 | * * 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 367,16 | 367,16 | 0,00 | 0,00 | 460,40 | -93,24 |
| 33903026 | * * 000000 material elétrico e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.647,58 | 10.647,58 | 0,00 | 0,00 | 139,80 | 10.507,78 |
| 33903027 | * * 000000 material de manobra | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903028 | * * 000000 material de proteção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 649,50 | 649,50 | 0,00 | 0,00 | 557,70 | 91,80 |
| 33903029 | * * 000000 material para áudio, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 | 690,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 |
| 33903030 | * * 000000 material para comuni | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903031 | * * 000000 sementes, mudas de p | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.195,20 | 6.195,20 | 0,00 | 0,00 | 17.508,80 | -11.313,60 |
| 33903039 | * * 000000 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.825,77 | 13.825,77 | 0,00 | 0,00 | 30.255,32 | -16.429,55 |
| 33903039 | * * 000055 material para manute | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.480,50 | 21.480,50 | 0,00 | 0,00 | 12.624,50 | 8.856,00 |
| 33903042 | * * 000000 ferramentas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903044 | * * 000000 material de sinaliza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.609,20 | 1.609,20 | 0,00 | 0,00 | 497,00 | 1.112,20 |
| 33903046 | * * 000000 material bibliográfi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.318,00 | 1.318,00 | 0,00 | 0,00 | 2.392,00 | -1.074,00 |
| 33903096 | * * 000000 materiais de consumo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 |
| 33903099 | * * 000000 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82,00 | 82,00 | 0,00 | 0,00 | 1.080,00 | -998,00 |
| 33903099 | * * 000055 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.020,00 | 1.020,00 | 0,00 | 0,00 | 1.740,00 | -720,00 |
| 33903201 | * * 000000 livros didáticos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.532,00 | 13.532,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.532,00 |
| 33903203 | * * 000000 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.988,20 | 3.988,20 | 0,00 | 0,00 | 6.449,87 | -2.461,67 |
| 33903203 | * * 000051 gêneros alimentícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.389,95 | 4.389,95 | 0,00 | 0,00 | 4.389,95 | 0,00 |
| 33903299 | * * 000000 outros materiais de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.900,00 | 6.900,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.900,00 |
| 33903606 | * * 000000 serviços técnicos pr | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903607 | * * 000000 estagiários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.887,00 | 4.887,00 | 0,00 | 0,00 | 4.887,00 | 0,00 |
| 33903615 | * * 000000 locação de imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903616 | * * 000000 locação de bens móve | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903620 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903622 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | 1.335,00 | 165,00 |
| 33903625 | * * 000000 serviços de limpeza | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903639 | * * 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 442,42 | -442,42 |
| 33903645 | * * 000000 jetons a conselheiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.817,00 | 3.817,00 | 0,00 | 0,00 | 3.601,35 | 215,65 |
| 33903696 | * * 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 |
| 33903699 | * * 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.040,00 | 5.040,00 | 0,00 | 0,00 | 5.401,25 | -361,25 |
| 33903901 | * * 000000 assinatura de períod | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 468,00 | 468,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 468,00 |
| 33903904 | * * 000000 direitos autorais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903905 | * * 000000 serviços técnicos pr | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.760,00 | 23.760,00 | 0,00 | 0,00 | 675,00 | 23.085,00 |
| 33903910 | * * 000000 locação de imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903911 | * * 000000 locação de softwares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.900,18 | -1.900,18 |
| 33903912 | * * 000000 locação de máquinas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903914 | * * 000000 locação de bens móve | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.200,00 | -2.200,00 |
| 33903916 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.902,03 | 2.902,03 | 0,00 | 0,00 | 3.490,86 | -588,83 |
| 33903916 | * * 000049 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903917 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.768,00 | 1.768,00 | 0,00 | 0,00 | 885,00 | 883,00 |
| 33903919 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.267,60 | 9.267,60 | 0,00 | 0,00 | 11.392,00 | -2.124,40 |
| 33903919 | * * 000055 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.622,50 | 5.622,50 | 0,00 | 0,00 | 3.759,00 | 1.863,50 |
| 33903920 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 420,00 | 420,00 | 0,00 | 0,00 | 690,00 | -270,00 |
| 33903920 | * * 000049 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903921 | * * 000000 manutenção e conserv | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.934,77 | 1.934,77 | 0,00 | 0,00 | 1.721,95 | 212,82 |
| 33903926 | * * 000000 serviços de transpor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.109,88 | 12.109,88 | 0,00 | 0,00 | 10.810,23 | 1.299,65 |
| 33903926 | * * 000049 serviços de transpor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.257,12 | 23.257,12 | 0,00 | 0,00 | 23.257,12 | 0,00 |
| 33903926 | * * 000052 serviços de transpor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.815,36 | 4.815,36 | 0,00 | 0,00 | 4.815,36 | 0,00 |

CPL Informática.

Pág. 018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de maio, Saldos até 31/05/2010

Anexo TC-08

| Código | Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Retorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|----------|--------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------|--------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-------------|---------------|
| 33903926 | * * 000055 serviços de transpor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.895,02 | 17.895,02 | 0,00 | 0,00 | 17.895,02 | 0,00 |
| 33903936 | * * 000000 multas indeviduetis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.701,22 | 3.701,22 | 0,00 | 0,00 | 3.701,22 | 0,00 |
| 33903943 | * * 000000 serviços de energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.463,13 | 23.463,13 | 0,00 | 0,00 | 35.887,88 | -12.424,75 |
| 33903944 | * * 000000 serviços de água e e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.138,89 | -4.138,89 |
| 33903947 | * * 000000 serviços de comunica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.751,00 | 6.751,00 | 0,00 | 0,00 | 3.619,61 | 3.131,39 |
| 33903949 | * * 000000 produções jornalísti | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 370,00 | -160,00 |
| 33903950 | * * 000000 serviços médico hosp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.830,00 | 1.830,00 | 0,00 | 0,00 | 840,00 | 990,00 |
| 33903957 | * * 000000 serviços de processa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | 1.060,00 |
| 33903958 | * * 000000 serviços de telecomu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.978,76 | -5.978,76 |
| 33903959 | * * 000000 serviços de áudio, v | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 920,00 | 920,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 720,00 |
| 33903963 | * * 000000 serviços gráficos e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903969 | * * 000000 seguros em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903974 | * * 000000 fretes e transportes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903978 | * * 000000 limpeza e conservaça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.360,00 | 18.360,00 | 0,00 | 0,00 | 862,45 | 17.497,55 |
| 33903979 | * * 000000 serviços de apoio ad | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.800,00 | -3.800,00 |
| 33903981 | * * 000000 serviços bancários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.737,91 | 2.737,91 | 0,00 | 0,00 | 2.737,91 | 0,00 |
| 33903983 | * * 000000 serviços de cópias e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.640,30 | 1.640,30 | 0,00 | 0,00 | 1.366,25 | 274,05 |
| 33903988 | * * 000000 serviços de publicid | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33903999 | * * 000000 outros serviços de t | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.118,97 | 12.118,97 | 0,00 | 0,00 | 6.503,27 | 5.615,70 |
| 33904710 | * * 000000 taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 652,14 | 652,14 | 0,00 | 0,00 | 1.082,14 | -430,00 |
| 33904712 | * * 000000 contribuição para o | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.703,93 | 15.703,93 | 0,00 | 0,00 | 15.703,93 | 0,00 |
| 33909231 | * * 000000 premiações culturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33909247 | * * 000000 obrigações tributári | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 388,00 | 388,00 | 0,00 | 0,00 | 388,00 | 0,00 |
| 40000000 | DESPESAS DE CAPITAL | 2.159.070,00 | 314.274,26 | 0,00 | 0,00 | 2.473.344,26 | 161.376,22 | 161.376,22 | 0,00 | 2.311.968,04 | 117.986,95 | 43.389,27 |
| 44000000 | INVESTIMENTOS | 1.959.070,00 | 314.274,26 | 0,00 | 0,00 | 2.273.344,26 | 154.315,30 | 154.315,30 | 0,00 | 2.119.028,96 | 110.926,03 | 43.389,27 |
| 44710000 | TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 110,00 | 10,00 | 0,00 |
| 44715299 | * * 000000 outros equipamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 0,00 | 10,00 | 0,00 |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.958.950,00 | 314.274,26 | 0,00 | 0,00 | 2.273.224,26 | 154.305,30 | 154.305,30 | 0,00 | 2.118.918,96 | 110.916,03 | 43.389,27 |
| 44905180 | * * 000000 estudos e projetos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76.533,00 | -76.533,00 |
| 44905193 | * * 000000 benfeitorias em prop | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.776,00 | 1.776,00 | 0,00 | 0,00 | 1.776,00 | 0,00 |
| 44905198 | * * 000054 obras contratadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905199 | * * 000000 outras obras e insta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.993,08 | 53.993,08 | 0,00 | 0,00 | 22.336,15 | 31.656,93 |
| 44905199 | * * 000055 outras obras e insta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.148,22 | 45.148,22 | 0,00 | 0,00 | 4.360,88 | 40.787,34 |
| 44905206 | * * 000000 aparelhos e equipame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905224 | * * 000000 equipamentos de prot | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.500,00 |
| 44905224 | * * 000055 equipamentos de prot | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 44905230 | * * 000000 máquinas e equipamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905233 | * * 000000 equipamentos para áu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905235 | * * 000000 equipamentos de proc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.988,00 | 7.988,00 | 0,00 | 0,00 | 5.278,00 | 2.710,00 |
| 44905240 | * * 000000 máquinas e equipamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.675,00 | 28.675,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.675,00 |
| 44905240 | * * 000055 máquinas e equipamen | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 225,00 | 225,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 225,00 |
| 44905242 | * * 000000 mobiliário em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 632,00 | -632,00 |
| 44905248 | * * 000000 veículos diversos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905248 | * * 000003 veículos diversos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905252 | * * 000000 veículos de tração m | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905252 | * * 000055 veículos de tração m | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 44905257 | * * 000000 acessórios para auto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 46000000 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 7.060,92 | 7.060,92 | 0,00 | 192.939,08 | 7.060,92 | 0,00 |
| 46900000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 7.060,92 | 7.060,92 | 0,00 | 192.939,08 | 7.060,92 | 0,00 |

| Código Especificações | Orçado | Suplementado | Cred.Especiais | Anulados | TOTAL | Empenh. no Mes | Emp. ate o Mes | Estorno no Mes | SALDOS | Pago no Mes | Saldo a Pagar |
|--|---------------|--------------|----------------|------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-------------|---------------|
| 46907102 * " 000000 amortização da dívid | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.060,92 | 7.060,92 | 0,00 | 0,00 | 7.060,92 | 0,00 |
| 90000000 Reserva de Contingencia | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99000000 Reserva de Contingencia | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99990000 Reserva de Contingencia | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 10.386.495,00 | 590.298,22 | 64.000,00 | 109.000,00 | 10.931.793,22 | 1.020.838,07 | 1.020.838,07 | 0,00 | 9.910.955,15 | 956.986,60 | 63.851,47 |
| | | | | | Estornos até o Mes | 0,00 | | | Pagos até o Mes | 956.986,60 | |

PREFEITA MUNICIPAL

GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE

DAVI FRECHATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Receita FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| | TOTAL DA RECEITA | 1.600,00 | 12,31 | 12,31 | | 1.587,69 |
| | RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 1.600,00 | 12,31 | 12,31 | | 1.587,69 |
| 10000000 | RECEITAS CORRENTES | 1.600,00 | 12,31 | 12,31 | | 1.587,69 |
| 12000000 | RECEITA DE CONTRIBUICOES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 12100000 | CONTRIBUICOES SOCIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 12103800 | CONTRIBUICAO SOCIAL S/O LUCRO DAS P | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 12103801 0100 000000 | Receita dos Principal Contribuicoe | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 13000000 | RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 12,31 | 12,31 | 12,31 | |
| 13200000 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 0,00 | 12,31 | 12,31 | 12,31 | |
| 13250000 0100 000000 | Remuneracao de depositos Bancarios | 0,00 | 12,31 | 12,31 | 12,31 | |
| 19000000 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.600,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.600,00 |
| 19100000 | MULTAS E JUROS DE MORA | 600,00 | 0,00 | 0,00 | | 600,00 |
| 19110000 | MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS | 600,00 | 0,00 | 0,00 | | 600,00 |
| 19119900 0100 000000 | Multas e Juros de Mora de Outros T | 600,00 | 0,00 | 0,00 | | 600,00 |
| 19190000 | MULTAS DE OUTRAS ORIGENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19199900 | OUTRAS MULTAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19199901 0100 000000 | Multas de Infracao da Lei "eca" | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19900000 | RECEITAS DIVERSAS | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.000,00 |
| 19909900 0100 000000 | Outras Receitas | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.000,00 |



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|--------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 30000000 | RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000000 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000001 0100 000000 | Inss | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000002 0100 000000 | Irrf | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000003 0100 000000 | Irrf S/rendimentos do Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000004 0100 000000 | Iss | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

| | Orçado R\$ | Arrecadado | Arrecadado |
|--|------------|------------|------------|
| | | no Mes | até o Mes |
| 00=Recursos Ordinários | 1.600,00 | 12,31 | 12,31 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 1.600,00 | 12,31 | 12,31 |
| TOTAL GERAL | 1.600,00 | 12,31 | 12,31 |

RESPONSÁVEL P/ SEC ADMINISTRAÇ

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita FMAS

CPL Informática.

Pág. 001

| | | |
|--|-----------------------|-----------------|
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | Saldos até 31/05/2010 | Exercício: 2010 |
| Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada | | |
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | Anexo TC-07 |

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|-----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| | TOTAL DA RECEITA | 94.500,00 | 15.516,58 | 15.516,58 | | 78.983,42 |
| | RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 94.500,00 | 15.390,08 | 15.390,08 | | 79.109,92 |
| 10000000 | RECEITAS CORRENTES | 94.500,00 | 15.390,08 | 15.390,08 | | 79.109,92 |
| 11000000 | RECEITA TRIBUTARIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11100000 | IMPOSTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11120000 0100 000000 | Imposto Sobre Patrimonio e a Renda | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 13000000 | RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 9,82 | 9,82 | 9,82 | |
| 13200000 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 0,00 | 9,82 | 9,82 | 9,82 | |
| 13250000 0100 000000 | Remuneracao de depositos Bancarios | 0,00 | 9,82 | 9,82 | 9,82 | |
| 17000000 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 94.500,00 | 15.380,26 | 15.380,26 | | 79.119,74 |
| 17200000 | TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 94.500,00 | 10.900,26 | 10.900,26 | | 83.599,74 |
| 17210000 | TRANSFERENCIAS DA UNIAO | 94.500,00 | 10.900,26 | 10.900,26 | | 83.599,74 |
| 17213400 | TRANSFERENCIAS REC. FDO.NACIONAL AS | 94.500,00 | 10.900,26 | 10.900,26 | | 83.599,74 |
| 17213401 0147 000003 | Api - Programa de Atencao a Pessoa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17213402 0149 000005 | Ppd - Atencao a Pessoas Portadoras | 4.000,00 | 340,61 | 340,61 | | 3.659,39 |
| 17213403 0148 000004 | Pac - Apoio a Crianca de 0 a 6 Ano | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 27.000,00 |
| 17213404 0150 000006 | Peti - Programa de Erradicacao do | 20.000,00 | 4.000,00 | 4.000,00 | | 16.000,00 |
| 17213405 0163 000056 | Programa Bolsa Familia | 30.000,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | | 25.500,00 |
| 17213406 0152 000067 | Bpc - Beneficio de Prestacao Conti | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.000,00 |
| 17213407 0152 000067 | Igd - Indice de Gestao descentrali | 12.000,00 | 803,40 | 803,40 | | 11.196,60 |
| 17213408 0152 000000 | Convenio Pro-jovem Adolescente | 0,00 | 1.256,25 | 1.256,25 | 1.256,25 | |
| 17213499 0152 000067 | Outros Programas Sociais | 500,00 | 0,00 | 0,00 | | 500,00 |
| 17600000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 0,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | |
| 17610000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619900 | OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619904 0124 000000 | Convenio Api | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619905 0124 000000 | Convenio Ppd | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619906 0124 000000 | Convenio Pac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619907 0124 000000 | Convenio Petti | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619911 0124 000000 | Conv. Igd - Gestao descentralizada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619912 0124 000056 | Convenio Bolsa Familia/pbfi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619913 0124 000000 | Convenio Bpc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST | 0,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | |
| 17629900 | OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO | 0,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | |
| 17629911 0124 000000 | Convenio Ppi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629914 0124 000000 | Convenio Smas/patronato | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629915 0124 000000 | Convenio P.b.f. Bolsa Familia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629916 0152 000067 | Convenio Alta Complexidade | 0,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | |
| 19000000 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19900000 | RECEITAS DIVERSAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19909900 0100 000000 | Outras Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 30000000 | RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 0,00 | 126,50 | 126,50 | 126,50 | |
| 31000000 | DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS | 0,00 | 126,50 | 126,50 | 126,50 | |
| 31000002 0100 000000 | Irrf | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000009 0100 000000 | Inss/empresa | 0,00 | 126,50 | 126,50 | 126,50 | |

| | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes |
|--|------------|----------------------|-------------------------|
| 00=Recursos Ordinários | 0,00 | 9,82 | 9,82 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 9,82 | 9,82 |
| 24=Transferências de Convênios Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000056Bolsa Família | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47=Apoio a Pessoa Idosa API | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000003Apoio a Pessoa Idosa - API | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 48=Programa de Atenção à Criança PAC | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000004Programa de Atenção à Criança - PAC | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 49=Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física PPD | 4.000,00 | 340,61 | 340,61 |
| 000005Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física | 4.000,00 | 340,61 | 340,61 |
| 50=Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI | 20.000,00 | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 000006Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - P | 20.000,00 | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 52=Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assis | 13.500,00 | 6.539,65 | 6.539,65 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 1.256,25 | 1.256,25 |
| 000067Outros Detalhamentos | 13.500,00 | 5.283,40 | 5.283,40 |
| 63=Bolsa Família | 30.000,00 | 4.500,00 | 4.500,00 |
| 000056Bolsa Família | 30.000,00 | 4.500,00 | 4.500,00 |
| TOTAL GERAL | 94.500,00 | 15.390,08 | 15.390,08 |

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita FMS

CPL Informática.

Pág. 001

| | | |
|--|-----------------------|-----------------|
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS | Saldos até 31/05/2010 | Exercício: 2010 |
| Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada | | |
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | Anexo TC-07 |

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|------------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| | TOTAL DA RECEITA | 626.900,00 | 125.838,92 | 125.838,92 | | 501.061,08 |
| | RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 626.900,00 | 83.777,09 | 83.777,09 | | 543.122,91 |
| 10000000 | RECEITAS CORRENTES | 626.900,00 | 83.777,09 | 83.777,09 | | 543.122,91 |
| 11000000 | RECEITA TRIBUTARIA | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 7.000,00 |
| 11100000 | IMPOSTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11120000 | IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11120400 | IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11200000 | TAXAS | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 7.000,00 |
| 11210000 | TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11212200 0100 000000 | Taxa de Servicos Administrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11220000 | TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 7.000,00 |
| 11221200 0100 000000 | Emolumentos e Custas Processuais A | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| 11229900 0100 000000 | Outras Taxas Pela Prestacao de Ser | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 13000000 | RECEITA PATRIMONIAL | 1.200,00 | 5,09 | 5,09 | | 1.194,91 |
| 13200000 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 1.200,00 | 5,09 | 5,09 | | 1.194,91 |
| 13250000 | REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS | 1.200,00 | 5,09 | 5,09 | | 1.194,91 |
| 13250100 | REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.200,00 |
| 13250106 0143 000000 | Rec.rem.dep.banc.rec.vinc.-acoes e | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.200,00 |
| 13250200 0100 000000 | Rem.depositos de Recursos Nao Vinc | 0,00 | 5,09 | 5,09 | 5,09 | |
| 16000000 | RECEITA DE SERVICOS | 95.000,00 | 8.207,18 | 8.207,18 | | 86.792,82 |
| 16000500 | SERVICOS DE SAUDE | 95.000,00 | 8.207,18 | 8.207,18 | | 86.792,82 |
| 16000501 0112 000000 | Servicos Hospitalares | 43.800,00 | 812,34 | 812,34 | | 42.987,66 |
| 16000502 0112 000000 | Servicos Hospitalares - Aih | 51.200,00 | 7.394,84 | 7.394,84 | | 43.805,16 |
| 16000599 0112 000000 | Outros Servicos de Saude | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17000000 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 522.100,00 | 75.243,72 | 75.243,72 | | 446.856,28 |
| 17200000 | TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 519.100,00 | 75.243,72 | 75.243,72 | | 443.856,28 |
| 17210000 | TRANSFERENCIAS DA UNIAO | 519.100,00 | 75.243,72 | 75.243,72 | | 443.856,28 |
| 17213300 | TRANSF. REC. SISTEMA UNICO SAUDE-SU | 519.100,00 | 75.243,72 | 75.243,72 | | 443.856,28 |
| 17213301 0164 000000 | Mpab - Piso de Atencao Basica Fixo | 153.800,00 | 13.573,50 | 13.573,50 | | 140.226,50 |
| 17213302 0170 000000 | Mpsf - Programa Saude da Familia | 153.600,00 | 22.400,00 | 22.400,00 | | 131.200,00 |
| 17213303 0170 000000 | Mpacs - Agentes Comunitarios de Sa | 97.600,00 | 13.020,00 | 13.020,00 | | 84.580,00 |
| 17213304 0170 000000 | Mpecd - Epidemiologia e Controle d | 17.100,00 | 1.445,27 | 1.445,27 | | 15.654,73 |
| 17213305 0167 000000 | Mpfb - Farmacia Basica | 35.800,00 | 7.675,17 | 7.675,17 | | 28.124,83 |
| 17213306 0170 000000 | Mpvs - Vigilancia Sanitaria | 7.200,00 | 0,00 | 0,00 | | 7.200,00 |
| 17213307 0170 000000 | Mpsb - Saude Bucal | 24.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | | 22.000,00 |
| 17213308 0170 000000 | Mpmac - Acoes Estrategicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17213311 0170 000000 | Outros Programas Fundo a Fundo | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 30.000,00 |
| 17213312 0170 000000 | Mpmopl - Vacinacao Poliomielite | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17213313 0123 000067 | Programa - Nasf-nucleo Apoio a Sau | 0,00 | 11.150,00 | 11.150,00 | 11.150,00 | |
| 17213314 0123 000000 | Tfd - Preventivo Pre-natal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17213315 0170 000067 | Boletim de Producao Ambulatorial - | 0,00 | 3.979,78 | 3.979,78 | 3.979,78 | |
| 17600000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 3.000,00 |
| 17610000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17610600 0123 000000 | Convenio Hipertensos/diabetes/asma | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 3.000,00 |
| 17620001 0123 000000 | Convenio Vigilancia Epidemiologica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620002 0123 000000 | Cartao Sus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620003 0123 000010 | Convenio Psf | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------|--|------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 17620004 | 0123 000000 Convenio Pacs | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620005 | 0123 000000 Convenio Incentivo Saude Bucal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620006 | 0123 000000 Convenio Vigilancia Sanitaria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620007 | 0123 000000 Convenio Farmacia Basica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620008 | 0123 000000 Boletim Producao Ambulatorial - Bp | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620009 | 0123 000000 Programa Siscolo Extrateto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620010 | 0123 000000 Extrateto Sis Pre-natal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620100 | 0123 000055 Transferencia de Conv. dos Estados | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 3.000,00 |
| 19000000 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.600,00 | 321,10 | 321,10 | | 1.278,90 |
| 19200000 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 0,00 | 321,10 | 321,10 | 321,10 | |
| 19220000 | 0100 000000 Restituicoes | 0,00 | 321,10 | 321,10 | 321,10 | |
| 19900000 | RECEITAS DIVERSAS | 1.600,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.600,00 |
| 19909900 | 0100 000000 Outras Receitas | 1.600,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.600,00 |
| 20000000 | RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22000000 | ALIENACAO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22100000 | ALIENACAO DE BENS MOVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22150000 | 0189 000000 Alienacao de Veiculos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24000000 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24700000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24720000 | 0123 000000 Transferencias de Convenios dos Es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |



CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|------------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 30000000 | RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 0,00 | 42.061,83 | 42.061,83 | 42.061,83 | |
| 31000000 | DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS | 0,00 | 42.061,83 | 42.061,83 | 42.061,83 | |
| 31000001 0101 000000 | Inss | 0,00 | 13.131,34 | 13.131,34 | 13.131,34 | |
| 31000002 0101 000000 | Asserv | 0,00 | 1.138,28 | 1.138,28 | 1.138,28 | |
| 31000003 0101 000000 | Taxa de Manutencao de Carteirinhas | 0,00 | 265,60 | 265,60 | 265,60 | |
| 31000004 0101 000000 | Assistencia Medica Unimed | 0,00 | 1.475,79 | 1.475,79 | 1.475,79 | |
| 31000005 0101 000000 | Emprestimo Cef | 0,00 | 1.629,35 | 1.629,35 | 1.629,35 | |
| 31000006 0101 000000 | Emprestimo Besc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000007 0101 000000 | Pensao Alimenticia | 0,00 | 351,90 | 351,90 | 351,90 | |
| 31000008 0101 000000 | Inss/empresa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000009 0101 000000 | Deducao Cfe Autorizacao | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000010 0101 000000 | Irrf / Empresas | 0,00 | 382,56 | 382,56 | 382,56 | |
| 31000011 0101 000000 | Emprestimo B. Brasil | 0,00 | 1.347,01 | 1.347,01 | 1.347,01 | |
| 31000012 0100 000000 | Irrf S/rendimentos do Trabalho | 0,00 | 11.094,52 | 11.094,52 | 11.094,52 | |
| 31000013 0100 000000 | Iss | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000014 0100 000000 | Desconto Masterfarma | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000015 0100 000000 | Desconto Sindicato | 0,00 | 364,55 | 364,55 | 364,55 | |
| 31000016 0100 000000 | Emprest Consig Bv Financeira | 0,00 | 9.890,43 | 9.890,43 | 9.890,43 | |
| 31000017 0100 000000 | Boletim de Proced. Ambulatorial-fu | 0,00 | 990,50 | 990,50 | 990,50 | |

| | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes |
|---|------------|----------------------|-------------------------|
| 00=Recursos Ordinários | 8.600,00 | 326,19 | 326,19 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 8.600,00 | 326,19 | 326,19 |
| 12=Serviços de Saúde | 95.000,00 | 8.207,18 | 8.207,18 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 95.000,00 | 8.207,18 | 8.207,18 |
| 23=Transferências de Convênios Saúde | 3.000,00 | 11.150,00 | 11.150,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000010Programa de Saúde da Família - PSF | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000055Transferência de Convênios do Estado | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000067Outros Detalhamentos | 0,00 | 11.150,00 | 11.150,00 |
| 43=Outras Especificações | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| 64=Atenção Básica | 153.800,00 | 13.573,50 | 13.573,50 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 153.800,00 | 13.573,50 | 13.573,50 |
| 67=Assistencia Farmacêutica Básica | 35.800,00 | 7.675,17 | 7.675,17 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 35.800,00 | 7.675,17 | 7.675,17 |
| 70=Gestão do SUS | 329.500,00 | 42.845,05 | 42.845,05 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 329.500,00 | 38.865,27 | 38.865,27 |
| 000067Outros Detalhamentos | 0,00 | 3.979,78 | 3.979,78 |
| 89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 626.900,00 | 83.777,09 | 83.777,09 |

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|-----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| | TOTAL DA RECEITA | 32.500,00 | 8.088,29 | 8.088,29 | | 24.411,71 |
| | RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 32.500,00 | 8.088,29 | 8.088,29 | | 24.411,71 |
| 10000000 | RECEITAS CORRENTES | 32.500,00 | 8.088,29 | 8.088,29 | | 24.411,71 |
| 11000000 | RECEITA TRIBUTARIA | 31.500,00 | 5.865,16 | 5.865,16 | | 25.634,84 |
| 11200000 | TAXAS | 31.500,00 | 5.865,16 | 5.865,16 | | 25.634,84 |
| 11220000 | TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS | 31.500,00 | 5.865,16 | 5.865,16 | | 25.634,84 |
| 11220800 0100 000000 | Taxa de Seguranca Contra Sinistros | 12.300,00 | 2.702,28 | 2.702,28 | | 9.597,72 |
| 11220900 0100 000000 | Taxa de Exames de Projetos P/seg. | 2.500,00 | 1.300,68 | 1.300,68 | | 1.199,32 |
| 11221000 0100 000000 | Taxa de Servicos Gerais | 400,00 | 119,69 | 119,69 | | 280,31 |
| 11221100 0100 000000 | Taxa de Vistoria de Seg. Contra Si | 16.300,00 | 752,01 | 752,01 | | 15.547,99 |
| 11229900 | OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERV | 0,00 | 990,50 | 990,50 | 990,50 | |
| 11229905 0100 000000 | Taxa Atend Emergenc/populacao | 0,00 | 990,50 | 990,50 | 990,50 | |
| 13000000 | RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 710,62 | 710,62 | 710,62 | |
| 13200000 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 0,00 | 710,62 | 710,62 | 710,62 | |
| 13250000 0100 000000 | Remuneracao de depositos Bancarios | 0,00 | 710,62 | 710,62 | 710,62 | |
| 17000000 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 0,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | |
| 17200000 | TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 0,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | |
| 17230000 0124 000000 | Transferencias dos Municipios | 0,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | 1.500,00 | |
| 19000000 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.000,00 | 12,51 | 12,51 | | 987,49 |
| 19100000 | MULTAS E JUROS DE MORA | 0,00 | 12,51 | 12,51 | 12,51 | |
| 19110000 0100 000000 | Multas e Juros de Mora dos Tributo | 0,00 | 12,51 | 12,51 | 12,51 | |
| 19300000 | RECEITA DA DIVIDA ATIVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19320000 0100 000000 | Receita da Divida Ativa Nao Tribut | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19900000 | RECEITAS DIVERSAS | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.000,00 |
| 19909900 0100 000000 | Outras Receitas | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.000,00 |
| 20000000 | RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24000000 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24200000 | TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24230000 0124 000000 | Transferencias dos Municipios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24700000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24720000 0124 000055 | Transferencias de Convenios dos Es | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 25000000 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 25900000 0124 000000 | Outras Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|---------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 30000000 | RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000000 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31001000 0100 000000 | Inss / Empresas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31002000 0100 000000 | Irrf / Empresas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31003000 0100 000000 | Irrf S/ Rendimentos do Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31004000 0100 000000 | Iss | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

| | Orçado R\$ | Arrecadado | Arrecadado |
|--|------------|------------|------------|
| | | no Mes | até o Mes |
| 00=Recursos Ordinários | 32.500,00 | 6.588,29 | 6.588,29 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 32.500,00 | 6.588,29 | 6.588,29 |
| 24=Transferências de Convênios Outros | 0,00 | 1.500,00 | 1.500,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 1.500,00 | 1.500,00 |
| 000055Transferência de Convênios do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 32.500,00 | 8.088,29 | 8.088,29 |

RESPONSÁVEL P/ S. ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita PMC

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|---------------|----------------------|-------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| | TOTAL DA RECEITA | 13.944.500,00 | 1.250.017,92 | 1.250.017,92 | | 12.694.482,08 |
| | RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 13.944.500,00 | 1.178.335,38 | 1.178.335,38 | | 12.766.164,62 |
| 10000000 | RECEITAS CORRENTES | 12.314.500,00 | 1.163.253,16 | 1.163.253,16 | | 11.151.246,84 |
| 11000000 | RECEITA TRIBUTARIA | 1.111.700,00 | 102.127,52 | 102.127,52 | | 1.009.572,48 |
| 11100000 | IMPOSTOS | 887.000,00 | 94.163,30 | 94.163,30 | | 792.836,70 |
| 11110000 | IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11110100 0100 000000 | Imposto Sobre a Importacao | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11120000 | IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA | 374.500,00 | 39.287,39 | 39.287,39 | | 335.212,61 |
| 11120200 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL | 262.000,00 | 22.896,05 | 22.896,05 | | 239.103,95 |
| 11120200 0100 000000 | Imposto Sobre a Propriedade Predia | 157.200,00 | 13.737,63 | 13.737,63 | | 143.462,37 |
| 11120200 0101 000000 | Imposto Sobre a Propriedade Predia | 65.500,00 | 5.724,02 | 5.724,02 | | 59.775,98 |
| 11120200 0102 000000 | Imposto Sobre a Propriedade Predia | 39.300,00 | 3.434,40 | 3.434,40 | | 35.865,60 |
| 11120400 | IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR | 65.000,00 | 7.693,34 | 7.693,34 | | 57.306,66 |
| 11120431 | IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ R | 60.000,00 | 7.693,34 | 7.693,34 | | 52.306,66 |
| 11120431 0100 000000 | Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ | 36.000,00 | 4.616,01 | 4.616,01 | | 31.383,99 |
| 11120431 0101 000000 | Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ | 15.000,00 | 1.923,35 | 1.923,35 | | 13.076,65 |
| 11120431 0102 000000 | Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ | 9.000,00 | 1.153,98 | 1.153,98 | | 7.846,02 |
| 11120434 | IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ O | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 11120434 0100 000000 | Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 3.000,00 |
| 11120434 0101 000000 | Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ | 1.250,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.250,00 |
| 11120434 0102 000000 | Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/ | 750,00 | 0,00 | 0,00 | | 750,00 |
| 11120800 | IMP.S/TRANSM.INTERV.BENS IMOV.E DIR | 47.500,00 | 8.698,00 | 8.698,00 | | 38.802,00 |
| 11120800 0100 000000 | Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di | 28.500,00 | 5.218,80 | 5.218,80 | | 23.281,20 |
| 11120800 0101 000000 | Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di | 11.875,00 | 2.174,50 | 2.174,50 | | 9.700,50 |
| 11120800 0102 000000 | Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di | 7.125,00 | 1.304,70 | 1.304,70 | | 5.820,30 |
| 11130000 | IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCUL | 512.500,00 | 54.875,91 | 54.875,91 | | 457.624,09 |
| 11130500 | IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER | 512.500,00 | 54.875,91 | 54.875,91 | | 457.624,09 |
| 11130501 0100 000000 | Imposto Sobre Servicos de Qualquer | 307.500,00 | 32.925,55 | 32.925,55 | | 274.574,45 |
| 11130501 0101 000000 | Imposto Sobre Servicos de Qualquer | 128.125,00 | 13.719,02 | 13.719,02 | | 114.405,98 |
| 11130501 0102 000000 | Imposto Sobre Servicos de Qualquer | 76.875,00 | 8.231,34 | 8.231,34 | | 68.643,66 |
| 11200000 | TAXAS | 161.700,00 | 7.155,84 | 7.155,84 | | 154.544,16 |
| 11210000 | TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI | 111.200,00 | 6.355,11 | 6.355,11 | | 104.844,89 |
| 11211700 0100 000000 | Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia | 13.300,00 | 802,56 | 802,56 | | 12.497,44 |
| 11212200 0100 000000 | Taxa de Servicos Administrativos | 37.400,00 | 2.784,29 | 2.784,29 | | 34.615,71 |
| 11212500 0100 000000 | Taxa de Licenca P/func.de Estabele | 44.800,00 | 1.621,01 | 1.621,01 | | 43.178,99 |
| 11213200 0100 000000 | Taxa de Aprovacao do Projeto de Co | 15.000,00 | 1.147,25 | 1.147,25 | | 13.852,75 |
| 11213300 0100 000000 | Taxa de Fiscalizacao Sanitaria | 700,00 | 0,00 | 0,00 | | 700,00 |
| 11219900 0100 000000 | Outras Taxas Pelo Exercicio de Pod | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11220000 | TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS | 50.500,00 | 800,73 | 800,73 | | 49.699,27 |
| 11221200 0100 000000 | Emolumentos e Custas Processuais A | 2.600,00 | 0,00 | 0,00 | | 2.600,00 |
| 11229000 0100 000000 | Taxa de Limpeza Publica | 27.500,00 | 783,57 | 783,57 | | 26.716,43 |
| 11229200 0100 000000 | Taxa de Embarque Terminal Rodoviar | 14.100,00 | 17,16 | 17,16 | | 14.082,84 |
| 11229900 0100 000000 | Outras Taxas Pela Prestacao de Ser | 6.300,00 | 0,00 | 0,00 | | 6.300,00 |
| 11300000 | CONTRIBUICAO DE MELHORIA | 63.000,00 | 808,38 | 808,38 | | 62.191,62 |
| 11300400 0100 000000 | Contribuicao de Melhoria P/ Pavime | 63.000,00 | 808,38 | 808,38 | | 62.191,62 |
| 12000000 | RECEITA DE CONTRIBUICOES | 371.400,00 | 39.692,14 | 39.692,14 | | 331.707,86 |
| 12200000 | CONTRIBUICOES ECONOMICAS | 371.400,00 | 39.692,14 | 39.692,14 | | 331.707,86 |
| 12202900 0117 000000 | Contrib. P/custeio de Servico de I | 371.400,00 | 39.692,14 | 39.692,14 | | 331.707,86 |



CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldo até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|---------------|----------------------|-------------------------|------------------|--------------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 13000000 | RECEITA PATRIMONIAL | 51.820,00 | 4.725,58 | 4.725,58 | | 47.094,42 |
| 13100000 | RECEITAS IMOBILIARIAS | 22.600,00 | 1.621,46 | 1.621,46 | | 20.978,54 |
| 13110000 | ALUGUEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 13119900 0100 000000 | Outras Receitas de Alugueis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 13190000 0100 000000 | Outras Receitas Imobiliarias | 22.600,00 | 1.621,46 | 1.621,46 | | 20.978,54 |
| 13200000 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 29.220,00 | 3.104,12 | 3.104,12 | | 26.115,88 |
| 13250000 | REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS | 29.220,00 | 3.104,12 | 3.104,12 | | 26.115,88 |
| 13250100 | REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO | 15.820,00 | 1.377,07 | 1.377,07 | | 14.442,93 |
| 13250102 | REC.REM. DEP.BANC.DE REC.VINC.-FUND | 14.500,00 | 504,70 | 504,70 | | 13.995,30 |
| 13250102 0100 000000 | Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun | 8.700,00 | 302,82 | 302,82 | | 8.397,18 |
| 13250102 0101 000000 | Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun | 5.800,00 | 201,88 | 201,88 | | 5.598,12 |
| 13250109 0100 000000 | Receita Rem.dep.bancarios Rec.vinc | 120,00 | 0,00 | 0,00 | | 120,00 |
| 13250199 0100 000000 | Rec.remun.de Outros dep.banc.de Re | 1.200,00 | 872,37 | 872,37 | | 327,63 |
| 13250200 | REM.DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINC | 13.400,00 | 1.727,05 | 1.727,05 | | 11.672,95 |
| 13250299 0100 000000 | Remuneracao Outros depositos de Re | 13.400,00 | 1.727,05 | 1.727,05 | | 11.672,95 |
| 16000000 | RECEITA DE SERVICOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 10.000,00 |
| 16004500 0100 000000 | Serv. de Preparacao da Terra Em Pr | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 10.000,00 |
| 17000000 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 10.575.420,00 | 993.261,58 | 993.261,58 | | 9.582.158,42 |
| 17200000 | TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 10.567.420,00 | 964.074,97 | 964.074,97 | | 9.603.345,03 |
| 17210000 | TRANSFERENCIAS DA UNIAO | 3.943.540,00 | 339.560,73 | 339.560,73 | | 3.603.979,27 |
| 17210100 | PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO | 3.301.360,00 | 311.808,79 | 311.808,79 | | 2.989.551,21 |
| 17210102 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO | 4.120.000,00 | 389.735,18 | 389.735,18 | | 3.730.264,82 |
| 17210102 0100 000000 | Cota-parte do Fundo de Participaca | 2.472.000,00 | 233.841,11 | 233.841,11 | | 2.238.158,89 |
| 17210102 0101 000000 | Cota-parte do Fundo de Participaca | 1.030.000,00 | 97.433,80 | 97.433,80 | | 932.566,20 |
| 17210102 0102 000000 | Cota-parte do Fundo de Participaca | 618.000,00 | 58.460,27 | 58.460,27 | | 559.539,73 |
| 97210102 0100 000000 | Deducao de Receita Para Formacao F | -824.000,00 | -77.947,01 | -77.947,01 | 746.052,99 | |
| 17210105 | COTA-PARTE DO IMPOSTO S/A PROPRIEDA | 6.700,00 | 25,77 | 25,77 | | 6.674,23 |
| 17210105 0100 000000 | Cota-parte do Imposto S/a Propried | 4.020,00 | 15,46 | 15,46 | | 4.004,54 |
| 17210105 0101 000000 | Cota-parte do Imposto S/a Propried | 1.675,00 | 6,44 | 6,44 | | 1.668,56 |
| 17210105 0102 000000 | Cota-parte do Imposto S/a Propried | 1.005,00 | 3,87 | 3,87 | | 1.001,13 |
| 97210105 0100 000000 | Deducao da Receita Para Formacao d | -1.340,00 | -5,15 | -5,15 | 1.334,85 | |
| 17210900 | OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO | 79.000,00 | 4.231,80 | 4.231,80 | | 74.768,20 |
| 17210905 0100 000000 | Cota Parte do Fundo Especial Lei 7 | 0,00 | 4.231,80 | 4.231,80 | 4.231,80 | |
| 17210906 0124 000000 | Fex - Aux. Finac. P/fomento e Expo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17210999 0100 000000 | Demais Transferencias da Uniao | 79.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 79.000,00 |
| 17212200 | TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA | 56.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 56.000,00 |
| 17212270 0100 000000 | Cota-parte do Fundo Especial do Pe | 56.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 56.000,00 |
| 17213500 | TRANSF.RECURSOS FDO.NAC.DESENV.EDUC | 475.500,00 | 20.951,64 | 20.951,64 | | 454.548,36 |
| 17213501 0158 000049 | Transferencia do Salario-educacao | 192.800,00 | 15.704,78 | 15.704,78 | | 177.095,22 |
| 17213503 0160 000051 | Transf.direta do Fn de Ref.prog. Na | 51.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 51.000,00 |
| 17213504 0161 000052 | Transf Diretas Fn de Referente Pnat | 231.200,00 | 5.246,86 | 5.246,86 | | 225.953,14 |
| 17213599 0100 000000 | Outras Transf.diretas Fundo Nac. d | 500,00 | 0,00 | 0,00 | | 500,00 |
| 17213600 | TRANSFERENCIA FINANC DO ICMS-DESON. | 39.600,00 | 3.210,62 | 3.210,62 | | 36.389,38 |
| 17213600 0100 000000 | Transferencia Financ do Icms-deson | 23.760,00 | 1.926,37 | 1.926,37 | | 21.833,63 |
| 17213600 0101 000000 | Transferencia Financ do Icms-deson | 9.900,00 | 802,66 | 802,66 | | 9.097,34 |
| 17213600 0102 000000 | Transferencia Financ do Icms-deson | 5.940,00 | 481,59 | 481,59 | | 5.458,41 |
| 97213600 0100 000000 | Deducao de Receita Para Formacao F | -7.920,00 | -642,12 | -642,12 | 7.277,88 | |
| 17220000 | TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS | 4.633.880,00 | 437.964,89 | 437.964,89 | | 4.195.915,11 |



CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|---------------|----------------------|-------------------------|------------------|--------------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 17220100 | PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS | 4.633.880,00 | 437.964,89 | 437.964,89 | | 4.195.915,11 |
| 17220101 | COTA-PARTE DO ICMS | 5.050.000,00 | 467.099,25 | 467.099,25 | | 4.582.900,75 |
| 17220101 0100 000000 | Cota-parte do Icms | 3.030.000,00 | 280.259,54 | 280.259,54 | | 2.749.740,46 |
| 17220101 0101 000000 | Cota-parte do Icms | 1.262.500,00 | 116.774,83 | 116.774,83 | | 1.145.725,17 |
| 17220101 0102 000000 | Cota-parte do Icms | 757.500,00 | 70.064,88 | 70.064,88 | | 687.435,12 |
| 97220101 0100 000000 | Deducao de Receita Para Formacao F | -1.010.000,00 | -93.419,78 | -93.419,78 | 916.580,22 | |
| 17220102 | COTA-PARTE DO IPVA | 566.000,00 | 71.213,95 | 71.213,95 | | 494.786,05 |
| 17220102 0100 000000 | Cota-parte do Ipva | 339.600,00 | 42.728,37 | 42.728,37 | | 296.871,63 |
| 17220102 0101 000000 | Cota-parte do Ipva | 141.500,00 | 17.803,51 | 17.803,51 | | 123.696,49 |
| 17220102 0102 000000 | Cota-parte do Ipva | 84.900,00 | 10.682,07 | 10.682,07 | | 74.217,93 |
| 97220102 0100 000000 | Deducoes da Receita Para Formacao | -113.200,00 | -14.242,69 | -14.242,69 | 98.957,31 | |
| 17220104 | COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO | 142.600,00 | 9.142,70 | 9.142,70 | | 133.457,30 |
| 17220104 0100 000000 | Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao | 85.560,00 | 5.485,62 | 5.485,62 | | 80.074,38 |
| 17220104 0101 000000 | Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao | 35.650,00 | 2.285,68 | 2.285,68 | | 33.364,32 |
| 17220104 0102 000000 | Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao | 21.390,00 | 1.371,40 | 1.371,40 | | 20.018,60 |
| 97220104 0100 000000 | Deducao de Receita Para Formacao F | -28.520,00 | -1.828,54 | -1.828,54 | 26.691,46 | |
| 17220113 0116 000000 | Cota Parte da Cont. Interv.dom.eco | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 27.000,00 |
| 17240000 | TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS | 1.990.000,00 | 186.549,35 | 186.549,35 | | 1.803.450,65 |
| 17240100 | TRANSF.REC.FUNDO MANUT.DESENV.ENS.F | 1.990.000,00 | 186.549,35 | 186.549,35 | | 1.803.450,65 |
| 17240101 0118 000000 | Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ | 1.194.000,00 | 111.929,62 | 111.929,62 | | 1.082.070,38 |
| 17240102 0119 000000 | Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ | 796.000,00 | 74.619,73 | 74.619,73 | | 721.380,27 |
| 17600000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 8.000,00 | 29.186,61 | 29.186,61 | 21.186,61 | |
| 17610000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA | 0,00 | 6.420,00 | 6.420,00 | 6.420,00 | |
| 17619900 | OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 0,00 | 6.420,00 | 6.420,00 | 6.420,00 | |
| 17619903 0124 000000 | Convenio Merenda Escolar | 0,00 | 6.420,00 | 6.420,00 | 6.420,00 | |
| 17619904 0124 000000 | Convenio Api | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619905 0124 000000 | Convenio Ppd | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619906 0124 000000 | Convenio Pac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619907 0124 000000 | Convenio Petti | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619908 0124 000000 | Convenio Bolsa Familia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619909 0124 000000 | Convenio Transporte Escolar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619910 0124 000000 | Conv. Bpc - Assist. Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619911 0124 000000 | Conv. Igd - Gestao descentralizada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17619912 0124 000000 | Merenda Escolar/pnac Patronato | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17620000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST | 8.000,00 | 22.766,61 | 22.766,61 | 14.766,61 | |
| 17620200 0122 000055 | Transf. de Convenios dos Estados d | 3.000,00 | 22.766,61 | 22.766,61 | 19.766,61 | |
| 17629900 | OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 17629904 0124 000000 | Convenio Sisvan | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629911 0124 000000 | Convenio Ppi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629912 0124 000000 | Convenio Funturismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629913 0124 000000 | Reconstrucao de Rodovias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629914 0124 000000 | Convenio Smas/patronato | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629915 0224 000000 | Convenio Conservacao Rodovias Esta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629916 0124 000055 | Convenio Recuperacao de Estradas V | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629917 0224 000055 | Convenio Estiagem | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 17629999 0124 000055 | Outras Transf Convenios Estado | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 19000000 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 194.160,00 | 23.446,34 | 23.446,34 | | 170.713,66 |
| 19100000 | MULTAS E JUROS DE MORA | 57.200,00 | 4.432,50 | 4.432,50 | | 52.767,50 |



CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|-------------------------------------|--------------|----------------------|-------------------------|------------------|--------------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 19110000 | MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS | 19.200,00 | 117,71 | 117,71 | | 19.082,29 |
| 19113500 0100 000000 | Multas e Juros de Mora da Taxa de | 600,00 | 0,00 | 0,00 | | 600,00 |
| 19113800 | MULTAS/JUROS DE MORA DO IMP.S/PROPR | 9.000,00 | 80,72 | 80,72 | | 8.919,28 |
| 19113800 0100 000000 | Multas/juros de Mora do Imp.s/prop | 5.400,00 | 48,44 | 48,44 | | 5.351,56 |
| 19113800 0101 000000 | Multas/juros de Mora do Imp.s/prop | 2.250,00 | 20,19 | 20,19 | | 2.229,81 |
| 19113800 0102 000000 | Multas/juros de Mora do Imp.s/prop | 1.350,00 | 12,09 | 12,09 | | 1.337,91 |
| 19114000 | MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S | 9.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 9.000,00 |
| 19114000 0100 000000 | Multas e Juros de Mora do Imposto | 5.400,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.400,00 |
| 19114000 0101 000000 | Multas e Juros de Mora do Imposto | 2.250,00 | 0,00 | 0,00 | | 2.250,00 |
| 19114000 0102 000000 | Multas e Juros de Mora do Imposto | 1.350,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.350,00 |
| 19119900 0100 000000 | Multas e Juros de Mora de Outros T | 600,00 | 36,99 | 36,99 | | 563,01 |
| 19130000 | MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT | 3.600,00 | 1.307,91 | 1.307,91 | | 2.292,09 |
| 19131100 | MULTAS/JUROS MORA DIVIDA ATIVA DO I | 1.200,00 | 881,27 | 881,27 | | 318,73 |
| 19131100 0100 000000 | Multas/juros Mora Divida Ativa do | 720,00 | 528,77 | 528,77 | | 191,23 |
| 19131100 0101 000000 | Multas/juros Mora Divida Ativa do | 300,00 | 220,33 | 220,33 | | 79,67 |
| 19131100 0102 000000 | Multas/juros Mora Divida Ativa do | 180,00 | 132,17 | 132,17 | | 47,83 |
| 19131300 | MULTAS/JUROS MORA DIV ATIV IMP.S/ S | 1.200,00 | 426,64 | 426,64 | | 773,36 |
| 19131300 0100 000000 | Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/ | 720,00 | 255,98 | 255,98 | | 464,02 |
| 19131300 0101 000000 | Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/ | 300,00 | 106,66 | 106,66 | | 193,34 |
| 19131300 0102 000000 | Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/ | 180,00 | 64,00 | 64,00 | | 116,00 |
| 19139900 0100 000000 | Multas/juros Mora Divida Ativa de | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.200,00 |
| 19150000 | MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.200,00 |
| 19159900 0100 000000 | Outras Multas/jrs de Mora da Divid | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 | | 1.200,00 |
| 19190000 | MULTAS DE OUTRAS ORIGENS | 33.200,00 | 3.006,88 | 3.006,88 | | 30.193,12 |
| 19191500 0100 000000 | Multas Previstas Na Legislaçao de | 32.600,00 | 2.088,23 | 2.088,23 | | 30.511,77 |
| 19199900 0100 000000 | Outras Multas | 600,00 | 918,65 | 918,65 | 318,65 | |
| 19200000 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 88.000,00 | 8.201,74 | 8.201,74 | | 79.798,26 |
| 19220000 | RESTITUICOES | 88.000,00 | 8.201,74 | 8.201,74 | | 79.798,26 |
| 19229900 0100 000000 | Outras Restituicoes | 88.000,00 | 8.201,74 | 8.201,74 | | 79.798,26 |
| 19300000 | RECEITA DA DIVIDA ATIVA | 42.120,00 | 10.812,10 | 10.812,10 | | 31.307,90 |
| 19310000 | RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | 42.000,00 | 10.812,10 | 10.812,10 | | 31.187,90 |
| 19311100 | RECEITA DIVIDA ATIVA IMP.S/PROPR.TE | 18.000,00 | 5.855,65 | 5.855,65 | | 12.144,35 |
| 19311100 0100 000000 | Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t | 10.800,00 | 3.513,38 | 3.513,38 | | 7.286,62 |
| 19311100 0101 000000 | Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t | 4.500,00 | 1.463,92 | 1.463,92 | | 3.036,08 |
| 19311100 0102 000000 | Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t | 2.700,00 | 878,35 | 878,35 | | 1.821,65 |
| 19311300 | RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. S/ SERVIC | 18.000,00 | 4.315,91 | 4.315,91 | | 13.684,09 |
| 19311300 0100 000000 | Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi | 10.800,00 | 2.589,54 | 2.589,54 | | 8.210,46 |
| 19311300 0101 000000 | Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi | 4.500,00 | 1.078,98 | 1.078,98 | | 3.421,02 |
| 19311300 0102 000000 | Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi | 2.700,00 | 647,39 | 647,39 | | 2.052,61 |
| 19319900 0100 000000 | Receita da Divida Ativa de Outros | 6.000,00 | 640,54 | 640,54 | | 5.359,46 |
| 19320000 | RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTA | 120,00 | 0,00 | 0,00 | | 120,00 |
| 19329900 0100 000000 | Receita da Divida Ativa Nao Tribut | 120,00 | 0,00 | 0,00 | | 120,00 |
| 19900000 | RECEITAS DIVERSAS | 6.840,00 | 0,00 | 0,00 | | 6.840,00 |
| 19909900 0100 000000 | Outras Receitas | 6.840,00 | 0,00 | 0,00 | | 6.840,00 |
| 20000000 | RECEITAS DE CAPITAL | 1.630.000,00 | 15.082,22 | 15.082,22 | | 1.614.917,78 |
| 21000000 | OPERACOES DE CREDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 21100000 0183 000000 | Operacoes de Credito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22000000 | ALIENACAO DE BENS | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 30.000,00 |



CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SalDOS até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|---|-------------------|----------------------|-------------------------|------------------|-------------------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 22100000 | ALIENACAO DE BENS MOVEIS | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 30.000,00 |
| 22150000 | ALIENACAO DE VEICULOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 20.000,00 |
| 22150100 0189 000000 | Alienacao de Veiculos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 20.000,00 |
| 22150200 0188 000000 | Alienacao de Veiculos - Rec Vincul | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22150300 0187 000000 | Alienacao de Veiculos - Rec Vincul | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22160000 | ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 22160100 0189 000000 | Alienacao de Moveis e Utensilios | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 22160200 0188 000000 | Alienacao de Moveis e Utensilios - | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22160300 0187 000000 | Alienacao de Moveis e Utensilios - | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22170000 | ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 22170100 0189 000000 | Alienacao de Equipamentos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| 22170200 0188 000000 | Alienacao de Equipamentos - Rec Vi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22170300 0187 000000 | Alienacao de Equipamentos - Rec Vi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22200000 | ALIENACAO DE BENS IMOVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 22250000 0100 000000 | Alienacao de Imoveis Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 23000000 | AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 23009900 0100 000000 | Amortizacoes de Financiamentos Div | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24000000 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 1.600.000,00 | 15.082,22 | 15.082,22 | | 1.584.917,78 |
| 24200000 | TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24220000 | TRANSFERENCIAS DO ESTADO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24229900 0124 000000 | Outras Transferencias dos Estados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 24700000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | 1.600.000,00 | 15.082,22 | 15.082,22 | | 1.584.917,78 |
| 24710000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA | 800.000,00 | 15.082,22 | 15.082,22 | | 784.917,78 |
| 24719900 0124 000054 | Outras Transferencias de Convenio | 800.000,00 | 15.082,22 | 15.082,22 | | 784.917,78 |
| 24720000 | TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 800.000,00 |
| 24729900 0124 000055 | Outras Transferencias de Convenio | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | | 800.000,00 |



CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SalDOS até 31/05/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

| Codigo | Especificações | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes | Diferença em R\$ | |
|----------------------|------------------------------------|------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------|
| | | | | | Para (+) | Para (-) |
| 30000000 | RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA | 0,00 | 71.682,54 | 71.682,54 | 71.682,54 | |
| 31000000 | DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS | 0,00 | 71.682,54 | 71.682,54 | 71.682,54 | |
| 31000001 0100 000000 | Inss | 0,00 | 25.774,37 | 25.774,37 | 25.774,37 | |
| 31000002 0100 000000 | Irrf | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000003 0100 000000 | Asserv | 0,00 | 4.478,73 | 4.478,73 | 4.478,73 | |
| 31000004 0100 000000 | Assistencia Medica Unimed | 0,00 | 8.086,35 | 8.086,35 | 8.086,35 | |
| 31000005 0100 000000 | Taxa de Manutencao de Carteirinhas | 0,00 | 825,60 | 825,60 | 825,60 | |
| 31000006 0100 000000 | Emprestimo Cef | 0,00 | 6.073,20 | 6.073,20 | 6.073,20 | |
| 31000007 0100 000000 | Emprestimo Besc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000008 0100 000000 | Mensalidade Udesc | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000009 0100 000000 | Inss/empresa | 0,00 | 3.101,41 | 3.101,41 | 3.101,41 | |
| 31000010 0100 000000 | Pensao Alimenticia | 0,00 | 714,00 | 714,00 | 714,00 | |
| 31000011 0100 000000 | Convenio Transporte Escolar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000012 0100 000000 | Convenio Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000013 0100 000000 | Contribuicao Pasep | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000014 0100 000000 | Convenio Peti | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 31000015 0100 000000 | Emprestimo B. Brasil | 0,00 | 7.900,57 | 7.900,57 | 7.900,57 | |
| 31000016 0100 000000 | Desconto Masterfarma | 0,00 | 124,58 | 124,58 | 124,58 | |
| 31000017 0100 000000 | Desconto Sindicato | 0,00 | 773,45 | 773,45 | 773,45 | |
| 31000018 0100 000000 | Emprest Consignacao Bv Financeira | 0,00 | 13.266,46 | 13.266,46 | 13.266,46 | |
| 31001900 0000 000000 | Emprestimo Carlos F. Rodrigues | 0,00 | 563,82 | 563,82 | 563,82 | |

| | Orçado R\$ | Arrecadado no Mes | Arrecadado até o Mes |
|---|--------------|----------------------|-------------------------|
| 00=Recursos Ordinários | 5.089.980,00 | 468.211,15 | 468.211,15 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 5.089.980,00 | 468.211,15 | 468.211,15 |
| 01=Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Ed | 2.722.875,00 | 261.739,77 | 261.739,77 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 2.722.875,00 | 261.739,77 | 261.739,77 |
| 02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S | 1.630.245,00 | 156.922,50 | 156.922,50 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 1.630.245,00 | 156.922,50 | 156.922,50 |
| 16=Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CI | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17=Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumina | 371.400,00 | 39.692,14 | 39.692,14 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 371.400,00 | 39.692,14 | 39.692,14 |
| 18=Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof. | 1.194.000,00 | 111.929,62 | 111.929,62 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 1.194.000,00 | 111.929,62 | 111.929,62 |
| 19=Transferências FUNDEB (Aplicação em Out.despesas da | 796.000,00 | 74.619,73 | 74.619,73 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 796.000,00 | 74.619,73 | 74.619,73 |
| 22=Transferências de Convênios Educação | 3.000,00 | 22.766,61 | 22.766,61 |
| 000055Transferência de Convênios do Estado | 3.000,00 | 22.766,61 | 22.766,61 |
| 24=Transferências de Convênios Outros | 1.605.000,00 | 21.502,22 | 21.502,22 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 6.420,00 | 6.420,00 |
| 000054Transferência de Convênios da União | 800.000,00 | 15.082,22 | 15.082,22 |
| 000055Transferência de Convênios do Estado | 805.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 58=Salário Educação | 192.800,00 | 15.704,78 | 15.704,78 |
| 000049Transferência do Salário Educação | 192.800,00 | 15.704,78 | 15.704,78 |
| 60=Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE | 51.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000051Transferências Referentes ao Programa Nacional d | 51.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 61=Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PN | 231.200,00 | 5.246,86 | 5.246,86 |
| 000052Transferências Referentes ao Programa Nacional d | 231.200,00 | 5.246,86 | 5.246,86 |
| 83=Operações de Crédito Internas Outros Programas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 87=Alienações de Bens destinados a Programas da Educaç | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 88=Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



| | | | |
|--|---------------|--------------|--------------|
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 89=Alienções de Bens destinados a Outros Programas | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 13.944.500,00 | 1.178.335,38 | 1.178.335,38 |

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 243/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 243/2010

- Considerando que a funcionária, LUCELIA KEMPNER INACIO necessita prorrogar sua Licença para tratamento de Saúde.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso II, Art. 25 da Complementar Nº 007, de 23/12/99, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 123 de 02.03.2010, que Concede Licença para tratamento de Saúde, a servidora LUCELIA KEMPNER INACIO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período 26.06.2010 a 23.10.2010, conforme atestado medico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de junho de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 053/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 053/2010 - PM
DISPENSA Nº 08/2010 - PM

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados), SITUADA NA AVENIDA 29 DE NOVEMBRO, nº 1940 - CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA EMPRESA DEICATEX SERVIÇOS DE FACÇÃO LTDA ME.

VALOR: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais, totalizando R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO: Artigo 24, inc. X, da Lei n. 8.666/93.

CONTRATADA: ALESANDRO DE SOUZA

Chapadão do Lageado (SC), 02 de julho de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 21/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2010

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de atos na Imprensa Oficial Nacional, em favor da empresa P.R./IMPrensa NACIONAL, no valor de R\$ 6.074,00 (seis mil e setenta e quatro reais).

Concórdia, SC, 01 de julho de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 20/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2010

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para concessão de Direito Real de Uso da área de terras de 960,00m², para a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, conforme Lei Complementar nº 550, de 16 de dezembro de 2009.

Concórdia SC, 30 de junho de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas do Convite Nº 21/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
CONVITE Nº 21/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para fornecimento e colocação de corrimãos, guarda-corpos e cercas em várias ruas do Município, em conformidade com Projeto Básico constante no anexo "D" deste Convite.
EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante: EXECUTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor valor global de R\$ 29.366,56 (vinte e nove mil trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) e a licitante LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 37.757,02 (trinta e sete mil setecentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). Outrossim ficam as licitantes participantes notificadas que dentro



do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 01 de julho de 2010.

INÊS SALETE KLEIN

Vice-Presidente da C.P.L.

Errata do Termo de Rescisão CCDRU nº 16/2009 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E USO Nº 16/2009

A Prefeitura Municipal de Concórdia, SC, vem a público para retificar o Extrato do Contrato de Concessão ao Direito Real de Uso nº 16/2009 - PMC, celebrado com a Associação de Moradores de Agricultores de Santo Antônio, publicado no Diário Municipal Edição nº 520 no dia 30/06/2010, Página 29, na seguinte conformidade: onde lê-se: Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia nº 49/2009 - leia-se: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2009.

Concórdia, SC, 30 de Junho de 2010.

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAF-MASPBFI/PAIF/CRAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBFI/PAIF/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 30 de junho de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAF-MASPFMC/SENTINELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PFMC/SENTINELA, no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais).

Concórdia SC, 01 de julho de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexo TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 086

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 086

MÊS/ANO: JULHO/2010 NÚMERO CONTRATO: 086/2010

VALOR CONTRATO: R\$. 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/07/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a aquisição de:

- Uma Caldeira Marca MISA, com capacidade de geração 200 kg vapor/hora, de pressão de trabalho 8Kgf/cm², com força necessária a capacidade máxima de trabalho 5cv. Esta contém válvula de segurança, termômetros, manômetros, presostato, válvulas de descarga de fundo, bomba d'água, base metálica com viga I, reservatório de água, reservatório do retorno condensado 500mil, a lenha. A empresa deverá fazer a instalação da caldeira junto ao frigorífico na Linha São Miguel interior de Coronel Martins e oferecer garantia de 1 (um) ano mais acompanhamento técnico também de 1 (um) ano.

- Uma Talha automática total em aço carbono, Marca MISA, estrutura em tubo perfil tipo U 80X30X5mm, comprimento total 800 mm X largura 400 mm mancais em aço fundido, com carretel de recolhimento do cabo, com cabo de aço 1/2 com capacidade mínima de 800 kg, garantia mínima de 6 meses. A empresa deverá fazer a instalação da talha junto ao frigorífico na Linha São Miguel interior de Coronel Martins.

- Um trilho com 4,00m (quatro metros) Marca MISA, confeccionado totalmente em aço carbono em viga tipo I 5X3X1/4, com acabamento pintado com tinta alumínio, à empresa deverá fazer a instalação do mesmo junto ao frigorífico na Linha São Miguel interior de Coronel Martins.

Parágrafo único. O presente instrumento visa concretizar o objeto do convênio 0276098-92/2008 de 26 de dezembro de 2008, firmado entre o Município de Coronel Martins e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/Caixa Econômica Federal.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.487.224/0001-32

CONTRATADO: MISA FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: O presente contrato tem vigência de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da assinatura do contrato, podendo o mesmo ser prorrogado em caso de necessidade e de comum acordo em ambas as partes.

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial NR 19/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2010.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa



para: Aquisição de passagens de serviços de transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros e locação de ônibus com capacidade mínima para 44 passageiros, para atender a pacientes conveniados SUS, que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Curitiba. Os interessados deverão entregar os envelopes da Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação no Departamento de Compras do Fundo, sito a Rua Maximino de Moraes, 376 - sala 01, até às 14:00 horas do dia 14/07/2010, a partir deste horário será realizada a sessão do pregão iniciando com o credenciamento dos interessados, no setor de licitações do F. M. S. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se na e-pag: www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 23 de junho de 2010.
ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N°18/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS N°18/2010.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de jaquetas, camisetas e mochilas para Agentes Comunitário de Saúde e demais programas do Fundo Municipal de Saúde. Os interessados deverão entregar os envelopes da Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação no Departamento de Compras do Fundo, sito a Rua Maximino de Moraes, 376 - sala 01, até às 14:00 horas do dia 12/07/2010, a partir deste horário será realizada a sessão do pregão iniciando com o credenciamento dos interessados, no setor de licitações do F. M. S. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se na e-pag: www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 23 de junho de 2010.
ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 278

LEI N° 278, de 30 de junho de 2010.

Regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempresários individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

Seção I

Das Diretrizes

Art. 2º Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas, observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Seção II

Da Consulta de Viabilidade e da Inscrição

Art. 6º É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;



II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de alvará de localização e funcionamento da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno

porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10 O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferirem receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal equivalente a 0,50 (cinquenta centésimos) da Unidade Fiscal Municipal - UFM.

§ 1º O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 11 A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente

ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 12 Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS de acordo com a Lei Complementar nº. 001/2003 de 10 de dezembro de 2003, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13 Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 14 Fica autorizado o Município de Ermo a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 17 Revoga-se a Lei Complementar nº. 005/2009, de 20 de maio de 2009, salvo o Artigo 8º, cuja revogação se dará a partir do exercício subsequente ao da publicação desta Lei.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de junho de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto Nº. 031

DECRETO Nº. 031 de 01 de julho de 2010.

Estabelece Horário Especial de Expediente das Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, Incisos VIII e XI, da Lei Orgânica do Município;

Considerando os jogos do Brasil na 3ª Fase da Copa do Mundo

de Futebol;

DECRETA:

Art. 1º Excepcionalmente, o expediente nas repartições Públicas da Administração Direta do Município de Ermo, no dia 02 de julho de 2010 (sexta-feira), será das 7:30 às 10:30 horas, retornando à tarde em horário normal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de julho de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 20/2010

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 20/2010

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 191/2008

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUTORA NUNES LTDA

DO OBJETO - Execução das obras de construção do Centro de Educação Infantil Cantinho da Alegria, no Bairro Vila Lourdes, Forquilha-SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 61.321,33 (sessenta e um mil trezentos e vinte e um reais e trinta e três centavos) do Contrato nº 191/PMF/2008 para maior, haja vista que, devido a serviços adicionais por modificação do projeto e necessidade de obras, se faz necessário o acréscimo de alguns serviços, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição

DATA DA ASSINATURA - 13/05/2010

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 0179/2010

DECRETO Nº. 0179, DE 1º DE JULHO DE 2010.

DIVULGA A NOVA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0014 DE 26 DE MAIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:



Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para admissão em caráter temporário nº. 0014, de 26 de maio de 2010, conforme lista anexa.

Art. 2º. A divulgação da classificação do Código 1, deixou de ser realizada por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 1º DE JULHO DE 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto nº 0179/2010 - Classificação Desempate

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0014 DE 26 DE MAIO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 2 - Médico Ginecologista

Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

CrITÉRIOS de Desempate

| Ordem Classific. | Número Inscrição | Nome do Candidato | Soma de Pontos | 1º 2º 3º 4º 5º | | | | |
|---------------------|---------------------|-----------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | | | | Especial. (Pós) | Cursos Atualiz. | Núm. Filhos | Portador Defic. | Data Nascimento |
| 1 | 1 | DANIELA VASCONCELOS FOLADOR | 10 | 10 | 0 | 1 | NÃO | 17/10/1977 |



Portaria nº 1986/2010

PORTARIA Nº 1.986, DE 01 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo a servidora AURICLEIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora DIRLEI CRISTIANE MULLER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 042.693.119-08, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2010 a 08 de setembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1987/2010

PORTARIA Nº 1.987, DE 01 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ENIZA COSTA MOREIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 036.471.289-96, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1988/2010

PORTARIA Nº 1.988, DE 01 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 022, de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo a servidora VALDIRA MOTTER SAVIAN que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIA ANGELA TOMIN, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº. 020.445.419-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2010 a 01 de outubro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1989/2010

PORTARIA Nº 1.989, DE 01 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 022, de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo a servidora REZILDA DE ALCÂNTARA FERNANDES que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora NEIVA PIRES DE SOUZA CAETANO, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº. 665.271.559-72, na função de AGENTE DE SERVI-



ÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2010 a 01 de outubro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1990/2010

PORTARIA Nº 1990, DE 01 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARILDA DO PILAR LENCHOFF DE JESUS que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARILUCI LEITE DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 037.952.879-79, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2010 a 19 de julho de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1991/2010

PORTARIA Nº 1991, DE 01 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora NELCI GRACIA-NO VALENTE MARCONDES que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 701.305.669-34, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de julho de 2010 a 12 de julho de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.423/2010

LEI N.º 1.423, DE 01 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GAROPABA A RECEBER POR DOAÇÃO BEM MÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Garopaba autorizado a receber por doação, do Senhor Rodrigo Otávio Manfro, CPF n.º 82.836.057/0001-90, 01 (um) foco cirúrgico, marca Sismatec, Nota Fiscal n. 005006, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º. O bem móvel citado no artigo 1º da presente lei, será classificado e agrupado aos bens de responsabilidade da Secretaria municipal de Saúde, sendo incorporados ao patrimônio do Município de Garopaba.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.424/2010

LEI N.º 1.424, DE 01 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

| | |
|---|------------|
| 10.01 - SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE | 100.000,00 |
| 26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obra de Art Especial | 100.000,00 |
| 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 100.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|--|------------|
| 14.01 - ENCARGOS GERAIS | 100.000,00 |
| 2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna | 100.000,00 |
| 4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 100.000,00 |

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-

das as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.425/2010

LEI N.º 1.425, DE 01 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA PARA EXECUÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, CNPJ 81.531.428/0001-62.

Art. 2º. O Convênio tem como objeto a execução do projeto denominado Curso de Formação Inicial e Continuada "Instalação de Ar do tipo Split System" aos Municípios de Garopaba/SC.

Art. 3º. O Município repassará em parcela única ao IF-SC, recursos no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados à execução do Convênio.

Art. 4º. Constarão em Convênio as seguintes obrigações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina:

- I - Disponibilizar docentes qualificados para execução das atividades, conforme plano de trabalho;
- II - Preparar o material didático;
- III - Colocar à disposição da equipe participante deste Convênio todos os recursos previstos para o mesmo;
- IV - Emitir certificados aos participantes dos cursos;
- V - Administrar os recursos financeiros e reponsabilizar-se pelo encaminhamento de questões administrativas e financeiras que eventualmente surgirem durante a vigência do Convênio;
- VI - Permitir aos técnicos credenciados da PMG acompanhar os trabalhos, fornecer informações e esclarecimentos que forem por ela solicitados;
- VII - Em caso de uso indevido do nome da PMG, responderá o IF-SC pelas perdas daí decorrentes;
- VIII - Fazer pelo menos duas avaliações com os alunos participantes do curso;
- IX - Disponibilizar Unidade Móvel de Refrigeração e Climatização - Campus São José para aulas práticas do curso objeto do Convênio.

Art. 5º. Constarão em Convênio as seguintes obrigações da Prefeitura Municipal de Garopaba:

- I - Repassar ao IF-SC os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do projeto, objeto do Convênio;
- II - Fornecer ao IF-SC todas as informações necessárias para o desenvolvimento das atividades e acesso às suas instalações, sempre que for necessário;
- III - Designar, através de correspondência formal, um coordenador, o qual, em conjunto com o IF-SC, coordenará e acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos;
- IV - Zelar pelo bom nome dos partícipes. Em caso de uso indevido do nome do IF-SC, responderá a PMG pelas perdas e danos daí



decorrentes;

V - Arcar com despesas de energia elétrica proveniente de utilização da iluminação (espaço físico);

VI - Conceder espaço físico e mobiliário (mesas, cadeiras e quadro-negro) adequados para realização das aulas;

VII - Providenciar material de consumo para realização do curso objeto deste Convênio;

VIII - Coordenar juntamente com o IF-SC a seleção dos alunos que será realizada por meio de sorteio público, aos alunos que preencherem os requisitos da inscrição.

Art. 6º. As demais questões serão fixadas no instrumento de Convênio.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.426/2010

LEI N.º 1.426, DE 01 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA PARA EXECUÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE DOCENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, CNPJ 81.531.428/0001-62.

Art. 2º. O Convênio tem como objeto a execução do projeto denominado Curso de Formação Inicial e Continuada "Formação para professores da Rede de Ensino Fundamental" aos Municípios de Garopaba/SC.

Art. 3º. O Município repassará em parcela única ao IF-SC, recursos no valor de R\$ 3.997,60 (três mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), destinados à execução do Convênio.

Art. 4º. Constarão em Convênio as seguintes obrigações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina:

- I - Disponibilizar docentes qualificados para execução das atividades, conforme plano de trabalho;
- II - Preparar o material didático;
- III - Colocar à disposição da equipe participante deste Convênio todos os recursos previstos para o mesmo;
- IV - Emitir certificados aos participantes dos cursos;
- V - Administrar os recursos financeiros e reponsabilizar-se pelo encaminhamento de questões administrativas e financeiras que eventualmente surgirem durante a vigência do Convênio;
- VI - Permitir aos técnicos credenciados da PMG acompanhar os trabalhos, fornecer informações e esclarecimentos que forem por ela solicitados;

VII - Em caso de uso indevido do nome da PMG, responderá o IF-SC pelas perdas daí decorrentes;

VIII - Fazer pelo menos duas avaliações com os alunos participantes do curso;

IX - Disponibilizar Unidade Móvel de Refrigeração e Climatização - Campus São José para aulas práticas do curso objeto do Convênio.

Art. 5º. Constarão em Convênio as seguintes obrigações da Prefeitura Municipal de Garopaba:

I - Repassar ao IF-SC os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do projeto, objeto do Convênio;

II - Fornecer ao IF-SC todas as informações necessárias para o desenvolvimento das atividades e acesso às suas instalações, sempre que for necessário;

III - Zelar pelo bom nome dos partícipes. Em caso de uso indevido do nome do IF-SC, responderá a PMG pelas perdas e danos daí decorrentes;

IV - Coordenar a seleção dos professores efetivos da rede estadual e municipal para participação do curso;

V - Arcar com despesas de energia elétrica proveniente de utilização da iluminação (espaço físico);

VI - Arcar com despesas descritas no plano de trabalho;

VII - Conceder espaço físico e mobiliário (mesas, cadeiras e quadro-negro) adequados para realização das aulas;

VIII - Realizar a inscrição dos candidatos e seleciona-los por meio de sorteio público;

IX - Coordenar juntamente com o IF-SC a seleção dos alunos que será realizada por meio de sorteio público, aos alunos que preencherem os requisitos da inscrição.

Art. 6º. As demais questões serão fixadas no instrumento de Convênio.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.427/2010

LEI N.º 1.427, DE 01 DE JULHO DE 2010.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO GRUPO FOLCLÓRICO AÇORIANO SÃO LUIZ GONZAGA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Declarada de utilidade pública a Associação Grupo Folclórico Açoriano São Luiz Gonzaga do Município de Garopaba, CNPJ n.º 11.969.468/0001-05, com sede no município de Garopaba/SC.

Art. 2º. À entidade, mencionada no artigo primeiro, ficam assegurados todos os direitos e deveres decorrentes da presente Lei.



Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 080/2010

DECRETO N.º 080, DE 01 DE JULHO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.424, de 01 de julho de 2010 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

| | |
|---|------------|
| 10.01 - SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE..... | 100.000,00 |
| 26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obra de Art Especial | 100.000,00 |
| 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas..... | 100.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|--|------------|
| 14.01 - ENCARGOS GERAIS | 100.000,00 |
| 2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna | 100.000,00 |
| 4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas..... | 100.000,00 |

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 431/2010.

PORTARIA N.º 431, DE 30 DE JUNHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º

1000/2005, o candidato JEFERSON AVILA DE SOUZA, CPF n.º 051.657.169-96, aprovado e classificado como 1º colocado - PNE, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 09 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar atividades qualificadas envolvendo supervisão, orientação e análise, interpretação e aplicação de conhecimentos específicos no Setor Administrativo e Financeiro, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Junho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 432/2010

PORTARIA N.º 432, DE 30 DE JUNHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARILETE DE FATIMA VARELA, CPF n.º 031.287.159-71, aprovada e classificada como 2º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Junho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



Portaria N.º 433/2010

PORTARIA N.º 433, DE 30 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata FLAVIA GONÇALVES DE LIMA, CPF n.º 063.769.369-89, aprovada e classificada como 6º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 434/2010

PORTARIA N.º 434, DE 30 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ELIANE DOS PASSOS, CPF n.º 675.067.399-68, aprovada e classificada como 3º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação

da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Dispensa de Licitação nº 06/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso II do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 33/2010; DL nº. 06/2010; Contratada: Valmorzinho Motos Ltda.; Objeto: Aquisição de uma motocicleta (zero km), de fabricação nacional, ano 2010, modelo 2010, motor com no mínimo 125 cilindradas, partida elétrica, cinco marchas, distancia entre eixo de aproximadamente 1300 mm, altura do assento aproximadamente 780 mm, motor monocilíndrico de 4 tampos, capacidade do tanque de combustível de aproximadamente 13 litros, embreagem multidisco em banho de óleo, emplacada e licenciada no município de Garopaba; Valor: R\$ 7.100,00 (Sete mil e cem reais); Data da contratação: 28/06/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Dispensa de Licitação nº 17/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso I do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 65/2010; DL nº. 17/2010; Contratada: Zemar Construtora Ltda. - ME; Objeto: Serviço de mão de obra com fornecimento de materiais, para reforma da quadra de esportes do Centro Educacional de Ibiraquera, neste Município; Valor: R\$ 9.748,00 (Nove mil setecentos e quarenta e oito reais); Data da contratação: 11/06/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Homologação Final - Após Recursos

HOMOLOGAÇÃO FINAL - APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 005/2010/2

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital



n.º 005/2010, para o cargo de Auxiliar de Conservação e Manutenção, APÓS RECURSOS:

AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

| POSIÇÃO | NOME CANDIDATO |
|---------|------------------------------|
| 001 | VOLNEI LUIZ |
| 002 | CAIO ERNESTO DE SOUZA PASSOS |
| 003 | JOEL LINHARES |
| 004 | ABILIO GONÇALVES FILHO |
| 005 | ANTONIO DE SOUZA |
| 006 | JOSE PEDRO FAGUNDES |
| 007 | JOSÉ NAZARENO GONÇALVES |

Garopaba, 01 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 22/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 22/2010; Processo nº. 69/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Zemar Construtora Ltda. - ME; Objeto: Contratação de empresa para serviço de recuperação de calçamento a base de lajota e paralelepípedo, neste município; Valor: 161.600,00; Data da Assinatura: 01/07/2010.

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1482/2010

LEI Nº 1482, de 1º de junho de 2010

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE GARUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, a Associação dos Produtores Rurais de Garuva, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 08.345.653/0001-14, e sem fins lucrativos, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), como incentivo a promoção e realização da Festa do Colono edição 2010.

Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1483/2010

LEI Nº 1483, DE 1º DE JUNHO DE 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|--|------|----------|-----|------------|
| 05.004.023.695.1035.2024 | Promoção de eventos do Setor Turístico | 3390 | 01.24.00 | R\$ | 100.000,00 |
|--------------------------|--|------|----------|-----|------------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos oriundos de proposta no Sistema de Gestão de Convênios nº 023.061/2010, cadastrado na União Federal, através do Ministério do Turismo, pela Prefeitura Municipal de Garuva.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|--|------|----------|-----|----------|
| 05.004.023.695.1035.2024 | Promoção de eventos do Setor Turístico | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
|--------------------------|--|------|----------|-----|----------|

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º., serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---------------------------------------|------|----------|-----|----------|
| 04.001.004.122.1003.2007 | Manutenção do Depto. de Administração | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
|--------------------------|---------------------------------------|------|----------|-----|----------|

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1485/2010

LEI Nº 1485, de 17 de Junho de 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 167.684,23 (cento e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|---|------|----------|-----|-----------|
| 10.003.015.452.1033.2065 | Manutenção do Setor de Obras e Serv.Púb | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 14.000,00 |
|--------------------------|---|------|----------|-----|-----------|



| | | | | |
|--------------------------|---------------------------------|--------------|-----|------------|
| 07.001.012.361.1028.2028 | Manutenção do Setor de Educação | 339001.01.00 | R\$ | 112.950,00 |
| 08.001.010.301.1011.2033 | Manutenção do Setor de Saúde | 449001.02.00 | R\$ | 40.734,23 |

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|---------------------------------|------|----------|-----|------------|
| 06.001.022.661.1034.2026 | Manutenção de Áreas Industriais | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 14.000,00 |
| 07.001.010.306.1032.2027 | Merenda Escolar | 3390 | 01.01.00 | R\$ | 112.950,00 |
| 08.001.010.301.1011.2033 | Manutenção do Setor de Saúde | 3390 | 01.02.00 | R\$ | 40.734,23 |

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---------------------------------|------|----------|-----|-----------|
| 15.001.008.243.1026.2054 | Man. dos Atendimentos no Abrigo | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 12.000,00 |
|--------------------------|---------------------------------|------|----------|-----|-----------|

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o., serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | |
|--------------------------|---|--------------|-----|-----------|
| 15.001.008.244.1027.2057 | Man. de Proteção Básica-Família em Foco | 449001.00.00 | R\$ | 12.000,00 |
|--------------------------|---|--------------|-----|-----------|

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 47.980,00 (quarenta e sete mil novecentos e oitenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|-----------------|------|----------|-----|-----------|
| 07.001.010.306.1032.2027 | Merenda Escolar | 3390 | 01.60.00 | R\$ | 47.980,00 |
|--------------------------|-----------------|------|----------|-----|-----------|

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o., serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação previsto para as receitas de Transferências do FNDE.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1486/2010

LEI Nº 1486, DE 28 DE JUNHO DE 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|--|------|----------|-----|-----------|
| 10.003.015.452.1033.2065 | Manutenção do Setor de Obras e Serv.Púb. | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 50.000,00 |
|--------------------------|--|------|----------|-----|-----------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---|------|----------|-----|-----------|
| 10.001.027.813.1033.1017 | Constr.Ampl.de Praças Parques e Jardins | 4490 | 01.00.00 | R\$ | 50.000,00 |
|--------------------------|---|------|----------|-----|-----------|

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1487/2010

LEI Nº 1487, DE 28 DE JUNHO DE 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|--|------|----------|-----|-----------|
| 02.001.004.122.1003.2005 | Contribuição a entidades e associações | 3350 | 01.00.00 | R\$ | 30.000,00 |
|--------------------------|--|------|----------|-----|-----------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|--|------|----------|-----|-----------|
| 02.01.004.122.1001.2002 | Manutenção e Investimentos do Gabinete | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 30.000,00 |
|-------------------------|--|------|----------|-----|-----------|

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 24/2010

DECRETO Nº. 24 de 08 de Março de 2010

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA PREFEITURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

,Art. 1o. - A carga horária do servidor é de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira.

Art. 2o. - O comparecimento ao serviço é obrigatório e será diariamente controlado através de registro de frequência eletrônico ou manual.

Art. 3o - O servidor que for membro de conselho municipal ou comissões, poderá ser liberado para participar de reuniões do conselho ou da comissão mediante aviso prévio à chefia imediata e apresentação de convocação do respectivo conselho ou comissão, ficando o servidor isento de prejuízos remuneratórios e da necessidade de compensação de horário.

Art. 4o - Não serão abonadas as faltas ao expediente sem justificativas, computando-se como ausência.

Art. 5o - O servidor incapacitado de comparecer ao serviço por motivo de saúde comunicará o fato à chefia imediata, para que seja informado ao setor de Recursos Humanos, devendo submeter-se desde logo a inspeção médica.

§ 1o- A impossibilidade de comparecer ao serviço será comprovada pelo servidor através de atestado médico.

§ 2o- O servidor, ou pessoa que por ele responda, encaminhará atestado médico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data em que se iniciou o afastamento do serviço por motivo de doença.

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - Setor de Recursos Humanos
CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225-
email:pmgaruva@garuva.sc.gov.br
Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro - Garuva/SC - CEP 89248-000

§ 3o- Em se tratando de morte em pessoa da família previsto no Art. 108, inciso III da LC 001/98, o servidor deverá comprovar o afastamento através de certidão de óbito, e terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a expedição deste para apresentar o documento à chefia imediata.

Art. 6o - Será permitido ao servidor permanecer trabalhando após o expediente somente por expressa determinação e autorização do chefe imediato, sendo computado como serviço extraordinário.

Art. 7o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - Setor de Recursos Humanos
CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225-
email:pmgaruva@garuva.sc.gov.br
Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro - Garuva/SC - CEP 89248-000

Decreto N° 25/2010

DECRETO N. 025, de 08 de março de 2010.

"Dispõe sobre as atribuições detalhadas dos cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Garuva, previstos no Plano de Cargos e Vencimentos - Lei Complementar 45/2009, e dá outras providências."

DECRETA:

,Art. 1º - A descrição detalhada das atribuições e requisitos dos cargos efetivos da Administração, previstos no Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Garuva, regula-se na forma dos Anexos, que são parte integrante deste decreto.

Parágrafo único - A descrição de cargo servirá de ferramenta para a aplicação da avaliação de desempenho dos servidores.

Art. 2º - Este Decreto é composto dos seguintes anexos:

Anexo I - Descrição de Cargo Carreira Operacional

Anexo II - Descrição de Cargo Carreira Administrativa

Anexo III - Descrição de Cargo Carreira Técnico

Anexo IV - Descrição de Cargo Carreira Especialista Superior

Anexo V - Descrição de Cargo Carreira Professor - Magistério

Anexo VI - Descrição de Cargo Carreira Especialista - Magistério

Anexo VII - Descrição de Cargo Carreira Educador - Magistério

Anexo VIII - Descrição de Cargo Carreira Especialista Superior I - Saúde

Anexo IX - Descrição de Cargo Carreira Especialista Superior - Saúde

Anexo X - Descrição de Cargo Carreira Auxiliar - Saúde

Anexo XI - Descrição de Cargo Carreira Técnico - Saúde

Anexo XII - Descrição de Cargo Carreira Apoio

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO I

**PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
CARREIRA OPERACIONAL**

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços gerais de natureza braçal pertinentes a obras e serviços urbanos, limpeza geral, executar outras atividades de apoio operacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidades e Atribuições:

- Contribuir com a ordem e a limpeza das repartições públicas, no que se refere tanto à área interna quanto externa, através da limpeza e conservação dos mesmos, mantendo as condições de asseio e higiene requeridas, assim como realizar a limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros.

- Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas quando atuando em escolas e/ou creches.

- Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

- Preparar e servir café, contribuindo com o bem estar dos indivíduos.

- Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação.



- Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Alfabetizado

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino)

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços gerais de natureza braçal pertinentes a obras e serviços urbanos, limpeza geral, executar outras atividades de apoio operacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidade e Atribuições:

- Realizar serviços de natureza braçal pertinentes a obras e serviços urbanos;
- Realizar limpeza e manutenção de valas e logradouros públicos;
- Realizar serviço de coleta de lixo urbano, comercial e industrial em toda área do município;
- Realizar serviço de poda de árvores, limpeza de praça e parques;
- Preparar área para sepultamentos, abrindo e fechando covas, bem como auxiliando na colocação do caixão, a fim de facilitar os sepultamentos e manter o local limpo e conservado;
- Auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Auxiliar no serviço de encanação, mecânica, eletricidade, entre outros, atuando como suporte para o profissional habilitado sempre que necessário ou conforme solicitação do superior imediato;
- Auxiliar em pequenos reparos diversos;
- Auxiliar na limpeza e manutenção geral dos prédios públicos;
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Alfabetizado.

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Merendeira

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Preparar e servir refeições, orientando-se por cardápio pré-definido, organizar, solicitar e controlar alimentos, limpeza do ambiente de trabalho, executar outras atividades correlatas.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidades e atribuições:

- Preparar a alimentação, cozinhando, servindo, supervisionando e controlando qualitativa e quantitativamente a preparação de pratos diversos, utilizando-se de técnicas de culinária.
- Utilizar técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos, bem como controlar o prazo de validade dos mesmos.
- Orientar e supervisionar equipe de auxiliares quanto à preparação e manipulação dos alimentos, higiene do ambiente e destino dos restos alimentícios.
- Limpar e organizar os utensílios, móveis, equipamentos, dependências do depósito, cozinha e outros, bem como zelar pela higiene, utilizando-se de acessórios pré-determinados, visando promover o bem estar no ambiente de trabalho.
- Controlar a quantidade e qualidade dos produtos (alimentos, bebidas, utensílios e outros), solicitando a reposição do material e da alimentação sempre que necessário.
- Cumprir as determinações da Vigilância Sanitária, quanto ao uso

de vestimentas adequadas para o trabalho na cozinha, bem como efetuar a revalidação da carteira de saúde anualmente.

- Preparar e servir café contribuindo com o bem estar dos indivíduos.

- Prestar contas de suas atividades aos seus superiores, registrando diariamente as refeições preparadas e servidas, bem como fornecendo outras informações pertinentes.

- Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

- Participar de cursos de aperfeiçoamento profissional

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Fundamental

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Cantoneiro

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços de limpeza e higienização de vias e logradouros públicos, outras atividades de apoio operacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar serviços de natureza braçal pertinentes a obras e serviços urbanos na área em que for designado;
- Realizar limpeza e manutenção valas e logradouros públicos;
- Executar trabalhos de conservação de estradas;
- Realizar serviço de poda de árvores, limpeza de praça e parques;
- Realizar atividades pertinentes ao cultivo de flores e plantas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, limpando o local, aplicando inseticidas, bem como realizando podas e aparando-as em épocas preestabelecidas pelos superiores, de modo a conservar e embelezar canteiros, parques, jardins, entre outros.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Alfabetizado

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Vigilante

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar vigilância interna e externa dos recintos públicos.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidade e atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos.
- Zelar pelo patrimônio público, exercendo vigilância dos prédios e outros bens municipais, verificando e inspecionando qualquer anormalidade e/ou irregularidade, bem como tomando as providências necessárias para evitar danos e procurando sanar as irregularidades porventura encontradas e/ou acionar autoridades competentes para fazê-lo, a fim de promover a ordem e segurança dos estabelecimentos.
- Fiscalizar a entrada e saída de qualquer material das dependências municipais, checando notas fiscais e documentos de entrada e saída, quando necessário, buscando evitar o desvio de materiais e outras faltas, visando o bom funcionamento das portarias.
- Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos, durante e após o expediente normal de trabalho, tomando medidas preventivas em caso de identificação de irregularidades, contribuindo com a ordem e a segurança dos locais determinados.
- Zelar pelo correto trânsito de servidores, controlando sua entra-



da e saída, o uso apropriado do crachá de identificação e solicitando a autorização para registro do crachá-ponto fora do expediente normal.

- Possibilitar a tomada de medidas preventivas e/ou corretivas, mantendo a autoridade superior ou órgão competente informado acerca de quaisquer irregularidades e/ou anormalidades.
- Atender ao público, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, buscar soluções para eventuais transtornos, bem como identificando-o e encaminhando-o ao setor procurado.
- Realizar a conferência dos bens recebidos no seu local de trabalho, dos quais o Município é custodiante ou fiel depositário, segundo regulamentação interna.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua atuação profissional, conforme demanda e solicitação do superior imediato
- Zelar pelos equipamentos e materiais postos sob sua guarda.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Fundamental e Curso de Vigilante

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Recepcionista

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional II

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Recepcionar prestando atendimento/informações às pessoas que procuram o serviço público, com total educação, eficiência e presteza, outras atividades pertinentes à área de atuação.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidade e atribuições:

- Recepcionar pessoas, identificá-las, averiguando suas pretensões, prestando-lhes informações, recebendo recados, bem como encaminhar pessoas e recados a outros ou aos setores procurados.
- Atender chamadas telefônicas, manipulando telefones internos ou externos para prestar informações e anotar recados.
- Registrar visita e telefonemas, anotando dados pessoais ou comerciais;
- Preencher ficha de recepção, anotando os dados das pessoas atendidas;
- Recortar jornais, localizando, recortando, colando em folhas e digitando dados, como título, data e nome do jornal, dos assuntos referentes aos órgãos municipais
- Executar tarefas de escritórios de caráter limitado, tais como, arquivamento de documentos em pastas, anotações de recados, execução de serviços de xerox e digitação.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino fundamental e Curso de Informática

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Telefonista

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional II

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Responder pela operação de central telefônica, tornando eficaz a comunicação interna e externa, anotando recados, elaborando agendas e zelando pela conservação dos equipamentos. Operar aparelho de fax, outras atividades pertinentes à área de atuação.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidades e Atribuições:

- Receber e efetuar ligações telefônicas, operando mesa/central

telefônica, anotando e repassando recados, transferindo ligações para ramais, checando funcionamento dos mesmos, a fim de garantir que as comunicações telefônicas sejam eficazes.

- Manter atualizada lista de ramais, correlacionando-as com as unidades e seus servidores, bem como consultar lista telefônica para auxiliar na operação da mesa e cadastrar telefones, localidades, códigos DDD e DDI, tarifas e outras informações de localidades de interesse público.
- Manter registro de duração e/ou custo de ligações, fazendo anotações em formulários próprios para emitir posterior relatório que permita a cobrança e ou controle das mesmas conforme solicitação do superior imediato
- Zelar pela conservação do equipamento que utiliza
- Atender ao público, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como identificando-o e encaminhando-o ao setor procurado.
- Elaborar informes e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua atuação profissional, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Fundamental e Curso de Informática

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Agente de Defesa Civil

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional III

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, no que diz respeito à avaliação e a redução de riscos, através da diminuição de suas ocorrências e intensidades, compreendendo, ainda, a prevenção e preparação para situações emergenciais.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidade e Atribuições:

- Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares do município visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população;
- Contribuir no desenvolvimento de projetos de mudança cultural, monitoração, alerta e alarme, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento institucional, bem como programas de prevenção e preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução, visando o atendimento, a segurança e o bem estar da população;
- Contribuir na elaboração ou redigir pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações, vistorias e inspeções e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- Manter atualizado o sistema de informações sobre desastres no município, objetivando uma melhor difusão do conhecimento sobre a realidade municipal no que diz respeito a desastres, bem como implementar os Núcleos de Defesa Civil Municipal, com prioridade para os situados nas regiões de maior risco de desastres naturais;
- Contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação, elaborando projetos de desenvolvimento e ministrando treinamentos, palestras e/ou aulas de aperfeiçoamento, a fim de possibilitar a estruturação de quadros de voluntários altamente capacitados e motivados;
- Contribuir na promoção de estudos de riscos de desastres, objetivando o microzoneamento urbano, com vistas à implementação



de políticas municipais, de acordo com a legislação vigente, bem como a organização de bancos de dados e de mapas temáticos relacionados com ameaças, vulnerabilidades e riscos, nas áreas de maior incidência de desastres;

- Contribuir com a segurança da população em hipóteses de riscos de desastres, definindo recursos institucionais, humanos e materiais necessários junto a órgãos e entidades públicas ou privadas, selecionando órgãos e entidades adequadas para atuarem nas operações de resposta aos desastres e definindo suas atribuições, e cadastrando, organizando e mantendo permanentemente atualizado em banco de dados e mapas temáticos a disponibilidade e localização dos recursos, equipamentos, instalações de apoio, entre outros;

- Contribuir no desenvolvimento de projetos de aparelhamento e apoio logístico, socorro e assistência às populações, reabilitação dos cenários de desastre, entre outros, bem como montar a estrutura física dos Abrigos de Defesa Civil;

- Participar e/ou coordenar as atividades de mobilização, de manutenção das comportas de contenção de cheias;

- Coordenar as atividades nos Abrigos de Defesa Civil, visando o cumprimento das normas e procedimentos preestabelecidos;

- Participar da escala de plantão, estando disponível para atender aos pedidos emergenciais quando for acionado, independente do horário, visando primar pela segurança da população, mediante remuneração;

- Realizar a manutenção do material e equipamento de Defesa Civil, controlando a distribuição e recebimento do mesmo;

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua área profissional;

- Atender ao público/comunidade em geral, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;

- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal em que está lotado;

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, plano e programa de trabalho afetos ao Município.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Fundamental, curso de Bombeiro Comunitário e CNH

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Motorista (Veículos Leves e Pesados)

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional III e

Operacional IV

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Conduzir, transportar veículos oficiais considerados leves em itinerários pré-definidos, zelando pela conservação do veículo, respeitando a legislação, normas e recomendações, executar outras atividades correlatas.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Dirigir veículos, zelando pela segurança de passageiros, valores e/ou cargas, conduzindo-os até local do destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer acidente.

- Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segu-

rança do veículo.

- Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias e/ou materiais, orientando seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas.

- Prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária.

- Preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

- Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente

- Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda

- Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade

- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Fundamental e CNH

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: Mecânico

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional IV

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar manutenção preventiva e corretiva nos sistemas e equipamentos mecânicos, assegurando condições de funcionamento seguro, executar outras atividades correlatas.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar manutenção preventiva e corretiva de veículos, tratores, micro-tratores, escavadeiras, retro-escavadeira, pás-carregadeira, caminhões em geral, entre outros sobre rodas e esteiras, desmontando, reparando, substituindo, ajustando, lubrificando, entre outros, bem como utilizando desenhos, esboços e especificações técnicas, de modo a assegurar as condições de funcionamento da frota.

- Inspeccionar os veículos, através de aparelhos e/ou ferramentas, a fim de diagnosticar o estado de conservação e funcionamento dos motores mecânicos.

- Executar a lubrificação, regulagem e calibragem dos motores mecânicos, conforme especificações técnicas de cada fabricante, fazendo uso de instrumentos, ferramentas e/ou equipamentos apropriados.

- Montar e desmontar motores, utilizando ferramentas e/ou equipamentos, visando corrigir os defeitos encontrados

- Traçar, furar, abrir roscas, cortar peças, manualmente e/ou mecanicamente, e/ou realizar pequenos serviços de solda, de modo a confeccionar peças, entre outros, conforme demanda e/ou solicitado

- Substituir, ajustar e/ou retificar peças como bomba de óleo, válvula, cabeçote, entre outras, quando necessário, utilizando ferramentas e/ou equipamentos específicos, de modo que o motor funcione corretamente

- Verificar a necessidade de reparos nas ferramentas e equipamentos utilizados na sua área de trabalho, visando manter o bom funcionamento dos mesmos

- Registrar os reparos feitos, peças trocadas, entre outros, a fim



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

de manter o histórico da frota, bem como os superiores informados quanto ao controle de atividades realizadas

- Manter atualizados os dados e referências dos equipamentos e peças de reposição, de modo a assegurar o fluxo das atividades
- Acompanhar testes em motores, verificando o adequado funcionamento, com o intuito de assegurar o resultado da atividade realizada
- Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade
- Informar ao superior imediato a real necessidade de substituição de peças em veículos
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino médio e Curso na área
DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Operador de Máquinas

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional IV

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Operar máquinas de construção civil, tratores e motoniveladora a fim de executar serviços relativos a serviços públicos, dentro das especificações, zelando pela conservação da máquina.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidades e Atribuições:

- Operar máquina, conduzindo-a e controlando painel de comandos e instrumentos, manobrando-a, dirigindo-a, posicionando o mecanismo da mesma segundo as necessidades do trabalho, com o intuito de viabilizar o mesmo
- Zelar pelas boas condições da máquina, vistoriando-a e realizando pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, lubrificando-a, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança da máquina.
- Zelar pelas condições de segurança dos demais e de si mesmo e evitar acidentes, atentando para normas e procedimentos preestabelecidos, bem como utilizando equipamento de proteção e/ou segurança quando necessário.
- Prestar socorro e/ou remover veículos quando necessário, operando comandos e/ou mecanismos da máquina, possibilitando a execução da tarefa necessária.
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Fundamental e CNH

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Pedreiro

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Operacional IV

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Serviços de obras de alvenaria, construção, reforma, manutenção e conservação de prédios e obras públicas, guiando-se por desenhos e especificações, executar outras atividades de apoio operacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Responsabilidades e Atribuições:

- Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos esquemas e especificações e utilizando processos e instrumentos diversos para construir, reformar e re-

parar prédios e outras similares

- Assentar pedras ou tijolos de argila ou concreto em camadas superpostas e rejuntando-os e fixando-os com argamassa
- Utilizar tijolos, ladrilhos, pedras e matérias análogas para construir alicerces, muros, paredes, abóbodas, chaminés, fornos, caldeiras, estufas, pilares, arcos, passeios, ruas, meios-fios e outras obras
- Misturar cimento, areia e água, dosando as quantidades de forma adequada à construção
- Construir alicerce, empregando pedras ou cimento, para formar a base de paredes, muros e construções similares, assentar tijolos, ladrilhos ou pedras, superpondo-os em fileiras horizontais ou seguindo os desenhos e formas indicadas e unindo-os com argamassa, para levantar paredes, vergas, pilares, degraus de escadas e outras partes da construção
- Construir bases de concreto ou de outro material, baseando-se nas especificações, para possibilitar a instalação de máquinas, postes de rede elétrica e para outros fins
- Executar construção e manutenção de galerias e pontes pré-moldadas, construindo a base, realizando o fundamento com saibro, colocando o planchamento e seguindo as peças de concreto e rejuntando-as, a fim de evacuar águas possibilitando ao mesmo tempo o transporte de veículos, realizar a construção e conservação de muros de arrimo
- Executar a construção de pontes de concreto. Realizar construções, conservações e manutenção em geral, como, bocas de lobo, calçadas, muros de alvenaria e outros
- Extrair em pedreiras, granito e outros tipos de rochas, perfurando e cortando pedras
- Apontar ferramentas.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Alfabetizado

ANEXO II

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS

CARREIRA ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Agente Administrativo

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Administrativa I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços administrativos diversos que envolvam responsabilidade, sob orientação, conforme determinação da Secretária que estiver atuando.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Recepcionar os cidadãos, prestando atendimento, anunciando e encaminhando-os aos setores procurados, orientando sobre horários de atendimento, a fim de atender a todos com rapidez e eficiência.
- Assegurar o correto cumprimento dos processos envolvendo o município, organizando e preparando documentos em geral, ordenando dados, efetuando cálculo de valores, verificando sua exatidão, observando prazos de entrega e datas de vencimento, e efetuando análises e conferências.
- Realizar controle de documentos e materiais, recebendo, protocolando, arquivando, registrando e encaminhando os mesmos, baseando-se em instruções e procedimentos preestabelecidos, evitando extravios.



- Redigir correspondências e documentos de rotina, obedecendo aos padrões estabelecidos, assegurando o funcionamento do sistema de comunicação interna e externa.
- Providenciar o acondicionamento e conservação de documentos, correspondências, relatórios, fichas e demais materiais, arquivando-os e classificando-os, visando garantir o controle dos mesmos e a fácil localização.
- Executar tarefas administrativas como: recepcionar e expedir listagem de trabalhos processados; efetuar controle de material de expediente; digitar e inserir no sistema tabelas, correspondências, relatórios, circulares, formulários, informações processuais, requerimentos, memorando e outros relatórios; providenciar a duplicação de documentos utilizando máquinas para tal, preenchendo requisições e angariando assinaturas; conferir nomes, endereços e telefones extraídos de documentos recebidos, fichas e outros; fechamento de planilhas e de bloquetes de débitos e créditos bancários; entre outros.
- Preparar quadros demonstrativos, tabelas, gráficos, mapas, formulários, fluxogramas e outros instrumentos, consultando documentos, efetuando cálculos, registrando informações com base em dados levantados, com o intuito de criar relatórios, disponibilizar informações pertinentes e padronizar e otimizar o rendimento.
- Elaborar cronogramas e acompanhar a realização dos eventos, bem como administrar a agenda do superior, facilitando o cumprimento das obrigações assumidas, contribuindo com o cumprimento de prazos.
- Acompanhar e coordenar a execução de atividades em sua área de atuação, quando necessário e/ou solicitado, distribuindo tarefas, apurando irregularidades, efetuando conferências e analisando resultados.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos e orientações, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Elaborar pareceres, informes e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO: Ensino Médio Completo e Cursos de Informática

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Desenhista Projetista

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Administrativa I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer atividades de natureza especializada, que envolvam projeção e execução qualificada de desenhos técnicos, outras atividades compatíveis com a sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Elaborar desenhos de projetos referentes a obras civis, instalações e outros, utilizando instrumentos apropriados e baseando-se em especificações técnicas, para estabelecer as características dos projetos e as bases de sua execução.
- Estudar o esboço ou a idéia mestra do plano, examinando, croquis, rascunhos, plantas, especificações, materiais, equipamentos disponíveis e outros elementos, para orientar-se na execução do projeto.
- Efetuar cálculos trigonométricos, geométricos, aritméticos, va-

lendo-se de seus conhecimentos, tabelas e outros recursos, para determinar dimensões, proporções e outras características de projeto.

- Elaborar esboços do projeto, utilizando instrumentos de desenho e aplicando os cálculos efetuados, para demonstrar as características técnicas e funcionais do produto, instalação ou obra.

- Submeter os esboços elaborados a apreciação superior, fornecendo as explicações oportunas para possibilitar correções e ajustes necessários.

- Elaborar os desenhos definitivos do projeto, valendo-se de instrumentos adequados e observando a escala apropriada, para definir as características do referido projeto e determinar os estágios de execução e outros elementos técnicos de relevo.

- Executar, copiar ou revisar desenhos de plantas, layouts, diagramas e fluxogramas de construção civil, hidráulica e eletricidade, efetuando ainda, reduções e ampliações, de acordo com o objetivo do trabalho.

- Atender o público em geral, prestando informações sobre Plano Diretor, zoneamento e procedimentos para construção de casas, e outras edificações, bem como, observar as condições para a elaboração de projetos.

- Analisar plantas de casas e prédios da Prefeitura.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO: Ensino Médio e curso de AUTO CAD

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Auxiliar Administrativo

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Administrativa II

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços administrativos diversos que envolvam responsabilidade sob orientação, conforme determinação da Secretária que estiver atuando.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Recepcionar os cidadãos, prestando atendimento, anunciando e encaminhando-os aos setores procurados, orientando sobre horários de atendimento, a fim de atender a todos com rapidez e eficiência.

- Assegurar o correto cumprimento dos processos envolvendo o município, organizando e preparando documentos em geral, ordenando dados, efetuando cálculo de valores, verificando sua exatidão, observando prazos de entrega e datas de vencimento, e efetuando análises e conferências.

- Realizar controle de documentos e materiais, recebendo, protocolando, arquivando, registrando e encaminhando os mesmos, baseando-se em instruções e procedimentos preestabelecidos, evitando extravios.

- Redigir correspondências e documentos de rotina, obedecendo aos padrões estabelecidos, assegurando o funcionamento do sistema de comunicação interna e externa.

- Providenciar o acondicionamento e conservação de documentos, correspondências, relatórios, fichas e demais materiais, arquivando-os e classificando-os, visando garantir o controle dos mesmos e a fácil localização.

- Executar tarefas administrativas como: recepcionar e expedir listagem de trabalhos processados; efetuar controle de material de expediente; digitar e inserir no sistema tabelas, correspondências, relatórios, circulares, formulários, informações processuais, requerimentos, memorando e outros relatórios; providenciar a duplicação de documentos utilizando máquinas para tal, preenchendo requisições e angariando assinaturas; conferir nomes, endereços e telefones extraídos de documentos recebidos, fichas e outros; fechamento de planilhas e de bloquetes de débitos e créditos bancários; entre outros.



- Preparar quadros demonstrativos, tabelas, gráficos, mapas, formulários, fluxogramas e outros instrumentos, consultando documentos, efetuando cálculos, registrando informações com base em dados levantados, com o intuito de criar relatórios, disponibilizar informações pertinentes e padronizar e otimizar o rendimento.
- Elaborar cronogramas e acompanhar a realização dos eventos, bem como administrar a agenda do superior, facilitando o cumprimento das obrigações assumidas, contribuindo com o cumprimento de prazos.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos e orientações, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO: Ensino Fundamental e Cursos de Informática
ANEXO III

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
CARREIRA TÉCNICO

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Fiscal de Posturas
CLASSE: I, II e III
REFERÊNCIA: "A" até "R"

CARREIRA: Técnico

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Fiscalizar e orientar o cumprimento das leis, regulamentos e normas que regem a postura do município, executar outras tarefas compatíveis com sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Fiscalizar as determinações estabelecidas pela legislação urbana, em especial as do Plano Diretor e as do Código de Posturas, observando e fazendo observar notadamente a ocupação ou não, a utilização ou não dos logradouros públicos, o cumprimento das obrigações assumidas pelos particulares frente ao Município, o controle das águas pluviais, o sistema de eliminação de dejetos, o funcionamento do comércio, da indústria e dos prestadores de serviço.
- Verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação in loco.
- Atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto às atividades diárias.
- Preparar relatórios acerca dos serviços executados, alimentando informações sobre as fiscalizações, a fim de acompanhar, controlar, bem como prestar contas com o superior imediato.
- Emitir notificações e embargos, objetivando retirar ocupantes de terrenos públicos e adequar a construção de casas aos padrões definidos na legislação em vigor.
- Dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, de modo a executar suas rotinas diárias.
- Participar de processos judiciais, defendendo o município através de informações e documentos levantados previamente.

- Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio, CNH categoria "AB" e Curso Técnico em Edificação.

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: Fiscal de Tributos

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Técnico

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Fiscalizar o cumprimento da lei tributária; efetuar cobrança de tributos; aplicar penalidades; atender contribuintes; executar outras tarefas compatíveis com sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Elaborar, emitir e expedir notificações, intimações, mapas de levantamento, formulários, fichas de visitas, pareceres, minutas e outros, visando o fornecimento de informações pertinentes, bem como contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos.
- Avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou capacitação relacionados à Administração Tributária.
- Difundir a legislação, atendendo a contribuintes, prestando-lhes informações, bem como proporcionar instituições atualizadas, mantendo-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas.
- Emitir, de acordo com a legislação vigente, termos fiscais referentes a autuações, bem como instaurar processos administrativos-fiscais, realizando inventários de empresas e demais entidades, procedendo a identificação e qualificação dos mesmos.
- Assessorar autoridades superiores ou órgãos prestando-lhes assistência especializada, com vista à formulação e adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento.
- Manter-se atualizado sobre as políticas de fiscalização e administração tributária, a fim de difundir e atualizar as legislações municipais.
- Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, procedendo a revisão de ofício, homologando, aplicando as penalidades previstas na legislação, entre outros.
- Controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando atos definidos na legislação específica.
- Autorizar e supervisionar o credenciamento de usuários de sistemas tributários informatizados, bem como avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições.
- Informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa antes do termo prescricional.
- Planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança de impostos, taxas e contribuições, visando o cumprimento da legislação vigente.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Ministar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do

peçoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio, CNH categoria "AB", curso em Contabilidade ou Administração.

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Técnico Agrícola

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Técnico

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar tarefas de caráter técnico, dando assistência ao produtor rural, planejando atividades na área de agricultura e pecuária, executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Organizar, executar e analisar trabalhos relativos a programas e projetos de viveiros e/ou de culturas externas, determinados pelo município, a fim de promover a aplicação de novas técnicas de tratamento e cultivos gerais.
- Realizar sob orientação do veterinário, serviços de inseminação artificial.
- Planejar atividades agropecuárias, pesquisando e/ou verificando a viabilidade econômica, condições edafoclimáticas (solo, clima, água), infra-estrutura (máquinas, equipamentos, instalações), bem como levantando dados sobre a área a ser trabalhada (topografia, extensão), e capacitação tecnológica do produtor, de modo a definir cultivos, raças e espécies dos locais em questão.
- Recomendar procedimentos de biossegurança, quanto ao uso racional de agrotóxicos e medicamentos veterinários, isolamento de área de produção e acesso de pessoas e animais, destino de embalagens de agrotóxicos e medicamentos veterinários, técnica de tripla lavagem de embalagens de agrotóxicos, técnica de quarentena de plantas e animais, limpeza e desinfecção de máquinas, equipamentos e instalações, bem como orientar o destino de animais mortos, manejo de dejetos e técnicas de vazão sanitário, entre outros, conforme normas e procedimentos estabelecidos pela legislação vigente.
- Promover reuniões e contatos com a população do Município, motivando-os para a adoção de práticas hortifrutigranjeiras, recomendando técnicas adequadas, ressaltando as vantagens de sua utilização, reportando-se a resultados obtidos em outros locais, com o intuito de criar condições para a introdução de práticas de cultivo, bem como o melhor aproveitamento do solo.
- Participar de eventos agropecuários realizados no Município, bem como atuar como instrutor em atividades educacionais junto às escolas municipais e à população em geral.
- Requisitar, sempre que necessário, os serviços de manutenção de equipamentos e/ou ferramentas, bem como a aquisição de materiais utilizados na execução das atividades diárias.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio, Técnico agrícola e curso em inseminação artificial.

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: Técnico em Contabilidade

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Técnico

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico na área de contabilidade e executar outras tarefas compatíveis com sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Organizar os serviços de contabilidade da Prefeitura, mediante a elaboração do plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar a produção de informações de caráter gerencial e financeiro para o controle e avaliação de desempenho;
- Analisar e classificar, de acordo com o plano de contas, os documentos comprobatórios das operações de caráter financeiro realizadas pela unidade;
- Acompanhar a execução orçamentária das diversas unidades da Prefeitura, examinando empenhos de despesas sobre as dotações fixadas no orçamento;
- Proceder, sob supervisão, à análise contábil-financeira e patrimonial da Prefeitura;
- Orientar e supervisionar todas as tarefas de escrituração;
- Preparar informações sobre a receita diária e acumulada, a despesa orçamentária executada, posições das contas a receber e a pagar, entre outras, para subsidiar análises contábeis, financeiras e econômicas;
- Controlar os trabalhos de análise e conciliações de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;
- Controlar a movimentação de bens e dos estoques da Prefeitura, bem como orientar suas respectivas contabilizações para fins de avaliação dos efeitos sobre o patrimônio da Autarquia;
- Emitir empenhos;
- Elaborar o balanço geral, bem como outras demonstrações contábeis, financeiras e gerenciais para apresentar resultados totais ou parciais da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura;
- Informar processos, na sua área de atuação, e sugerir métodos e procedimentos que visem a melhor coordenação dos serviços contábeis e a melhoria na qualidade da informação contábil;
- Estudar e implantar controles que auxiliem os trabalhos de auditoria interna e externa;
- Supervisionar o arquivamento de documentos contábeis;
- Encaminhar relatórios e demonstrações contábeis e financeiros periódicos e de encerramento de exercício à contabilidade central da Prefeitura para fins de preparação de contas oficiais do Município e consolidação das contas municipais;
- Orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas da classe;
- Executar outras atribuições afins.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio e curso Técnico em contabilidade.

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Técnico em Informática

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Técnico

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Implantar e promover a manutenção dos computadores, instalar, verificar equipamentos e dar suporte,



zelar pelo funcionamento dos sistemas, executar outras tarefas compatíveis com sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede de dados do município, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência.
- Elaborar procedimentos de cópia de segurança e recuperação de informações, executando rotinas, definindo normas, perfil de usuários, padronizando códigos de usuários e tipos de autenticações, bem como monitorando o uso do ambiente computacional, com o intuito de resguardar a confidencialidade e segurança das informações/dados no ambiente de rede da Prefeitura.
- Diagnosticar problemas, atender e orientar usuários, registrar solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e eliminar falhas, provenientes das Secretarias, fornecendo informações e suporte, bem como acompanhando a solução, a fim de manter o fluxo das atividades no que tange aos serviços informatizados.
- Pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prever e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários.
- Definir parâmetros de desempenho e disponibilidade de ambiente computacional, coletando indicadores de utilização, analisando parâmetros de disponibilidade, indicadores de capacidade e desempenho, entre outros, de modo a prevenir falhas.
- Controlar e documentar níveis de serviços, tanto internos quanto de fornecedores, automatizando rotinas, definindo procedimentos de migração, a fim de assegurar atualizações na área, conforme demanda e indicação dos superiores.
- Instalar e manter os softwares necessários para o correto funcionamento de servidores, tais como: Banco de Dados, correio eletrônico, web, aplicações, autenticação, entre outros.
- Montar e prestar manutenção a equipamentos, bem como instalar os sistemas utilizados pelas unidades de serviços do Município, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores.
- Treinar os usuários nos aplicativos de informática, dando suporte na solução de pequenos problemas em equipamentos e sistemas de informação e comunicação.
- Preparar inventário do hardware existente, controlando notas fiscais de aquisição, contratos de manutenção e prazos de garantia.
- Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado.
- Representar, quando designado a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio e curso técnico em informática.

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Técnico em Segurança do Trabalho

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Técnico

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar inspeções de segurança do trabalho, ministrar cursos, investigar e analisar acidentes de trabalho ocorridos, instruir e orientar funcionários sobre normas de segurança, verificar condições físicas de trabalho e de segurança, exe-

cutar outras tarefas compatíveis com sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Garantir a integridade dos servidores e dos bens do Município, investigando, examinando as causas e prevenindo acidentes, através de inspeções locais, instalações, equipamentos, postos de combate a incêndios e outros, observando as condições de trabalho, recomendando e controlando a distribuição e utilização dos equipamentos de proteção individual, instruindo os servidores sobre todas as medidas de prevenção de acidentes.
- Difundir a importância da prevenção de acidentes, divulgando normas de segurança e higiene no trabalho, promovendo palestras, debates, campanhas e outros.
- Estabelecer normas e medidas de segurança, sugerindo modificações nos equipamentos e instalações, propondo a reparação ou renovação destes.
- Facilitar o atendimento aos acidentados, utilizando meios de comunicação oficiais entre profissionais da área de saúde.
- Propiciar a plena atenção prestada aos servidores, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais.
- Contribuir com a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.
- Realizar inspeções nos locais de trabalho para determinar fatores de risco de acidentes e de doenças ocupacionais.
- Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções dos laudos técnicos realizados pelo Município, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Segurança do Servidor..
- Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio e técnico em segurança do trabalho.

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Topógrafo

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Técnico

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar levantamentos para obter dados básicos necessários aos trabalhos de construção, exploração e elaboração de mapas, outras atividades compatíveis com a sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Efetuar levantamentos da superfície e subsolo da terra, de sua topografia manual e das obras existentes, determinando o perfil, a localização, as dimensões exatas e a configuração de terrenos, campos e estradas, para fornecer os dados básicos necessários aos trabalhos de construção, exploração e elaboração de mapas.
- Analisar mapas, plantas, títulos de propriedades, registros e especificações, estudando-os e calculando as medições a serem efetuadas, para preparar esquemas de levantamentos topográficos, planimétricos e altimétricos.
- Efetuar o reconhecimento básico da área programada, analisando as características do terreno, para decidir os pontos de partida, vias de melhor acesso e selecionar materiais e instrumentos.
- Realizar levantamentos da área demarcada, posicionando e manejando teodolitos, níveis, trenas, bússolas, telêmetros outros



aparelhos de medição, para determinar altitudes, distâncias, ângulos, coordenadas, referências de nível e outras características da superfície terrestre, de áreas subterrâneas e de edifícios.

- Registrar nas cadernetas topográficas os dados obtidos, anotando os valores lidos e os cálculos numéricos efetuados, para analisá-los posteriormente.
- Avaliar as diferenças entre pontos, altitudes e distâncias, aplicando fórmulas, consultando tabelas e efetuando cálculos baseados nos elementos coligidos, para complementar as informações registradas e verificar a precisão das mesmas.
- Elaborar esboços, plantas e relatórios técnicos sobre os traçados a serem feitos, indicando pontos e convenções, para desenvolvê-los sob a forma de mapas, cartas e projetos.
- Determinar balizamentos, colocação de estacas, indica referências de nível, marcos de locação e demais elementos, para orientar seus auxiliares na execução dos trabalhos.
- Desenhar plantas das áreas levantadas.
- Coordenar e supervisionar trabalhos de auxiliares, especificando as tarefas a serem realizadas, determinando modo de execução, grau de precisão dos levantamentos e escalas de apresentação das plantas.
- Zelar pela manutenção e guarda de instrumentos, aferindo-os e retificando-os, para conservá-los nos padrões requeridos.
- Executar levantamentos topográficos para vias públicas, fazendo exploração, locação, nivelamento, seções transversais, e para drenagens, como aberturas de canais, pontes, galerias, tubulações diversas, utilizando teodolitos, nível e outros, visando possibilitar a execução de obras para implantar infra-estrutura.
- Fazer marcação de altura para pavimentação com asfalto, calçamento e outros.
- Realizar levantamentos topográficos e cadastrais, utilizando nível, trenas, balizas e outros.
- Executar serviços de alinhamento em geral.
- Executar cálculos e desenhos dos dados coletados no trabalho de campo, registrando em formulário apropriado.
- Descrever as áreas a serem atingidas por arruamentos, levantamentos realizados em campo.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio, curso na área e curso de topografia.

ANEXO IV

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS CARREIRA ESPECIALISTA SUPERIOR

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Administrador

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elaborar, orientar e supervisionar planejamentos, orçamentos, dar assessoria e suporte administrativos aos setores e áreas da administração pública.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Participar de projetos, grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos e pesquisas, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, projetos, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Definir estratégias para planejamento organizacional, analisando

a instituição, os recursos disponíveis e a rotina dos serviços, identificando oportunidades e problemas, visando estabelecer metas gerais e específicas, bem como avaliar, propondo alterações de práticas administrativas.

- Elaborar pareceres, informes técnicos, documentos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Estudar e propor métodos e rotinas de simplificação e racionalização de serviços e planos de aplicação, utilizando organogramas, fluxogramas, e outros recursos, visando operacionalizar e padronizar os referidos serviços.
- Promover pesquisas e desenvolver novas técnicas, objetivando antecipar problemas, providenciando medidas preventivas para contorná-los e propondo recursos para otimizar soluções.
- Contribuir para o desenvolvimento qualitativo e aperfeiçoamento dos recursos humanos em sua área de atuação, sugerindo e/ou ministrando treinamentos, palestras e/ou aulas de aperfeiçoamento.
- Contribuir na elaboração de instrumentos, critérios e normas para os processos de administração de pessoal, logística de materiais, entre outros, visando aprimorá-los e garantir a correta administração dos mesmos.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.
- Participar/coordenar reuniões para elaboração dos orçamentos municipais, plano plurianual e demais leis pertinentes a sua área de atuação.
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal em que está lotado.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Administração e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Advogado

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar atividades relacionadas à assistência jurídica e a defesa judicial e extra-judicial dos interesses da administração, instrução de processos, elaboração de estudos, pesquisas, pareceres, relatórios e informações.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Defender direitos e interesses do Município, representando-o em juízo ou fora dele, nas ações em que este for autor, réu, ou interessado, acompanhando o andamento de processos, praticando os atos necessários para garantir seu trâmite legal, prestando assistência jurídica, propondo ou contestando ações, solicitando providências, avaliando provas documentais e orais, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, apresentando recursos, comparecendo a audiências e outros atos, dentro dos princípios éticos.
- Prestar assessoria jurídica extrajudicialmente, mediando questões, contribuindo na elaboração de projetos de lei, proferindo palestras, prestando serviços de peritagem, arbitrando interesses de partes, formalizando parecer técnico jurídico, firmando acordos, realizando audiências administrativas, participando de negociações coletivas.
- Adequar os fatos à legislação aplicável, estudando a matéria jurídica e de outra natureza e consultando códigos, leis, jurisprudência, doutrina e outros documentos.
- Obter os elementos necessários à defesa ou acusação, com-



plementando ou apurando as informações levantadas, bem como tomando outras medidas como preparar a defesa ou acusação e arrolar e correlacionar fatos, aplicando o procedimento adequado para apresentá-los em juízo, entre outros.

- Redigir e elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios, termos administrativos, projetos de lei, entre outros.
- Efetuar a cobrança da dívida ativa, judicial ou extrajudicialmente, bem como coordenar e participar de comissões de inquéritos e sindicâncias.
- Assistir a Prefeitura Municipal, na negociação de contratos, convênios, e acordos com outras entidades públicas ou privadas, bem como avaliar os procedimentos referentes aos diversos tipos de convênios e contratos firmados, examinando toda a documentação e os aspectos legais concernentes à transação.
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Direito e Registro na OAB

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Arquiteto

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elaborar planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas. Fiscalizar e executar obras e serviços, desenvolver estudos de viabilidade financeira, econômica, ambiental.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Elaborar documentos e pareceres técnicos em projetos, processos e/ou solicitação pertinentes aos aspectos de planejamento urbano, respeitando a legislação e diretrizes urbanas e arquitetônicas vigentes.
- Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos, investigando e definindo metodologias de execução, cronograma, desenvolvendo estudos ambientais, dimensionamento da obra, bem como especificando equipamentos, materiais e serviços a serem utilizados, de modo a assegurar a qualidade da obra dentro da legislação vigente.
- Analisar projetos de construções, loteamentos, desmembramentos, pedidos de construção, reformas, paisagísticos, urbanísticos, entre outros, com o intuito de aprovar os mesmos, esclarecendo e orientando sobre possíveis dúvidas com relação às obras públicas e particulares.
- Fiscalizar dados técnicos e operacionais em obras, analisando

do materiais aplicados, medições, entre outros, bem como programando inspeções preventivas e corretivas, com o intuito de conferir a compatibilidade da obra com o projeto e/ou memorial descrito.

- Elaborar planilha de orçamento com especificações de serviços e/ou materiais utilizados, bem como suas respectivas quantidades, a fim de subsidiar com informações pertinentes a área de compras em licitações e/ou concorrências públicas.
- Realizar laudos, informes e/ou pareceres técnicos, entre outros, efetuando levantamento em campo, inspecionando e coletando dados, fotos, conforme solicitação, de modo a avaliar riscos e sugerir medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área.
- Acompanhar a execução de projetos, orientando as operações à medida que avançam as obras, visando assegurar o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade e segurança preestabelecidos.
- Vistoriar e/ou inspecionar documentos de projetos, no que tange a legalidade, verificando o cumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção e/ou das exigências processuais.
- Analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, de acordo com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias.
- Elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, incluindo mapas de zoneamento urbanísticos, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infra-estrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico, de modo a atender a demanda solicitada, fazendo cumprir a legislação vigente.
- Preparar informes e documentos em assuntos de arquitetura, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Zelar pelos equipamentos e materiais postos sob sua guarda.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Arquitetura e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Assistente Social

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar serviços de assistência social, coordenar e elaborar programas sociais. Executar outras tarefas compatíveis com a sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:



- Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, SUS e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Legislação Municipal visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população
- Elaborar e/ou executar os programas e projetos de geração de renda, bem como orientar os usuários quanto a importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho.
- Proporcionar através da intervenção profissional, junto aos usuários e suas famílias a discussão do projeto de vida destes, visando a busca de alternativas que venham construir a autonomia dos mesmos.
- Buscar pela solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócios educativas nas unidades de saúde, educação e assistência social, bem como elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas.
- Assessorar, monitorar e avaliar projetos, programas, serviços e benefícios sócio-assistenciais, bem como da rede prestadora de serviços, projetos e programas sócio-assistenciais inscritas, registradas, conveniadas ou parceiras.
- Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões - ordinárias e/ou extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio-familiar, visitas domiciliares e outros.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Implementar e alimentar os sistemas de informação das políticas públicas.
- Contribuir na elaboração orçamentária do repasse de recursos dos Fundos Municipais, Nacionais e Filantrópicos para entidades cadastradas nos programas de políticas sociais, bem como, prestando orientação técnica e operacional quanto à elaboração e execução de serviços, programas e projetos no âmbito das políticas públicas.
- Atender a população em casos de emergência e calamidade, in loco ou em abrigos, auxiliando na elaboração de planos de assistência a defesa civil.
- Possibilitar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário o entendimento global das aplicações e execuções de programas, projetos e serviços, por meio de elaboração de relatórios e pareceres sociais.
- Fazer visitas domiciliares aos servidores afastados, quando necessário, emitindo parecer, bem como elaborar relatório social nos processos de doença em pessoa da família.
- Atender periodicamente e apresentar parecer social dos servidores em gozo do auxílio doença.
- Atender o servidor readaptado/reabilitado pelos médicos peritos, encaminhando relatório ao Diretor de Recursos Humanos para providências.
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação pro-

fissional

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Serviço Social e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Bibliotecário

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior

CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elaborar atividades de catalogação e classificação de material destinado a biblioteca; organização, seleção, indexação e aquisição de livros e publicações. Executar outras tarefas compatíveis com a sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Tratar tecnicamente recursos informacionais, registrando, classificando e catalogando recursos, elaborando linguagens documentárias, elaborando resenhas e resumos, desenvolvendo e efetuando manutenção bases de dados.
- Desenvolver estudos e pesquisas, coletando informações, elaborando dossiês, pesquisas temáticas, levantamento bibliográfico, trabalhos técnico científicos, analisando dados estatísticos e elaborando estudos de perfil de usuários e comunidade.
- Desenvolver recursos informacionais, elaborando políticas de desenvolvimento de coleções, selecionando, adquirindo e armazenando recursos informacionais, avaliando, inventariando, conservando e preservando acervos.
- Desenvolver ações educativas, capacitando usuários e equipe e realizando atividades de ensino.
- Elaborar o regulamento e disposição interna da biblioteca.
- Disseminar informações, orientando o usuário na preservação do acervo, elaborando mural, folhetos, alerta bibliográfico, painel para exposição de novas aquisições, entre outros.
- Atender o usuário, orientando sobre funcionamento, regulamento e recursos da unidade de informação, cadastrando usuário, emprestando e controlando material do acervo, aplicando sanções ao usuário, e demais atividades pertinentes à área, conforme indicações do superior.
- Realizar a manutenção do acervo, organizando-o em ordem de acordo com o sistema de classificação adotado, higienização do material, substituição de documentos, preparação de documentos para encadernação, bem como guardar documentos e atualizar inventário do acervo.
- Organizar atividades culturais e de extensão, fazendo contatos com profissionais para atividades de incentivo à leitura, elaborando programas culturais em conjunto com a comunidade, auxiliando na realização de feiras de livros, eventos literários, entre outros, conforme normas e procedimentos preestabelecidos pelo superior, de modo a estimular hábitos de leitura e pesquisa na população.
- Disseminar informações, compilando sumários correntes, bibliografia, elaborando e alerta e boletim bibliográfico.
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.



- Elaborar projetos a órgãos de fomento à cultura, leitura, bibliotecas e/ou arquivos, visando captação de recursos e inovações/melhorias no espaço de trabalho.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Biblioteconomia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Contador

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elaborar balanços mensais e anuais, executar trabalhos relativos a administração financeira e contábil; executar outras tarefas compatíveis com a sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Coordenar todas as atividades de controle e contabilização de custos, trabalhos de seleção e análise dos comprovantes como registros de mão-de-obra, registros de produção, inventário de estoque, extraindo os dados necessários para realizar os cálculos dos custos unitários das diferentes operações ou dos diferentes produtos, procedendo de acordo com as técnicas requeridas para apresentar os resultados obtidos.
- Traçar o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário, o controle dos trabalhos de análise e conciliação de contas e a orientação quanto à classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços.
- Preparar balanços e balancetes contábeis, visando assegurar que os balancetes mensais e o balanço final reflitam corretamente a realidade econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como fazer estudos e análises sobre os números dos balanços, visando fornecer subsídios para decisões que possam minimizar a carga tributária e visualizar a situação econômica e patrimonial da mesma.
- Planejar e preparar relatórios contábeis, dentro dos prazos previstos e obedecendo aos princípios e procedimentos contábeis preestabelecidos, visando fornecer subsídios para o processo decisório e cumprimento da legislação.
- Prestar apoio e orientar as atividades da área fiscal, verificando todos os registros e classificações contábeis nos livros fiscais, referentes aos impostos e tributos recolhidos, compras e vendas, e outros dados, de modo a demonstrar as operações, as classificações contábeis em conformidade com a legislação fiscal e normas contábeis vigentes.
- Coordenar e orientar as demais Secretarias da Prefeitura Municipal de Garuva, quanto à classificação contábil ou no que se refere a aspectos fiscais de documentos a serem emitidos ou escriturados, assegurando a correta classificação e lançamento de todos os documentos contábeis, e sua conformidade com os padrões e legislação fiscal e tributária.
- Efetuar cálculos da contribuição social, de correção de juros e multas de impostos em atraso, de financiamentos e de correção monetária e depreciação do Ativo, visando obter o valor financeiro.
- Preparar os lançamentos contábeis dos fatos e atos administrativos, visando a elaboração do balanço patrimonial.
- Atender à fiscalização municipal, estadual e federal, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados.
- Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os

casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

- Manter o prefeito Municipal bem como os Secretários informados sobre a situação contábil e financeira da Prefeitura.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Ciências Contábeis e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Engenheiro

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elaborar projetos e atividades de engenharia para construção de obras públicas, estabelecer planejamento, especificações, custos e orçamentos das construções.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos, investigando e definindo metodologias de execução, cronograma, desenvolvendo estudos ambientais, dimensionamento da obra, bem como especificando equipamentos, materiais e serviços a serem utilizados, de modo a assegurar a qualidade da obra dentro da legislação vigente.
- Analisar projetos de construções, loteamentos, desmembramentos, pedidos de construção, reformas, paisagísticos, urbanísticos, sistemas de abastecimento de água, tratamento de esgotos, entre outros, com o intuito de aprovar os mesmos, esclarecendo e orientando sobre possíveis dúvidas com relação às obras públicas e particulares.
- Fiscalizar dados técnicos e operacionais em obras, analisando materiais aplicados, medições, entre outros, bem como programando inspeções preventivas e corretivas, com o intuito de conferir a compatibilidade da obra com o projeto e/ou memorial descritivo.
- Elaborar planos, programas e/ou projetos, identificando necessidades, coletando informações, analisando dados, elaborando e definindo metodologias, diagnósticos, técnicas, materiais, orçamentos, entre outros, de modo a buscar a aprovação junto aos superiores e órgãos competentes.
- Elaborar planilha de orçamento com especificação de serviços e/ou materiais utilizados, bem como suas respectivas quantidades, a fim de subsidiar com informações pertinentes a área de compras e licitações e/ou concorrências públicas, observando as normas técnicas.
- Desenvolver projetos de pesquisa, realizando ou solicitando ensaios de produtos, métodos, equipamentos e procedimentos, a fim de implementar tecnologias.
- Realizar estudos e análises de dados censitários e estudos demográficos, gerando informações a serem utilizadas no desenvolvimento de projetos.
- Realizar laudos, informes e/ou pareceres técnicos e outros, efetuando levantamento em campo, inspecionando e coletando



dados e fotos, conforme solicitação, de modo a avaliar riscos e sugerir medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área.

- Acompanhar a execução de projetos, orientando as operações à medida que avançam as obras, visando assegurar o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade e segurança preestabelecidos. Realizar medições, valendo-se de dados obtidos em campo e através de sistemas informatizados, para emitir parecer quanto a execução das obras realizadas.

- Vistoriar e/ou inspecionar documentos de projetos, no que tange a legalidade, verificando o cumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção e/ou das exigências processuais.

- Analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, de acordo com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias.

- Elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, incluindo mapas de zoneamento urbanístico, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infra-estrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico, de modo a atender a demanda solicitada, fazendo cumprir a legislação vigente.

- Organizar e manter a base de dados atualizada, inserindo informações acerca de cadastros técnicos, imóveis, loteamentos, logradouros, estabelecimentos licenciados, obras públicas, equipamentos urbanos, entre outros.

- Realizar levantamento e execução de projetos de organização e controle de circulação de ruas, rodovias e outras vias de trânsito, sinalizando-as adequadamente, a fim de permitir perfeito fluxo de veículos e assegurar o máximo de segurança para motorista e pedestres.

- Estudar os fenômenos causadores de engarrafamento de trânsito, observando a direção e o volume do mesmo nas diversas áreas da cidade e nas principais zonas de estrangulamento, de modo a propor medidas de controle da situação.

- Participar de processos judiciais, representando o município através de informações e documentos levantados previamente.

- Zelar pelos equipamentos e materiais postos sob sua guarda.

- Realizar outras atribuições de acordo com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Engenharia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Engenheiro Agrônomo

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver projetos e atividades relacionadas ao desenvolvimento rural e sustentável, prestando assistência ao produtor, participando e desenvolvendo programas. Executar outras tarefas compatíveis com a sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Planejar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais, identificando necessidades, levantando informações técnicas, diagnosticando situações, analisando viabilidade técnica, sócio-econômica e ambiental de soluções propostas, estimando custos, definindo cronograma, inventariando recursos físicos e financeiros de empreendimento, bem como definindo parâmetros de produção.

- Prestar assistência técnica, realizando perícia e auditoria, prescrevendo receituário agropecuário, orientando a utilização de fontes alternativas de energia; processos de uso sustentável e conservação de solo, água e meio ambiente; planejamento, execução, controle e administração de sistemas produtivos; comercialização de produtos agrossilvipecuários, bem como organizando associações de produtores; eventos e ministrando cursos, seminários e palestras, de modo a assegurar as normas vigentes.

- Elaborar documentação técnica e científica, no que tange a relatórios de atividades, projetos, inventários de recursos disponíveis (naturais, máquinas, equipamentos), estudos estatísticos, normas e procedimentos técnicos, laudos e pareceres técnicos, bem como a elaboração de material para divulgação de produtos, serviços, equipamentos, entre outros.

- Pesquisar e desenvolver tecnologia acerca de produtos, equipamentos e acessórios, como também programas computacionais e processos/sistemas de tratamento de resíduos, a fim de adaptar a tecnologia no que tange a biotecnologia.

- Fiscalizar atividades agrossilvipecuárias e o uso de recursos naturais, seja em obras ou na apuração da procedência, transporte e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, e atividades de extrativismo, bem como atuando crimes ambientais e florestais e embargando, quando necessário, atividades agrossilvipecuárias de estabelecimentos infratores.

- Participar de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço e/ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

- Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Agronomia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Engenheiro Florestal

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar, controlar e executar programas florestais e ambientais, elaborar e coordenar projetos relativos a programas de ocupação florestal, entre outras atividades correlatas ao ecossistema terrestre.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Elaborar e supervisionar projetos referentes à preservação e expansão de áreas florestais e recuperação da cobertura vegetal, estudando, pesquisando, analisando o tipo de vegetação predominante, planejando, orientando e controlando técnicas de reprodução, cuidado e exploração de vegetação florestal, para determinar



novos métodos e sistemas de cultivo e desenvolvimento para a silvicultura, ou melhorar os já existentes e contribuir com a proteção contra erosão e as ações predatórias.

- Desenvolver e executar projetos para gerenciamento de recursos naturais renováveis e não renováveis, como proteção da floresta Atlântica, criando unidades de conservação, planos de manejo e dispositivos legais, bem como elaborando programas, planos e projetos para identificação e proteção vegetal, despoluição de rios e proteção de recursos hídricos, uso racional dos recursos minerais e outros, visando promover o desenvolvimento sustentável.

- Estabelecer o grau de correlação existente entre o comportamento das árvores e seu meio-ambiente, estudando o índice de crescimento das árvores e os seus cultivos em diferentes condições, examinando e classificando diferentes espécies, composições de solos, temperaturas e unidades relativas do ar em determinadas zonas.

- Preservar e desenvolver zonas verdes, organizando e controlando o reflorestamento e a conservação de zonas de bosques e a exploração de viveiros de plantas, favorecendo seu crescimento por meio da poda, desbastes e extirpação de árvores doentes e por outros métodos.

- Planejar o plantio e o corte de árvores, observando a época apropriada e determinando as técnicas mais propícias, para obter produção máxima e contínua.

- Identificar as diversas espécies de árvores, utilizando cálculos matemáticos na determinação de altura, do diâmetro do tronco e da copa, da profundidade e disponibilidade das raízes, para determinar a idade, duração de vida e condições de adaptação das espécies ao meio-ambiente.

- Analisar os efeitos das enfermidades, do corte, do fogo, do pastoreio e de outros fatores que contribuem para a redução da cobertura florestal, fazendo observações e realizando experiências, para desenvolver medidas de combate aos mesmos.

- Melhorar a germinação das plantas, examinando os efeitos da poda, baseando-se no rendimento observado, para determinar métodos e épocas mais favoráveis à execução da mesma, realizando experiências e testes de laboratório ou de outro tipo.

- Elaborar e implantar projetos de preservação do meio ambiente, bem como analisar projetos de loteamento, apontando o grau de comprometimento do meio ambiente local e sugerindo alterações dos mesmos.

- Antecipar, quando possível, e solucionar problemas, executando atividades de orientação, consultoria, medidas preventivas, recursos para otimizar soluções e outros, em relação às atribuições compreendidas nas habilitações legais da profissão de engenheiro florestal.

- Dominar amplamente o fluxo das etapas executivas, orientando tecnicamente, atividades de outros profissionais.

- Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à suas descobertas científicas, estudos e atribuições técnicas.

- Promover o desenvolvimento da equipe de trabalho, através da elaboração, orientação e execução de programas, treinamentos, palestras, seminários, reuniões e outros, quando necessário e/ou solicitado pela chefia imediata.

- Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do

pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Engenharia Florestal e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Médico Veterinário

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior

CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar serviços veterinários preventivos, clínicos, cirúrgicos e patológicos, dar suporte ao produtor rural, realizar inspeções objetivando o desenvolvimento rural e qualidade de origem animal.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Promover a saúde pública, realizando o controle e análise de zoonoses, levantando dados, através da fiscalização, investigação, orientação, realizando vistorias, apreensão, inutilização de cozinhas, abatedouros, açougues, comércio, veterinárias, indústrias, criadouros, entre outros.

- Colaborar com a diminuição de contaminações ambientais, por meio de fiscalizações em depósitos de lixo, terrenos baldios, lençóis freáticos, efluentes, solos, residências urbanas e rurais, entre outros.

- Realizar atendimento clínico em animais, bem como realizar cirurgias veterinárias.

- Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de vigilância à saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde, quando necessários.

- Acompanhar e orientar equipes de fiscalização e inspeção sanitária no abate de bovinos, suínos, aves e outros, a fim de determinar a destinação do animal que se tem como finalidade o consumo e a industrialização, conforme normatização da legislação vigente.

- Orientar quanto ao preparo tecnológico dos alimentos de origem animal, elaborando e executando projetos para assegurar a qualidade destes alimentos.

- Realizar a profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, através de exames clínicos e laboratoriais, colhendo material e/ou procedendo à análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica, estabelecendo o diagnóstico e a terapêutica apropriada, a fim de assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais.

- Contribuir, com conhecimentos da área de Medicina Veterinária e afins, para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a plena assistência à saúde.

- Elaborar e supervisionar o planejamento e execução de projetos de licenciamento ambiental, avaliando impactos, riscos de contaminações, entre outros.

- Responder tecnicamente pelos estabelecimentos municipais que comercializam e distribuem medicamentos e produtos veterinários.

- Receber e investigar denúncias relacionadas à vigilância sanitária, emitindo laudos, acionando a vigilância sanitária e demais órgãos competentes, a fim de assegurar a regularização das condições de higiene e saúde.

- Atuar na prevenção de riscos de agravos à saúde da população,



através de visitas in loco, verificando e realizando denúncias, bem como orientando uma equipe capacitada, a fim de contribuir com a diminuição e erradicação de focos de vetores, roedores, raiva animal entre outros.

- Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.
- Planejar e desenvolver programas de sobrevivência de espécies animais.
- Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria, Fundação ou Autarquia em que está lotado, referentes à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Promoção e Prevenção em Saúde.
- Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica.
- Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.
- Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.
- Atender às diversas unidades do Município sobre assuntos e exigências técnicas, bem como constituir comissões, diretorias de associações e entidades de classe.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Medicina Veterinária e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Nutricionista

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planeja, coordena, supervisiona e elabora o cardápio de merenda das escolas, controla a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, registrando o consumo e requisitando materiais.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Nutrição, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
- Implementar hábitos alimentares saudáveis, aconselhando e instruindo a população, sugerindo refeições balanceadas, com base na observação de aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, relacionando a patologia com a deficiência nutricional, procedente ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas.
- Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação assessorando escolas e outros.
- Possibilitar melhor rendimento do serviço, através da programação e desenvolvimento de treinamento do pessoal da merenda escolar, orientando os trabalhos, supervisionando o preparo, distribuição das refeições, solicitando e recebendo alimentos bem como, zelando por sua armazenagem e distribuição.

- Propiciar a plena atenção prestada aos usuários da merenda escolar, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde.

- Assegurar a confecção de alimentação sadia, providenciando recursos adequados e zelando pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas.

- Garantir regularidade nos serviços, participando de comissões e grupos de trabalho encarregados da compra de gêneros alimentícios, aquisição de equipamentos, maquinaria e material específico.

- Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

- Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica.

- Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria de Saúde referentes à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde.

- Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

- Elaborar cardápios.

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Nutrição e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Psicólogo

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Coordenar, orientar, planejar e executar tarefas especializadas referentes ao estudo do comportamento humano, atuar nos programas instituídos pelo município.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS, SUAS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselhos Profissionais de Psicologia e Legislação Municipal, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
- Possibilitar a compreensão do comportamento humano, individual ou em grupo, aplicando os conhecimentos teóricos e técnicos da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais.
- Buscar a diminuição do sofrimento psíquico, em usuários que precisam de atendimento psicológico, bem como em seus familiares e grupos sociais em que está vinculado, realizando diagnósticos psicológicos, psicoterapia e atendimentos emergenciais.
- Auxiliar na plena atenção prestada aos usuários, integrando à equipe multiprofissional das instituições em geral, para elaboração e execução de programas de prevenção, assistência, apoio,



educação e outros.

- Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões, acompanhando usuários e seus familiares durante o processo de tratamento psicológico, bem como acompanhar o desenvolvimento e a evolução de intervenções realizadas.

- Buscar o aperfeiçoamento organizacional e psicológico das equipes multiprofissionais, promovendo estudos nas diversas unidades do Município, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

- Promover a qualidade, a valorização e a democratização do sistema educacional, participando da elaboração de planos e políticas, auxiliando na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, analisando características de indivíduos portadores de necessidades especiais, bem como prestando orientação psicológica aos educadores e educandos no processo ensino-aprendizagem.

- Proporcionar o desenvolvimento dos recursos humanos, utilizando princípios e métodos da psicologia, coordenando e executando projetos, como processos de recrutamento e seleção, integração de novos funcionários, bem como realizando a análise ocupacional dos cargos, propondo melhorias das condições ambientais, relacionais, materiais e outros.

- Colaborar para a ampliação da visão da realidade psico-social à qual os usuários estão inseridos, por meio do acompanhamento técnico, através de visitas a hospitais, escolas, domicílios e outros, sempre que necessário.

- Elaborar, adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções referentes à sua área de atuação, juntamente com os profissionais da equipe técnica da Secretaria, Fundação ou Autarquia em que está lotado, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde Mental, Social, do Trabalhador e outros.

- Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo pesquisas experimentais, teóricas e clínicas, palestras, grupos educacionais, entre outros.

- Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições como Ministério Público e Poder Judiciário, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica.

- Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

- Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

- Contribuir, com os conhecimentos de sua área de atuação coordenando grupos de estudos, assessorando escolas, ambulatórios, consultórios, hospitais e outros.

- Avaliar e acompanhar os servidores afastados, elaborando parecer psicológico, encaminhando-os aos médicos peritos.

- Avaliar os servidores através de visitas domiciliares, quando necessário e/ou solicitado pelos médicos peritos, conforme a análise dos casos.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

- Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Psicologia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Programador de Informática

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Montagem, instalação e manutenção de computadores, montagem da estrutura de banco de dados e codificação de programas, projetar, implantar e realizar a manutenção de sistemas, executar outras tarefas compatíveis com sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Elaborar programas de computação, baseando-se nos dados fornecidos pela equipe de análise e estabelecendo os diferentes processos operacionais, para permitir o tratamento automático de dados.

- Estudar os objetivos do programa, analisando as especificações e instruções recebidas para verificar a natureza e fontes dos dados de entrada que vão ser tratados e esquematizar a forma de fluxo do programa.

- Elaborar fluxogramas lógicos e detalhados, estabelecendo a sequência dos trabalhos de preparação dos dados a tratar e as operações do computador e levando em consideração as verificações internas e outras comprovações necessárias, para atender as necessidades estabelecidas.

- Converter os fluxogramas em linguagem de máquina, utilizando formulário de codificação, para possibilitar sua complicação.

- Dirigir ou efetuar a transcrição do programa em forma codificada, utilizando simbologia própria e simplificando rotinas, para obter instruções de processamento apropriadas ao tipo de computador empregado.

- Realizar experiências, empregando dados de amostra do programa desenvolvido, para testar a validade do mesmo e efetuar as modificações oportunas.

- Preparar manuais, instruções de operação de descrição dos serviços, listagem, gabaritos de entrada e saída e outros informes necessários sobre o programa, redigindo e ordenando os assuntos e documentos pertinentes, para instruir operadores e pessoal de computador e solucionar possíveis dúvidas.

- Modificar programas, alterando o processamento, a codificação e demais elementos, para aperfeiçoá-los, corrigir falhas e atender a alterações de sistemas ou necessidades novas.

- Projetar cartões, formulários, registros de fichas magnéticas e outros elementos dos programas.

- Estimar tempos e custos da programação.

- Efetuar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Informática com habilitação em Programação

ANEXO V

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
CARREIRA PROFESSOR

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Magistério

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Professor Nível I, II e III

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Professor



REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Interagir com o aluno e mediar a construção do conhecimento, ministrando aulas, promovendo o processo ensino-aprendizagem, contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino estimulando a construção da auto-estima.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino.
- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola.
- Zelar pela aprendizagem dos alunos.
- Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e para-didático, dentro da legislação educacional vigente.
- Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente.
- Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos.
- Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série/ano, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o Projeto Político Pedagógico.
- Seguir e sugerir critérios estabelecidos na legislação vigente e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo-motor dos mesmos.
- Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo.
- Elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas.
- Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e , Orientação Escolar, Supervisão Escolar , Direção e Secretaria de Educação.
- Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico.
- Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a supervisão escolar, orientação escolar e direção de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno.
- Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento.

- Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente.
- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.
- Representar, quando designado, a Escola Municipal, em que está lotado.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Promover a inclusão educacional

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Professor Nível I - magistério, Professor Nível II - Graduação na Área de Atuação, Professor Nível III - pós-graduação na área

ANEXO VI

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS CARREIRA ESPECIALISTA

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Magistério

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Administrador Escolar

CLASSE: Junior. Pleno e Sênior

CARREIRA: Especialista

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar e avaliar atividades educacionais, coordenar atividades administrativas e pedagógicas da escola, gerenciar recursos financeiros, participar do planejamento do calendário escolar. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Participar do processo que envolve o planejamento, construção, execução e avaliação do Projeto político pedagógico;
- Coordenar e articular a elaboração e reelaboração de dados da comunidade escolar como suporte necessário ao dinamismo do Projeto Político Pedagógico;
- Coordenar junto à Unidade Escolar a criação, organização e funcionamento das instancias colegiadas, tais como Conselho de escola, A.P.P, Grêmio Estudantil e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações, na unidade escolar;
- Coordenar junto a comunidade escolar o processo de elaboração, atualização do Regimento Escolar e a utilização deste, como instrumento de suporte pedagógico;



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e demais especialistas, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino aprendizagem;
- Coordenar, atualizar, organizar a legislação de ensino e de administração de pessoal da Unidade Educativa;
- Coordenar junto à equipe administrativa, organização, atualização e tramite legal dos documentos recebidos e expedidos pela Unidade Educativa;
- Organizar com a Direção e Equipe pedagógica, a distribuição e socialização dos recursos materiais, bem como otimizar os recursos humanos;
- Realizar e/ou promover pesquisas e estudos na área da Administração Escolar, emitindo pareceres e informações técnicas;
- Assegurar a autenticidade, guarda, preservação e o sigilo de todos os documentos que tramitam no estabelecimento de ensino;
- Sugerir à Direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz;
- Promover ações, em articulação com a Direção, que estimulem a utilização dos espaços físicos da escola, como salas de aula, de informática, laboratório, sala de leitura, biblioteca e outros.
- Elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional;
- Planejar e coordenar em conjunto com a Direção, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros;
- Planejar e coordenar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação de estudos, equivalência, reclassificação e conclusão de estudos do aluno;
- Articular, facilitar, mediar e motivar o processo de autodesenvolvimento da equipe docente, através das ações que promovam evolução positiva no desempenho pedagógico, nas relações de trabalho e nas atitudes frente as suas funções;
- Levantar dados acerca da contextualização histórica da escola, das famílias envolvidas, buscando informações sobre as necessidades educacionais e sociais, caracterizando o perfil dos alunos, com o objetivo de fornecer subsídios para reflexão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e culturais da sua unidade escolar;
- Acompanhar e avaliar os alunos estagiários;
- Desenvolver o trabalho de Administração Escolar considerando a Ética Profissional;
- Realizar outras atividades correlatas com a função

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Graduação em pedagogia, com habilitação em Administração Escolar e Registro no MEC

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Orientador Escolar

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista
REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Coordenar ações que visam a integração entre o processo ensino aprendizagem e o meio social do educando, através de atividades que envolvam Escola, Família e Comunidade. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Observação dos alunos, orientando-os quando necessário;

- Acompanhamento do rendimento de alunos com dificuldades, inclusive os portadores de necessidades especiais;
- Entrevistas com pais e responsáveis e professores para aprofundamento de problemas levantados;
- Estabelecer estratégias de recuperação de alunos com menor rendimento;
- Participar da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projetos, planos, programas e outros, objetivando o atendimento e acompanhamento do aluno, nos aspectos a que se referem o processo ensino-aprendizagem;
- Participar do processo que envolve o planejamento, construção, execução e avaliação do Projeto político pedagógico;
- Participar junto com os professores da sistematização e divulgação das informações sobre o aluno, para conhecimento dos pais, e em conjunto discutir os possíveis encaminhamentos;
- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e demais especialistas, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino aprendizagem;
- Mediar conflitos disciplinares entre professores e alunos de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis;
- Buscar apoio junto a profissionais especializados possibilitando ao corpo docente atuar com portadores de necessidades especiais, visando o atendimento com qualidade;
- Aplicar advertências verbais e escritas quando necessário;
- Acompanhar o rendimento e a frequência dos alunos promovendo orientações ao mesmo e ao seu representante legal, encaminhando aos órgãos competentes os casos que se fizerem necessário;
- Propor a Direção a infra-estrutura necessária para a escola, a fim de atender alunos com necessidades especiais;
- Coordenação de reuniões pedagógicas de orientação educacional;
- Elaboração de parecer para especialistas da saúde e encaminhamento dos mesmos quando necessário;
- Elaboração e preenchimento de relatórios de atividades da área;
- Participar de reuniões e treinamentos;
- Elaborar, participar e coordenar projetos da área de atuação quando solicitado;
- Coordenar projetos em sua área de atuação;
- Elaborar relatórios ao conselho tutelar quando necessário;
- Desenvolver o trabalho de Orientação Escolar considerando a Ética Profissional;
- Realizar outras atividades correlatas com a função.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Graduação em pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional e Registro no MEC

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Psicopedagogo

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista
REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Dar entendimento individualizado e específico aos alunos encaminhados pelos orientadores educacionais, conforme dificuldade / deficiência de aprendizagem. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Trabalhar na área da educação, dando assistência aos profes-



sores e a outros profissionais da instituição escolar para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para prevenção dos problemas de aprendizagem;

- Mapear os casos de dificuldades de aprendizagem, elaborando diagnósticos e propondo intervenções a partir das situações identificadas;
- Planejar com a escola as intervenções que devem ser feitas nos casos identificados, organizando com os seus profissionais a adequação dos processos de ensinar e aprender;
- Orientar professores e equipes gestoras e famílias no processo na condução do processo de atendimento às crianças, jovens e adultos;
- Desenvolver procedimentos que promovam o sucesso da aprendizagem dos alunos, articulando-se numa relação interprofissional com a equipe multiprofissional da Diretoria de Educação, incluindo-se aí os especialistas, a supervisão e a área da oficina pedagógica;
- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e demais especialistas, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino aprendizagem;
- Desenvolver o trabalho de Psicopedagogia considerando a Ética Profissional;
- Realizar outras atividades correlatas com a função

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Graduação em pedagogia com pós graduação em Psicopedagogia e registro no MEC

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Supervisor Desportivo

CLASSE: Junior. Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar atividades esportivas, elaborando grade de horários, organizando eventos e coordenando equipe de professores, participando de programas e projetos. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Supervisionar os trabalhos dos professores de educação física orientá-los quanto as atividades que deverão ser aplicadas, bem como solucionando eventuais dificuldades;
- Avaliar o resultado de programas, aplicando métodos de aferição adequados aos tipos de atividades desenvolvidas, para verificar o grau de aproveitamento e desenvolvimento do público alvo;
- Visitar escolas, a fim de verificar o cumprimento das atividades propostas;
- Organizar equipes para representar o Município em competições oficiais que envolvam jogos escolares, através de técnicas de preparação e condicionamento físico e específico por modalidade, a fim de obter resultados de destaque no âmbito municipal, regional, estadual, nacional ou internacional;
- Orientar professores de educação física no que tange os objetivos de praticas esportivas, montando quadros de locais, a fim de detectar e formar novos atletas, bem como despertar nas crianças e nos jovens o gosto pelo esporte;
- Desenvolver o trabalho de Supervisor Esportivo considerando a Ética Profissional;
- Realizar outras atividades correlatas com a função.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Graduação em Educação Física e registro no conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Supervisor Escolar

CLASSE: Junior. Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Assessorar a direção e professores na construção da proposta pedagógica, exercer atividades de diagnóstico, acompanhamento e assessoramento do corpo docente. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Visita técnica a escolas e sala de aula observando as práticas pedagógicas;
- Elaboração e reprodução de material de apoio as aulas;
- Acompanhamento e conferencia dos diários de classe;
- Elaboração, desenvolvimento e acompanhamento das reuniões pedagógicas e de estudos;
- Supervisionar o cumprimento do calendário escolar e das aulas ministradas previstas no horário semanal;
- Atendimento aos professores a fim de aprimorar as práticas pedagógicas;
- Intervir com sua especificidade de mediador das condições necessárias á organização escolar, bem como seus desdobramentos para qualificação do processo ensino-aprendizagem, através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas, do horário escolar, lista de materiais, e de mais questões curriculares;
- Indicação de leitura de livros disponíveis na biblioteca do professor;
- Organização de arquivo disponível ao professor, com sugestões de atividades da área de conhecimento e faixa etária;
- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e demais especialistas, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino aprendizagem;
- Solicitação e distribuição de material pedagógico;
- Participação na elaboração do calendário escolar;
- Participação das reuniões de pais e professores;
- Participar do processo que envolve o planejamento, construção, execução e avaliação do Projeto político pedagógico;
- Elaboração e preenchimento de fichas, registros, pareceres e relatórios.
- Acompanhar e avaliar o plano de trabalho do professor, de acordo com a proposta pedagógica da escola;
- Elaborar, participar e coordenar projetos da área de atuação quando solicitado;
- Desenvolver o trabalho de Supervisão Escolar considerando a Ética Profissional;
- Realizar outras atividades correlatas com a função

FORMAÇÃO EXIDA PELO CARGO: Graduação em pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar e Registro no MEC.

ANEXO VII

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
CARREIRA EDUCADOR

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Magistério

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Monitor de Creche

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Educador



REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Contribuir com o bem estar da criança, propiciando um ambiente de respeito, carinho, atenção individual e coletiva, segurança e tranquilidade, auxiliando-a na execução de atividades pedagógicas e recreativas, estimulando a mesma em todas suas ações e movimentos, orientando, acompanhando e auxiliando na higiene, alimentação, repouso e bem estar.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar observação, registro, avaliação e planejamento de atividades pedagógicas próprias de cada faixa etária, em conjunto com professor e coordenador, bem como participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, visando o desenvolvimento da criança.

- Contribuir com o bem-estar da criança, propiciando um ambiente de respeito, carinho, atenção individual e coletiva, segurança, tranquilidade e aconchego durante o período de adaptação, bem como adequando e organizando o espaço para o período de descanso da criança, observando-a durante este período.

- Participar de capacitações de formação continuada, grupos de estudo, troca de experiências, reuniões, formações estabelecidas pelo calendário da escolar da instituição a que está vinculada, bem como de todas as atividades que visem à melhoria do processo educativo e a integração da instituição com a família e comunidade, aperfeiçoando-se constantemente.

- Respeitar as diferenças individuais e atuar junto às crianças nas diversas fases da Educação infantil, auxiliando no processo de desenvolvimento integral da criança nos aspectos afetivos, físicos, motores, intelectuais e psicológicos.

- Auxiliar a criança na execução de atividades pedagógicas e recreativas diárias, estimulando a mesma em todas suas ações e movimentos, bem como incentivando-a a engatinhar, sentar e andar e propiciando o direito de comer sozinha, promovendo sua autonomia.

- Orientar, acompanhar e auxiliar a higiene, alimentação, repouso e bem-estar das crianças, realizando os banhos e trocas de roupa quando necessário.

- Realizar procedimentos relacionados à saúde da criança, observando-a no que diz respeito à temperatura, medicando-a mediante receituário médico e prestando atendimento prévio em casos de acidentes, bem como avisar a direção e/ou responsáveis acerca destes casos.

- Auxiliar na construção de atitudes e valores significativos para o processo educativo das crianças, no processo de observação e registro das aprendizagens e desenvolvimento das crianças e na construção de material didático e brinquedos, garantindo que estes estejam sempre organizados e ao alcance da criança.

- Responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e instituição.

- Acompanhar, juntamente com as professoras e demais funcionários, as crianças em sala de aula, passeios e outros eventos programados pela Creche.

- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional, de acordo com demanda e conforme orientação de seu superior imediato.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando

e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO: Ensino Médio

ANEXO VIII

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
CARREIRA ESPECIALISTA SUPERIOR I

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Saúde

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Médico Clínico Geral

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior

CARREIRA: Especialista Superior I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar assistência médica, efetuando exames, emitindo diagnósticos, prescrevendo medicamentos, aplicando recursos de medicina preventiva, promovendo a saúde e o bem estar da comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Atender pacientes, levantando a história clínica, realizando exames físicos, requisitando exames complementares, se necessário, fornecendo orientações sobre o quadro clínico, tratamento, orientação de retorno e planejando o acompanhamento, se necessário, para recuperação e promoção de saúde dos munícipes.

- Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

- Promover ações em saúde que propiciem o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos vários níveis de atenção, emitindo pareceres, prescrevendo medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica.

- Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina.

- Realizar procedimentos de pequeno, médio e grande porte, de acordo com sua atribuição técnica.

- Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.

- Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais.

- Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.

- Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

- Preparar informes e documentos de assuntos em medicina, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

- Compor a Junta Médica, visando o cumprimento da legislação.

- Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação do caso.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação/especialização profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Graduação em Medicina e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Médico Pediatra

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar assistência médica pediátrica, emitindo diagnósticos, prescrevendo medicamentos, aplicando recursos de medicina preventiva, promovendo a saúde e o bem estar das crianças e adolescentes da comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Atender pacientes, levantando a história clínica, realizando exames físicos, requisitando exames complementares, se necessário, fornecendo orientações sobre o quadro clínico, tratamento, orientação de retorno e planejando o acompanhamento, se necessário, para recuperação e promoção de saúde dos munícipes.
- Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
- Promover ações em saúde que propiciem o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos vários níveis de atenção, emitindo pareceres, prescrevendo medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica.
- Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina.
- Realizar procedimentos de pequeno, médio e grande porte, de acordo com sua atribuição técnica.
- Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.
- Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais.
- Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.
- Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.
- Preparar informes e documentos de assuntos em medicina, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Compôr a Junta Médica, visando o cumprimento da legislação.
- Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação do caso.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação/especialização profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Graduação em Medicina e Especialização em Pediatria e registro no conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Médico Ginecologista/Obstetra

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior I

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar atendimento na área de ginecologia e obstetrícia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições, pertinentes ao cargo e à área.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Atender pacientes, levantando a história clínica, realizando exames físicos, requisitando exames complementares, se necessário, fornecendo orientações sobre o quadro clínico, tratamento, orientação de retorno e planejando o acompanhamento, se necessário, para recuperação e promoção de saúde dos munícipes.
- Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
- Promover ações em saúde que propiciem o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos vários níveis de atenção, emitindo pareceres, prescrevendo medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica.
- Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina.
- Realizar procedimentos de pequeno, médio e grande porte, de acordo com sua atribuição técnica.
- Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.
- Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais.
- Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.
- Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço.
- Preparar informes e documentos de assuntos em medicina, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Compôr a Junta Médica, visando o cumprimento da legislação.
- Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação do caso.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação/especialização profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Graduação em Medicina e Especialização em Ginecologia e registro no conselho.

ANEXO IX

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
CARREIRA ESPECIALISTA SUPERIOR

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Saúde

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Enfermeiro

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de Enfermagem, coordenar programas de educação visando à melhoria da saúde da população, contribuir para atendimento eficaz. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Enfermagem visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
- Identificar prontamente condições de risco do paciente, priorizando o atendimento, proporcionando a equipe ações no tempo terapêutico, propiciando a organização do processo de trabalho no espaço físico das Unidades de Saúde.
- Cumprir e incentivar a equipe de enfermagem a cumprir o protocolo de acolhimento com a classificação de risco.
- Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem, visando o cumprimento de padrões e normas preestabelecidos.
- Prestar consultas e cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica que exijam conhecimento científico adequado e capacidade de tomar decisões imediatas, bem como acompanhar a emissão de parecer sobre a matéria de Enfermagem.
- Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programa de Saúde Pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, bem como assistência de enfermagem.
- Participar nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, bem como de programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.
- Participar nas bancas examinadoras, em matérias específicas de Enfermagem, nos cursos para provimento do cargo ou contratação de Enfermeiro, ou profissional Técnico ou Auxiliar de Enfermagem.
- Promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados.
- Incentivar a formação e ou participação ativa da comunidade nos Conselhos Locais, Regionais e Municipal de Saúde.
- Contribuir para que as ações de saúde estejam em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e do plano Municipal de saúde.
- Possibilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde e vigilância, sempre que necessário, colaborando na elaboração, desenvolvimento e implementação de programas no seu campo de atuação.
- Participar nos processo de aquisição de medicamentos, mate-

riais, equipamentos, entre outros, necessários para assistência à saúde.

- Viabilizar a resolutividade dos tratamentos, acompanhando os usuários nos processos dos atendimentos elaborando documentos, prontuários e outros, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados.
- Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo ações intersetoriais e parcerias com empresas e organizações privadas ou públicas, jornais entre outros.
- Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Contribuir com conhecimentos de sua área técnica de formação para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para plena assistência à saúde, bem como participar dos procedimentos de vigilância sanitária à saúde e de vigilância epidemiológica para a população.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Farmacêutico

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Responder pela farmácia, controlar a dispensa de medicamentos fornecidos a população. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Farmácia visando atuar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
 - Auxiliar e/ou supervisionar a aquisição e armazenamento de medicamentos, seguindo padrões e normas preestabelecidos, controlando condições de estoque, visando manter o fluxo normal de distribuição de medicamentos aos usuários e/ou serviços, bem como sua qualidade.
 - Dispensar/distribuir medicamentos, consultando receituário e/ou prontuário do paciente, visando melhorar e/ou recuperar o estado de saúde dos mesmos.
 - Realizar procedimentos administrativos de controle, cadastro e atualização de medicamentos, pedidos, entre outros, a fim de gerar relatórios de utilização, permitindo o controle de uso e possibilitando calcular a quantidade necessária de medicamentos a serem comprados no próximo período, bem como atendendo aos dispositivos legais.
 - Prestar orientações a usuários e/ou outros profissionais, sobre medicamentos, modo de utilizar e processo de obtenção dos mesmos, permitindo que o usuário tenha acesso às informações pertinentes ao seu tratamento, visando melhorar e ampliar a adesão a este.
 - Informar aos profissionais prescritores quando um medicamento foi incluído ou excluído da lista de medicamentos fornecidos pela Secretaria de Saúde, visando promover que os usuários tenham acesso à medicação e que não ocorra à interrupção do tratamento.
 - Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde.
- Orientar os funcionários envolvidos com transporte, acondiciona-



mento, entrega, controle de validade, leitura de receituário, dosagens e outros, bem como população em geral, supervisionando e informando no correto manuseio, para evitar perdas e a utilização inadequada dos medicamentos.

- Controlar e acompanhar diretamente o atendimento a pacientes com tratamento de alto custo (diabetes, transplantados, hipertensão, etc), analisando receituário, laudo médico, posologia, controlando o fluxo, estoque e a entrega do medicamento a fim de somente fornecer o esmo conforme real necessidade, encaminhando novamente o paciente ao médico quando necessário.

- Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias.

- Preparar informes e documentos em assuntos de farmácia, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.

- Promover a educação em saúde, em seus segmentos, desenvolvendo estudos e pesquisas relacionados a sua área de atuação, através de reuniões - ordinárias, extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras e outros.

- Participar ativamente no processo de padronização de medicamentos e orientação à comissão de licitação sobre características técnicas dos mesmos, visando atender a necessidade da população e a qualidade dos medicamentos, dentro do orçamento previsto.

- Auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, em parceria com outros profissionais, buscando subsídios na bibliografia disponível, visando efetivar a formulação de uma política de Assistência Farmacêutica Municipal e a implantação de ações capazes de promover a melhoria das condições de assistência à saúde.

- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

- Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Farmácia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Fisioterapeuta

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar atendimento relativo à área de fisioterapia, promover a reabilitação física do paciente.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Contribuir com a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, coordenando e executando programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

- Buscar a habilitação e reabilitação física dos usuários, avaliando, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, através de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame da cinesia, elaborando o Diagnóstico Cinesiológico, verificando a funcionalidade e sinergismo das estruturas anatômicas envolvidas.

- Contribuir com a resolutividade dos tratamentos, traçando o plano de reabilitação, executando e acompanhando a evolução terapêutica, observando as aplicações e procedimentos realizados durante o processo de reabilitação, tais como reeducação pré e pós-parto, habilitação em oncologia, pós-cirúrgico, funções neuromúsculo-esqueléticas, sensorio-motoras, percepto-cognitivas, entre outros.

- Possibilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário.

- Orientar usuários bem como seus familiares, cuidadores e responsáveis, repassando informações sobre o diagnóstico e tratamento em Fisioterapia, esclarecendo dúvidas, explicando procedimentos, sempre que necessário.

- Ministrando testes e tratamentos ortópticos, bem como ainda prescrever órteses, próteses e adaptações.

- Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada.

- Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.

- Promover a educação em saúde em seus níveis de atenção, coletiva e individual, desenvolvendo estudos e pesquisas de prevenção e assistência relacionados com Fisioterapia e Saúde, através de campanhas, palestras, comissões, reuniões, ordinárias e extraordinárias, e outros.

- Contribuir com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.

- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

- Colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária, controlando periodicamente a qualidade e funcionalidade dos seus equipamentos e das condições sanitárias.

- Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos em Fisioterapia, atuando em escolas, ambulatórios, consultórios, hospitais e outros.

- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Fonoaudiólogo

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar atendimento na área de fonoaudiologia, acompanhado pacientes, executando trabalhos de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz audição.



DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais.
- Buscar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala, avaliando e identificando problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação, realizando os exames e treinamentos fonéticos, da linguagem, auditivo, de dicção, entre outros, estabelecendo o plano de treinamento ou terapêutico.
- Proporcionar a habilitação e reabilitação dos usuários portadores de deficiência auditiva, por meio da seleção e indicação de aparelhos de amplificação sonora e/ou próteses auditivas.
- Participar na viabilidade e resolatividade dos tratamentos, acompanhando seus pacientes no processo do desenvolvimento de linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição, bem como elaborando diagnósticos, pareceres, relatórios, documentos, prontuários e outros, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados.
- Realizar o acompanhamento terapêutico, através de visitas a pacientes em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário.
- Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e ou exames complementares, de outros profissionais de saúde, quando necessários.
- Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnicos-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço.
- Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação assessorando escolas, ambulatórios, unidades de saúde, hospitais e outros.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Fonoaudiologia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Odontólogo

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar serviços odontológicos, preventivos e curativos aos munícipes. Desenvolver programas de saúde bucal da comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;

- Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prestar atendimento dentário primário, removendo cáries, placas,, tártaros, realizando restaurações em amálgama e resina composta, exodontias - quando houver indicações, profilaxias e aplicação de flúor, fornecendo orientações sobre higiene bucal, para restabelecimento e prevenção da saúde bucal do paciente.
- Desenvolver e implantar programas de prevenção da saúde bucal, ministrando palestras em escolas para pais e alunos, quanto a escovação, bochecho, práticas de higiene e outros, realizando evidênciação de placa, aplicação de selantes e flúor, distribuindo escovas de dentes, visando uma melhora da saúde bucal da população no futuro.
- Realizar levantamentos estatísticos, quanto a atendimentos prestados, dentes cariados perdidos e obturados, tipos de atendimento, aceitação do serviço e outros, para um melhor conhecimento da atuação nos bairros e escolas, bem como para um melhor planejamento de ação na área de saúde bucal.
- Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento.
- Realizar atendimento especializado, em endodontia, radiologia, reabilitação de fissurados de lábio palatal, atendimento de excepcionais, próteses e ortodontia, participando de equipe multidisciplinar, a fim de promover o melhoramento do quadro em que se encontra o paciente.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em odontologia e Registro no Conselho

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Terapeuta Ocupacional

CLASSE: Júnior, Pleno e Sênior **CARREIRA:** Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar e desenvolver a reabilitação de pacientes portadores de deficiências físicas / e ou psíquicas, promovendo atividades com fins específicos, para ajudá-los na sua recuperação e integração social, atuar nos programas instituídos pelo município.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais.
- Promover a saúde e integração social dos usuários, através da avaliação das habilidades funcionais do indivíduo, elaborando, planejando e executando atividades terapêuticas, individuais e/ou grupais, que objetivem o desenvolvimento e reabilitação de usuários acometidos por algum distúrbio de ordem física e/ou psíquica.
- Estudar casos e contribuir na sua área de atuação, preventiva e corretivamente, participando de equipes multidisciplinares.
- Contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos, participando das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar.
- Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.
- Realizar o acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes do sistema público em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário, bem como promover adaptações estruturais nes-



tes ambientes.

- Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado referente à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde.
- Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, sempre que solicitado.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho

ANEXO X

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS CARREIRA AUXILIAR

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Saúde

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Agente de Vigilância Sanitária

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Auxiliar

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a fiscalização sanitária de produtos e de serviços, nos termos da legislação municipal específica; Emitir alvarás sanitários e pareceres acerca do funcionamento de estabelecimentos, disposição de produtos e da prestação de serviços específicos sujeitos a fiscalização sanitária.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar inspeções sanitárias e vistorias sanitárias nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios ou outro, relacionados direta ou indiretamente com a saúde, para concessão de alvará sanitário inicial, revalidação do alvará sanitário, selo de qualidade e/ou deferimento de consultas, inspecionando as condições físicas, higiênicas e sanitárias, visando garantir o cumprimento da Legislação municipal, estadual e federal.
- Fiscalizar os bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionam com a saúde, envolvendo todas as etapas e processos da produção até o consumo, compreendendo matérias-primas, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos e medicamentos, saneantes, domissanitários, produtos químicos, produtos agrícolas, produtos biológicos, drogas veterinárias, águas, bebidas, agrotóxicos, biocidas, sangue, hemoderivados, órgãos, correlatos, tecidos, leite humano, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos, insumos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, dentre outros de interesse à saúde, visando garantir o cumprimento da Legislação municipal, estadual e federal.
- Fiscalizar e orientar a prestação de serviços que se relacionem, direta ou indiretamente com a saúde, abrangendo, dentre outros, serviços médico-hospitalares, veterinários, odontológicos, farmacêuticos, clínico terapêuticos, diagnósticos, hemoterápicos, de radiações ionizantes, não ionizantes e de controle de vetores e roedores, visando garantir o cumprimento da Legislação municipal, estadual e federal.
- Fiscalizar e orientar atividades relacionadas ao meio ambiente, estabelecendo relações entre os vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente e o processo de trabalho como habitação, lazer e outros, sempre que impliquem riscos à saúde, como aplicação de agrotóxico, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar, visando garantir o cumprimento

da Legislação municipal, estadual e federal em nível de ações básicas e média complexidade.

- Apreender, interditar em depósito, inutilizar ou coletar produtos, conforme determinação no Ministério da Saúde ou da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, quando necessário.
- Garantir o cumprimento do código de saúde do município e suas normas técnicas especiais bem como a legislação sanitária federal, estadual e municipal, expedindo, quando necessário autos de intimação, infração, impondo penalidades, determinando providências por ato decorrente de lei, de regulamento ou de convênio, com o objetivo de prevenir e reprimir as ações ou omissões que comprometam a saúde pública.
- Participar de seminários, conferências, projetos, simpósios e reuniões sobre assuntos da sua área de ação promovidos pela comunidade e entidades interessadas, podendo inclusive proferir palestras atinentes à sua atividade.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio e Curso na área

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: Auxiliar de Saúde Bucal

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Auxiliar

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Auxiliar o odontólogo, realizar limpeza instrumental, esterilização e embalagem, agendamento de consultas e atendimento ao público; prestar cuidados de higiene e conforto ao ambiente e aos pacientes.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

Auxiliar o odontólogo nos atendimentos

- Preparar pacientes de modo a auxiliar o odontólogo e possibilitar uma maior agilidade no atendimento.
- Realizar a higienização instrumental conforme orientação do odontólogo
- Preparar, organizar, zelar pelo consultório odontológico
- Agendar consultas
- Atuar preventivamente junto à comunidade, através de palestras, orientações, aplicações tópicas de flúor, bochecho fluoretado, escovação e outros, para a conservação da saúde bucal da população.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino fundamental e registro no conselho

ANEXO XI

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS CARREIRA TÉCNICO

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Saúde

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Técnico em Enfermagem

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Técnico

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer atividades de nível médio, sob orientação e acompanhamento do enfermeiro, assistir o enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das



atividades de enfermagem, executar outras tarefas compatíveis com sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Orientar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais visando auxiliar na promoção da melhoria do atendimento e da qualidade de vida da população
- Prestar assistência sob orientação do médico ou enfermeiro, através de serviços técnicos de enfermagem, tratamentos, cuidados de conforto, higiene pessoal e outros, adaptando os pacientes ao ambiente hospitalar, bem como aos métodos terapêuticos aplicados a fim de proporcionar o bem-estar dos mesmos.
- Participar, planejar, orientar, supervisionar e executar programas, atividades, campanhas e outros, bem como motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios na população.
- Auxiliar os usuários nas questões de saúde, prestando serviços auxiliares de enfermagem, proporcionando-lhes alívio de dor, mal-estar e outros, de acordo com instruções recebidas, receitas médicas, orientando a população através de palestras, atendimentos individualizados e outros.
- Garantir pleno funcionamento da unidade de trabalho, bem como a qualidade e quantidade de medicamentos e material ambulatorial, controlando o estoque, solicitando reposição de material, realizando organização, manutenção, controle, limpeza, esterilização de materiais, equipamentos, ambientes e outros.
- Preparar informes, relatórios, registros, documentos e outros, sempre que solicitado a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Colaborar com a prevenção e controle sistemático de infecção ambulatorial, verificando periodicamente a qualidade e funcionalidade, zelando pela manutenção, limpeza e ordem do material, equipamento de trabalho e das dependências dos serviços de saúde.
- Auxiliar nas atividades de urgência e emergência em atendimentos especializados, sob supervisão de profissional habilitado em ações que requeiram maior complexidade.
- Garantir a promoção da saúde pública, auxiliando aos usuários, prestando informações sobre consultas, exames, medicamento e outros, bem como assistindo ao enfermeiro na execução de programas de educação em saúde.
- Realizar acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário.
- Garantir a correta execução das atividades, orientando, supervisionando e treinando o pessoal auxiliar.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio, Técnico em enfermagem e Registro no Conselho.

ANEXO XII

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS CARREIRA APOIO

DESCRIÇÃO DE CARGO

Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo - Saúde

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Motorista de Ambulância

CLASSE: I, II e III

CARREIRA: Apoio

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Transportar pacientes, zelando pela conservação do veículo, respeitando a legislação, normas e recomendações.

DESCRIÇÃO DETALHADA - Responsabilidades e Atribuições:

- Dirigir veículos de ambulância, zelando pela segurança de passageiros e pacientes, conduzindo-os até o local de destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer incidente.
- Colaborar com a equipe de enfermagem na colocação e retirada dos pacientes na ambulância;
- Cumprir a escala de trabalho;
- Auxiliar no embarque e desembarque de passageiros e pacientes, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário;
- Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo;
- Evitar acidentes, orientando o seu acondicionamento no veículo
- Preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente.
- Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.
- Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade.
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO: Ensino Fundamental - curso de primeiros socorros e CNH

Decreto Nº 26/2010

DECRETO Nº 26, de 24 de março de 2010.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1478, de 24 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$375.620,50 (Trezentos e setenta e cinco mil seiscientos e vinte reais e cinquenta centavos) , no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|----------------|
| 14.001.010.302.1021.2050 | Man. do Pronto Atendimento 24 Horas | 3390 | 03.02.00 | R\$ 300.000,00 |
| 14.001.010.302.1021.2050 | Man. do Pronto Atendimento 24 Horas | 3390 | 03.23.55 | R\$ 34.201.33 |



| | | | | | |
|--------------------------|----------------------------------|------|----------|-----|-----------|
| 14.001.010.301.1011.2083 | Man. do Fundo Municipal de Saúde | 4090 | 03.23.55 | R\$ | 41.419,17 |
|--------------------------|----------------------------------|------|----------|-----|-----------|

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício 2009.

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 123.267,32 (cento e vinte e três mil duzentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|------------|
| 14.001.010.302.1021.2050 | Man. do Pronto Atendimento 24 Horas | 3390 | 01.02.00 | R\$ | 123.267,32 |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|------------|

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|---|------|----------|-----|-----------|
| 14.001.010.302.1019.2048 | Repasse de Rec. para Manutenção do SAMU | 3350 | 01.02.00 | R\$ | 24.000,00 |
| 14.001.010.302.1022.1012 | Constr. e Reforma de Unidades de Saúde | 4490 | 01.02.00 | R\$ | 8.000,00 |
| 14.001.010.301.1011.2083 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 3190 | 01.02.00 | R\$ | 67.000,00 |
| 14.001.010.301.1011.2083 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 4490 | 01.23.55 | R\$ | 24.267,32 |

Art. 5º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|-----------|
| 14.001.010.302.1021.2050 | Man. do Pronto Atendimento 24 Horas | 3390 | 01.02.00 | R\$ | 48.000,00 |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|-----------|

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|------------------------------|------|----------|-----|-----------|
| 08.001.010.301.1011.2033 | Manutenção do Setor de Saúde | 3390 | 03.20.00 | R\$ | 48.000,00 |
|--------------------------|------------------------------|------|----------|-----|-----------|

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 27/2010

DECRETO Nº 27, de 24 de março de 2010

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR

ENXURRADAS."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 63 da Lei Orgânica do município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925 de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924 de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- As enxurradas ocorridas na noite do dia 23 de março de 2010 e madrugada do dia 24 de março de 2010, provocadas por chuvas intensas e concentradas, atingindo parte do município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;
- Como conseqüências deste desastre resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos anexo a este decreto.
- A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, agravado pela ocorrência de deslizamentos e alagamentos.

DECRETA:

ART. 1º - Fica declarada a existência de Situação Anormal provocada por desastre e caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo formulário de Avaliação de Danos (AVADAN) e pelo croqui da área afetada anexo a este decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação do COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente.

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar de propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações,



relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 28/2010

DECRETO Nº 028, de 26 de março de 2010

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DA COTA ÚNICA DOS TALÕES DE IPTU - 2010, e dá outras providências."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a manifestação de inúmeros contribuintes interessados em proceder ao pagamento à vista para gozar do desconto de 20 % (vinte por cento) ou 10%(dez por cento) ;

CONSIDERANDO que em razão da troca do banco arrecadador que resultou no atraso da configuração e emissão dos carnês e que não obstante os esforços da Prefeitura Municipal, muitos contribuintes não receberam os respectivos carnês em tempo hábil;

CONSIDERANDO a responsabilidade do município para que os contribuintes possam desenvolver suas atividades dentro da regularidade fiscal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado para o dia 30 de abril de 2010, o prazo para pagamento da cota única do IPTU e taxas anexas, com desconto de 20%(vinte por cento) incidente sobre o Imposto Predial e Territorial.

Parágrafo Único- Por consequência fica também prorrogado para o dia 31 de maio de 2010, o prazo para pagamento da cota única do IPTU e taxas anexas, com desconto de 10%(dez por cento) incidente sobre o Imposto Predial e Territorial.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação;

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 29/2010

DECRETO Nº. 029 de 01 de abril de 2010

"Dispõe sobre a exoneração do servidor José Verginio Amaral, do cargo de Diretor de Manutenção Predial".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

,ART. 1o. - Fica exonerado a pedido o servidor JOSÉ VERGINIO AMARAL, do cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, nomeado através do Decreto Nº 150/09 de 16 de outubro de 2009.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 30/2010

DECRETO Nº 030, de 05 de abril de 2010.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1479 de 05 de abril de 2010;

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|---|------|----------|-----|------------|
| 10.003.015.452.1033.2065 | Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 56.000,00 |
| 11.001.020.605.1036.2066 | Manutenção do Setor de Estratégias Rurais | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 100.000,00 |
| | | | | | |

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|---|------|----------|-----|------------|
| 11.001.026.782.1033.1016 | Constr. Ampl. de Estradas Munic. Rurais | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 150.000,00 |
| 12.001.018.451.1042.2077 | Arborização Urbana | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 12.001.018.451.1042.2078 | Repovoamento de Peixes do Rio Palmital | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 12.001.018.451.1042.2079 | Programa Pomares Caseiros | 3390 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| | | | | | |

Art. 3o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), no or-



çamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|---|------|----------|-----|------------|
| 12.001.015.451.1042.1026 | Implantação e Ampliação da Rede de Água | 3390 | 03.00.00 | R\$ | 50.000,00 |
| 12.001.015.452.1042.2075 | Coleta e Disp. Final do Lixo Domiciliar | 3390 | 03.00.00 | R\$ | 200.000,00 |

Art. 4º – A abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---|------|----------|-----|-----------|
| 12.001.015.451.1042.1026 | Implantação e Ampliação da Rede de Água | 3190 | 03.00.00 | R\$ | 50.000,00 |
|--------------------------|---|------|----------|-----|-----------|

Art. 5º Para a cobertura dos Créditos Adicionais dos Artigos 3º e 4º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício 2009.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 31/2010

DECRETO Nº 031, de 05 de abril de 2010.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1480 de 05 de abril de 2010:

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 149.700,01 (cento e quarenta e nove mil e setecentos reais e um centavo), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|----------------------------------|------|----------|-----|-----------|
| 07.001.010.306.1032.2027 | Merenda Escolar | 3390 | 03.15.51 | R\$ | 17.458,40 |
| 07.001.012.361.1028.2030 | Manutenção de Convênios Diversos | 3390 | 03.15.49 | R\$ | 10.571,27 |
| 07.001.012.361.1028.2030 | Manutenção de Convênios Diversos | 4490 | 03.15.49 | R\$ | 92.000,00 |
| 07.001.012.361.1028.2030 | Manutenção de Convênios Diversos | 3390 | 03.15.52 | R\$ | 2.497,80 |
| 07.001.012.361.1028.2030 | Manutenção de Convênios Diversos | 3390 | 03.22.55 | R\$ | 22.972,54 |
| 07.001.012.361.1028.2030 | Manutenção de Convênios Diversos | 3390 | 03.15.53 | R\$ | 4.200,00 |

Art. 2º - Para a cobertura dos Créditos Adicionais Suplementares do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 32/2010

DECRETO Nº. 032 de 08 de abril de 2010

"Dispõe sobre a nomeação do senhor José Vanderlei Aguiar, para o cargo comissionado de Diretor de Melhorias Rurais."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

,ART. 1º. - Fica nomeado o senhor JOSE VANDERLEI AGUIAR, inscrito no CI-RG 1.029.952-1 e CPF 469.122.159-04, para cargo comissionado de Diretor de Melhorias Rurais. - CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Estratégias Rurais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 33/2010

DECRETO No. 33 de 08 de abril de 2010

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1466/2009, de 24/12/2009.

DECRETA:

,Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--------------------------------------|------|----------|-----|----------|
| 10.003.006.181.1033.2063 | Man. de Convênios com A Seg. Pública | 4490 | 01.24.19 | R\$ | 2.000,00 |
|--------------------------|--------------------------------------|------|----------|-----|----------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--------------------------------------|------|----------|-----|----------|
| 10.003.006.181.1033.2063 | Man. de Convênios com a Seg. Pública | 3390 | 01.24.19 | R\$ | 2.000,00 |
|--------------------------|--------------------------------------|------|----------|-----|----------|

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 34/2010

DECRETO Nº. 034 de 13 de abril de 2010

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR MARCELO TAVARES, PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE JUVENTUDE."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09



DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

,ART. 1o. - Fica nomeado o senhor MARCELO TAVARES, inscrito no CI-RG 2/R 2.609.607 e CPF 720.510.949-34, para cargo comissionado de Diretor de Juventude - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 35/2010

DECRETO Nº 35, de 14 de abril de 2010

"Institui Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2010, e dá outras providências"

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, abrangendo as modalidades de Carta Convite, Tomada de Preços, Concorrência Pública e Pregão, para o exercício de 2010, composta pelos seguintes servidores:

Presidente e Pregoeiro: Ivandro Sérgio Lopes

Secretária: Silvana Ribeiro da Luz

Membros: - Alexandre Saad Benedet

Iolando de Assis

Silvana Mews

Representante da área de interesse.

Parágrafo único - Como representantes das áreas de interesse (Secretarias ou Fundos Municipais, tomadores do serviço ou compra a serem licitados), ficam indicados os seguintes servidores;

a) Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, Secretaria de Saneamento Ambiental e Fundo Municipal de Agricultura - Paulo Guataçara da Costa Lima.

b) Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde - Marli Volmer Kessler

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo da Infância e Adolescência - Adamastor Saad Benedet Junior.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 01, de 04 de janeiro de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 36/2010

DECRETO Nº. 036 de 19 de abril de 2010

"Dispõe sobre a nomeação do senhor Osvaldo Manoel Vieira, para o cargo comissionado de Diretora de Manutenção Predial."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

,ART. 1o. - Fica nomeado o senhor OSVALDO MANOEL VIEIRA, portador do RG nº 622.307 e CPF nº 233.220.399-00, para cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial - CC3, subordinado

do a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 37/2010

DECRETO Nº. 37 de 20 de Abril de 2010

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2009."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

,Art. 1o - Homologa o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital de Concurso Público nº 01/2009, publicado em 16/10/2009, cujos resultados da Prova Escrita foi publicado em 19/02/2010 e da Prova Prática em 13/04/2010, para provimentos dos quadros de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Garuva - SC.

Art. 2o - O prazo de validade do concurso público é de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - A convocação dos aprovados, dar-se-á na medida das necessidades da Administração Municipal, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - Departamento de Recursos Humanos

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225- email:pmgaruva@garuva.sc.gov.br

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro - Garuva/SC - CEP 89248-000

Decreto Nº 38/2010

DECRETO Nº 38, de 20 de abril de 2010

"CONCEDE INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS A EMPRESA FUNDINÁUTICA GARUVA COMERCIO E FUNDIÇÃO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei

Considerando a Lei Municipal 554/89 de 07 de dezembro de 1989;

Considerando os decretos municipais 299/04 de 29 de junho de 2004 e Decreto 100/2005 de 26 de outubro de 2005.

Considerando documentação e parecer 04/2010 lavrado em 14 de abril de 2.010 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, notório conhecedor deste pleito.

Considerando os investimentos já realizados pela Empresa Fundináutica Garuva na área de terra, objeto do presente incentivo Econômico.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à empresa FUNDINÁUTICA GARUVA COMERCIO E FUNDIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 06.522.508/0001-



36 e inscrição Estadual nº 254.800.297, incentivo econômico conforme previsão em Lei, a saber:

a) Doação de área de terra de 4800m²(quatro mil e oitocentos metros quadrados) localizada a Av. Paraná, 1900, na área Industrial Leste, a ser desmembrada da Matrícula 103.901, do registro de Imóveis de Joinville.

Parágrafo Único- Fica a cargo da FUNDINÁUTICA GARUVA COMERCIO E FUNDIÇÃO LTDA a transferência do Imóvel.

Art. 2º - A presente Doação, está condicionada ao cumprimento das obrigações legais determinadas na Lei 554/89 de 07 de dezembro de 1989.

Parágrafo Único- O Benefícios econômicos e fiscais, tem como marco inicial o Decreto 299/04 de 29 de junho de 2004.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada a alínea c do Art. 1º do Decreto 299/04 de 29 de junho de 2004.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 39/2010

DECRETO Nº 39, de 23 de abril de 2010.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1481, de 23 de abril de 2010;

DECRETA:

,Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---------------------------------------|------|----------|-----|------------|
| 06.001.022.661.1034.2025 | Manutenção do Setor de Des. Econômico | 3390 | 03.00.00 | R\$ | 100.000,00 |
|--------------------------|---------------------------------------|------|----------|-----|------------|

Art. 2º - Para a cobertura dos Créditos Adicionais Suplementares do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 40/2010

DECRETO No. 40 de 23 de abril de 2010

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1466/2009, de 24/12/2009.

DECRETA:

,Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|-----------|
| 14.001.010.302.1021.2050 | Man. do Pronto Atendimento 24 horas | 3390 | 01.02.00 | R\$ | 23.000,00 |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|-----------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|-----------|
| 14.001.010.302.1021.2050 | Man. do Pronto Atendimento 24 horas | 3190 | 01.02.00 | R\$ | 23.000,00 |
|--------------------------|-------------------------------------|------|----------|-----|-----------|

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 41/2010

DECRETO Nº 41, de 26 de abril de 2010

"Institui membros para Comissão do Conselho Municipal de Habitação, e dá outras providências"

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

,ART. 1º - A Comissão do Conselho Municipal de Habitação, nomeada através de eleição interna no dia 26 de março de 2010, ficará assim constituída, com mandato até o exercício de 2012.

- Presidente: Orides Bonadeu
- Vice-presidente: Luiz Antonio Oliveira
- Secretário: Paulo Afonso Pereira da Rocha

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 42/2010

DECRETO Nº. 042 de 06 de maio de 2010

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Jakson Cesar Hattenhauer, do cargo de Diretor de Contabilidade".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

,ART. 1º. - Fica exonerado a pedido o servidor JAKSON CESAR HATTENHAUER, do cargo comissionado de Diretor de Contabilidade - CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeado através do Decreto Nº 174/09 de 04 de novembro de 2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 43/2010

DECRETO Nº. 043 de 10 de maio de 2010

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Suelen Veiga dos Santos, para a função de Coordenadora do Programa "Ser Cidadão".



O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

,ART. 1o. - Fica nomeada a servidora SUELEN VEIGA DOS SANTOS, para a função de Coordenadora do Programa "Ser Cidadão", subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Conceda-se a servidora gratificação de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 24, da LC 044/09.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 44/2010

DECRETO Nº 44, de 10 de maio de 2010

"TRANSFERE O FERIADO DO DIA 24 DE JUNHO DE 2010, DEDICADO A SÃO JOÃO BATISTA, PADROEIRO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 79, inciso I, e;

Considerando a Lei Municipal Nº 211 de 12 de dezembro de 1979, que estabeleceu feriado o dia 24 de junho dedicado a São João Batista, padroeiro do Município;

Considerando que neste ano o feriado cairá numa quinta-feira;

Considerando que em função da participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2010 no dia 25/06/2010, o horário de expediente terá que ser remanejado para que todos possam assistir a partida, o que traria transtornos para as atividades administrativas internas prejudicando os munícipes;

Considerando os transtornos que as comemorações de feriados em meio de semana trazem aos serviços públicos e privados;

DECRETA:

,ART. 1º - A transferência para o dia 25 de junho de 2010, das comemorações do feriado do dia 24 de junho de 2010, dedicado a São João Batista, Padroeiro do Município.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 163/2010

PORTARIA Nº. 163, de 19 de Abril de 2010

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no edital nº. 006/2010.

Art. 2º. - Designar ISABELA ARAGÃO PEREIRA, EMMANUELLE VERVLOET REIS e MARLI VOLLMER KESSLER, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira expedir edital, homologar inscrições, aplicar provas, divulgar resultados, analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 228/2010

PORTARIA Nº 228, de 06 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário LUIZ MAURICIO DE PAULA CORDEIRO, inscrita no CI-RG 6.931.047-8 e CPF 027.597.389-14 na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 229/2010

PORTARIA Nº. 229 de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ROSANE RODRIGUES RIBEIRO PACHECO, PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 046/09 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1o. - Nomear a senhora ROSANE RODRIGUES RIBEIRO PACHECO, brasileira, casada, portadora do RG nº 3556621 e CPF nº 711.927.519-49, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Microárea 03, no Centro, cujas atribuições e responsabilidades constam dos anexos III e IV da Lei Complementar 046/2009.

Art. 2o - O padrão de vencimentos, de acordo com a referida Lei



Complementar, é o da referência A, de classe I, da Carreira de Suporte, no valor de R\$ 596,56 (quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos) mensais, para a carga horária de 220 horas/mês.

Art. 3o - A presente nomeação se dá em razão da classificação obtida pela referida nomeanda no Teste Seletivo Simplificado nº 015/2009, autorizado pela Portaria Municipal nº 322 de 11/11/2009, homologado em 17/12/2009.

Art. 4o - Esta Portaria entra em vigor em 17/05/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NÍVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 232/2010

PORTARIA Nº 232, de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, FABIANA WACHHOLZ ALVES, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 074/2010, de 03 de fevereiro de 2010.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 233/2010

PORTARIA Nº 233, de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARCIO ALVES DA LUZ, do cargo de Professor Nível I, admitido através da portaria nº. 088/2010, de 08 de fevereiro de 2010.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 234/2010

PORTARIA Nº 234, de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSANE PALANDI, do cargo de Professora Nível I, admitida através da portaria nº. 093/2010, de 03 de fevereiro de 2010.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 235/2010

PORTARIA Nº. 235, de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

Art. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 10 horas da servidora MICHELE FRANCINE MANSKE LEITE, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 236/2010

PORTARIA Nº. 236, de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional



interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

Art. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 10 horas do servidor HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 237/2010

PORTARIA Nº. 237, de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

Art. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 10 horas para 30 horas da servidora LUCINÉIA LEITHOLD, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 238/2010

PORTARIA Nº. 238, de 10 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

Art. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas da servidora VANUSA MARQUES WIELGOSZ, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 240/2010

PORTARIA Nº 240, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário CLARICE DA SILVA OLIVÉRIO, inscrita no CI-RG 1.260.993-5 e CPF 845.411.309-63 na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 241/2010

PORTARIA Nº 241, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo deter-



minado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário ODETE DANIEL DA SILVA, inscrita no CI-RG 2/R 2.510.805 e CPF 279.556.809-87 na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 242/2010

PORTARIA Nº 242, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário VERONICA JAGIELSKI VALIATTI, inscrita no CI-RG 2/R 927.015 e CPF 785.369.879-87 na função de Professor Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 243/2010

PORTARIA Nº 243, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário ANDREIA DIAS DA SILVA, inscrita no CI-RG 3.624.343 e CPF 046.237.919-12 na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 244/2010

PORTARIA Nº 244, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário SANDRA ZIETZ, inscrita no CI-RG 5.694.223 e CPF 069.530.399-65 na função de Professor Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 245/2010

PORTARIA Nº 245, de 11 de maio de 2010.



"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário PATRÍCIA LEITE, inscrita no CI-RG 5.277.568-2 e CPF 070.020.749-03 na função de Professor Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 246/2010

PORTARIA Nº 246, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário JAQUELINE PABST, inscrita no CI-RG 495.587-4 e CPF 005.201.329-47 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 247/2010

PORTARIA Nº 247, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA ROSIANE SANTOS, inscrita no CI-RG 4.285.990 e CPF 006.005.369-04 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 248/2010

PORTARIA Nº 248, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário SIRLEI LIMA BORGES DE LIMA, inscrita no CI-RG 4.504.274 e CPF 044.144.519-57 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 249/2010

PORTARIA Nº 249, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário JOSIANE EDNA PEREIRA, inscrita no CI-RG 2.515.502 e CPF 714.214.249-914 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 250/2010

PORTARIA Nº 250, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário SILMARA SOARES, inscrita no CI-RG 4.900.100-0 e CPF 043.712.369-36 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 252/2010

PORTARIA Nº. 252 de 14 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, ARIADNE DE BARROS FRANCO PENSKEY, portadora do RG 3.131.256 e CPF 947.861.789-34, do cargo de Professora Nível II, nomeada através da Portaria nº. 137/2010 de 19 de março de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 253/2010

PORTARIA Nº. 253, de 17 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 239/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 239/2010 DE 11/05/2010;

CONSIDERANDO, Portaria de Nomeação 239/2010 de 11 de Maio de 2010

CONSIDERANDO, o cumprimento dos termos constantes na Portaria 165/2010, pelo nomeado ensejando desta forma, estar apto a ser empossado.

RESOLVE:

Art. 1o. Fica empossada no cargo de Professora Nível II - Educação Infantil, a servidora Ariadne de Barros Franco Pensky, CPF nº 315.609.009-30, RG nº 3.131.256, com lotação destinada à Creche Municipal João de Deus, por 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A partir de 18/05 do corrente a servidora nomeada, deverá comparecer em seu local de trabalho, para início de suas atividades funcionais, bem como nesta data inicia-se o marco para contagem do tempo para o estágio probatório, conforme preceitua a Lei Complementar 45 de 15 de Outubro de 2009.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira de Professor, Classe II, Referência "A"..

Art. 3o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 4o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 254/2010

PORTARIA Nº. 254, de 17 de maio de 2010.



"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 165/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 165/2010 DE 26/04/2010;

CONSIDERANDO, Portaria de Nomeação 165/2010 de 26 de abril de 2010

CONSIDERANDO, o cumprimento dos termos constantes na Portaria 165/2010, pelo nomeado ensejando desta forma, estar apto a ser empossado.

RESOLVE:

Art. 1o. Fica empossado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o servidor Francimar Rafael Padilha, CPF nº 064.864.739-08, RG nº 4.426.581-6, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Art. 2º - A partir de 18/05 do corrente o servidor nomeado, deverá comparecer em seu local de trabalho, para início de suas atividades funcionais, bem como nesta data inicia-se o marco para contagem do tempo para o estágio probatório, conforme preceitua a Lei Complementar 45 de 15 de Outubro de 2009.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base salarial o início da carreira Operacional I, Classe I, Referencia "A"..

Art. 3o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 4o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 255/2010

PORTARIA Nº. 255, de 17 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 165/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 165/2010 DE 26/04/2010;

CONSIDERANDO, Portaria de Nomeação 165/2010 de 26 de abril de 2010

CONSIDERANDO, o cumprimento dos termos constantes na Portaria 165/2010, pelo nomeado ensejando desta forma, estar apto a ser empossado.

RESOLVE:

Art. 1o. Fica empossado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o servidor Luiz Fernando Padilha, CPF nº 062.855.199-19, RG nº 5.515.414-0, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Art. 2º - A partir de 18/05 do corrente o servidor nomeado, deverá comparecer em seu local de trabalho, para início de suas atividades funcionais, bem como nesta data inicia-se o marco para contagem do tempo para o estágio probatório, conforme preceitua a Lei Complementar 45 de 15 de Outubro de 2009.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base

salarial o início da carreira Operacional I, Classe I, Referencia "A"..

Art. 3o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 4o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 256/2010

PORTARIA Nº. 256, de 17 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 165/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 165/2010 DE 26/04/2010;

CONSIDERANDO, Portaria de Nomeação 165/2010 de 26 de abril de 2010

CONSIDERANDO, o cumprimento dos termos constantes na Portaria 165/2010, pelo nomeado ensejando desta forma, estar apto a ser empossado.

RESOLVE:

Art. 1o. Fica empossada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a servidora Rosana Lemos, CPF nº 622.036.229-20, RG nº 2.056.221-7, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Art. 2º - A partir de 18/05 do corrente a servidora nomeada, deverá comparecer em seu local de trabalho, para início de suas atividades funcionais, bem como nesta data inicia-se o marco para contagem do tempo para o estágio probatório, conforme preceitua a Lei Complementar 45 de 15 de Outubro de 2009.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Operacional I, Classe I, Referencia "A"..

Art. 3o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 4o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 257/2010

PORTARIA Nº. 257 de 17 de maio 2010

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DO SENHOR ALTAIR LUBAWSKI DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, encerramento de mandato.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, ALTAIR LUBAWSKI, portador de RG nº.



154806-8 e CPF nº. 625.668.229-72, da função de CONSELHEIRO TUTELAR, nomeado em 17 de maio de 2007, através da Portaria 185/07.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 258/2010

PORTARIA Nº. 258 de 17 de maio 2010

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DO SENHOR LAÉRCIO SILVA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, encerramento de mandato.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, LAÉRCIO SILVA, portador de RG nº. 2/C 1.546.078 e CPF nº. 506.680.569-91, da função de CONSELHEIRO TUTELAR, nomeado em 17 de maio de 2007, através da Portaria 189/07.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 259/2010

PORTARIA Nº. 259 de 17 de maio 2010

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DO SENHOR DIVANILDO TOBLER FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, encerramento de mandato.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, DIVANILDO TOBLER, portador de RG nº. 2.055.145-2 e CPF nº. 728.141.609-15, da função de CONSELHEIRO TUTELAR, nomeado em 17 de maio de 2007, através da Portaria 188/07.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 260/2010

PORTARIA Nº. 260 de 17 de maio 2010

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, CONFORME APOSENTADORIA, DO SERVIDOR SIGFRIEDO NAGEL DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, por motivo de aposentadoria, o servidor SIGFRIEDO NAGEL, portadora de RG nº. 2/R 301.211 e CPF nº. 019.228.749,49, do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, nomeado em 10 de julho de 1986, através do Livro nº 11, folha 509.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ALESSANDRO BRZOZOWSKI

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº 261/2010

PORTARIA Nº 261, de 17 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário LUCIA AMORIM, inscrita no CI-RG 2/C 718.641 e CPF 920.885.119-20, na função de Pedagoga, por 40 horas semanais, junto ao Programa Sentinela, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENÉLCIO BRUNETTO

Secretário M. Desenv. Social e Habitação

Portaria Nº 262/2010

PORTARIA Nº 262, de 17 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROSANGELA WITT FARIAS, do cargo de odontóloga, admitida através da portaria nº. 154/2008, de 07 de maio de 2008.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NÍVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 263/2010

PORTARIA Nº. 263 de 17 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR MÁRCIO ALVES DA LUZ, PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, triênio 2010-2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 07/05/2010, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1o. - Nomear, o senhor MÁRCIO ALVES DA LUZ, brasileiro, casado, portador do RG nº 4.295.565-3 e CPF nº 048.676.919-41, para a função de CONSELHEIRO TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

Art. 2o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 264/2010

PORTARIA Nº. 264 de 17 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA LUCIANA ROMANZINI PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, triênio 2010-2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 07/05/2010, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1o. - Nomear, a senhora LUCIANA ROMANZINI, brasileira, separada judicialmente, portadora do RG nº 2.194.493 e CPF nº 647.045.569-72, para a função de CONSELHEIRA TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

Art. 2o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 265/2010

PORTARIA Nº. 265 de 17 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA GESIANE SANTOS SILVEIRA, PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, triênio 2010-2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 07/05/2010, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1o. - Nomear, a senhora GESIANE SANTOS SILVEIRA BUDAL, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.358.305 e CPF nº 963.774.889-04, para a função de CONSELHEIRA TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

Art. 2o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 266/2010

PORTARIA Nº. 266 de 17 de maio 2010

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DO SENHOR ERNANI GOMES GUIMARÃES FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, encerramento de mandato.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, ERNANI GOMES GUIMARÃES, portador de RG nº. 1.000.593 e CPF nº. 381.824.679-34, da função de CONSELHEIRO TUTELAR, nomeado em 17 de maio de 2007, através da Portaria 187/07.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 267/2010

PORTARIA Nº. 267 de 17 de maio 2010

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DA SENHORA ESTELA JUÇARA LUTKE FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, encerramento de mandato.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, ESTELA JUÇARA LUTKE, portadora de RG nº.



2/R 2.847.310 e CPF nº. 811.987.449-87, da função de CONSELHEIRA TUTELAR, nomeada em 17 de maio de 2007, através da Portaria 186/07.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 268/2010

PORTARIA Nº. 268 de 17 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR ERNANI GOMES GUIMARÃES, PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, triênio 2010-2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 07/05/2010, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1o. - Nomear, o senhor ERNANI GOMES GUIMARÃES, portador de RG nº. 1.000.593 e CPF nº. 381.824.679-34, para a função de CONSELHEIRO TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

Art. 2o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 269/2010

PORTARIA Nº. 269 de 17 de maio de 2010

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ESTELA JUÇARA LUTKE, PARA A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 1322/2007 DE 26 DE ABRIL DE 2007.

CONSIDERANDO, a realização do processo Eleitoral, triênio 2010-2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO, Ata do dia 07/05/2010, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que homologa a eleição do Conselheiro Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1o. - Nomear, a senhora ESTELA JUÇARA LUTKE, portadora de RG nº. 2/R 2.847.310 e CPF nº. 811.987.449-87, para a função de CONSELHEIRA TUTELAR, percebendo vencimento conforme Lei Municipal 1322/2007, de 26/04/2007.

Art. 2o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 270/2010

PORTARIA Nº 270, de 17 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário TATIANE APARECIDA ALVES, inscrita no CI-RG 4.648.818-9 e CPF 062.023.529-22 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 271/2010

PORTARIA Nº 271, de 17 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário LUCILEIDE DE FÁTIMA BUENO FELDHAUS, inscrita no CI-RG 6.091.547 e CPF 028.059.689-80, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor no dia 18/05/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 272/2010

PORTARIA Nº. 272 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, SILMARA DE FARIAS, portadora do RG 2.765.114-2 e CPF 777.725.209-72, do cargo de Técnica de Enfermagem, nomeada através da Portaria nº. 223/2009 de 23 de Julho de 2009..

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 273/2010

PORTARIA Nº. 273 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, o servidor, MARCUS VINICIUS JOSINO, portador do RG 2/C 3.259.808 e CPF 005.381.419-30, do cargo de Médico Pediatra, nomeado através da Portaria nº. 246/2009 de 11 de agosto de 2009.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 274/2010

PORTARIA Nº. 274 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, ROSE DAIANE LIMA ME-NEZES, portadora do RG 4.900.099 e CPF 050.826.039-65, do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, nomeada através da Portaria nº. 044/2010 de 01 de Fevereiro de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 275/2010

PORTARIA Nº. 275 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, RAQUEL RÖDER LIMA, portadora do RG 3.873.935 e CPF 035.519.559-30, do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, nomeada através da Portaria nº. 219/2009 de 21 de Julho de 2009.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 276/2010

PORTARIA Nº. 276 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, ROSICLEIA LEMOS, portadora do RG 3.790.087-0 e CPF 028.511.419-02, do cargo de Técnica de Enfermagem, nomeada através da Portaria nº. 241/2009 de 07 de agosto de 2009.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 277/2010

PORTARIA Nº. 277 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, JOSELEI MACIEL DE LIMA, portadora do RG 4.251.009-0 e CPF 040.380.019-62, do cargo de Técnica de Enfermagem, nomeada através da Portaria nº. 242/2009 de 07 de Agosto de 2009.



Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 278/2010

PORTARIA Nº. 278 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, GISELE CAROLINE LEANDRO, portadora do RG 4.295.739-7 e CPF 007.564.299-94, do cargo de Técnica de Enfermagem, nomeada através da Portaria nº. 170/2009 de 30 de Junho de 2009.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 279/2010

PORTARIA Nº. 279 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, NOELI DA SILVA LIMA, portadora do RG 2.511.011-0 e CPF 705.324.949-20, do cargo de Técnica de Enfermagem, nomeada através da Portaria nº. 303/2009 de 10 de Outubro de 2009.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 280/2010

PORTARIA Nº. 280 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, MORGANA SONZA ABITANTE, portadora do RG 6.477.436 e CPF 987.991.850-91, do cargo de Médico Clínico Geral, nomeada através da Portaria nº. 221/2009 de 21 de Julho de 2009.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 281/2010

PORTARIA Nº. 281 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, o servidor, EDEVANIO FRACISCONE ARCENO, portador do RG 2.022.556-3 e CPF 692.822.509-20, do cargo de Professor Nível I, nomeado através da Portaria nº. 068/2010 de 08 de fevereiro de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 282/2010

PORTARIA Nº. 282 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, o servidor, PAULO RICARDO SCHLOGL, portador do RG 4.229.773-7 e CPF 052.966.399-60, do cargo de Professor Nível II, nomeado através da Portaria nº. 070/2010 de 03 de fevereiro de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 283/2010

PORTARIA Nº. 283 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".



O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, ANDREIA DIAS DA SILVA, portadora do RG 2/C 3.624.343 e CPF 046.237.919-12, do cargo de Professor Nível II, nomeada através da Portaria nº. 243/2010 de 11 de maio de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 284/2010

PORTARIA Nº. 284 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, ANA CLAUDIA CAETANO, portadora do RG 2/R 2.844.083 e CPF 800.229.879-91, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada através da Portaria nº. 108/2010 de 11 de fevereiro de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 285/2010

PORTARIA Nº. 285 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora, IVONETE DO NASCIMENTO, portadora do RG 4.136.507 e CPF 621.394.010-34, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada através da Portaria nº. 102/2010 de 18 de março de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

GENÉLCIO BRUNETTO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Portaria Nº 286/2010

PORTARIA Nº. 286 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, o servidor, CRISTIANO CHAVES, portador do RG 3.840.527 e CPF 025.019.479-16, do cargo de Operador de Máquina, nomeado através da Portaria nº. 170/2008 de 16 de junho de 2008.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

PAULO ANTONIO CALLEGARI

Secretário Municipal de Estratégias Rurais

Portaria Nº 287/2010

PORTARIA Nº. 287 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, o servidor, RENILDO DE OLIVEIRA JUNIOR, portador do RG 6.844.057-2 e CPF 031.507.139-78, do cargo de Motorista de Veículos Leves, nomeado através da Portaria nº. 127/2010 de 01 de março de 2010.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

KLAUS LENNERTZ FILHO

Secretário Municipal de Infraestrutura

Portaria Nº 288/2010

PORTARIA Nº. 288 de 25 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, o servidor, ANTONIO JESUS VIANA DE PINHO JUNIOR, portador do RG 6056727311 e CPF 000.544.830-18, do cargo de Médico Clínico Geral, nomeado através da Portaria nº. 056/2009 de 10 de fevereiro de 2009.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal



NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria N° 289/2010

PORTARIA N°. 289, de 31 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 165/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 165/2010 DE 26/04/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Agente Administrativo, a servidora Silke Gehrmann, CPF nº 059.625.149-12, RG nº 4.353.437-6, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Administrativo I, Classe I, Referencia "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de junho de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 290/2010

PORTARIA N°. 290, de 31 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 165/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 165/2010 DE 26/04/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Técnica de Enfermagem, a empregada pública Joselei Maciel de Lima, CPF nº 040.380.019-62, RG nº 4.251.009-0, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na Estratégia de Saúde da Família - ESF, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A empregada acima empossada terá como base salarial o início da carreira de Técnico I, Classe I, Referencia "A".

Art. 2o. A empregada ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos LC 46/09 e CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos empregados públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de junho de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 291/2010

PORTARIA N°. 291, de 31 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 165/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 165/2010 DE 26/04/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Enfermeira, a empregada pública Marta Regina da Silva Perrut da Rosa, CPF nº 074.111.877-71, RG nº 5.856.752, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na Estratégia de Saúde da Família - ESF, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A empregada acima empossada terá como base salarial o início da carreira de Especialista Superior, Classe I, Referencia "A".

Art. 2o. A empregada ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos LC 46/09 e CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos empregados públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de junho de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 292/2010

PORTARIA N°. 292, de 31 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 165/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 165/2010 DE 26/04/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Médica Clínico Geral, a empregada pública Morgana Sonza Abitante, CPF nº 987.991.850-91, RG nº 7069490725, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na Estratégia de Saúde da Família - ESF, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A empregada acima empossada terá como base salarial o início da carreira de Especialista Superior I, Classe I, Referencia "A".

Art. 2o. A empregada ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos LC 46/09 e CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos empregados públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de junho de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 60/2010

PORTARIA N°. 060, de 3 de fevereiro de 2010.



"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 005/2010;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 SEÇÃO IV ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, pelo período de 01 (um) ano a contar da data de 03 de Fevereiro de 2010, a servidora pública municipal MICHELE DOS SANTOS LICETTI ALVES, ocupante do cargo de Professora Nível III.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº251/2010

PORTARIA Nº 251, de 11 de maio de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário LUCINÉIA APARECIDA TABORDA DE LIMA, inscrita no CI-RG 5.372.007-2 e CPF 775.041.519-04 na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Tomada de Preço P/ Serviços PMG nº 020/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO PARA SERVIÇOS PMG Nº 020/2010

A Prefeitura Municipal de Garuva, comunica que a data de Abertura dos envelopes das propostas referente ao Processo Licitatório acima, fica marcada para o dia 06/07/2010 às 09:00 horas.

Garuva, 01 de Julho 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.967 de 24 de Junho de 2010.

DECRETO Nº 3.967 DE 24 DE JUNHO DE 2010.

NOMEIA JADISON ALEXSANDER FERNANDES PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 1º de julho de 2010, JADISON ALEXSANDER FERNANDES, portador do CPF nº 775.866.209-97 e da CI nº 3.612.032, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo - Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 3.966-A de 23 de Junho de 2010.

DECRETO Nº. 3.966-A DE 23 DE JUNHO DE 2010.

PRORROGA O DECRETO Nº 3.855, DE 25 DE MARÇO DE 2010, QUE DECLAROU COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei orgânica do município, e com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666 e suas modificações, no Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida nos dias 22, 23 e 24 de março de 2010, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1o Fica prorrogado o Decreto nº 3.855, de 25 de março de 2010, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.



Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Gaspar, 23 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 3.970 de 25 de Junho de 2010.

DECRETO Nº. 3.970 DE 25 DE JUNHO DE 2010.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a servidora Maria de Lurdes Ramos Pisetta, pelo servidor Michel Marcelo Longo, para integrar a Comissão Permanente de Licitação, por um período de 15 dias.

Parágrafo único. Após o prazo especificado no caput deste artigo, a servidora Maria de Lurdes Ramos Pisetta retorna às suas atividades junto à referida Comissão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR

Resumo Ata de Registro de Preços nº 12 do Pregão Presencial nº 25/2010 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2010

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de 2010, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 25/2010, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 17/06/2010, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando o fornecimento de combustíveis para os veículos do SAMAE, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 25/2010. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

| Itens: | Unidade de medida: Descrição dos itens: | Quantidade registrada: | Valor unitário registrado: | Valor total regis- trado: |
|--------|--|---------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| 1 | lt GASOLINA COMUM | 25.000 | R\$ 2,63 | R\$ 65.750,00 |
| 2 | lt DIESEL COMUM | 35.000 | R\$ 1,99 | R\$ 69.650,00 |
| 3 | lt ÁLCOOL | 10.000 | R\$ 1,88 | R\$ 18.800,00 |

Valor total registrado do Licitante: R\$ 154.200,00

Valor total registrado da Licitação: R\$ 154.200,00

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

ENTREGA: Os combustíveis deverão ser fornecidos parceladamente, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. Após efetuada sua solicitação, os combustíveis licitados deverão ser fornecidos diariamente, com a revenda do contratado devendo ser em um raio máximo de 03 (três) km da sede do SAMAE, atendendo em horário comercial (de segunda a segunda), inclusive feriados; nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos combustíveis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 21 de junho de 2010.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS - Pregoeira

VANESSA FERNANDA SCHMITT - Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 3.714.2010

Lei nº 3.714, de 30 de junho de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.



Art. 2º Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de (devolução integral em espécie; devolução percentual em espécie; em produto para instituições municipais; em óleo diesel, após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, piscicultores, localizados no Município de Imbituba.

Art. 5º Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 6º Cada produtor terá direito a trinta, horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques, sendo que, este número de horas poderá ter um acréscimo de vinte cinco por cento mediante avaliação técnica in loco.

Art. 7º Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.

§1º Os valores estipulados no artigo 7º poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

§ 2º O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.

Art. 8º Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo único. O comitê gestor municipal será criado por Lei Municipal.

Art. 9º Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo único. O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 10. Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 88.2010

DECRETO PMI 88, de 01 de junho de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--|--------------------|-----------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA | | |
| SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR/SUL | | |
| Manutenção da SDR/SUL | | |
| 04.122.0007-2.042 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0047) | Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| GABINETE DO PREFEITO | | |
| Manutenção do Gabinete do Prefeito | | |
| 04.122.0002-2.002 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0105) | Aplicações Diretas | 30.000,00 |
| CONTROLADORIA E GERAL E PLANEJAMENTO | | |
| Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento | | |
| 04.124.0003-2.040 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0055) | Aplicações Diretas | 5.000,00 |
| Total | | 45.000,00 |

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

| | | |
|--|--------------------|-----------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA | | |
| SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR/SUL | | |
| Manutenção da SDR/SUL | | |
| 04.122.0007-2.042 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0046) | Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| GABINETE DO PREFEITO | | |
| Manutenção do Gabinete do Prefeito | | |
| 04.122.0002-2.002 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0104) | Aplicações Diretas | 30.000,00 |
| CONTROLADORIA E GERAL E PLANEJAMENTO | | |
| Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento | | |
| 04.124.0003-2.040 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0070) | Aplicações Diretas | 5.000,00 |
| Total | | 45.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de junho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 89.2010

DECRETO PMI 89, de 01 de junho de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.008.000,00 (um milhão e oito mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--|--------------------|------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA | | |
| PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | |
| Manutenção da Procuradoria Geral | | |
| 02.062.0005-2.039 | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0059) | Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR/SUL | | |
| Manutenção da SDR/SUL | | |
| 04.122.0007-2.042 | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0048) | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | | |
| Pavimentação de Vias Públicas | | |
| 15.451.0007-1.010 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0072) | Aplicações Diretas | 400.000,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA | | |
| Apoio Administrativo da SEAGP | | |
| 04.122.0003-2.003 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0092) | Aplicações Diretas | 23.000,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE | | |
| Departamento de Esportes | | |
| Manutenção do Departamento de Esportes | | |
| 27.122.0010-2.088 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0122) | Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| Manutenção do Ensino Fundamental | | |
| 12.361.0009-2.006 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0080) | Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0081) | Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares | | |
| 12.361.0009-1.005 | | |

| | | |
|--|--------------------|--------------|
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0108) | Aplicações Diretas | 165.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| Atendimento a Famílias em situação de Vulnerabilidade Social | | |
| 08.244.0013-2.070 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0010) | Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA | | |
| Apoio Administrativo ao FMS | | |
| 10.301.0014-2.063 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0106 (0030) | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| Total | | 1.008.000,00 |

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de junho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 90.2010

DECRETO PMI 90, de 01 de junho de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

| | | |
|-----------------------------------|--------------------|------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA | | |
| Pavimentação de Vias Públicas | | |
| 15.451.0007-1.010 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0138 (0163) | Aplicações Diretas | 200.000,00 |
| Total | | 200.000,00 |

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de operação de crédito firmado entre o BADESC e o município de Imbituba.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de junho de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS



Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 95.2010

DECRETO PMI 95, de 17 de junho de 2010.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais), para novo item orçamentário, como segue:

| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA | | |
|--------------------------------------|--------------------|-----------|
| Manutenção do CEO | | |
| 10.302.0014-2.060 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0187 (0048) | Aplicações Diretas | 39.600,00 |
| Total | | 39.600,00 |

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação no exercício de 2010 dos recursos estaduais do CEO (Centro de Especialidades Odontológicas).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de junho de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 96.2010

DECRETO PMI 96, de 17 de junho de 2010.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.502,10 (dezoito mil e quinhentos e dois reais e dez centavos), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA

| Manutenção do CEO | | |
|-----------------------------------|--------------------|-----------|
| 10.302.0014-2.060 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0189 (0049) | Aplicações Diretas | 18.502,10 |
| Total | | 18.502,10 |

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro referente ao exercício de 2009 dos recursos estaduais do CEO (Centro de Especialidades Odontológicas).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de junho de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa 35/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 124/2010

DISPENSA Nº 35/2010

Objeto: Locação de 01 (um) caminhão 15,00 m³, para conservação de estradas vicinais do Município de Imbituba, por 26 dias, tempo este que fica pronto o caminhão desta SEINFRA.

Valor Total: R\$ 15.600,00

Empresa: Vila Nova Com. de Mat. De Construção.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 02 de julho de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Torna-se Sem Efeito Dispensa 35/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que torna-se sem efeito a Publicação do Extrato de Dispensa nº 35/2010(PMI) publicado no Diário Oficial Do Município, edição do dia 14/06/2010.

Imbituba, 02 de julho de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 740/10, de 28 de Junho de 2010.

LEI Nº 740/10, DE 28 DE JUNHO DE 2010.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (CMMA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antoninho Tibúrcio Gonçalves, Prefeito Municipal de Monte Carlo,



Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Monte Carlo (CMMA), órgão deliberativo, normativo e consultivo, nos assuntos referentes à proteção e à preservação ambiental, no âmbito do Município de Monte Carlo.

§ Único: O Conselho de que trata este artigo compõe o Poder Executivo Municipal, vinculado ao órgão responsável pela gestão ambiental no Município de Monte Carlo.

Art. 2º - São competências do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA):

I - propor, no âmbito de sua competência legal, as diretrizes da Política Ambiental do município de Monte Carlo e observar seu cumprimento;

II - colaborar com ações e processos que promovam a Educação Ambiental no município de Monte Carlo;

III - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;

IV - propor a criação de normas legais relacionados ao meio ambiente, bem como a adequação e regulamentação das mesmas;

V - compatibilizar a Política Ambiental Nacional e Estadual com a Política Ambiental local;

VI - opinar sobre aspectos ambientais de Políticas Estaduais ou Federais que tenham impactos sobre o Município;

VII - receber e apurar denúncias feitas pela população sobre a degradação ambiental, sugerindo à administração municipal e aos órgãos competentes as providências necessárias;

VIII - propor diretrizes aos estudos do Plano Diretor do Município sob a ótica ambiental;

IX - propor e observar a preservação dos recursos naturais e ecossistemas no município;

X - promover a participação comunitária por meio da realização e coordenação de audiências públicas, quando regularmente solicitadas, visando garantir a participação da comunidade nas decisões sobre a instalação de atividades que potencialmente causem impactos ambientais;

XI - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais;

XII - solicitar à comunidade técnico-científica o suporte complementar das ações executivas do Município na área ambiental;

XIII - informar à comunidade e aos órgãos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação, propondo medidas para a sua recuperação;

XIV - decidir sobre a utilização dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente na gestão de projetos ambientais;

XV - formular e aprovar o seu regimento interno.

Art. 3º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente será composto dos seguintes membros, indicados pelos respectivos órgãos ou entidades de origem e nomeados por ato do Prefeito Municipal:

I - um representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - um representante da Secretaria Municipal da Saúde;

III - um representante da Secretaria Municipal da Agricultura;

IV - um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto;

V - um representante da Secretaria Municipal da Infraestrutura;

VI - um representante da Secretaria Municipal do Bem Estar Social;

VII - um representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

VIII - um representante da Câmara Municipal de Vereadores;

IX - um representante de Associação de Pais e Professores devidamente constituída e registrada;

X - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Monte

Carlo.

§ 1º Os representantes dos órgãos oficiais do Município serão indicados pelos respectivos Secretários Municipais.

§ 2º Juntamente com representantes de cada órgão ou entidade devem ser indicados os respectivos suplentes.

§ 3º As funções de membros do conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas atividades de relevante serviço à comunidade.

§ 4º As funções de membro do conselho serão exercidas pelo prazo de dois anos e deverão ser homologados e nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo permitida, por uma única vez, sua recondução.

§ 5º Os órgãos oficiais e entidades representantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente, poderão, em qualquer época, solicitar à diretoria do conselho a substituição de seus representantes.

Art. 4º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente terá um (1) Presidente, um (1) Vice-Presidente e um (1) Secretário Executivo, os quais serão eleitos dentre seus membros, pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 5º - Os membros referidos no artigo 3º, quando em viagem a serviço do Conselho perceberão diárias no valor dos limites estabelecidos na tabela de diárias para os funcionários do Gabinete do Prefeito, quando não forem servidores do Município, bem como as respectivas passagens.

Art. 6º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente manterá intercâmbios com os órgãos de outras Administrações Municipais e com as esferas Estadual e Federal, nos assuntos concernentes ao seu âmbito de competência, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do Meio Ambiente no Município.

Art. 7º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente sempre que cientificado de ações degradantes do Meio Ambiente, proporá ações cabíveis à sua recuperação.

Art. 8º - As decisões do Conselho Municipal do Meio Ambiente referentes a propostas de Resolução, quando se tratar de deliberação vinculada à sua competência legal, propostas de Moção, em se tratando de manifestação relacionada com a temática ambiental, e propostas de análise e parecer consultivo sobre matérias ambientais, bem como Projetos de Lei ou de atos administrativos, deverão ser tomadas pelo seu Plenário.

Art. 9º - O prazo para a instalação do Conselho Municipal do Meio Ambiente será de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 10 - No prazo de 30 (trinta) dias após sua instalação o Conselho Municipal do Meio Ambiente elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 28 de abril de 2010.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Lei Nº 741/2010, de 28 de Junho de 2010

LEI Nº 741/2010, DE 28 DE JUNHO DE 2010

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO A CELEBRAR CONVÊNIO E TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO



COMUNITÁRIA CULTURAL AMIGOS DE MONTE CARLO, NA FORMA QUE ESPECIFICA."

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Monte Carlo, no uso de suas atribuições e na forma da Lei faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Monte Carlo, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a transferir recursos financeiros à Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo - inscrita no CNPJ sob o nº 04.779.845/0001-88, situada à Avenida Enio Lopes de Albuquerque, neste município de Monte Carlo.

Parágrafo único. A transferência referida no caput objetiva a auxiliar na manutenção do serviço comunitário de radiodifusão no município de Monte Carlo, nos objetivos conveniados e nas finalidades estatutárias da Associação.

Art. 2º. A transferência de que trata a presente Lei será no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos seguintes termos:

I - o valor deverá ser dividido em seis parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma, com início desde a aprovação desta Lei;

II - mediante depósito em conta corrente a ser aberta exclusivamente para este fim, até o 10º (décimo) dia útil do mês.

Art. 3º. Fica a Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo obrigada a proceder à prestação de contas ao Município dos recursos recebidos, na forma da legislação vigente.

Art. 4º. Após a assinatura do Termo de Convênio pelas partes, o Prefeito Municipal encaminhará cópia à Câmara de Vereadores, para a devida homologação, na forma e prazos previstos na Lei Orgânica.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada na Lei Orçamentária do Município vigente em cada exercício.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Monte Carlo, 28 de junho de 2010.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Processo licitação nº 35/2010 - edital do Pregão Presencial Nº 15/2010

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 35/2010 - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2010
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 07/07/2010 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de CAMISETAS E AGASALHOS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E TECIDOS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 30 de junho de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

ALBERTINHO MANGOLT
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1798/2010

DECRETO nº 1.798/2010 de 30 de junho de 2010.

INSTITUI TURNO ÚNICO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA TRANSPORTES OBRAS E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído excepcionalmente o turno único contínuo de seis (06) horas diárias, aos servidores Lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Transportes, Obras e Meio Ambiente, ocupantes dos Cargos de Operador de Máquinas e Motoristas, a ser cumprido no período compreendido entre as 07h30min e 13h30min, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - O turno único instituído no artigo 1º vigorará a partir de 1º de julho de 2010, podendo ser revogado por interesse público, retornando os servidores ao cumprimento da jornada de trabalho normal.

Art. 3º - Excetuem-se do turno único os Operadores de Máquinas e Motoristas que prestam serviços no programa municipal de destoque.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 30 de junho de 2010.
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 40/2010

DECRETO N° 40/2010.

Institui a Instrução Normativa 02/2010, em anexo.

Art. 1º - Fica Instituída a Instrução Normativa 02/2010, em anexo, que dispõe sobre rotinas a serem observadas pelos servidores condutores de veículos referente a manutenção, conservação, procedimentos de agendamento, registro de movimentação e conduta dos motoristas no âmbito da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 01 de julho de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 02 de julho de 2010.

ZENON BERTO BORGES

Secretário M. de Administração

Instrução Normativa 02/2010

Emissão: 01/07/2010

Dispõe sobre rotinas a serem observadas pelos condutores de veículo, desde a manutenção, conservação, procedimentos de agendamento, registro de movimentação e conduta dos motoristas, assim como o pagamento de multas, no âmbito da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

O Sistema de Controle interno, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei N°1019 de 16 de dezembro de 2003, resolve expedir a presente Instrução Normativa.

DOS PROCEDIMENTOS:

Art. 1º A condução dos veículos e equipamentos somente poderá ser realizada por motorista profissional ou servidor, devidamente habilitado e autorizado.

Art. 2º Os servidores públicos municipais, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, poderão dirigir veículos oficiais, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertençam, através de Portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DEVER DOS CONDUTORES:

Art. 3º Proceder à inspeção periódica dos veículos e equipamentos, verificando seu estado de conservação, informar os reparos que se fizerem necessários ao Mecânico desta Prefeitura para que este tome as devidas providências;

Art. 4º Conferir a existência dos acessórios e ferramentas de porte obrigatório no veículo (macaco, chave de roda, triângulo, extintor), antes de movimentar o veículo, notificando a chefia responsável sobre qualquer ausência dos mesmos, vencimento ou sobre

quaisquer problemas que possam causar multas de trânsito;

Art. 5º Verificar níveis de água, óleo, pressão dos pneus, faróis, lanternas e luz de freio, antes de movimentar o veículo;

Art. 6º Preencher corretamente os dados do agendamento, autorização de saída ou qualquer outro documento de controle do veículo;

Art. 7º Levar o veículo para serviços mecânicos terceirizados, programados ou imprevistos, somente mediante autorização do Mecânico desta Prefeitura, anotando a hora de entrada na oficina e a quilometragem registrada no hodômetro ou velocímetro.

Art. 8º Respeitar as leis de trânsito.

Art. 9º Conduzir os veículos com segurança, ser prudente e conhecedor das normas do CONTRAN brasileiro;

Art. 10º Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada.

Art. 11º Cumprir as normas estabelecidas pela legislação vigente em todos os âmbitos e as normas estabelecidas pela administração;

Art. 12º Cuidar do veículo como se fosse de sua propriedade, mantendo-o como novo, mas não fazer uso dele como se fosse veículo particular;

Art. 13º Usar sempre o cinto de segurança, exigindo que todos os demais passageiros também o utilizem;

Art. 14º Tratar os colegas e usuários do veículo sempre com respeito e cordialidade;

Art. 15º Encerrado o expediente, o veículo destinado ao uso em serviço deverá ser recolhido à garagem correspondente, e o condutor do veículo deve entregá-lo devidamente limpo e pronto para ser utilizado a qualquer momento;

DAS MULTAS DE TRANSITO:

Art. 16º O pagamento de multas advindas de infrações de trânsito cometidas por servidores quando da condução de veículos de propriedade do Município será realizada pela Prefeitura, a qual compete adotar as medidas necessárias visando ao ressarcimento da despesa ao erário por parte do responsável pela infração.

Art. 17º O Controle Interno tem a responsabilidade de comunicar a Secretaria responsável sobre os Autos de Infrações existentes. Nos casos em que os autos de infração forem entregues nas secretarias correspondentes pelo correio, informar imediatamente ao controle interno. A secretaria responsável deve identificar o condutor infrator para que este se apresente ao Controle Interno.

1§ O condutor infrator deve se apresentar ao controle interno, em tempo hábil, para que este possa fazer devidamente a Identificação do condutor junto ao DETRAN. Em casos de infrações que permitam recurso, o motorista deve procurar provas que eximam sua culpa na ocorrência de multa, e estas provas devem ser encaminhadas ao DETRAN ou então ao JARI caso ocorra a imposição de multa.

2§ Para todo auto de infração recebido, deve-se fazer a identificação do condutor junto ao Controle Interno, isso fica sob a responsabilidade de cada Secretaria, que deve ter o controle no uso de seus veículos para evitar danos ao erário.



Art. 18º O condutor que dispensar a Defesa Prévia e assumir diretamente a responsabilidade da infração e o ônus da mesma, efetuará o ressarcimento da multa através de pagamento em parcela única ou parcelado, mediante instrumento legal cabível.

Art. 19º O pagamento parcelado poderá ser efetuado de acordo com os seguintes procedimentos:

I - O condutor infrator de qualquer norma de trânsito fica responsável pelo pagamento da constante multa da Notificação de Autuação, podendo, se quiser autorizar o desconto mensal do parcelamento em sua folha de pagamento, respeitando o valor limite para desconto de acordo com a legislação municipal, bem como, salário percebido pelo mesmo. caso assim decida, o condutor infrator se compromete pelo pagamento da Notificação.

II - O condutor que se recusar a pagar o Auto de Infração, após ter se utilizado de todas as garantias dos princípios do contraditório e da ampla defesa, que lhe são cabíveis, será encaminhado a Secretaria de Administração, e está tomará as providências devidas.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 20º O conteúdo da presente Instrução Normativa visa garantir o uso correto e consciente do bem público, evitando gastos ao erário com multas e manutenção excessiva por falta de cuidados constantes.

Paulo Lopes, 01 de julho de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

Portaria Nº168/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 168/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº497/01, artigo 17 item II resolve,

NOMEAR EM COMISSÃO

VALMOR JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, matrícula nº10547, portador de ensino médio completo residente e domiciliado na cidade de Paulo Lopes/SC, para ocupar o cargo em Comissão de DIRETOR DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, criado pela Lei 1097, vinculado a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente Regime Geral da Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração.

Portaria Nº169/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº169/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade de disposto na legislação da Lei nº649/94, item IX, Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO

TIAGO MANOEL SILVANO, brasileiro, classificado em 3º lugar do Processo Seletivo nº003/2010, matrícula 10548, para o cargo de MOTORISTA a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, em função da licença para tratamento de saúde médica do titular Jucinei de Souza, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. A partir de 01/06/2010 À 30/06/2010 .

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretario Municipal de Administração.

Portaria Nº170/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº170/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 64/2010, Resolve,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO,

ALESSANDRA ANA FERNANDES DE SOUZA Nº10549, ensino superior completo, classificada em 6º lugar no processo seletivo 001/2010, para atuar no cargo de Professora nível II, - 736, do ensino Fundamental, na Escola Reunida Professora Ernestina Pereira Martins, carga horária 20 horas semanais com regência de classe, no prazo inicial de 01/06/2010 à 17/12/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº171/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº171/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 65/2010, Resolve,



CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO,

RENATA DA SILVA NUNES, matricula N°10550 ensino superior incompleto, classificada em 3º lugar no processo seletivo 001/2010, no lugar da titular Denise Maria Soares, que se encontra-se afastada para tratamento de saúde, para atuar no cargo de Professora - 736, para atuar no ensino Fundamental, no Centro Educacional Professora Olga, carga horária 20 horas semanais com regência de classe, no prazo inicial de 01/06/2010 à 27/07/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar n° 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria N°172/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°172/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos n°66 /2010, Resolve,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO,

ANDRESA DE OLIVEIRA, matrícula n°10551, Ensino superior incompleto, classificada em 6º lugar no processo seletivo 001/2010, no lugar do titular Gilmar de Abreu que se encontra-se afastada para tratamento de saúde por 90 dias, para atuar no cargo de Professora - 736, para atuar no ensino Fundamental, na Escola Isolada Professora Avani da Silva, carga horária 20 horas semanais com regência de classe, no prazo inicial de 01/06/2010 à 12/07/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar n° 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria N°173/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°173/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto da Lei complementar n°1269, 25 de março de 2008 resolve,

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, conforme anexo III DA Lei complementar 1269/2008, SONIA MARA ROSA

MENDES matricula n°33, MOALDIR NAZARIO ALVES matricula n°30, SILVIO JOAQUIM BERNARDO matricula n°35, ALECIO LICINIO PEREIRA matricula n°37, de F para G, e NEUSA PEREIRA FERMIANO matricula n°325, SIDNEI MENEGUEL matricula n°326, de D para E.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Junho 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. de Administração

Portaria N°174/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°174/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal n°649/1994 inciso IX, conforme justificativa em anexo resolve,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO

HAYLOR FRAGA CARGNIN, brasileiro, matrícula n°10552, em razão do processo seletivo para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINA, por ter resultado deserto, por não ter nenhuma inscrição, havendo necessidade do profissional, por ter um efetivo afastado em auxílio doença à disposição da Secretaria Municipal de Obras com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. A parti 01/06/2010 à 30/08/2010.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretario Municipal de Administração.

Portaria N°175/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 175/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente conforme solicitação. Resolve,

EXONERAR A PEDIDO

KELLI RODRIGUES CABRAL, matrícula n°10490, nomeada pela portaria n° 038/2010, ocupante do cargo de Professora, por não haver mais interesse em exercer atividade neste município. Tornado sem efeito a portaria n° 126/2010.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo



4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretário Mun. de Administração

Portaria Nº176/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº176/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente que regularizamos RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a ROSE INACIA PEREIRA, Servidora Pública efetiva, matrícula nº16 ocupante do cargo de Professora, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/05/2010 à 08/06/2010, encaminhando a perícia médica a partir do décimo sexto dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-sc em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretário Mun. Administração

Portaria Nº177/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº177/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação da Lei nº649/1994, item VIII, RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, DENISE MARIA SOARES matrícula nº706, Servidora Pública efetiva, ocupante do cargo de Professora vinculado a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/05/2010 à 10/06/2010, encaminhando a perícia médica a partir do décimo sexto dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-sc em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretário Mun. Administração

Portaria Nº178/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 178/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente conforme solicitação. Resolve,

EXONERAR A PEDIDO

ALDO LAURENTINO matrícula nº10401, brasileiro, casado, re-

sidente e domiciliada na cidade de Paulo Lopes/SC, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO - nomeado pela portaria nº018/2009, criado pela Lei Municipal 856/2000, com remuneração constante na Lei 1283/08, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração.

Portaria Nº179/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº179/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente conforme solicitação. Resolve,

EXONERAR A PEDIDO

MAYTTE CECILIA MARCELINO MARTINS, matrícula nº10488, nomeada pela portaria nº036/2010, ocupante do cargo de Professora 20 horas de Geografia, por não haver mais interesse em exercer atividade neste município. Tornando sem efeito a portaria nº036/2010.

Município de Paulo Lopes-SC em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria Nº180/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 180/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº649/1994 inciso IX, conforme justificativa em anexo resolve,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO

JOÃO ADULCE SILVANO, brasileiro, matrícula nº10554, residente e domiciliado na cidade de Paulo Lopes/SC, para ocupar o cargo de OPERADOR DE MAQUINA, criado pela Lei 349/86, vinculado a Secretaria Municipal de Transportes e Obras Regime contributivo da Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.



ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração.

Portaria N°181/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°181/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade de disposto na legislação da Lei nº649/94, item IX, conforme justificativa em anexo Resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO

JOSE LORENÇO DE JESUS, brasileiro, classificado em 2º lugar do Processo Seletivo nº003/2010, matrícula 10553 cargo de MOTO-RISTA a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. A parti 01/06/2010 Á 30/06/2010.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretario Municipal de Administração.

Portaria N°182/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°182/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente RESOLVE,
PRORROGA LICENÇA DE GESTAÇÃO POR MAIS 60 dias, a Fabriny Rosangela Nunis, Servidora Pública Municipal, matrícula nº10368, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Secretaria, no período de 07/06/2010 à 05/08/2010, com base na Lei Complementar nº28/2010 no a partir dia 05/02/2010, conforme comunicado em anexo.

Município de Paulo Lopes-sc em 07 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun Administração

Portaria N°183/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°183/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, IDENIS PE-REIRA M. DEMÉTRIO, Servidora Pública efetiva, matricula nº699, ocupante do cargo de Professora vinculado a Secretaria Municipal

de Educação, a partir de 10/06/2010 á 24/06/2010, encaminhando a perícia médica a partir do décimo sexto dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-sc em 10 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Mun. Administração

Portaria N°184/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°184/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente RESOLVE,
ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA,

JULIANE MARQUES MORAES, matrícula nº10537, ensino superior incompleto, para o cargo de Professora nível I - 736, no ensino fundamental, na Escola Básica Doutor Ivo Silveira, alterando a carga horária de 10 para 20 horas semanais, com regência de classe, no prazo inicial de 14/06/2010 à 17/12/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 14 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria N°185/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°185/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação da Lei nº649/1994, item VIII, Resolve; Conforme justificativa nº70/2010.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO

CARLOS RANGEL matrícula nº10556, brasileiro, classificado em 4º lugar do Processo Seletivo nº003/2010, cargo de MOTORISTA a disposição da Secretaria Municipal de Educação, em função da licença prêmio do titular Luiz Carlos dos Anjos, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. à parti de 14/06/2010 à 11/09/2010.

Município de Paulo Lopes-SC, em 14 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo



4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretario Mun. De Administração.

Portaria N°186/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°185/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação da Lei nº649/1994, item VIII, Resolve; Conforme justificativa nº70/2010.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO

CARLOS RANGEL matrícula nº10556, brasileiro, classificado em 4º lugar do Processo Seletivo nº003/2010, cargo de MOTORISTA a disposição da Secretaria Municipal de Educação, em função da licença prêmio do titular Luiz Carlos dos Anjos, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. à parti de 14/06/2010 à 11/09/2010.

Município de Paulo Lopes-SC, em 14 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Secretario Mun. De Administração.

Portaria N°187/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°187/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente resolve,

AMPLIA CARGA HORÁRIA, da servidora pública, contratada temporariamente, REGIANE NAIR VIEIRA BONALUME, matrícula nº10489 nomeada pela portaria nº037/2010, ocupante do cargo de Professora nível I, passando de 07 aulas para 09, conforme justificativa em anexo em anexo nº29/2010.

Município de Paulo Lopes-sc em 14 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun Administração

Portaria N°188/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°188/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, OSNI OSNI DOS SANTOS, Servidor Público efetivo, matrícula nº318, ocu-

pante do cargo de Motorista, vinculado a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Serviços Urbano, à partir de 14/06/2010 à 28/06/2010, encaminhando a perícia médica a partir do décimo sexto dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-sc em 14 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Mun. Administração

Portaria N°189/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°189/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei 497/91 art. 104 RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal estável e efetivo, matrícula nº659, LUIZ CARLOS DOS ANJOS, de 14/06/2010 à 11/09/2010, ocupante do cargo de MOTORISTA, referente ao quinquênio 01/02/2002 Á 30/01/2007.

Município de Paulo Lopes-SC, em 14 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração

Portaria N°190/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°190/2010

PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei 717/95, e conforme a resolução número 006/2009 da comissão Eleitoral e 005/07 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Resolve;

NOMEAR CONSELHEIRA TUTELAR

IVONETE MARIA DEMÉTRIO, matrícula nº10555, eleita através do processo eleitoral edital 001/2009, realizado no dia 25 de maio de 2009. Com mandato de 17/06/2010 à 03/12/2010, com vencimento na forma da Lei Municipal nº1330 de 14 de Abril de 2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 16 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração



Portaria N°191/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°191/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal n°649/1994 item VIII, conforme justificativa n°017/2010 em anexo resolve,

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO,

MIRKA STANCOWICH, matrícula n°10557, Para atuar no cargo de Auxiliar de Serviço Geral, para exercer suas atividades no Posto de Saúde, Senem Manoel Rodrigues, em função das férias da titular, Lenir Teodora Cardoso, em caráter temporário, de acordo com Processo Seletivo 003/2010, no qual a candidata se classificou em 4º lugar, vínculo junto a Secretaria Municipal de Saúde. Com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a partir do dia 16/06/2010 á 15/07/2010.

Município de Paulo Lopes-SC em 16 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria N°192/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°192 /2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente resolve,

AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE até 30/06/2010, ao servidor público municipal efetivo o Senhor, Jucinei de Souza, matrícula n°993, cargo de Motorista, conforme comunicado em anexo do serviço de perícia do INSS.

Município de Paulo Lopes-sc em 17 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.
ZENON BERTO BORGES
Sec. Mun. Administração

Portaria N°193/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°193/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na legislação vigente, Resolve.

EXONERAR,

OSLI OSNI DOS SANTOS, servidor público municipal, brasileiro, residente e domiciliado neste município, ocupante do cargo efe-

tivo de motorista, nomeado pela portaria n°048/1998, matrícula n°318, por aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social, por tempo de contribuição em 15/12/2005.

Município de Paulo Lopes - SC, em 22 de Junho de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Mun. De Administração.

Portaria N°194/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N°194/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal n°1117/2005 e 1394/2010 Art 3º Resolve,
NOMEAR OS MENBROS PARA O COMITE DA DE CONTROLE SOCIAL DA BOLSA FAMILIA - PETI PARA O BIÊNIO 25/06/2010 Á 24/06/2010 assim constituído conforme indicação pelo ofício 050/2010 da gestora do Programa Bolsa Família - PETI em anexo.
PARTE GOVERNAMENTAL

1- DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE/ASSIT. SOCIAL

Titular: Nivaldo Pedro Cardoso

Suplente: Eliziane dos Santos de Oliveira

2- DA SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Simone Maria Soares

Suplente: Carlos Eduardo Moises

3 - GABINETE DO PREFEITO

Titular: Marilete Santos de Souza Borges

Suplente: Luciane Firmino Silvano

4 - PODER LEGISLATIVO

Titular: Marcolina Cardoso de Assis

Suplente: Marize Menezes Wheeler

5 - REPRESENTANTE DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA

Titular: Natalina - Natalina Felipe

Suplente: Miguel Gonçalves Cardoso

Titular: Adriana de Souza Padilha

Suplente: Helena Laureci Vieira - Suplente

Titular: Alexandra Alexandre

Suplente: Andréia Duarte Dallago

Titular: Fabricia Elizabete Silveira

Suplente: Sandra Cecília de Matos

6 - REPRESENTANTE DO PROGRAMA PETE

Titular: Ângela Maria Hang Nascimento

Suplente - Maria Alice Cipriano

Município de Paulo Lopes - em 24 de Junho 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Séc. Administração.

Extrato de 2º Termo Aditivo ao Contrato 30-2008

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato 30/2008, de 20 de junho de 2008.

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda, CNPJ n°



50.668.722/0019-16. Finalidade: Reajuste de valor contratual a partir de 01 de julho de 2010 para R\$ 1.417.030,80 (Hum milhão quatrocentos e dezessete mil e trinta reais com oitenta centavos).

Paulo Lopes, 01 de julho de 2010
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Ato de Promulgação 13/2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por LEI, notadamente no art. 53, Parágrafo Oitavo da Lei Orgânica Municipal

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e promulga com força de Lei o apreciado no Projeto n. 13-2010, cujo texto autoriza o Poder Publico Municipal a conceder vale transporte a todos os servidores públicos do Município.

ATO DE PROMULGAÇÃO

CONSIDERANDO o não recebimento de promulgação do Poder Executivo no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município. CONSIDERANDO que o art. 53, § 8 do mesmo Diploma Legal anteriormente citado determina que no silêncio do Chefe do Executivo, ao Chefe do Poder Legislativo pode realizar a promulgação da Lei aprovada.

CONSIDERANDO também que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos. É um requisito indispensável à eficácia do ato normativo. Trata-se de uma operação integrativa da lei que atesta a sua executoriedade.

Dessa Forma, por este instrumento, PROMULGO como Lei os ditames do Projeto de Lei 13-2010 a qual autoriza o Poder Publico Municipal a conceder vale transporte a todos os servidores públicos do Município.

Em consequência, para que surtam os efeitos decorrentes, determino a sua publicação e seja atribuído número de Lei nos moldes e locais de costume do Município de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 01 de julho de 2010.
JOSÉ ANTONIO ROGÉRIO
Presidente

Ato de Promulgação 18/2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por LEI, notadamente no art. 53, Parágrafo Oitavo da Lei Orgânica Municipal

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e promulga com força de Lei o apreciado no Projeto n. 18-2010, cujo texto autoriza o Poder Publico Municipal a conceder plano de saúde a todos os servidores públicos do Município.

ATO DE PROMULGAÇÃO

CONSIDERANDO o não recebimento de promulgação do Poder Executivo no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município. CONSIDERANDO que o art. 53, § 8 do mesmo Diploma Legal anteriormente citado determina que no silêncio do Chefe do Executivo, ao Chefe do Poder Legislativo pode realizar a promulgação da Lei aprovada.

CONSIDERANDO também que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei

para a produção de seus efeitos. É um requisito indispensável à eficácia do ato normativo. Trata-se de uma operação integrativa da lei que atesta a sua executoriedade.

Dessa Forma, por este instrumento, PROMULGO como Lei os ditames do Projeto de Lei 18-2010 a qual autoriza o Poder Publico Municipal a conceder plano de saúde a todos os servidores públicos do Município.

Em consequência, para que surtam os efeitos decorrentes, determino a sua publicação e seja atribuído número de Lei nos moldes e locais de costume do Município de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 01 de julho de 2010.
JOSÉ ANTONIO ROGÉRIO
Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.221 de Junho de 2.010.

DECRETO Nº 3.221 DE JUNHO DE 2.010.

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte AUGUSTINO DOTTA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 181.962.179-00, residente na Rua Antonio Costenaro Filho, 600, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 010/2010, do Livro 18 folhas 05.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.222 de Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.222 DE JUNHO DE 2.010

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte AUGUSTO RODRIGUES, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 950.766.119-00,



residente na Rua Pedro Zago, 90, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 019/2010, do Livro 18 folhas 06.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 21 de Junho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.223 de Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.223 DE JUNHO DE 2.010
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte ENEIDA RABUSKE BAVARESCO, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 003.932.109-60, residente na Rua Pedro Zago, 115, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 006/2010, do Livro 18 folhas 04.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.224 de Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.224 DE JUNHO DE 2.010
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte EVA DE LURDES SCARBOTO, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 181.962.179-00, residente na Rua Antonio Costenaro Filho, 600, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 013/2010, do Livro 18 folhas 05.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.225DE Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.225DE JUNHO DE 2.010
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte HIPOLITO ALVES RIBEIRO, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 182.484.389-53, residente na Rua Frederico Denardi, 09, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 012/2010, do Livro 18 folhas 05.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.226DE Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.226DE JUNHO DE 2.010
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte ITACIR SCARBOTO, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 220.824.419-20, residente na Rua Frederico Denardi, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 009/2010, do Livro 18 folhas 05.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.227DE Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.227DE JUNHO DE 2.010



APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte LOURDES ZELINDA NEIS, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 927.931.779-20, residente na Rua Acesso Guilherme Mattana, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 022/2010, do Livro 18 folhas 05.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.228 de Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.228 DE JUNHO DE 2.010

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte MARIA ESTELA OLIVO BEE, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 799.945.479-68, residente na Rua Valmor Bogoni, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 004/2010, do Livro 18 folhas 04.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.229 de Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.229 DE JUNHO DE 2.010

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Comple-

mentar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU às contribuintes MARIA ZÉLIA RIGO E MARIA RIGO, brasileiras, aposentadas, inscritas no CPF sob nº 065.712.719-15 e 065.712.809-06, respectivamente, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, 205, Centro, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 021/2010, do Livro 18 folhas 06.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.230 de Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.230 DE JUNHO DE 2.010

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte PAULINA ALMEIDA, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 215.351.089-91, residente na Rua Luiz Vieceli, 187, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 011/2010, do Livro 18 folhas 05.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.231DE Junho de 2.010

DECRETO Nº 3.231DE JUNHO DE 2.010

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 2009, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 160/2009, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à contribuinte ZENO RITTER, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 181.961.609-68, residente na Rua Paulino Nora, São José, para o exercício fiscal de 2010. Considerando o Processo Administrativo nº 005/2010, do Livro 18 folhas 04.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido



pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Junho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.235, de 28 de Junho de 2010.

DECRETO Nº 3.235, DE 28 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 300,00 (Trezentos reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

| | | |
|-----------------------|--|------------|
| 09 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 0901 | Fundo Municipal de Saúde | |
| 0901.10 | Saúde | |
| 0901.10.301 | Atenção Básica | |
| 0901.10.301.0021 | Saúde Básica | |
| 0901.10.301.0021.2067 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | |
| 31900000 | Aplicações Direta | R\$ 300,00 |

Fonte de Recursos 0102

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 300,00 (Trezentos reais) conforme abaixo discriminado;

| | | |
|-----------------------|--|------------|
| 09 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 0901 | Fundo Municipal de Saúde | |
| 0901.10 | Saúde | |
| 0901.10.301 | Atenção Básica | |
| 0901.10.301.0021 | Saúde Básica | |
| 0901.10.301.0021.2067 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | |
| 44900000 | Aplicações Direta | R\$ 300,00 |

Fonte de Recursos 0102

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 28 de Junho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.236, de 30 de Junho de 2010

DECRETO Nº 3.236, DE 30 DE JUNHO DE 2010

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 758, de março de 1996 e,

CONSIDERANDO a participação da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 2010, a realizar-se na África,

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento da administração municipal e da secretaria de transportes e obras, nos dias em que houver a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2010, a partir da atual fase do campeonato, fica assim definido:

I - nos horários em que a seleção brasileira jogará às 15:30hs, o expediente será das 07:00 hs às 13:00 hs;

II - nos horários em que a seleção brasileira jogará às 11:00hs, o expediente será das 07:00 hs às 10:30 hs, e das 13:30hs às 17:30hs.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Educação, manterá expediente normal nos dias da realização dos jogos em que houver a participação da Seleção Brasileira de Futebol durante a realização da Copa do Mundo de 2010.

Art. 3º Em casos especiais poderá ocorrer convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso, qualquer forma de pagamento extraordinário.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 30 de junho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 0130/2010

CONTRATO Nº 0130/2010

OBJETO: recuperação da caçamba branca

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº058/10

EMPRESA CONTRATADA: Serralheria Rebemar

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4895,70 (quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais e setenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 08/06/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0131/2010

CONTRATO Nº 0131/2010

OBJETO: Conserto da malha municipal

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº059/10

EMPRESA CONTRATADA:Chapeação e Pintura Chico

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.400,58 (quatro mil e quatrocentos reais e cinquenta e oito centavos)

DATA DO CONTRATO: 10/06/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0132/2010

CONTRATO Nº 0132/2010

OBJETO: Curso para professores

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº060/10

EMPRESA CONTRATADA:VM Treinamentos e Capacitação

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais)

DATA DO CONTRATO: 14/06/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0133/2010

CONTRATO Nº 0133/2010

OBJETO: Calçamento Linha Frigeri

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº09/10

EMPRESA CONTRATADA: Fiorelli Ind e Com de Lajotas

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 22/06/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0134/2010

CONTRATO Nº 0134/2010



OBJETO: Conserto de veículos da educação
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº061/10
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.544,17 (sete mil quinhentos e quarenta e quatro reais e dezessete centavos)
DATA DO CONTRATO: 22/06/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0135/2010

CONTRATO Nº 0135/2010
OBJETO: Aquisição de layout para ambulancia
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº062/10
EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.461,00 (quatro mil quatrocentos e sessenta e um reais)
DATA DO CONTRATO: 22/06/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0136/2010

CONTRATO Nº 0136/2010
OBJETO: Aquisição de placas
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº063/10
EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)
DATA DO CONTRATO: 22/06/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0137/2010

CONTRATO Nº 0137/2010
OBJETO: Aquisição de medicamentos
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº064/10
EMPRESA CONTRATADA: Farmácia e Drogaria Somensi
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.613,61 (sete mil seiscentos e treze reais e sessenta e um centavos)
DATA DO CONTRATO: 24/06/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0138/2010

CONTRATO Nº 0138/2010
OBJETO: Peças e Conserto para o veículo FIAT fg70
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº065/10
EMPRESA CONTRATADA: Miranda e Miranda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.364,50 (sete mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)
DATA DO CONTRATO: 30/06/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0139/2010

CONTRATO Nº 0139/2010
OBJETO: Aquisição de peças e conserto para os veículos da secretaria de obras
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº066/10
EMPRESA CONTRATADA: Miranda e Miranda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.378,61 (três mil trezentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos)
DATA DO CONTRATO: 30/06/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0140/2010

CONTRATO Nº 0140/2010
OBJETO: Aquisição de conserto e peças para veículos da secretaria de obras e transportes

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº067/10
EMPRESA CONTRATADA: Retífica CNN
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4080,30 (quatro mil e oitenta reais e trinta centavos)
DATA DO CONTRATO: 30/06/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Termo Aditivo 012/2010

TERMO ADITIVO 012/2010
CONTRATO ADITADO Nº 0114/2009
OBJETO: Regime de execução de empreitada por preço integral
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº005/09
EMPRESA CONTRATADA: Andrade Construções Ltda
VALOR DO CONTRATO: R\$ 39.902,74 (trinta e nove mil novecentos e dois reais e setenta e quatro centavos)
DATA DO CONTRATO: 14/05/2010
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Concorrência Pública 002/2010

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2010

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO; COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE; TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, E PERIGOSOS CLASSE I DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

TIPO DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO.

REGIMENTO – Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS – Às 10:00 hs do dia 05/08/2010, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho”, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo – SC.

MAIS INFORMAÇÕES – Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL – No endereço acima mencionado ou através do site www.portobelo.sc.gov.br.

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de administração
Porto Belo SC, 02 de julho de 2010.

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Alteração - Chamamento Público 36/2010FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

EDITAL DE ALTERAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 36/2010 FMS



O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar com os seguintes dizeres o Edital de Chamamento Público para Credenciamento de Profissionais Odontólogos 36/2010 - FMS.

O item 3.1 do edital passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1. Qualificação Técnica: serão contratados 04 (quatro) profissionais odontólogos com habilitação como cirurgião dentista/clínica geral, para prestar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos limites fixados pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul.

Na minuta de contrato, passa a vigorar com a seguinte redação a Cláusula Décima Quinta:

O prazo do presente contrato é de 03 (três) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do edital.

Rio do Sul, 01 de julho de 2010.
LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. DP0135/2010

PORTARIA Nº. DP0135/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir o Sr. RAFAEL DONADEL, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria de Transporte Obras e Urbanismo na função de Operador de Maquina, 40 horas, conforme Contrato Temporário n.º 065/2010.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 18 de Maio de 2010
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0136/2010

PORTARIA Nº. DP0136/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Srta. CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social na função de Psicóloga, 20 horas, conforme Contrato Temporário n.º 064/2010.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 25 de junho de 2010.

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP0137/2010

PORTARIA Nº. DP0137/2010

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com anexo IV da Lei Municipal n.º 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-2, para a servidora CLAUDETE DE BASTIANI, pelas atividades de Coordenadora do Turno Matutino do Colegio Municipal de Educação Básica Vereador Avelino Biscaro do Município de Salto Veloso

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de maio de 2.010
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0138/2010

PORTARIA Nº. DP0138/2010

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com anexo IV da Lei Municipal n.º 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-2, para a servidora MARISA TRENTTO, pelas atividades de Coordenadora do Turno Vespertino no Colegio Municipal de Educação Básica Vereador Avelino Biscaro do Município de Salto Veloso

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de maio de 2.010
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0139/2010

PORTARIA Nº. DP0139/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:



RESOLVE,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Abril de 2010 a 20 de Abril de 2010, sendo a conversão de 10 dias ao Servidor (a) LUCIANA HOELTGEBAUM, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 16/03/2009 a 16/03/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de Maio de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0140/2010

PORTARIA Nº. DP0140/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Junho de 2010 a 30 de Junho de 2010, ao Servidor (a) KAROLINE F. SIMIONI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 04/03/2009 a 04/03/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de Maio de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0141/2010

PORTARIA Nº. DP0141/2010

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:
Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 01 de Junho de 2010 a 01 de Setembro de 2010, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor JOÃO LEITE, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Medico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de Maio de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0142/2010

PORTARIA Nº. DP0142/2010

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal n.º 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-3, para a servidora MARIA T. NAVA, pelo desempenho das funções de postagem e recebimento de documentos da prefeitura Município de Salto Veloso.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de maio de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0143/2010

PORTARIA Nº. DP0143/2010

"Nomeia Secretário do Município de Salto Veloso-SC, e dá outras Providências"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei 1025/2001 de 04/07/2001, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município.

RESOLVE,
Artigo 1º. Fica nomeado para o cargo de Secretária de Administração e Finanças, cargo em comissão, nível CC-1 a partir de 01/05/2010, a Sra. SIBELE S. GAIO.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de maio de 2.010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0144/2010

PORTARIA Nº. DP0144/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,
Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr. LUIZ OTAVIO PANTOJA, do cargo de medico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de Maio de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0145/2010

PORTARIA N°. DP0145/2010

"ALTERA CARGA HORÁRIA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições ,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica alterada a carga horária do servidor (a) MINEIA MAFIOLETI, nomeado pela portaria n.º DP067/2010 de 08 de Março de 2010, acrescida de 10 horas.

Artigo 2º. A carga horária do servidor supra passa a ser de 30 horas semanais.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de Maio de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 25 de junho de 2010.

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria N°. DP0146/2010

PORTARIA N°. DP0146/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Srta. ELOISA DOS SANOTS, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura na função de Atendente de Creche, 40 horas, conforme Contrato Temporário n.º 066/2010.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de Maio de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0147/2010

PORTARIA N°. DP0147/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 60 dias de Férias, no período compreendido de 12 de Julho de 2010 a 09 de Setembro de 2010, ao Servidor (a) MARLI TEREZINHA PIAIA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2005 a 01/05/2006 e 01/05/2009 a 31/05/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de junho de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0148/2010

PORTARIA N°. DP0148/2010

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal n.º 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-2, para a servidora EDNA VERGINIA GODINHO, como agente administrativo responsável pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Administração do Município de Salto Veloso .

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 25 de junho de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 25 de junho de 2010.

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria N°. DP0149/2010

PORTARIA N°. DP0149/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Julho de 2010 a 31 de Julho de 2010, ao Servidor (a) ANAMARIS FACHIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 05/01/2009 a 05/01/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de junho de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0150/2010

PORTARIA N°. DP0150/2010

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal n.º 1.025/2001 de 04/07/2001;



RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-1, para a servidora MIRIAM GIACOMIN, responsável por todos os agendamentos, todo o controle de frota bem como ao apoio em geral para a gestão da Secretaria de Saúde e Assistência Social, além de atendimento de triagem, do Município de Salto Veloso.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 25 de Junho de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0151/2010

PORTARIA N°. DP0151/2010

"REVOGA PORTARIA N° DP0024/2009 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal nº 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada - FG-1 ao servidor ALVARO BISCARO, em função da revogação da Portaria nº DP0024/2009, passando o mesmo a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 25 de Junho de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0152/2010

PORTARIA N°. DP0152/2010

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal nº 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-1, para o servidor MOZAR GANASINI, por responsável pelo patrimônio e movimento econômico do Município da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 25 de junho de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0153/2010

PORTARIA N°. DP0153/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr (a) . ANGELA MARIA ARIATI, no cargo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 29 de Junho de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 29 de junho de 2010.

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria N°. DP0154/2010

PORTARIA N°. DP0154/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr (a) . ANA CELIA DE OLIVEIRA, no cargo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 29 de Junho de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 29 de junho de 2010.

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato N. 134/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2010, de 16/06/2010.

Origem: Autorização de Fornecimento n. 696/2010, Compra Direta n. 514/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: LEO POCOS ARTESIANOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE ORA PARA PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, INSTALAÇÃO DE CONJUNTO ELETRO MECÂNICO, EXECUÇÃO DE REDE ADUTORA E DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA ATENDER A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA INÊS.

Valor R\$ 11.714,80 (onze mil setecentos e quatorze reais e oitenta centavos).

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Dotação orçamentária: 117.08.01.12.361.4505.2014.4.4.90.00.00.00.00.01.0058.

Data de Assinatura: 16/06/2010.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Vigência: de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Sr. Wylliam Germano Schilke - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 138/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2010, de 24/06/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 65/2010 - Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA GUILHERME HACK, ENTRE O CONTORNO VIÁRIO ARMINDO ECKER E AVENIDA BRASIL, E NA AVENIDA BRASIL ENTRE AS RUAS NEREU RAMOS E GUILHERME HACK, COM ÁREA TOTAL DE 21.568,45M².

Valor: R\$ 1.038.000,00 (Hum milhão e trinta e oito mil reais).

Forma de Pagamento: Os recursos financeiros serão por conta de Termo de Convênio n. 11.738/2010-2 que entre si celebram o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Infraestrutura, e contrapartida do Município.

Dotação orçamentária:

Recursos Convênio:

Despesa: 185

Dotação Orçamentária: 09.01.15.451.4511.1.039.4.4.90.00.00.00.00.00

Recursos Próprios - Contrapartida

Despesa: 42

Dotação Orçamentária: 09.01.15.451.4511.1.039.4.4.90.00.00.00.00.00

Data de Assinatura: 16/06/2010.

Vigência: 150 (cento e cinquenta) dias, a contar a partir da data de recebimento da ordem de serviço.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Sr. Ivo D'Agostini - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 139/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2010, de 25/06/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 70/2010, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 14/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: EDITORA CAPITAL DO NOROESTE LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA JORNALISTICA PARA SERVIÇOS COM ESPAÇO PUBLICITÁRIO EM JORNAL REGIONAL, SEMANAL DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Dotação orçamentária: Os recursos financeiros serão próprios do Município, do exercício financeiro de 2010 e correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

2.002.3390.00 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Data de Assinatura: 25/06/2010.

Vigência: até 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Sr. Eduardo Pressoto, - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 38/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2010, de 21/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2010 .

Origem: Processo Licitatório nº 09/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 8/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: BAUZIL - IND. DE SABÃO E DERIVADOS QUIMICOS LTDA,

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRA-

TO SUPRACITADO.

Valor: R\$ 6.004,00 (seis mil e quatro reais);

Data de Assinatura: 21/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Roque Zilles

- pela contratada.

Extrato do Contrato N. 39/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2010, de 21/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 09/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 8/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: SANCAPEL SOLUCOES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: R\$ 22.612,50 (vinte e dois mil seiscentos e doze reais e cinquenta centavos).

Data de Assinatura: 21/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e . Rosemeri Henchen

- pela contratada.

Extrato do Contrato N. 40/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2010, de 29/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2010,

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ANGEOMED COM.PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: R\$ 7.085,00 (sete mil e oitenta e cinco reais).

Data de Assinatura: 29/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Sirlei Fátima Follador - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 41/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2010, de 29/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2010,

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: R\$ 3.183,20 (três mil cento e oitenta e três reais e vinte centavos).

Data de Assinatura: 29/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Maritânia Filipeito Folador - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 43/2010- FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2010, de 29/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2010,

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: DIMASTER - COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES



LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: de R\$ 4.663,30 (quatro mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta centavos);

Data de Assinatura: 29/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante Odair José Balestrin - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 44/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2010, de 29/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2010,

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: de R\$ 6.036,11 (seis mil e trinta e seis reais e onze centavos)

Data de Assinatura: 29/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Dalci Filippetto - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 45/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2010, de 29/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2010,

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: de R\$ 17.022,70 (dezesete mil e vinte e dois reais e setenta centavos)

Data de Assinatura: 29/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Edivar Szymanski - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 46/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2010, de 29/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2010,

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: R\$ 794,00 (setecentos e noventa e quatro reais);

Data de Assinatura: 29/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Anacleto Ferrari - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 47/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2010, de 29/06/2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2010,

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: DIMERIOS MATERIAS CIRURGICOS LTDA,
Objeto: TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO SUPRACITADO.

Valor: R\$ 957,20 (novecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)

Data de Assinatura: 29/06/2010

Vigência: 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ivan Dallapria - pela contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 220/2010

DECRETO n.º 220/2010

Concede Licença Prêmio ao servidor OSMAR EGER.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor OSMAR EGER, ocupante do Cargo de Motorista II, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2002 a 2007.

Art. 2.º- O servidor fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 01/07/2010.

Art. 3.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 221/2010

DECRETO n.º 221/2010

Concede férias ao Servidor DANIEL KUHN PEREIRA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor DANIEL KUHN PEREIRA ocupante do cargo efetivo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.



Decreto n.º 222/2010

DECRETO n.º 222/2010

Concede férias ao Servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO ocupante do cargo efetivo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 224/2010

DECRETO n.º 224/2010

Concede férias ao Servidor PEDRO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA SANTOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor PEDRO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA SANTOS ocupante do cargo de Odontólogo - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 225/2010

DECRETO n.º 225/2010

Concede férias a Servidora CLAUDIA MARI PITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora CLAUDIA MARI PITZ ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 226/2010

DECRETO n.º 226/2010

Concede férias a Servidora JOELMA DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOELMA DA SILVA ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 227/2010

DECRETO n.º 227/2010

Concede férias a Servidora MARIZE PAITER HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 228/2010

DECRETO n.º 228/2010

Concede férias a Servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN ocupante do cargo de Odontólogo - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.



sitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 229/2010

DECRETO n.º 229/2010

Concede férias a Servidora MARIA DAS GRAÇAS GESSER JUNKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DAS GRAÇAS GESSER JUNKES ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2008/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 230/2010

DECRETO n.º 230/2010

Concede férias a Servidora VIVIANE JUNKES LOPES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora VIVIANE JUNKES LOPES ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2008/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 231/2010

DECRETO n.º 231/2010

Concede férias a Servidora CECILIA CAROLINE DE SOUZA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcân-

tara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora CECILIA CAROLINE DE SOUZA ocupante do cargo de Assessora Parlamentar, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2010 a 30/07/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 232/2010

DECRETO n.º 232/2010

Concede Licença para tratamento de Saúde a funcionária IVONE LUZIA VENTURA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde a funcionária IVONE LUZIA VENTURA, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 23/06/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/06/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 233/2010

DECRETO n.º 233/2010

Autoriza a Readaptação do funcionário SILVIO CESAR DITTER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 22, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Fica autorizado a readaptação do funcionário SILVIO CESAR DITTER, ocupante do cargo de Motorista II, para exercer atividades laborativas que não demandem esforço físico, movimentos amplos e forçados, longos períodos em pé, longas caminhadas, conforme determina o laudo médico pericial, pelo período de 60 dias a contar de 01/07/2010, para atuar junto a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2.º- Fica autorizado a contratação de servidor temporário para substituir o servidor junto a Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 3.º- A readaptação não modificara a remuneração e o nível



do cargo original.

Art. 4.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 234/2010

DECRETO n.º 234/2010

Nomeia Comissão para avaliação de despesas de exercício anterior e dá outras providências.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Nomear os servidores Maria Delene Schweitzer Junckes, Maria Madalena Kretzer Gelsleichter, Pedro José Richartz e Carlinho Schmitt, sob a presidência da primeira, para compor a comissão de avaliação de despesas de exercício anterior.

Art. 2º - A Comissão deverá emitir relatórios no prazo de quinze dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições do decreto nº. 219/2010.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto Nº 235/2010

DECRETO Nº 235/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 6º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.3.2003 - Funcionamento e Manutenção da SecretariaR\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2035 - Func. e Manutenção da Coordenadoria da SaúdeR\$ 145.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações DiretasR\$ 145.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

PREFEITO MUNICIPAL

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 002122/10 de 25 de Junho de 2010

DECRETO Nº 002122/10 DE 25 DE JUNHO DE 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001757/09 de 16 de Outubro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 580.900,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-AlimentacaoR\$ 500,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa FisicaR\$ 7.000,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.3.50.41.00.00.00.00 - ContribuicoesR\$ 15.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal CivilR\$ 35.000,00

03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA

03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa FisicaR\$ 5.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-AlimentacaoR\$ 700,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal CivilR\$ 12.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 3.500,00

3.1.90.03.00.00.00.00 - PensoesR\$ 2.500,00

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal CivilR\$ 5.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTI-



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

VAS

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-AlimentacaoR\$ 1.000,00
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 10.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R\$ 30.000,00

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-AlimentacaoR\$ 1.000,00
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 10.000,00
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 5.000,00

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-AlimentacaoR\$ 10.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R\$ 42.000,00
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 45.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
 05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 18.000,00
 05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R\$ 10.000,00
 05.04.12.365.0005.2.016 - ALIMENTAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 5.000,00
 05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 5.000,00
 05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ECOLARES MUNICI-PAIS - FUNDEB
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-AlimentacaoR\$ 6.000,00
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 35.000,00
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 19.000,00
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 10.000,00
 05.04.12.367.0005.2.019 - MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 1.500,00
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 3.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO
 06.01.25.752.0008.2.033 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R\$ 10.000,00

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.0009.2.037 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRÂNSITO
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 7.000,00

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-AlimentacaoR\$ 8.000,00
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 80.000,00
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 23.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 07.01.23.695.0011.2.041 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TURISMO
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 700,00
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

.....R\$ 3.000,00

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 5.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
 08.01.18.541.0015.2.043 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO AM-BIENTAL
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 1.500,00

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes PatronaisR\$ 21.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"
 08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 65.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE
 02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 7.500,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO
 03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDA-DE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R\$ 50.000,00
 03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA
 03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, IN-FORMÁTICA E PROTOCOLO
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e InstalacoesR\$ 23.700,00

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 4.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER
 05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTI-VAS
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e InstalacoesR\$ 41.000,00

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
 3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiacoos Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out.
R\$ 6.000,00
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 10.000,00

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e InstalacoesR\$ 115.000,00
 05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL



4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e InstalacoesR\$ 10.000,00
 05.04.12.365.0005.2.016 - ALIMENTAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 5.000,00
 05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material PermanenteR\$ 5.000,00
 05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ECOLARES MUNICI-PAIS - FUNDEB
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e InstalacoesR\$ 60.000,00
 3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuicao Gratuita .R\$ 10.000,00
 05.04.12.367.0005.2.019 - MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material PermanenteR\$ 4.500,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO
 06.01.25.752.0008.2.033 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e InstalacoesR\$ 10.000,00

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
 06.02.15.451.0009.2.037 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRÂNSITO
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material PermanenteR\$ 7.000,00

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS
 06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa JuridicaR\$ 103.000,00
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material PermanenteR\$ 8.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 07.01.23.695.0011.2.041 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TURISMO
 3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiacoos Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out.R\$ 3.700,00

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA
 07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e InstalacoesR\$ 5.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
 08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
 08.01.18.541.0015.2.043 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL
 3.3.50.41.00.00.00.00 - ContribuicoesR\$ 1.500,00

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"
 08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 86.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 25 de Junho de 2010
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS
 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.
 ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002123/10 de 25 de Junho de 2010

DECRETO Nº 002123/10 DE 25 DE JUNHO DE 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001757/09 de 16 de Outubro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 32.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
 05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa JuridicaR\$ 15.000,00
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 13.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
 06.02.06.182.0009.2.038 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CORPO DE BOMBEIROS
 3.3.50.41.00.00.00.00 - ContribuicoesR\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos

subtrair superávit financeiro R\$ 32.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 25 de Junho de 2010
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS
 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.
 ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Portaria Nº 3.564/2010, de 01 de julho de 2010.

PORTARIA Nº 3.564/2010, de 01 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. Maria Aparecida Schmidt Miodutzki, para exercer o cargo comissionado de Assessora de Saúde, percebendo o nível salarial nº. 001 - Comissionados (Nível 178), com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.



Schroeder (SC), 01 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERG

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.563/2010, de 25 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 3.563/2010, de 25 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária Sra. Lidiane Maria Soares Ricardo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Termo Aditivo Nº. A10/2010 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A10/2010 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2009 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: LABORSAD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.372.641/0002-50, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3069, sala 02, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Senhor Cleber Ivan Saade, inscrito no CPF sob o nº. 589.627.279-00, portador da Carteira de Identidade no 19-R - 646.482-SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 63/2009 - FMS, celebrado em 20 de Junho de 2009, decorrente da Chamada Pública nº. 03/2009 - FMS, Processo nº. 22/2009 - FMS, para contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Patologia (laboratórios) do referido grupo, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério

da Saúde para o Município de Schroeder - SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, a Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária fonte 14 e 15.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica prorrogado o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 63/2009-FMS, no período de 12 meses, sendo sua vigência até 09 de junho de 2011.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 07 de Junho de 2010.

CONTRATADA:

LABORSAD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Cleber Ivan Saade

CPF nº. 589.627.279-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Everton Francisco Cesconetto
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 038.873.459-08

Termo Aditivo Nº. A20B/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A20B/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Adriano Roberto Debatin, inscrito no CPF sob o nº. 004.308.559-82, portador da carteira de identidade nº. 3.727.743-SSP/SC.



Considerando o Contrato Administrativo nº. 60/2010 - PMS, celebrado em 22 de março de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 59/2010-PMS, Dispensa de Licitação nº. 15/2010-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da construção de 15 (quinze) abrigos de passageiros no Município de Schroeder/SC, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico - financeiro em anexos, parte integrante deste Processo, conforme Convênio nº. 15962/2009-0, com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaragua do Sul, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93.

Considerando a prorrogação do prazo da vigência do convênio com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Jaragua do Sul, até 29 de julho de 2010, conforme primeiro aditivo ao convênio nº. 15.962/2009-0, assinado e aprovado em 13 de abril de 2010.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica prorrogado o prazo da vigência do contrato nº. 60/2010-PMS, até 29 de julho de 2010.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de Abril de 2010.

CONTRATADA:

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA

Adriano Roberto Debatin

CPF o nº. 004.308.559-82

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Marcelo da Silva Nome: Leonor Jacobi
CPF nº. 987.724.149-87 CPF nº.563.787.189-20

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

PROCESSO de LICITAÇÃO Nº 73/2010

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2010

Edital de Pregão Presencial nº 31/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Pregão Presencial que tem por objeto a aquisição motocicleta 0 km, ano e modelo 2010.

Entrega das propostas até às 14h15min do dia 16/07/2010.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 01 de julho de 2010.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2012/2010

Lei nº 2.012/10, de 29 de junho de 2010

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção social a Associação dos Descendentes de Italianos de Turvo - ADIT, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), objetivando auxiliar na realização da 6ª Festália, que acontecerá em nosso Município nos dias 20 a 22 de agosto de 2010.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se à, aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 29 de junho de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 0866/10

PORTARIA nº 0866/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA APARECIDA PASCHOAL, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0867/10

PORTARIA nº 0867/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor LUIZ EDUARDO BONDAN, Professor de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0868/10

PORTARIA nº 0868/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARCIA REGINA MAZURECK PEREIRA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0869/10

PORTARIA nº 0869/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ANGELINA ANGREWSKI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0870/10

PORTARIA nº 0870/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Portaria nº 0871/10

PORTARIA nº 0871/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LUCIA BIRNFELD PASCOALI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0872/10

PORTARIA nº 0872/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LUIZA ILDEBRANDO SOARES, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0873/10

PORTARIA nº 0873/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LURDES MARTINAZZO JOSE, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02I para o nível CE02J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0874/10

PORTARIA nº 0874/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA MARGARIDA RAMBO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02E para o nível CE02F, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0875/10

PORTARIA nº 0875/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA NATALINA GÊNERO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a



1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0876/10

PORTARIA nº 0876/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ANGÉLICA VANZ BALESTIERI, Contadora, do nível CE13B para o nível CE13C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0877/10

PORTARIA nº 0877/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LUIZA DAL BO HOELLER, Professora, do nível MG04F para o nível MG04G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0878/10

PORTARIA nº 0878/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora LUZIA DA SOLER DI DOMENICO, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0879/10

PORTARIA nº 0879/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIBEL LUIZA CASTILHOS GATTI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0880/10

PORTARIA nº 0880/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARILDES SALETE BIAVA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0881/10

PORTARIA nº 0881/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARINES CONSOLADORA DE OLIVEIRA ZARPELON, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0882/10

PORTARIA nº 0882/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARTA BELINI PERAZZOLI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0883/10

PORTARIA nº 0883/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0884/10

PORTARIA nº 0884/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NEIDE REGINA DA SILVA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Portaria nº 0885/10

PORTARIA nº 0885/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NELCI MARIA CHARNOSKI BARETTA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0886/10

PORTARIA nº 0886/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIELE RAMOS MESALIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0887/10

PORTARIA nº 0887/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARILEI APARECIDA VAIS DIAS, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0888/10

PORTARIA nº 0888/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARINES LUCAS DALLAGNOL, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0889/10

PORTARIA nº 0889/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARINES SECCO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0890/10

PORTARIA nº 0890/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARISTELA NERES DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0891/10

PORTARIA nº 0891/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARLEI DE LIMA PINTO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0892/10

PORTARIA nº 0892/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARLENE FERNANDES GONÇALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0893/10

PORTARIA nº 0893/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARLI EHLERT, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 10 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Alteração na documentação referente ao Pregão Presencial N. 120/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2010 - PMV

ALTERAÇÃO NA DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que houve alteração na documentação referente a qualificação técnica, no tocante ao item 6.5.3, do processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 120/2010-PMV, o qual têm por objeto a



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA PARA TUBULAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DA NOVA SEDE DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE VIDEIRA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, permanecendo a mesma data e horário de abertura anteriormente publicado, ou seja, o credenciamento será feito a partir das 14:00 horas do dia 16/07/2010 e abertura da sessão às 14:15 horas do mesmo dia. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012-3566-9034.

Videira/SC, 30 de Junho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 100/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 100/10
HOMOLOGAÇÃO: 01/06/10
CONTRATADO: MECÂNICA JÚNIOR AUTO DIESEL LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETIFICAR MOTOR DO CAMINHÃO CAÇAMBINHA MBB 1313, PLACA LZL - 1381, FROTA 03 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 101/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 101/10
HOMOLOGAÇÃO: 01/06/10
CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES E PEDRAS DUQUE PARA USO NO CONserto DE CALÇAMENTOS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.050,00 (onze mil cinquenta reais)
DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 102/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 102/10
HOMOLOGAÇÃO: 01/06/10
CONTRATADO: GRAFISIL GRAFICA LTDA-ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS IMPRESSOS PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, PROPAGANDAS E PROJETOS DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.000,00 (onze mil reais)
DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 103/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 103/10
HOMOLOGAÇÃO: 02/06/10
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM E RECAPAGEM DE PNEUS DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO E DA POLÍCIA MILITAR.
CONTRATADO: F. VACHILESKI & CIA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 126.630,00 (cento e vinte e seis mil seiscentos e trinta reais)
CONTRATADO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 64.815,00 (sessenta e quatro mil oitocentos e quinze reais)
CONTRATADO: GRANDO PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 57.785,00 (cinquenta e sete mil setecentos e oitenta e cinco reais)
DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 104/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 104/10
HOMOLOGAÇÃO: 07/06/10
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS MOTONIVELADORAS E TRATOR DE ESTEIRA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
CONTRATADO: TRATORBIG - PEÇAS PARA TRATORES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.297,80 (dezesseis mil duzentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)
CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.818,95 (quarenta e cinco mil oitocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos)
CONTRATADO: RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 48.749,28 (quarenta e oito mil setecentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos)
DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 105/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 105/10
HOMOLOGAÇÃO: 08/06/10
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS PARA USO NA PINTURA DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO.
CONTRATADO: VIDETINTAS TINTAS AUTOMOTIVAS LTDA- ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 777,50 (setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)
CONTRATADO: MADEQUÍMICA IND. E COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 59.644,00 (cinquenta e nove mil seiscentos e quarenta e quatro reais)
DATA: 30/06/10



WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 106/2010 -PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 106/10

HOMOLOGAÇÃO: 09/06/10

CONTRATADO: NIMEK ESTRUTURAS E ESQUADRIASMETALICAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRADIL EM TELA E PORTA DE CORRER PARA ACOMODAÇÃO DAS EQUIPES DE JARDINAGEM NAS DEPENDÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.149,00 (quatro mil cento e quarenta e nove reais)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 107/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 107/10

HOMOLOGAÇÃO: 10/06/10

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA A SER UTILIZADA NO AJARDINAMENTO NA AVENIDA MA-NOEL ROQUE.

CONTRATADO: VIDEFERRO IND. DE FURGÕES E COM. DE FERRO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.798,00 (doze mil setecentos e noventa e oito reais)

CONTRATADO: CONSTRULACER COM. E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 108/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 108/10

HOMOLOGAÇÃO: 10/06/10

CONTRATADO: MECÂNICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA MONTAGEM DA CAIXA DE CÂMBIO DO CAMINHÃO MBB 2213, PLACA MCL 5880, FROTA 53.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.886,70 (sete mil oitocentos e oitenta e seis reais e setenta centavos)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 109/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 109/10

HOMOLOGAÇÃO: 14/06/10

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR NOVO, COM TRACÇÃO NAS 4 RODAS E TANQUE ESPECIAL NOVO COM CAPACIDADE DE 6.000 LITROS, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: DRESCH & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: MEPEL- MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 110/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 110/10

HOMOLOGAÇÃO: 16/06/10

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA CAIXA, HIDRÁULICO, TOMADA DE FORÇA, SUBSTITUIÇÃO DA TAMPA DO HIDRÁULICO E SOLDAR O TANQUE DE COMBUSTÍVEL DO TRATOR VALMET 785/4 E ENSILADEIRA, DA FROTA 93 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.372,50 (doze mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 111/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 111/10

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/10

CONTRATADO: FUNILARIA GUBIANI LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONTRUÇÃO PARA SER UTILIZADO NO MUSEU DO VINHO "MÁRIO DE PELLEGRIN".

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.519,40 (dois mil quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 112/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 112/10

HOMOLOGAÇÃO: 22/06/10

CONTRATADO: VIDEMANG COM. DE MANG. E CON. VIDEIRA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.737,60 (dezessete mil setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

DATA: 30/06/10



WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 113/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 113/10

HOMOLOGAÇÃO: 23/06/10

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E TINTAS PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS, 08 ESCOLAS MUNICIPAIS E 19 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: SERRARIA MARIANI LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.919,00 (vinte e cinco mil novecentos e dezenove reais)

CONTRATADO: CONSTRULACER COM. E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.728,00 (três mil setecentos e vinte e oito reais)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 94/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 94/10

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/10

CONTRATADO: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DO BRITADOR DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, BEM COMO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NOVOS, COM MONTAGEM E ADEQUAÇÃO DE BRITAGEM MÓVEL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 208.230,00 (duzentos e oito mil duzentos e trinta reais)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Tomada de Preços N° 03/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO N° 3/10

HOMOLOGAÇÃO: 10/06/10

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS JOSÉ LAZZARI(378m²), VIRGÍNIA BRUSCHI(962,50m²), MAXIMO SANTINI, AFONSO MACHIE NAVIE E LUIZ CARLOS MACHIE NAVIE(2.182,30m²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO.

CONTRATADO: SÉCULOS IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.462,50 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: BB CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 187.509,00 (cento e oitenta e sete mil quinhentos e nove reais)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Tomada de Preços N° 04/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO N° 04/10

HOMOLOGAÇÃO: 25/06/10

CONTRATADO: CONSTRULACER COM. E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DA ESCADARIA GERMANO SCHWANTZ, LOCALIZADA ENTRE AS RUAS MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E RUA IÔMERE E ESCADARIA ERNESTO BAHR, LOCALIZADA ENTRE AS RUAS BENVENUTO MANDELLI E RUA DAL PIZZOL, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.976,70 (trinta e cinco mil novecentos e setenta e seis reais e setenta centavos)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Tomada de Preços N° 05/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO N° 05/10

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/10

CONTRATADO: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA (PARTE), EM CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 251.071-58/2008, EM CUMPRIMENTO A LEI N.11.124 DE 16/06/2005 E A RESOLUÇÃO N. 15 DE 19/03/2008, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)

DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Tomada de Preços N° 06/2010 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2010, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO N° 06/10

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/10

CONTRATADO: LUTZ CURSOS,CONCURSOS,ASSESSORIA E PROJETOS TEC LT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE. OS SERVIÇOS QUE CONSTITUEM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO DEVERÃO SER EXECUTADOS DE ACORDO COM AS PREMISSAS ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.967,00 (sete mil novecentos e sessenta e sete reais)



DATA: 30/06/10

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Retificação Aditivo n0199-2010FMS

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO ADITIVO Nº 0199/2010 no que tange à CONTRATADA

Aditivo nº: 0199/2010

Contrato/Ata nº: CT 135/2009

Licitação: IL 02/2009-FMS

Contratada: IEAS - INSTITUTO ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL HOSPITAL DIVINO SALVADOR

Objeto: Retificação do Termo Aditivo nº 0130/2010, no que tange ao prazo de prorrogação bem como dos valores, posto que foi prorrogado por 3 meses com os valores e quantitativos referentes a 2 meses.

Valor: R\$ 75.057,70

Data: 22/06/2010

Consórcios Públicos

CIMVI

Licitação nº 003/2010 - Inexigibilidade - Criação artística de nichos ecológicos

PROCESSO LICITATÓRIO nº 003/2010 - INEXIGIBILIDADE

Objeto: Criação artística de Nichos Ecológicos nos municípios integrantes do Consórcio Público (CIMVI), de forma temática com nove representações artísticas em tamanho monumental (de 2,7 a 3,0 metros de altura) utilizando a natureza, ou seja, Nichos sobre Mamíferos, Insetos, Flores, Aves, Árvores, Peixes, etc., com instalação em área pré-estabelecida por cada Município, para ser utilizado como espaço desenvolvido ao Turismo de Experiência, Cultural, Científico e Pedagógico.

Artista/Fornecedor: Emanuel Vasco da Graça Nunes, CPF nº 011.156.579-09

Preço: R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais), pagáveis em três parcelas.

Base legal: Art. 25, caput, c/c art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Timbó, SC, 30 de Junho de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente do CIMVI.

Contrato nº 008/2010 - Locação de estande - Adventure Sports Fair

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: MG Adventure Eventos Ltda.

OBJETO: Locação temporária de estande

VALOR: R\$6.325,14 (seis mil, trezentos e vinte e cinco reais, e doze centavos)

PRAZO: de 23 a 26 de setembro 2010.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>cimvi>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos)

Timbó, 25 de junho de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato nº 009/2010 - Criação artística de nichos ecológicos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Emanuel Vasco da Graça Nunes.

OBJETO: Criação artística de nichos ecológicos

VALOR: R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais)

PRAZO: de 01 de julho a 31 de dezembro 2010.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>cimvi>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos)

Timbó, 01 de julho de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente